



**CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ
ARQUIVO MUNICIPAL**

**ACTAS
1914 – 1919**

FUNDO: Câmara Municipal da Lourinhã
UNIDADE DE INSTALAÇÃO: Caixa n.º 5, Livro nº 13

TRANSCRIÇÃO: Ana Fonseca
COORDENAÇÃO E REVISÃO: João Filipe Venâncio Leitão
Maio de 2015

|¹ N.º 13

Actas

Ha de servir este livro para nêle se lavrarem as actas das sessões celebradas pela Camara Municipal dêste concelho.

Vai numerado e devidamente rubricado.

Lourinhã, 5 d'agosto de 1914.

O Presidente da Camara

Alfredo Manoel Candeira

|^{1v} Vem de folhas 300 verso do livro n.º 12

Centavos, valor dado pelos respectivos peritos.

De Fortunato José de Camacho, casado, Chefe da Secretaria da Camara Municipal de Rio Maior e actualmente desempenhando idêntico lugar interinamente na secretaria desta Camara Municipal da Lourinhã, cargo este para que lhe fôra nomeado pela Comissão Executiva desta mesma Camara em sua sessão de cinco de junho ultimo, requerendo a sua admissão ao concurso para o provimento definitivo do já mencionado logar de chefe da secretaria desta Camara. O requerimento que é datado do primeiro do corrente mês, data em que deu entrada na respectiva secretaria, conforme se vê da nota lançada à margem do mesmo requerimento e que é assinado pelo presidente da Comissão Executiva, traz a letra e assinatura devidamente reconhecidas e vem instruido com os seguintes documentos, todos devidamente reconhecidos por notario de Rio Maior e o signal deste por notario desta comarca da Lourinhã, com excepção dos das repartições publicas que trazem os respectivos selos brancos:

Certidão de idade;

Certificado do registo criminal, donde nada haver contra o requerente.

|² Certidão de ter cumprido com os preceitos da lei do recrutamento.

Atestado datado de vinte de julho findo, da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Rio Maior, disendo que o requerente é chefe efectivo da secretaria d'aquella Camara desde vinte e quatro d'abril mil oitocentos e noventa e quatro, tendo tido, durante este tempo, exemplar comportamento moral e civil e desempenhando as funções do seu cargo com o maior zêlo, critério e inteligencia.

Atestado do administrador do mesmo concelho e da mesma data, disendo que o requerente tem tido exemplar comportamento.

Certidão de exame de admissão aos liceus.

Atestado da Camara Municipal do referido concelho de Rio Maior, passando em sessão plena de quadro d'abril deste ano, d'onde consta que tem exercido as funções do seu cargo com todo zelo e superior inteliencia, tendo comportamento moral e civil modelar.

Dito da Camara Municipal do mesmo concelho passado em sessão de trinta de dezembro de mil novecentos e nove, disendo que o requerente tem tido exemplar comportamento moral e civil e a maior competencia para desempenho de seu cargo.

Dito idem passado em sessão de vinte e seis de novembro de mil novecen|^{2v} e tres, mostrando ter bom comportamento moral e civil e que como secretario da Camara se tem desempenhado com todo o zelo e competencia;

Atestado de administrador do mesmo concelho, datado de sete d'abril findo, mostrando ter sido o seu comportamento moral e civil digno e correcto;

Dito idem datado de vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e treze, dizendo que o requerente tem tido sempre ótimo e exemplar comportamento tanto moral como civil, aliando ainda a estas excelentes qualidades as de funcionario sabedor, zeloso e fiel cumpridor dos seus deveres, pelo que se torna digno da estima e consideração publica;

Ditos das Camaras Municipais do já referido concelho de Rio Maior, passados em sessões de trinta de e um de dezembro de mil novecentos e treze – dose d'abril deste mesmo ano – vinte e seis de junho de mil novecentos e três – vinte de fevereiro de mil novecentos e oito – vinte e trinta e um de dezembro de mil novecentos e sete – e dezoito de dezembro de mil oitocentos noventa e cinco, atestando o seu exemplar comportamento e que tem desempenhado com o máximo zelo e proficiência o seu cargo demonstrando em todos actos a ele inerentes profundo conhecimento e ³ esclarecida intelligencia a par de uma lealdade e correcção dignas de todo o louvor;

Certidões de diversas deliberações da mencionada Camara onde foram lançados votos de louvor ao secretario Fortunato José de Carvalho, pela forma como tem desempenhado o seu logar e pela maneira como organizava os processos das contas municipais e como tinha a escripturação a seu cargo.

Atestados passados pelos administradores do já aludido concelho em vinte e quatro de dezembro de mil novecentos e nove – vinte e seis de novembro de mil novecentos e tres – e vinte e seis de julho de mil novecentos e onze, provando o seu exemplar comportamento e que tem desempenhado com toda a proficiência a seu cargo o que tudo o torna um funcionario distincto e, por todos os motivos, digno de maior estima;

Atestado passado pelo syndicante á Camara Municipal deste concelho da Lourinhã em vinte de fevereiro de mil oitocentos e noventa e dois, disendo que foi auxiliado na mesma pelo amanuense interino da mesma Camara, Fortunato José de Carvalho, tendo ocasião de reconhecer as aptidões excepcionais de trabalho e competencia especial com que tão eficazmente lhe prestou a mais assidua ^{3v} cooperação, revelando inteiro conhecimento e escripturação municipal e de todos os serviços que ela abrange na sua complexidade.

Alvará das funções de escrivão e tabelião interino da comarca de Rio Maior, durante a ausencia do proprietario do cartorio do primeiro officio;

Atestado do Administrador do concelho da Lourinhã, datado de vinte e um de março de mil oitocentos noventa e quatro, atestando com satisfação as belas qualidades morais e civis de Fortunato José de Carvalho e que como amanuense da administração deste concelho é inexcusável o seu zelo e dedicação pelo serviço e respeito e estima pelos seus superiores, aliando alem disso muita intelligencia e competencia, o que tudo o torna um cidadão exemplar e um funcionario distincto.

Atestado (publica forma bem como o anterior) da Camara Municipal da Lourinhã, passado em sessão de trinta e um de janeiro de mil oitocentos noventa e tres, mostrando que o requerente Fortunato José de Carvalho, tem desempenhado com zelo e intelligência o logar de amanuense interino da secretaria da mesma camara;

Publica forma do officio da Direcção Geral ⁴ da secretaria da Guerra, de vinte e seis de novembro de mil novecentos e tres donde consta que foi muito agradável ao Excelentissimo Ministro da Guerra ter conhecimento da forma como o recenseamento militar do Concelho de Rio Maior fora cuidadosamente organizado e que o arquivo dos mesmos documentos se achava disposto com um esmero e

regularidade verdadeiramente notáveis que muito abonam a competência e boa vontade do secretario da comissão:

Publica forma do officio em que foi comunicada a nomeação do requerente para amanuense da administração deste concelho da Lourinhã;

Dita da nomeação do requerente para syndicante da Camara Municipal de Abrantes.

Dita do Alvará da nomeação, por concurso, do requerente para secretario da Camara Municipal de Rio Maior;

Dita idem para secretario da Junta de Paróquia da freguesia da Lourinhã

Atestado como foi revacinado dentro dos ultimos sete anos;

A comissão verificando que foram cumpridas todas as formalidades na abertura do concurso e que o requerente apresentou os seus documentos dentro do praso de trinta dias da abertura do mesmo concurso, visto que este fechou em um do corrente, como se vê dos jornal "O Seculo" e da III serie |^{4v} do Diário do Governo de dois de junho deste ano, que estavam presentes e tendo vista que o mencionado requerente instruiu o seu requerimento com todos os documentos exigidos pelos decretos de cinco de janeiro de mil oitocentos oitenta e sete, vinte e quatro de dezembro de mil oitocentos noventa e dois e vinte e três d'agosto de mil novecentos e onse, admitiu-o ao concurso; e

Considerando que o requerente satisfaz plenamente ao exigido, não só pelos documentos honrasissimos que apresentou, mas também pelo conhecimento especial que esta camara tem das suas qualidades e competencia profissional;

Considerando alem disso, que ele foi o unico concorrente;

Considerando ainda esta Camara que póde já nesta sessão proceder à respectiva nomeação, como lhe permite o artigo trese do decreto de cinco de janeiro de mil oitocentos oitenta e sete e o paragrafo primeiro do artigo terceiro do decreto de vinte e quatro de dezembro de mil oitocentos noventa e dois, decretos estes que regulam o assento, acordou a Camara em proceder já nesta sessão á respectiva nomeação e assim passaram os vereadores a organizarem as suas listas, retirando-se da sala o Chefe interino da secretaria que era o concorrente.

|⁵ Procedendo-se á votação e corrido o escrutinio verificou-se ter o requerente sido nomeado por unanimidade de votos chefe da secretaria desta Camara, com o vencimento anual de cento e oitenta escudos com os emolumentos legais.

Entrando o nomeado na sala agradeceu a sua nomeação garantindo sob sua palavra d'honra que fará todo o possivel para dentro dos seus pouquíssimos recursos intellectuais, desempenhar fielmente os deveres do cago para que acaba de ser nomeado.

Interrompida a sessão por dés minutos procedeu-se a dar a devida posse ao nomeado de que se lavrou o respectivo termo, passando-se imediatamente o competente diploma.

Reaberta a sessão e tomando os vereadores os seus logares pelo presidente foi apresentada a relação que lhe fôra entregue pelo Presidente da Comissão Executiva, dos documentos de fóros e rendas dos anos de mil oitocentos sessenta e sete a mil oitocentos sessenta e oito até mil novecentos e oito, o que respeita aos fóros do minicipio e de mil oitocentos e oito a mil novecentos e oito, o que respeita a rendas de prédios rusticos deste mesmo município, na importancia total de mil quatrocentos escudos digo quatrocentos cinquenta e tres escudos e cincoenta e sete centavos, sendo destas mil dusentos trinta e nove escudos e vinte e dois centavos e d'aqueles dusentos e quatorze escudos |^{5v} e trinta e cinco centavos, documentos que existindo na tesouraria desta Camara em um número tão elevado e uma importancia tão

importante, só serve para sobrecarregar a responsabilidade do tesoureiro e a escrituração municipal sem resultado algum para o erário municipal, pois que disendo respeito a anos anteriores aos ultimos cinco anos, são incobráveis por terem prescrito como é expresso no artigo quinhentos quarenta e tres, numero primeiro, do código civil.

A Camara

Considerando que nestas circunstancias impossivel se torna efectivar tal cobrança, sendo desnecessarios e até contraproducentes os avisos reiterados que neste sentido se tem feito, dando lugar a reclamações algo violentas, mas cuja justiça tem de ser reconhecida por parte desta mesma Camara que vê bem a impossibilidade de apurar bem o assunto;

Considerando que este estado de coisas não deve continuar, não só pelo mau efeito que produz no povo a exigencia de uma contribuição que é incobrável, mas pelas consequencias que vai acarretando em subseqüentes anos;

Considerando que ano a ano se vai avolumando a divida destas proveniencias, se da parte da Camara não houver medidas energicas que acabe de vê com este estado caótico, deliberou por unanimidade anular todos os documentos de fóros e rendas |⁶ a este municipio respectivos aos anos citados, passando-se os respectivos documentos que torne o respectivo tesoureiro quite das competentes importancias, procedendo-se, cumpridas que sejam as formalidades legais, coercivamente contra os devedores e áqueles rendimentos nos ultimos cinco anos, para cujo serviço fica a Comissão Executiva autorizada a dar devido andamento.

Seguidamente passou a Camara a tratar mais das seguintes

Deliberações

Pelo presidente da comissão executiva, Joaquim Henriques Horta d'Almeida foi dito que sendo numerosos os vendedores ambulantes neste concelho sem que, pelo seu comercio, paguem quaisquer impostos a este mesmo concelho o que não acontece ao comercio local que se vê a braços com a crise, que vai tomando proporções assustadoras, e sobrecarregado com pesadissimas contribuições, por isso desejando que aqueles contribuam com quaisquer importancias para o concelho onde exercem a sua industria, o que é equitativo, apresentou, depois de a ter desenvolvido devidamente a seguinte:

Proposta

Proponho que a Camara Municipal deste concelho, usando da faculdade que lhe confere os numeros desaseis e trinta e dois do artigo noventa e quatro da Lei administrativa de sete d'agosto de mil novecentos e treze, face ao Capitulo IV do seu Código de Posturas o |^{6v} o seguinte aditamento:

Artigo 88.º A.—Os donos de estabelecimentos comerciais ou industriais fixos são obrigados a requisitar anualmente e por cada estabelecimento, licença na secretaria da Camara, pagando as seguintes taxas anuais, sob pena da multa de 3\$00:

1.º—Estabelecimentos colectados na matriz da contribuição industrial como fanqueiro, ferragens, quinquelheriras, drogas, venda de objectos d'ouro, prata, relógios de mesa ou parêde e cercais 1\$00.

2.º—Estabelecimentos colectados na mesma matriz como louça, vinhos, bebidas alcoolicas, fructas e hortaliças \$50.

§ unico.—Quando algum estabelecimento a que se referem os números 1.º e 2.º, tenha á venda artigos designados em ambos estes numeros, a taxa a pagar é a do numero 1.º

Artigo 88.º B. Fica expressamente proibido aos vendedores ambulantes venderem neste concelho, os artigos do seu ramo de negocio, sem que tenham previamente solicitado na secretaria da Camara a competente licença e pago na tesouraria respectiva as taxas constantes da seguinte:

Tabela:

Periodos	Artigos conduzidos em		
	Carroças ou bestas maiores	Às costas em: cabazes, caixotes, canastras ou fardos	Outra qualquer forma
Um trimestre	4.00	2.00	1.50
Dois trimestres	8.00	3.50	2.50
Três trimestres	10.00	4.50	3.50
Quatro trimestres	12.00	7.00	4.50

§ primeiro. A transgressão das disposições deste artigo será punida com as seguintes multas, alem da apreensão dos artigos expostos, para garantia da multa:

Vendedores de artigos condusidos em carros ou carroças 6\$00.

Ditos idem em fardos, canastras, caixotes ou cabases 5\$00.

Ditos idem d'outra qualquer forma 1\$50.

§ segundo. Ficam isentos das determinações deste artigo os vendedores de generos alimenticios e bem assim os que exposserem quaisquer artigos á venda nos mercados e feiras deste concelho. Paços do concelho da Lourinhã, 5 de agosto de 1914 (a) O Vereador – Joaquim H.H. d'Almeida.

Posta á discussão, pelo presidente, esta proposta, pediu a palavra o vereador João Maria da Silva Marques; e sendo-lhe concedida disse concordar com a doutrina expendida no artigo **88.º B** com o abdicamento ^{7v} de todas as taxas constantes da respectiva tabela que acha elevadissimas; e discordar em absoluto da letra do artigo **88 A** seus numeros e paragrafo. Discorda desta disposição porque, como muito bem disse o vereador proponente, o comerciante está sobrecarregado com grandes tributos, por conseguinte para que sobrecarrega-lo mais?

Depois de fazer diversas considerações apresentou a seguinte

Proposta:

Que seja eliminado por completo o artigo **88º. A** e seus numeros e paragrafo e que a importancia da taxa a pagar seja de 1\$50 – 1\$00 – e 0\$50 centavos anualmente por cada uma das formas, respectivamente constantes da tabela anterior, como os artigos expostos á venda forem condusidos.

Que esta sua proposta seja submetida á apreciação da Camara conjuntamente com a anterior.

O Vereador presidente da Comissão Executiva, tendo pedido ao presidente que lhe desse licença para uma explicação antes dos seus colegas se pronunciarem sobre os assuntos das propostas apresentadas, disse que propositadamente incluiu na sua proposta o artigo **88 A** e seus numeros para que não dissessem como ele é comerciante se havia poupado, mas que da melhor vontade pede ao presidente que retire da proposta o referido artigo ⁸ seus numeros e paragrafos, submetendo á apreciação da Camara as restantes disposições constantes da sua proposta.

A Camara depois de alguma discussão e de serem apresentados diversos alvitres, apreciando as duas propostas apresentadas acordou em organizar a seguinte postura, por todos os vereadores aprovada.

Postura

Capitulo IV

Disposições relativas ao exercicio de comercio e industria

Artigo 88º. A._ Fica expressamente proibido aos vendedores ambulantes venderem neste concelho os artigos do seu ramo de negocio, sem que previamente tenham solicitado na secretaria da Camara a competente licença e pago na tesouraria respectiva as taxas constantes da seguinte tabela:

Periodos	Artigos vendidos		
	Em veiculos ou cavalgadas maiores	Às costas em: Cabazes, caixotes, canastras ou fardos	De outra qualquer forma
Por um ano	6.00	3.00	1.50
Por 9 meses	4.50	2.25	1.13
Por um semestre	3.00	1.50	.75
Por um trimestre	1.50	.75	.38

§ 1.º A transgressão das disposições deste artigo será punida com as seguintes multas e com a apreensão dos artigos expostos para garantia das mesmas:

|^{8v} Aos vendedores de artigos condusidos em veículos ou cavalgadas maiores...6\$00

Aos vendedores de artigos condusidos em cabases, caixotes, canastras ou fardos.....3\$00

Aos vendedores de artigos conduzidos de outra qualquer forma.....1\$50

§ 2.º _ Ficam isentos das determinações deste artigo os vendedores de generos alimenticios e os que exposserem quaisquer artigos á venda nos mercados e feiras deste concelho.

Artigo 88.º B._ Esta postura adicional ao Capitulo IV do Codigo de Posturas Municipais entra em vigor depois de cumpridas as prescrições legais, especialmente as do artigo noventa e seis da já referida lei de 7 d'agosto de 1913, no dia primeiro de janeiro proximo futuro.

Pelo mencionado presidente da Comissão Executiva tambem foi apresentado o projecto do regulamento para a fiscalisação e cobrança dos impostos indirectos municipais, visto que o que se acha em vigor, pela sua antiguidade, se acha quase completamente revogado por leis ulteriores, projecto que é do teor seguinte:

Regulamento dos impostos indirectos municipais

Capitulo I.º

Disposições gerais

Artigo 1.º_ Os impostos indirectos municipais incidem, por taxa votada em orçamento, |⁹ sobre generos de consumo actualmente onerados com imposto ou n'aqueles que de futuro as substituam, ou n'aqueles que venham a ser onerados.

Artigo 2.º_ Os impostos indirectos serão liquidados por manifesto, avença, transgressão, apreensão ou arrematação.

Capitulo II

Liquidação e cobrança de imposto

Secção I

Dos manifestos

Artigo 3.º _ Na secretaria da Camara haverá um livro caderneta com dois talões e respectivo conhecimento em cada folha, sendo estas numeradas seguidamente e rubricadas de chancela pelo chefe da secretaria, para se lançarem os manifestos de todos os generos sujeitos ao imposto, e no mesmo se registará o movimento dos generos manifestados.

Artigo 4.º _ O manifestante responde para com a Camara pela importancia dos impostos que afecta o genero manifestado, mas esta responsabilidade suspende-se provando o manifestante que o genero ainda existe em seu poder, e cessa provando que deteriorou ou que foi exportado do concelho. Em qualquer destes dois casos deve solicitar-se baixa no manifesto; no primeiro, mediante titulo legal que prove a inutilização do genero por efeito de medidas sanitarias; no ^{9v} segundo, por via de guia que prove a saída do género para fóra do concelho.

Artigo 5.º _ Ninguém poderá expôr nem vender ao publico géneros sujeitos ao imposto sem que tenha feito o competente manifesto na secretaria da Camara ou á pessoa subrogada em seus direitos, salvo o caso de avença por todos os géneros tributados que estiverem no mesmo estabelecimento.

§ unico. _ Esta obrigação compreende a exposição ou venda feita em lojas, açougues, tabernas, casas de pasto, hotéis, tendas, logares certos ou incertos ou ainda nas proprias casas e vendas ambulantes.

Artigo 6.º _ O manifesto de gado abatido no matadouro municipal, ou em outros locais auctorizados far-se-ha aí perante o competente empregado fiscal, que d'ele fará o devido registo.

§ 1.º _ No pêso das rêsas abatidas far-se-hão sempre as deduções usadas para o estado.

§ 2.º _ No pêso do gado suino vivo far-se-ha o abatimento de 20% como compensação das banhas e miudêsas não sujeitas ao imposto.

Artigo 7.º _ As declarações do manifesto podem ser escritas ou verbais.

a) Serão escritas e assinadas pelo manifestante e fiador quando o deva haver, sempre que não seja o próprio manifestante que as faça.

b) Serão verbais ou escritas á escolha do manifestante, quando seja este que as vá faser, devendo assina-las assim como ¹⁰ o fiador, se tiver logar a fiança.

Artigo 8.º _ As declarações por escrito serão feitas em impressos fornecidos gratuitamente pela secretaria da Camara.

Artigo 9.º _ Em presença das declarações verbais ou por escrito, lavrar-se-ha na secretaria da Camara o termo na caderneta a que se refere o artigo 3.º entregando-se ao manifestante o 2º talão com o conhecimento respectivo para os fins do artigo 17.º **§ unico.** – Por cada estabelecimento se lavrará um termo de manifesto no qual serão sempre discriminados os generos manifestados e o local da venda.

Artigo 10.º _ O vendedor que pretender transferir para outra casa, loja ou armasem ou outro qualquer local de venda, generos de que no todo ou em parte tenha feito manifesto, é obrigado a declará-lo previamente na secretaria da Camara, que autorisará logo a transferencia, procedendo-se ás diligencias fiscais que se julguem precisas.

§ 1.º _ As mesmas formalidades serão observadas nos casos de saída dos generos para fóra do concelho, ou vice-versa, quando de qualquer outro concelho transitem

generos sujeitos aos impostos e que venham para o consumo publico neste concelho, onde será paga a respectiva importancia.

§ 2.º _ Verificada a hipotese da transferencia para outro estabelecimento, lavrar-se-hão novos termos de manifesto, aumentando-se o anterior.

Artigo 11.º _ Não é permitido manifesto |^{10v} por periodo superior a trinta dias.

Secção II

Das avenças

Artigo 12.º _ Os individuos que em quaisquer estabelecimentos, feiras, mercados, ou romarias pretendam vender generos sujeitos ao imposto indirecto municipal, é permitido avençarem-se com a camara por quantia que se presuma corresponder ao imposto sobre os generos que possam ser vendidos durante o prazo da avença.

§ 1.º _ Este prazo terminará sempre no fim dos meses de março, junho, setembro e dezembro.

§ 2.º _ Quando a avença fôr feita no decurso de um dos trimestres, será colectada até ao fim d'esse trimestre.

§ 3.º _ Nenhuma avença póde compreender mais d'uma casa ou local de venda.

§ 4.º _ As avenças são proibidas com os responsaveis pelo imposto correspondente ao gado abatido no matadouro municipal.

Artigo 13.º _ O individuo que pretender avençar-se apresentará na secretaria da Camara a proposta escrita no impressos fornecido gratuitamente pela mesma secretaria, ouvindo-se sempre a fiscalização que visará a proposta.

Artigo 14.º _ Aceite a avença lavrar-se-ha o termo no livro como o constante do artigo 3.º que será numerado seguidamente e rubricado de chancela pelo chefe da secretaria-|¹¹ria cumprindo-se o que determina a parte final do artigo 9.º com referencia ao pagamento.

Artigo 15.º _ Nenhuma avença será aceite a qualquer proponente sem que o respectivo imposto seja garantido por meio de fiança idonea ou o pagamento imediato á apresentação da proposta e depois de liquidada.

Secção III

Da liquidação

Artigo 16.º _ A liquidação dos impostos indirectos será feita apos a apresentação da proposta para manifesto ou avença, nos termos do presente regulamento, podendo a que diz respeito ao imposto pelo gado abatido no matadouro ser feita no fim de cada quinzena e em face do registo existente neste estabelecimento.

Artigo 17.º _ Os impostos indirectos serão pagos imediatamente á respectiva liquidação, com excepção do que determina o artigo precedente sobre gado abatido no matadouro, sendo o pagamento efectuado na tesouraria da Camara Municipal.

Secção IV

Da cobrança

Artigo 18.º _ Os impostos indirectos municipais serão pagos:

1º _ Pelo vendedor quando por grosso ou a miudo vender directamente para consumo particular;

2º _ Pelo vendedor nas vendas para consumo publico;

3º _ Pelo consumidor quando os generos forem directa ou indirectamente importados de fóra do concelho.

|^{11v} **Artigo 19.º** _ Sempre que o imposto não fôr pago no prazo digo pago nos termos do artigo 17.º ou até tres dias depois, terá a multa de 5% adicionais com designação ao que vai disposto no artigo 65.º.

Artigo 20.º_ Quando o contribuinte deixe de pagar o imposto no prazo designado no artigo 19.º e com as determinações ali consignadas, será avisado para o pagar, como ali se especifica, no prazo de 15 dias, findo qual, se não o fiser, se procederá á execução para embolso da fazenda municipal.

Capitulo III

Transgressões, descaminhos, apreensões e sua liquidação

Artigo 21.º_ É considerada transgressão aos preceitos do presente regulamento, a falta de rigorosa observância às disposições n' ele contidas.

Artigo 22.º_ De todas as transgressões descaminhos ou apreensões lavrará o respectivo empregado auto, que servirá de base ao processo, no qual relatará a diligencia feita e o cumprimento dado á disposição do artigo que segue.

Artigo 23.º_ O empregado deverá ter em vista no acto de conhecer da transgressão ou descaminho e faser a apreensão, as seguintes disposições, que constarão do auto a que se refere o artigo anterior:

- 1.º_ Tomar as precisas testemunhas a quem fará as devidas intimações;
- 2.º_ Intimar o transgressor a com- |¹² parecer na secretaria da Camara, a fim de expor o que tiver em sua defesa ou fazer-se representar, sob pena de revelia;
- 3.º_ Faser igual intimação aos conductores dos veículos ou gados apreendidos.
- 4.º_ Fazer remover para deposito os generos, veículos e gados apreendidos;
- 5.º_ Entregar imediatamente ao facto da transgressão ou apreensão, na secretaria da Camara, o auto referido.

§ unico._ Quando os géneros sejam de fácil deterioração, o deposito a que se refere o numero 4 será feito em uma das dependencias de qualquer estabelecimento da Camara ou dos paços do concelho, para os efeitos do artigo 28º.

Artigo 25.º_ No caso de descaminho de generos sujeitos ao imposto, serão estes apreendidos para garantir do pagamento do imposto devido, multa e custos.

Artigo 26.º_ Serão igualmente apreendidos os meios de transporte dos generos encontrados em descaminho, como veículos, gado, etc., para garantia da multa e custos.

Artigo 27.º_ Sempre que o transgressor queira depositar na tesouraria da Camara a importancia que a mesma digo a secretaria julgue necessaria para garantia do imposto, multa e custos, ou a estes der fiança idonea, ser-lhe-ão entregues os generos apreendidos. A entrega, porem, só se efectuará depois de feito o deposito ou termo de fiança.

|^{12v} § 1.º_ O mesmo se observará em referência aos donos ou conductores de transportes.

§ 2.º_ Em qualquer das hipoteses deste artigo se lavrará o competente termo.

Artigo 28.º_ Os generos apreendidos serão confiados, pelo empregado fiscal que fiser a apreensão, a depositário idoneo, que nesta qualidade responderá por eles até que ordem de entrega lhe seja dada, por escrito, pela secretaria da Camara.

§ unico_ O mesmo processo terá logar com referencia aos transportes apreendidos.

Artigo 28.º_ Quando os generos apreendidos forem de facil deterioração e o transgressor não satisfaça ao preceituado no artigo 26.º, serão os generos vendidos em hasta publica e o seu produto depositado na tesouraria da Camara.

§ 1.º_ A venda, procedida de editais, terá logar no local onde o genero se achar depositado.

§ 2.º_ O Tempo entre a apreensão e a venda, dependerá da natureza e estado dos géneros.

§ 3.ª_ De tudo e circunstancialmente se lavrará o respectivo termo.

Artigo 29.º_ As apreensões serão feitas em toda parte onde forem encontrados ou estejam sonegados generos descaminhados ao imposto.

§ unico._ Quando a apreensão tenha que se efectuar na casa de algum cidadão, o respectivo empregado procederá sempre com as formalidades da lei, requisitando auxilio à auctoridade competente.

Artigo 30.º_ O empregado Fiscal dará conhecimento á camara em nota semanal de todas as transgressões, descaminhos e apreensões.

Artigo 31.º_ Julgada pela Camara injusta e improcedente a transgressão ou apreensão, os generos ou transportes apreendidos e as importancias em deposito serão restituídas, a seu dono, deduzidas as despesas já feitas, com o processo e tratamento dos animais depositados.

Artigo 32.º_ Julgando justa e procedente a transgressão ou apreensão, será liquidado o imposto devido e as competentes multa e custos.

Artigo 33.º_ Quando o transgressor se preste a pagar voluntariamente o imposto e multa liquidados, poderá, dando fiador idóneo, gosar do prazo de cinco dias para entrar com a quantia em cofre, sendo-lhe entregues imediatamente os generos, transportes ou quantias em deposito.

Artigo 34.º_ Se o dono dos géneros apreendidos não contestar, o presidente da camara, lavrados os respectivos autos, levará o processo á primeira sessão camararia, deliberando a camara sobe a procedencia ou improcedencia da apreensão e pagamento do imposto, multa e custas.

Artigo 35.º_ Havendo contestação, proceder-se-ha á inquirição de testemunhas ^{|13v} e outras diligencias que forem requeridas, as quais serão presididas pelo presidente da camara servindo de escrivão o Chefe da secretaria da Camara. De tudo se lavrará auto, o qual será levado á primeira sessão da Camara, afim de deliberar conforme vai disposto no artigo antecedente.

Artigo 36.º_ Das deliberações da Camara podem os condenados recorrer para o Juizo de Direito desta Camara no praso de 10 dias. Este praso conta-se desde a intimação da deliberação.

Artigo 37.º_ Dos generos apreendidos e abandonados em que não concorram as circunstâncias referidas no artigo 28.º, se procederá á venda em hasta publica no praso de 10 dias, contados da intimação por editais aos conhecidos ou desconhecidos donos dos mesmos generos.

Artigo 38.º_ Os generos apreendidos e abandonados são, como os transportes, pelo produto da sua venda, garantia ao imposto devido, multas e custas; mas, quando na venda não produzam a quantia suficiente para o que seja devido á fazenda municipal e custas do respectivo processo, ficam seus donos responsaveis pelos seus haveres até ao cumprimento.

Artigo 39.º_ O, dono dos generos apreendidos deve sempre ser ouvido, ou seu representante, nos casos dos artigos 34.º e 35.º, correndo á revelia caso ^{|14} não compareça.

Artigo 40.º_ São competentes para tomar conhecimento das transgressões, descaminhos e fazer apreensões todos os empregados a quem competir a fiscalização dos impostos indirectos.

Capitulo IV **Das denuncias**

Artigo 41.º_ São autorizadas as denuncias por quaisquer transgressões ou descaminhos.

§ 1.º_ As denúncias serão feitas na secretaria da camara e a seu respeito se guardará o mais absoluto sigilo, lavrando-se termo no livro respectivo, não sendo permitido extraviarem-se certidões dos termos que n'ele se lavrarem.

§ 2.º_ Este livro será rubricado pelo presidente da camara e os termos assinados pelo denunciante e pelo chefe da secretaria.

Artigo 42.º_ Se a denuncia se referir a transgressão ou descaminho, o chefe da secretaria extrairá certidão do termo respectivo, na qual ocultará o nome do denunciante, e fará intimar o denunciado para no prazo de vinte e quatro horas, contando da intimação confessar ou contestar a transgressão denunciada.

§ 1.º_ Confessada a transgressão o chefe da secretaria liquidará o imposto devido, multa e custas competentes; se fôr contestada, o mesmo funcionário remeterá a certidão do termo para o Juizo de Direito.

§ 2.º_ Se a denuncia se referir a |^{14v} tentativa de descaminhos, o chefe da secretaria d'acordo com a auctoridade administrativa, a quem pedirá auxilio, planeará e ordenará as diligencias necessárias para ser punida nos termos deste regulamento. Destas diligencias lavrará auto e procederá em seguida nos termos do artigo anterior.

Artigos 43.º_ Os empregados ao serviço dos impostos indirectos municipais não podem ser considerados denunciante.

Capítulo V

Empregados fiscaes, licenças, declarações, varejos e guias de transito.

Artigo 44.º_ A Fiscalização dos impostos sobre generos de consumo compete:

1.º_ Aos empregados da Camara

2.º_ Aos arrematantes que ficam subrogados para este fim em todos os direitos da Camara.

Artigo 45.º_ É permitida a inspecção fiscal em todos os locais onde existam ou se presuma existirem generos sujeitos ao imposto.

§ unico._ Excetuam-se:

1.º_ As adegas, armazens, depositos, ou casas de produtores, que não tenham estabelecimentos de venda, quando tais adegas, armazens, depositos ou casas sirvam tão sómente para guardar os produtos das suas colheitas e não sejam contíguos a estabelecimentos de venda de generos sujeitos ao im- |¹⁵ posto nem tenham comunicação com estes, e só se vendam n'eles os mesmos produtos para serem revendidos ou exportados.

2.º_ Os estabelecimentos de vendam ao publico e respectivos depositos, quando seus donos estejam avençados para todos os generos que nos mesmos estabelecimentos se vendam.

Artigo 46.º_ os donos dos estabelecimentos e dos depositos dos generos sujeito ao imposto municipal são obrigados a fornecer aos empregados fiscaes as medidas e tudo o mais que lhes fôr necessário para o exame e fiscalização.

Artigo 47.º_ As inspecções de que trata o artigo 46.º só poderão ser feitas desde o nascer ao ocaso do sol, observando-se sempre as prescrições estabelecidas nas leis vigentes.

Artigo 48.º_ São competentes para fazer estas inspecções todos os empregados encarregados da fiscalização, podendo ser coadjuvados neste serviço pela pessoa ou pessoas de que se fizerem acompanhar.

Artigo 49.º_ Toda a pessoa que neste concelho vender por grosso ou a retalho ou empregar em consumo proprio generos sujeitos ao imposto indirecto municipal, deverá pagar á Camara ou a quem esta legalmente transferir esse direito, o imposto que onerar os referidos géneros.

§ unico._ Não são sujeitos ao imposto os generos consumidos pelo productor e sua familia.

|^{15v} **Artigo 50.º**_ Todos os generos para venda sujeitos ao imposto que transitarem dentro da area do concelho para consumo ou exportação, deverão ser acompanhados de uma guia de transito assinada pelo chefe da secretaria da Camara e com o selo branco deste municipio.

§ 1.º_ Excetuam-se os generos vendidos, comprados ou pertencentes a cidadãos avençados com a Camara.

§ 2.º_ Os empregados encarregados da fiscalização deverão proceder a todas as indagações precisas para conhecer da proveniencia e destino dos generos encontrados em transito.

§ 3.º_ As guias de que trata este artigo deverão conter:

- 1.º_ Numero d' ordem;
- 2.º_ Nome do conductor;
- 3.º_ Designação da especie e quantidade dos generos conduzidos;
- 4.º_ O fim a que se destinam;
- 5.º_ O local aonde se dirigem;
- 6.º_ A fórmula da condução, isto é, se o género é conduzido em uma ou mais cargas, ou veículos, e a especie destes;
- 7.º_ Data e assinatura.

Artigo 51.º_ Os generos que transitarem sem guia serão apreendidos e depositados por conta de quem pertencerem, para garantia da multa em que incorrem os transgressores.

Artigo 52.º_ Os vendedores do conce- |¹⁶ lho de generos sujeitos ao imposto indirecto municipal, deverão dirigir-se á secretaria da Camara e solicitar a guia de transito e, só depois de a obterem, poderão expôr ou fazer venda dos ditos generos.

§ unico._ Excetuam-se os vendedores avençados com a camara.

Artigo 53.º_ Os vendedores ambulantes de fóra do concelho, de generos sujeitos ao imposto municipal, deverão observar o disposto no artigo 51.º, quando não estejam avençados com a camara.

Capitulo VI

Das penalidades

Artigo 54.º_ Os descaminhos ou subtrações de generos sujeitos ao imposto serão punidos com a multa de 50% do valor do generos descaminhados ou subtraídos, servindo de base para o calculo o preço de revenda no lugar da apreensão, não podendo em todo o caso exceder a 20\$00 nos termos da lei.

§ unico._ Em igual multa incorre o conductor pelo genero que exceder a quantidade designada na guia.

Artigo 55.º_ As transgressões das disposições deste regulamento são punidas com a multa de 2\$00. Por cada reincidência mais 1\$00 até ao limite legal agravando-se a pena de prisão até trinta dias, nos termos do artigo 188.º doCodigo Penal.

Artigo 56.º_ Para a imposição das multas os donos dos generos ou dos transportes são responsaveis |^{16v} pelos actos dos seus representantes, seja qual fôr o título ou condição por que forem representados.

Artigo 57.º_ As multas são pagas voluntariamente ou em virtude de sentença judicial.

Artigo 58.º_ As transgressões deste regulamento serão julgadas pelo Juízo de Direito desta comarca, ao qual se enviarão os autos respectivos.

§ unico._ Nos casos de apreensão o Juízo de Direito só julgará por via da reclamação, das deliberações da Câmara, nos termos do artigo 36.º.

Artigo 59.º_ As multas impostas pelas transgressões deste regulamento serão divididas em duas partes iguais pertencendo uma ao empregado ou pessoa que participar a transgressão ou descaminho, e a outra ao cofre municipal.

Artigo 60.º_ As testemunhas devidamente intimadas que não comparecerem no dia e hora marcados na secretaria da Câmara, serão consideradas transgressoras deste regulamento e punidas nos termos do artigo 55.º.

Artigo 61.º_ Os empregados especialmente empregados digo especialmente encarregados da fiscalização dos impostos municipais, que não multarem, apreenderem, derem participação ou por qualquer forma deixarem de observar todas as disposições deste ^{|17} regulamento, serão punidos com a multa de 2\$00 a 10\$00, suspensos ou demitidos, conforme o caso exigir.

Artigo 62.º_ Todo o empregado que indevidamente cobrar os impostos, será punido conforme o caso pedir, e o contribuinte não terá direito a haver a importância paga, se esta não tiver chegado ao seu destino.

Capítulo VII

Disposições finais

Artigo 63.º_ Compete mais ao chefe da secretaria da Câmara:

1.º_ Fazer ou dirigir toda a escrituração necessária para a execução deste regulamento;

2.º_ Ter sempre em dia o livro dos manifestos, dos depósitos e das avenças:

3.º_ Informar, sempre que lhe seja pedido pela Câmara, o estado da cobrança dos manifestos, depósitos e avenças.

4.º_ Vigiar pelo cumprimento dos deveres de todos os empregados do serviço da fiscalização dos impostos municipais, que ficam sendo seus subalternos, dirigindo-os em todos os serviços de fiscalização sob a superintendência imediata do presidente da Câmara, a quem diariamente informará, na secretaria a seu cargo, das ocorrências nestes serviços.

Artigo 64.º_ Só ao tesoureiro, seus propostos ou arrematantes é permitida a cobrança dos impostos municipais.

^{|17v} **Artigo 65.º**_ Todo o empregado que do seu zelo e bom serviço dê provas, pôde ser louvado e remunerado extraordinariamente.

Artigo 66.º_ Constituem receita municipal, depois de liquidado e pago o que fôr devido pelo imposto, multa e custos, os depósitos efetuados em virtude do disposto no artigo _____, se não forem reclamados no prazo de 180 dias, contados da citação por edital .

Artigo 67.º_ O presente regulamento começará a vigorar depois de publicado, no primeiro de janeiro próximo futuro.

Artigo 68.º_ Ficam revogadas todas as disposições anteriores sobre fiscalização dos impostos indirectos municipais.

Terminada a leitura deste regulamento com o qual a câmara concordou plenamente, deliberou esta, como determina o artigo noventa e seis da lei de sete d'agosto de mil novecentos e treze, digo esta usando da faculdade que lhe confere o numero desasete do artigo noventa e quatro da lei de sete d'agosto de mil novecentos e treze em o aprovar por unanimidade ordenando a sua publicação dentro do corrente ano.

Também deliberou, como determina o artigo noventa e seis da mesma lei, ouvir as juntas de freguesia ^{|18} deste concelho, sobre a venda em hasta publica, para cuja

praça designou o dia vinte e três do corrente com a assistencia do presidente da Comissão Executiva, de toda a madeira existente no pinhal no sítio de Cataverde; e sob o adiconamento ao Codigo de Posturas, fazendo sentir áquelas corporações que o seu silencio sobre o assunto para que são ouvidas até á proxima sessão ordinária desta Camara, será considerado como dando a sua aprovação a estas deliberações.

Imediatamente passaram a ser lidas todas deliberações que a Comissão Executiva, usando da faculdade que lhe confere o artigo cento e um da citada lei de sete d'agosto, tomou no interregno da sessão ordinaria d'abril até á presente, em cujas deliberações entram diversos aforamentos, nomeação d'um médico municipal, diversas obras etc.

Terminada a leitura foram por unanimidade e sem o menor reparo por parte de algum vereador, aprovadas e confirmadas todas as deliberações, incluindo também a da conveniencia de ser expropriada por utilidade publica uma propriedade urbana em ruinas sita na Praça da Republica nesta vila, pertencente a António Henriques de Matos desta mesma vila, auctorizando a Comissão Executiva a proceder á or-^{18v}ganização do respectivo processo, que será presente á próxima sessão ordinaria para ser deliberado qual o destino de maior utilidade publica a dar ao competente recinto.

Acto continuo o vereador António Vieira, lendo uma carta que recebeu sobre a comunicação que lhe fôra dada de ter sido aprovada pelo Inspector Escolar do circulo de Torres Vedras as obras feitas no edificio escolar do Casal do Azeite, propõe que seja aberto o respectivo concurso para o provimento da mesma escola, proposta que foi por unanimidade aprovada; fazendo o vereador João Marques igual reclamação com respeito á escola do sexo feminino do logar do Reguengo Grande, oficiando-se ao aludido Inspector para que venha sem demora inspeccionar as obras ultimamente feitas na casa onde a mesma escola funcionou e que foi mandada encerrar, a escola, por falta de condições higienicas deste edificio; aproveitando a ocasião para, no caso desta referida casa ainda não servir para o fim a que é destinada, inspecionam duas casas que o cidadão Casimiro da Silva Marques possui e que lhe parece ser adequadas qualquer d'elas para escola. A Camara concordando com a reclamação deliberou que seja aberto concurso para o provimento desta escola, oficiando-se ao Inspector no sentido indicado.

¹⁹ Ainda o vereador Vieira interpelou o presidente da Comissão Executiva ácerca do que havia feito sobre a conferição das medidas para líquidos, do padrão deste concelho que são, como já por diversas vezes tem dito, maiores do que as dos padrões dos concelhos limitrofes. O presidente da Comissão informou que mandara proceder á respectiva conferencia tendo-lhe sido dito que as medidas estão certas, contudo como o vereador Vieira insistisse em afirmar que não são iguaes ás dos outros concelhos, aguarda que o aferidor vá a Lisboa para n'essa ocasião ir com as medidas á repartição competente no Ministerio no Fomento proceder á competente conferencia._ A Camara concordando com esta opinião resolveu que tal serviço seja feito no menor prazo de tempo possível.

Em seguida o vereador João Maria da Silva Marques disse que não tendo a Comissão Executiva desta Camara dado até hoje, como lhe cumpria, andamento algum ao que esta Camara deliberára em sessão de sete de janeiro deste ano, sobre o fornecimento de dés candieiros destinados á iluminação publica do logar de Reguengo Grande, por isso péde á Camara se manifeste sobre o assunto, disendo-lhe se a Comissão deve ou não mandar colocar os referidos candieiros nos seus respectivos logares.

Pelo Presidente da Comissão Executiva, |^{19v} foi informado que os candieiros não estão ainda concluídos apesar de já ter terminado o prazo para o respectivo arrematante os concluir, porque este lhe tem pedido diversas prorrogações, ao que ele presidente tem anuído em vista dos boatos que, com uma certa insistência, têm circulado, de que o povo do Reguengo os apedrejaria após a sua colocação. A declaração dos boatos foi corroborada pelo vereador José do Nascimento Neves, que disse ser vós corrente pela sua freguesia o que o presidente acaba de dizer.

Pelo vereador João Marques foi garantido que tal boato não tinha fundamento algum, aproveitando o estar no uso da palavra para perguntar se a madeira proveniente do desbaste feito no pinhal do município no sítio dos Camarnais já foi vendida e qual a receita digo a importância da receita proveniente desta venda; informando o vereador José do Nascimento Neves que os paus cortados aludido pinhal estão vendidos sob palavra a diferentes indivíduos por uma quantia que não pôde precisar pois que o respectivo guarda ainda não lhe deu a nota total das vendas e que é pena não poder ser feito maior desbaste porque há bastantes pessoas que compraram a respectiva madeira.

Nesta altura o vereador João Mar- |²⁰ ques voltou novamente a instar para que a Câmara determinasse um prazo curto para a colocação dos candieiros no lugar do Reguengo Grande; e como da discussão que se travou sobre este assunto entre todos os vereadores não se fixasse prazo, o dito Marques propôs que este fosse de quinze dias, retorquindo-lhe o vereador José do Nascimento Neves ser curto este prazo devendo este ir até Trinta e um do corrente.

Estabelecendo-se discussão muito acalorada entre estes vereadores e o presidente da Comissão Executiva e não podendo a presidência serenar a discussão, ia para interromper a sessão quando o vereador Marques pedindo licença saiu da sala, encerrando-se em acto contínuo em nome da lei a sessão ordinária deste trimestre por não haver outros assuntos a tratar.

De tudo para constar se lavrou esta acta que vai ser devidamente assinada depois de lida por mim

José do Nascimento Neves secretario que a subscrevi, ressaltando-se entre linha feita a folhas 299-v. do livro nº 12, que diz – “vender-se em hasta publica a madeira do referido pinhal, “_ e a rasura da palavra_“sêr”._

Alfredo Manuel candeias

José Narciso

Joaquim H.H. Almeida

Pedro Marques de Carvalho

|^{20v} António Rodrigo de Carvalho

Silvano Marcelino

José da Silva Henriques Cordeiro

Augusto dos Santos Picão

João Maria da Silva Marques

José António Custódio Neves

José do Nascimento Neves

António Vieira Junior

António Maria da silva

Sessão ordinária de 2 de novembro de 1914

Aos dois dias do mês de novembro de mil novecentos e catorze nesta vila da Lourinhã e nos Paços do Concelho se reuniram em sessão ordinária o presidente da Camara Municipal deste concelho, Alfredo Manuel Candeira e os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques Horta d'Almeida, Joaquim José Bordalo, José António Custódio Neves, José Narciso, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Camacho, Silvano Marcelino, faltando o vice – presidente Francisco Maria Pereira Marques e os vereadores Antonio Maria da Silva e Antonio Vieira Junior, foi pelo presidente em nome da Lei, aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi ²¹ aprovada sem declaração alguma pelo que foi assinada, sendo lida uma carta do vice-presidente comunicando não poder assistir a esta sessão por motivo de não ter empregado para ficar no seu estabelecimento. Nesta altura o Chefe da secretaria disse que o vereador Antonio Vieira Junior, com quem estivera na ultima sexta feira encontrado-o doente com grande erupção de pele, lhe pedira para rogar aos seus colegas o dispensassem de comparecia a esta sessão em vista do seu estado de doente, falta que justificaria com o respectivo atestado medico se assim lho exigissem, doença que foi confirmada pelo vereador Bordalo. Pelo vereador João Marques também foi dito que o seu colega António Maria da Silva, por afazeres de sua casa igualmente não pôde assistir a esta sessão.

Consultada a Camara pela presidencia ácerca das faltas destes vereadores, pela Camara foram aceites como justificadas estas faltas, passando-se em seguida á leitura da seguinte

Correspondencia:

Ofícios das Juntas de Paroquia Civis da Lourinhã e Moita dos Ferreiros, datados respectivamente de doze e treze d'agosto findos, comunicando nada terem que opôr em relação ás deliberações tomadas por ^{21v} por esta Camara na sessão ordinária de cinco d'agosto referido, constantes do officio desta mesma Camara numero cento oitenta e um, da aludida data de cinco d'agosto, ás quais dá a sua aprovação. A Comissão ficando inteirada resolveu dár como definitivas as suas deliberações de cinco d'agosto sobre alienação de terrenos e adicionamento ao Capitulo IV do seu ccdigo de posturas, visto que o silencio das restantes juntas, de paroquia do concelho importa aprovação das mencionadas deliberações.

Officio com data de trinta e um d'outubro ultimo, de António Mendonça d'Almeida, desta vila, participando que a contar do primeiro do corrente mês de novembro, deixa de exercer o cargo de guarda campestre interino deste concelho. _ Inteirada.

Officio datado do primeiro do atual mês, da professora oficial da escola mixta do Casal do Azeite, pedindo oito dias de licença, para pôder ir á Junceira, concelho de Tomar, fazer transportar a sua mobilia para aquela escola de cujo lugar tomou posse em vinte e oito d'outubro findo. _ Concedida com vencimento.

Officio de vinte quatro de d'outubro proximo preterito, da Comissão Ad-²² ministrativa da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, comunicando for proposto ao Governo da Republica medidas tendentes a assegurar a participação do pessoal e material d'aquela sociedade em quaisquer operações de guerra em que as tropas Portuguesas possam entrar no estrangeiro, para cujos serviços abrija uma subscrição que recomenda ás Camaras Municipais do paiz e com o auxilio pecuniário dos quais conta para tão patriotico e humanitario fim. _ A Camara depois de inteirada da humanitaria iniciativa desta benemerita sociedade, deliberou contribuir para a

respectiva subscrição com a quantia de vinte escudos, que desde já põe ao dispôr da aludida Sociedade.

Oficio numero trinta e nove da Direcção da Sociedade Instrução Militar Preparatoria n.º 8 com séde nesta vila, pedindo a continuação do subsidio para a despesa da iluminação dos cursos nocturnos para adultos do sexo masculino nas escolas officiais deste concelho, que aquella Direcção conseguiu seg. digo conseguiu abrir nas mesmas escolas, parecendo-lhe que não será exagerado o abono de dez centavos por de d'aula em cada um dos cursos._ O vereador Joaquim de Almeida, que é um dos Directores d'aquella Sociedade, é de opinião |^{22v} que este pedido não seja atendido porque tendo sido concedido pelo Ministério da Instrução o subsidio de trezentos escudos á referida Sociedade para auxiliar as despesas com o pessoal e material dos já referidos cursos, não deve ser sobrecarregado o cofre municipal com o pagamento d'uma avultada quantia, pois que os cursos a funcionar devem ser um numero de cinco, em proveito só do cofre d'aquella sociedade, por isso propõe que não seja concedido subsidio algum.

O vereador Augusto Picão – que tambem é director d'aquella Sociedade – disse que o subsidio que consta ter sido concedido pelo Governo á mesma Sociedade, não foi só destinado ao pagamento da despesa com cursos nocturnos, mas sim a outras despesas da aludida Sociedade.

O vereador João Marques disse que não tendo ainda dado entrada no cofre da referida Sociedade, segundo lhe consta, a importancia do subsidio concedido pelo Estado e podendo este acabar, propõe que a Camara, auxiliando como lhe cumpre o desenvolvimento da instrução do nosso povo, defira o pedido concedendo o subsidio para a iluminação dos cursos nocturnos deste concelho.

|²³ Postas pelo presidente á votação da Camara, as propostas dos vereadores Almeida e Marques, foi aprovada, depois de alguma discussão e por maioria de dois votos, a proposta do vogal João Marques.

Aprovaram esta proposta o presidente da Camara e os vereadores Augusto dos Santos Picão, José Custodio Neves, Silvano Marcelino, Joaquim Correia Caldeira e Joaquim José Bordalo. Regeitaram-na os vereadores José da Silva Henriques Cordeiro, José Narciso, Pedro Marques de Carvalho, Antonio Rodrigo de Carvalho e Joaquim d'Almeida.

Oficio da Junta de Paroquia Civil da Moita dos Ferreiros, pedindo providencias para que a escola do sexo masculino (única na freguesia) não continue fechada, pois que desde maio deste ano que não funciona, com grave prejuízo das creanças que a frequentavam; e lembrando que, por conveniencia do cofre municipal e beneficio do pôvo d'aquella freguesia, esta Camara, usando da faculdade que lhe confere o artigo sessenta e quatro, numero terceiro, do decreto de vinte e nove de março de mil novecentos e onse, requeira dos poderes superiores a conversão em mixta da referida escola do sexo masculino. Este pedido foi reforçado pelo vereador Antonio Rodrigo de Carvalho, que propôs que fosse |^{23v} atendido, requerendo-se a conversão em mixta da mesma escola. E como a professôra official daquela freguesia ate ao dia primeiro deste mês ainda não tivesse reassumido as funções do seu cargo, visto terem terminado as sucessivas licenças em trinta e um de outubro ultimo, propõe mais que á mesma seja aplicada as penas da lei._ A Camara aprovando por unanimidade estas propostas resolveu informar-se da Junta de Paroquia da respectiva freguesia se a dita professora já recommçou os trabalhos escolares para, no caso negativo, proceder de harmonia com as disposições do regulamento disciplinar respectivo.

Ofício circular numero vinte e nove datado de desenove d'outubro deste ano, e expedido pela primeira repartição do Governo Civil de Lisboa, chamando a atenção desta Camara para as disposições da circular do Ministerio do Interior, que transcreve, que recomendam todo o beneficio praticavel em materia de salubridade publica, especialmente no tocante a abastecimento d'aguas potaveis, esgotos e remoção de imundices, habitações e estabelecimentos insalubres, porque os fócios colericos que surtiram na Europa oriental ameaçam difusão epidemica. O vereador |²⁴ Almeida, presidente da Comissão Executiva, aproveitou a ocasião para informar que esta Comissão solicitára do Sr. Governador Civil do Districto o inquerito a que se refere o artigo quinto do Regulamento das disposições a observar no abastecimento d'agua potavel ás povoações, datado de onse de maio de mil novecentos e quatro, pois que como todos sabem, a agua potavel desta vila é má._ A Comissão ficando inteirada do assunto d'aquela circular aprovou o procedimento da Comissão.

Requerimentos:

De Antonio Henriques de Matos, desta vila, requerendo novamente auctorisação para reconstruir o predio (hoje em ruinas) que possui na Praça da Republica nesta mesma vila e auctorisação para depositar materiais na via publica. Pede esta digo e licença para depositar materiais na via publica. Pede novamente aquela autorização visto que não concordam com o alinhamento, que não solicitou e pelo qual lhe exigiam o pagamento de certa quantia, que pela vereação transacta lhe fôra marcado, procedimento este que junto com a falta de artistas, tem obstado a que o predio já esteja concluido.

O Vereador Almeida lembra que o predio para cuja construção se pede licença é o que a Camara na sua sessão de Cinco d'agosto |^{24v} deliberou expropriar e cujo processo não foi apresentado hoje porque o requerente lhe pedira por mais d'uma vês para que tal não se fizesse porque ia reconstrui-lo brevemente caso não encontrasse comprador ao mesmo, o que lhe parecia haver e que era o proprietario do predio contiguo ao dele Antonio Henriques de Matos. Contudo concorda com o que a Camara resolver.

Pelo vereador João Marques foi dito que seja marcado um praso unico improrrogavel para a reconstrução exterior do predio de que se trata, dando-se disto conhecimento ao requerente, a quem se fará sentir que, logo que termine o praso que lhe fôr marcado, e que a obra não esteja completamente concluída na parte exterior incluindo o telhado, se procederá sem mais aviso, a expropriação do mesmo predio, assunto este para cuja solução a Comissão Executiva deve ficar autorizada.

A Camara acordou em conceder ao requerente o praso de cento e vinte dias a contar da recepção da entrega do officio ao mesmo requerente auctorisando a Comissão a tratar do assunto logo que termine o prazo e a marcar d'acordo com o conductor chefe das obras municipais o alinhamento devido para embelesamento do largo da Republica.

|²⁵ De Sabino José Maria, desta vila, pedindo auctorisação para reconstruir o seu predio sito nesta vila e com frente para a rua do Antão e largo das Travessas e licença para deposito de materiais._ Foi-lhe concedida a licença, mantendo-se o actual alinhamento.

De João Garcia, do Seixal e de José Mota de Casal Novo, que já haviam sido presentes á Comissão Executiva nas sessões de 16 de agosto e 12 de novembro findos, solicitando, para o efeito de alinhamento, a compra de quatorse e sete metros e vinte decímetros quadrados de terreno respectivamente, nas povoações onde residem e destinados a construções de predios. Estes requerimentos vêm instruidos com

plantas e laudo de peritos, constando destes laudos que os mencionados terrenos foram avaliados respectivamente em um escudo e quarenta centavos e cinquenta e sete centavos.

A Camara tendo em vista o decreto de sete d'outubro deste ano que regula o assento, mas tendo tambem em vista que as leis não tendo efeito retro-activo não podem as disposições d'aquelle decreto applicarem-se ao caso sujeito, pois que o respectivo assunto já havia sido tratado antes da publicação do mencionado decreto, sendo a deliberação a tomar apenas o complemento do referido assunto, resolveu auctorisar a venda ^{|25v} dos mencionados terrenos pela importancia porque foram avaliados ouvindo-se como determina o artigo noventa e seis da lei de sete d'agosto do ano findo, as juntas de parochia visto que esta deliberação se acha comprehendida na letra do numero dois do artigo noventa e quatro da mesma lei, e fazendo-se sentir a estas corporação que o seu silencio sobre este mesmo assunto será considerado como sendo dado a sua aprovação.

Deliberações

Acto continuo passou a Camara a estabelecer os preços médios dos generos abaixo designados digo a fixar as tarifas do serviço pessoal, carros e demais transportes, para servirem de base ao lançamento do imposto de trabalho no proximo ano civil.

Cada dia de serviço pessoal, vinte e quatro centavos.....		,24
Dito de carro de bois, um escudo.....	1	,00
Dito idem de vacas, noventa centavos.....		,90
Dito de carrêtas, cincoenta centavos.....		,50
Dito de carruagens de qualquer especie, um escudo e vinte centavos.....	1	,20
Dito de besta de carga maior, trinta centavos.....		,30
Dito idem menor, desoitto centavos.....		,18
Dito de besta de tino, vinte e quatro centavos.....		,24
Dito de besta de serviço pessoal, trinta centavos.....		,30
Dito besta menor de serviço pessoal, ²⁶ vinte e quatro centavos.....		,24

Seguidamente passou a Camara a estabelecer os preços medios dos generos abaixo indicados, com relação a este concelho no presente ano, pela forma seguinte:

Azeitonas, litro.....		,04
Aguardente 30º, litro.....		,20
Alhos, réstea.....		,03
Azeite, litro.....		,30
Batatas, quinse quilogramas.....		,40
Cabritos, um.....		,40
Carne de capacado, quilograma.....		,20
Carne de porco.....idem.....		,30
Carne de vaca.....idem.....		,28
Carneiros, um.....	1	,80
Cebolas, cabo.....		,03
Centeio, litro.....		,03,5
Cêra em velas, quilograma.....		,80
Cevada, litro.....		,02,5
Chicharos, litro.....		,03
Cortiça, quinse quilogramas.....		,30
Ervilhas, litro.....		,05

Fava, idem.....	,04
Feijão branco, idem.....	,08
Feijão encarnado, idem.....	,08,5
Feijão frade, idem.....	,07
Frangãos, um.....	,20
Frangas, uma.....	,24
Galinhas, uma.....	,55
Gão de bico, litro.....	,08
Leitões, um.....	1 ,50
Lenha, carrada.....	3 ,00
Linho, quilograma.....	,40
Maça, cento.....	,50
26v Mato, carrada.....	2 ,50
Milho, litro	,03,8
Palha de milho, molho	,06
Palha de trigo, quinse quilogramas.....	,10
Pera, cento.....	,20
Queijos, duzia.....	,24
Tremoço, litro.....	,03
Trigo, idem.....	,04,5
Vides, carrada.....	1 ,60
Vinagre, litro.....	,05
Vinho branco, idem.....	,03
Vinho branco môsto, idem.....	,02,5
Vinho tinto, idem.....	,04
Vinho tinto môsto, idem.....	,03

Inicialmente foram lidas pelo Chefe da Secretaria todas as deliberações tomadas pela Comissão Executiva desta Camara no interregno da sessão ordinaria d'agosto até á presente.

Terminada a leitura o vereador João Marques pediu a palavra e sendo-lhe concedida disse:

Que em uma das sessões ordinarias de janeiro fôra deliberado por esta Camara que, logo que o logar de guarda campestre deste concelho, que ao tempo era exercido pelo cidadão Augusto Nunes de Araujo, deixasse de ser desempenhado por este cidadão que estava já ou ia ausentar-se para a America do Norte, digo cidadão que ia ausentar-se para a America do Norte, fosse suprimido tal logar, visto não se tornar preciso ao concelho em ²⁷ vista da guarda nacional republicana do posto desta vila, ter, por lei, a seu cargo o fazer cumprir as disposições do Codigo de Posturas. Sendo isto certo deseja saber em que lei se fundou a Comissão Executiva para anunciar a abertura do concurso para o provimento deste logar.

Informado nesta altura pela presidencia e pelo Chefe da Secretaria que tal deliberação não consta das actas, perguntou aos seus colegas se fôra ou não isto deliberado, respondendo-lhe o vereador Joaquim d'Almeida, presidente da Comissão Executiva, que efectivamente se falára em tal assunto em uma das sessões passadas, mas unicamente como méra conversa e não como deliberação; e nestes termos a Comissão de sua presidencia resolveu e muito bem prover o logar referido por concurso, por ser de absoluta necessidade para o serviço municipal, pois que a guarda republicana – que não é subordinada desta Camara – nada fás e o outro guarda não póde desempenhar todo o serviço. Alem disto o lugar de guarda sendo

provido em pessoa zelosa do cumprimento dos seus deveres e com a aplicação do regulamento interno dos guardas, que acaba de ser lido, ao que não cumpra com as suas obrigações, dá interesse ao cofre municipal, pois que, como se pôde ver da respectiva escrituração, as importancias das multas entradas no |^{27v} cofre municipal, são superiores ás dos vencimentos dos guardas.

O vereador José Narciso disse que efectivamente fôra resolvida a extinção do lugar de guarda logo que o proprietário do mesmo pedisse demissão.

Estabelece-se discussão acalorada entre os vereadores, afirmando muitos d'elles que havia sido deliberada a supressão de tal lugar, propondo o vereador João Marques que o mesmo lugar fosse extinto e por este motivo suspenso o respectivo concurso. Perguntando-lhe a presidencia se apresentava mais alguns considerandos á sua proposta, ao que o referido vereador respondeu negativamente, o presidente submeteu a mesma proposta á discussão e votação, tendo-se antes retirado da sala o vereador Cordeiro, e entrando nesta altura o vereador Bordalo, que por um passageiro incomodo se havia retirado, resultando ter sido aprovada,- depois da objecção feita pelo presidente ao vogal proponente que insistia para que os vereadores dissem claramente se fôra ou não deliberada a supressão do lugar, que só as actas fazem fé e prova e que destas nada consta,- por uma maioria de tres votos, pois que não estando presente o vereador Cordeiro e a presidencia não manifestando a sua opinião, votar a requisição da proposta os vereadores Joaquim Henriques Horta |²⁸ d'Almeida, Augusto dos Santos Picão, José do Nascimento Neves e Pedro Marques de Carvalho; e aprovaram a proposta os vereadores, alem do proponente, José Custodio Neves, José Narciso, Silvano Marcelino, Joaquim Correia Caldeira, Antonio Rodrigo de Carvalho, e Joaquim Bordalo.

O vereador José do Nascimento Neves, bastante exaltado pede aos vereadores que reconsiderem aprovando a deliberação da comissão que é util ao municipio, e como lhe fosse retorquido pelo vereador Bordalo que não havia nada a reconsiderar pois que a Camara só lhe compete aprovar ou respeitam as deliberações da sua Comissão Executiva, exclamou que com tais procedimentos dava vontade de voltar as costas a tudo isto; dizendo o vereador Joaquim d'Almeida muito exaltado, e procurando o chapéu, que nunca mais voltava á Camara retirando-se em seguida, visivelmente nervoso, da sala.

Continuando o vereador João Marques no uso da palavra disse ir tratar d'outro assunto o qual era o de se officiar ao facultativo municipal deste concelho, Dr. Tiago Sales, prestimoso filho desta terra que Santos serviços tem prestado a este concelho á Pátria e á Republica e que por um officio que lhe fôra dirigido pela Comissão Executiva e pelos descontos feitos |^{28v} por esta, se julga melindrado, afirmando-se a S. Ex^a. que esta Camara protesta contra tal resolução e que muito o considera e estima.

Não tendo o Presidente conhecimento do officio de que se trata, mandou ler o respectivo registo e officio que o aludido funcionario enviára, a fim de poder orientar-se e a Camara sobre o assunto. Terminada a leitura, foi posta á votação a proposta referida, declarando o vereador Pedro Marques, não a aprovar por S.Ex^a. nada tem que melindrar-se com o procedimento da Comissão com a qual não teve atenção alguma, ausentando-se sempre que lhe apetecia sem dar cavaco. Acerca dos serviços que tem prestado não compete aqui discuti-los.

A esta declaração objectou o vereador Bordalo que nesta ordem de ideias tambem a Comissão deveria ter-se melindrado com o procedimento do ex-chefe da secretaria e outros funcionários que se ausentavam dos seus lugares sem darem qualquer explicação, conservando-se fóra deste concelho o tempo que lhes apetecia.

Posta á votação a proposta do vereador Marques foi por todos os vereadores aprovada, com exceção do vereador Pedro Marques, acrescentando o vereador Bordalo que a |²⁹ aprovara por não querer ser conivente com o proceder da Comissão.

Ainda o vereador João Marques propôz que para evitar-se o deterioramento da terraplanagem feita pelo povo da importante povoação do Sobral na estrada que este lugar condúz á estrada districtal, e para a qual esta Camara em sua sessão de sete de janeiro findo, concedeu o subsidio de cento e cincoenta escudos, já ali dispendidos, seja concedido mais no corrente ano o subsidio de cem escudos; lembrando presidente á camara que estando para ser discutido o primeiro orçamento suplementar ao geral deste mesmo ano, se tomasse primeiramente conhecimento deste documento para se verificar se o subsidio proposto póde ou não ser concedido.

Lidas todas as verbas de receita e despesa deste orçamento pelo chefe da secretaria, e submetidas á discussão uma a uma foi o mencionado orçamento devidamente aprovado.

Subsidio concedido á Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, para ajudar as despesa que mesma venha a faser no estrangeiro com os nossos soldados feridos em combate.....vinte escudos.

Subsidio concedido ao lugar do Sobral para auxiliar o empedramento da terraplenagem, já feita na estrada que d'aquela povoação conduz a districtal |^{29v} cem escudos.

As receitas para faser face a estas despesas serão: para a primeira do artigo vinte e sete da despesa do orçamento geral do corrente ano; e para a segunda do desvio do subsidio concedido na já referida sessão de sete de janeiro para a estrada da Zambujeira, visto que até hoje não foi reclamado e no presente ano nada poderem fazer, devido á aproximação do inverno.

O mesmo vereador ainda chamou a atenção da Camara para o assunto de ter sido multado pelo guarda campestre o cidadão Manuel Principe, das Fontelas, por ter edificado um muro junto da via publica no mesmo lugar, sem licença desta Camara ou da sua Comissão Executiva, quando, a seu ver, o homem deve ser dispensado do pagamento da mesma, pois que obtivera licença da Junta de Paroquia da Freguesia do Reguengo Grande, para tal, por se julgar, esta corporação ao abrigo da nova lei administrativa não transgredindo, por isso, o Codigo de posturas municipais. Esta opinião foi corroborada pelo vereador José do Nascimento Neves, que afirmou estar a junta de Paroquia dentro das atribuições legais, por quanto a nova lei administrativa lhe confere tais atribuições.

Vistas as disposições do numero desasete do artigo cento quarenta e seis |³⁰ da lei de sete d'agosto de mil novecentos e treze e as do artigo cento noventa e seis desta mesma lei, resolveu a Camara se officie á Junta de Paroquia requerida a requisitar-lhe a devida informação por escrito, afim de se verificar se aquela corporação, usando da faculdade que a dita lei lhe confere, auctorizou ou não a construção referida, e no caso afirmativo, mais resolveu dar de nenhum efeito a multa aplicada pelo guarda campestre ao mencionado Manuel João Principe (que se achava presente) pela transgressão do artigo cento vinte e sete do Codigo de Posturas.

Em tempo declara-se que o vereador José do Nascimento Neves, se absteria de votar, pró ou contra, a concessão do subsidio para luz dos cursos nocturnos pedido pela Direcção da Sociedade de Instrução Militar Preparatoria n.º 8, por ser um dos professores dos referidos curso.

Mais se declara que o presidente dera conhecimento á Camara de que esta fôra intimada na pessoa d'ele presidente, de que foram suspensas pela Auditoria

Administrativa as deliberações da Comissão Executiva de dez e trinta e um de agosto e dose d'outubro findos sobre aforamentos de baldios, pelos motivos constantes da contra-fé que foi lida pelo chefe da secretaria, tomando A Camara pelas explicações |^{30v} por este funcionario e pela leitura das respectivas actas, conhecimento do assunto, com a qual se conformou, aguardando a sentença respectiva para resolver o que melhor entender aos interesses do municipio e á manutenção da autonomia que a lei lhe confere.

E sendo desaseis horas o presidente, marcando para a sessão de amanhã, a discussão do orçamento ordinario para o futuro ano de mil novecentos e quinze e d'outros assuntos que sejam apresentados no decorrer da sessão, encerrou em nome da lei a sessão.

De tudo para constar se lavrou esta acta que vai ser, depois de lida, devidamente assinada. E eu José do Nascimento Neves, secretario, a subscrevi ressaltando a estrelinha da palavra – “ajudar” – e as emendas das palavras – “Agosto e Setembro.”

Alfredo Manuel Candeira

Antonio Rodrigo de Carvalho

Augusto dos Santos Picão

João Maria da Silva Marques

Joaquim Correia Caldeira

Joaquim José Bordallo

Joaquim H H Almeida (aprova os assumptos que emitiu)

José Narciso

José da Silva Henriques Cordeiro

Pedro Marques de Carvalho

José António Custódio Neves

Silvano Marcelino

|³¹José do Nascimento Neves

Sessão ordinaria de 3 de novembro de 1914

Aos tres dias do mês de novembro de mil novecentos e catorze nesta vila da Lourinhã e nos Paços do concelho se reuniram em sessão ordinaria o presidente da Camara Municipal deste mesmo concelho, Alfredo Manuel Candeira e os vereadores António Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim José Bordalo, José Narciso, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro e Pedro Marques de Carvalho, faltando os vereadores Antonio Maria da Silva, António Vieira Junior, Francisco Maria Pereira Marques, Joaquim Henriques Horta d' Almeida, José António Custódio Neves e Silvano Marcelino, por motivo justificado, o presidente, em nome da lei, abriu a sessão.

Lida a acta da sessão anterior que foi aprovada sem alteração alguma pelo que foi assinada, foi presente e lida a seguinte

Correspondencia

Oficio datado de dois do corrente, do presidente da junta de paróquia da freguesia de Reguengo Grande que autorisára, d'acordo com os seus colegas, os trabalhos feitos nos caminhos vicinais do lo|^{31v}gar das Fontelas, auctorizando também o cidadão Manuel Principe a mudar uma serventia e a construir um muro junto desta, dando em troca trabalho no valor de cinco escudos para as reparações dos mesmos caminhos, serviço este que aquela povoação ficou beneficiada. _ A Camara ficando inteirada,

manteve a sua deliberação d'hontem sobre este assunto julgando o aludido Manuel Príncipe dispensado da multa.

Seguidamente procedeu-se á leitura do

Orçamento ordinário para 1915

Finda esta, foi discutida verba por verba toda a receita, fazendo-se a aprovação por capitulos, tendo previamente sido informado pelo chefe da secretaria que a receita em discussão fôra calculada pela média da cobrada nos ultimos tres anos, em vista da respectiva cobrança ser muito variavel, cumprindo-se assim a letra do artigo sessenta e dois da lei administrativa de sete d'agosto de mil novecentos e trese. Da respectiva discussão resultou ter sido a receita aprovada tal qual se achava exarada no documento em aprovação e cuja soma total é de onse mil tresentos e cincoenta escudos e cincoenta e um centavos.

Entrando-se em acto continuo na discussão da despesa do mesmo orçamento votou-se verba por verba, com |³² a aprovação por capitulos, pelo que resultou ficarem por unanimidade aprovadas todas as suas verbas, com excepção da destinada á iluminação do logar do Reguengo Grande, que foi elevada de sessenta a oitenta escudos; da destinada á arborisação de baldios e outros terrenos municipais que se elevou de oitenta a cento e vinte escudos; e da destinada à reparação da estrada municipal desta vila ao Vimeiro, que passou de cincoenta para cem escudos. Para faser face a estes aumentos de verbas redusiram as destinadas a pleitos em que a Camara tenha de intervir, que passou de cem para oitenta escudos; e a despesas imprevistas que baixou de sessenta e cinco escudos e oitenta centavos a quarenta e cinco escudos e oitenta centavos, e eliminaram-se por desnecessarias as destinadas a alinhamentos e letreiros das ruas na importancia de vinte escudos e a reparação e conservação da estrada desta vila ao Nadrupe, na quantia de cincoenta escudos.

Com estas pequenas alterações ficou aprovado o orçamento ordinario da receita e despesa para o ano civil de mil novecentos e quinse, documento que está confeccionado de perfeita harmonia com as disposições do artigo sessenta e quatro da referida lei e de conformidade com o artigo sessenta e seis da mesma lei, orçamento |^{32v} este que fôra organizado e proposto pela Comissão Executiva desta Camara em sua sessão de vinte e seis d'outubro findo, como se vê do officio numero duzentos setenta e seis de vinte e sete deste mesmo mês.

Na discussão deste orçamento cumpriu-se o que determina o paragrafo unico do artigo cem da mencionada lei:

Deliberações

Pelo vereador João Marques foi dito desejar saber quais as importancias gastas nas reparações das estradas de São Bartolomeu ao Paço e desta vila ao Vimeiro. E sendo informado pelo vereador José do Nascimento Neves, com respeito á estrada de São Bartolomeu, que a despesa ali feita e paga pelo cofre municipal, não ia alem de trinta escudos e pelo vereador Cordeiro que a despesa paga com os reparos na estrada do Vimeiro não chegava a sessenta escudos, deu-se por satisfeito com estas informações.

Nesta altura entrou na sala o cidadão Calixto Armindo, professôr official do primeiro lugar da escola do sexo masculino desta vila, que vinha entregar os mapas das faltas referentes á sua escola, aproveitando a ocasião para fazer uma reclamação á Camara, visto a encontrar em sessão.

Sendo auctorisado pela presidencia auctorisado a apresentar verbalmente |³³ a sua reclamação disse que por diversas veses tem reclamado dos pais d'uns garotos que constituem a canalha insubordinada desta vila para que os castiguem obrigando-os a

não estorvarem os trabalhos escolares quer das aulas diurnas quer das nocturnas. Porem com não têm sido atendidos os seus pedidos vem perante esta corporação, a quem pertence por lei, os serviços da instrução, pedir synergicas providencias, afim de acabar de vêz com o estado quasi selvagem em que se encontra a garotada e para não êle professor não continuar a ver-se obrigado a ter de fazer sair os alunos e fechar a aula, por não ser possivel manter-se a disciplina nem ele professor fazer-se ouvir dos respectivos alunos, tal é o barulho que se fás junto das portas e janelas do edificio escolar._ A Camara deliberou atender a reclamação oficiando-se á Autoridade administrativa deste concelho a comunicar-lhe o caso e solicitando-lhe rapidas providencias atinentes a reprimir estes e outros abusos.

O vereador João Marques deu conhecimento de que por motivo de doença grave e talvês incuravel do cidadão Teodoro Coelho de Barros, professor oficial da escola do sexo masculino da freguesia do Reguengo Grande está a escola oficial do sexo masculino da mesma freguesia fechada com grave prejuizo dos alunos res-^{33v} pectivos pois que não existe ali outra escola digo está esta escola fechada ha um mês com grave prejuizo da instrução popular em geral e em especial dos alunos que a frequentavam, visto não existir ali outra escola, pedindo á Camara dê as devidas providencias para que o aludido professor seja submetido a uma junta medica e se esta o julgar impossibilitado permanentemente, que seja o mesmo professor aposentado, nomeando-se desde já professor que interinamente lecione na já referida escola._ A Camara tendo em atenção as ponderações justissimas que lhe acabam de ser apresentadas pelo vereador João Marques, deliberou requisitar do Inspector Escolar da primeira circunscripção de Lisboa se digne mandar inspecionar o aludido professor, como lhe compete nos termos do numero catorse do artigo quarto do decreto regulamentar de vinte e três d'agosto de mil novecentos e onse, e, no caso de estar o mesmo professor impossibilitado, mais deliberou solicitar do Governo para que ex-officio mande organizar o competente processo de aposentação, nos termos do artigo sexto do decreto numero cento vinte e sete de nove de setembro de mil novecentos e trese.

Ainda deliberou mais pedir ao aludido Inspector nota dos professores que se achem compreendidos nas disposições do decreto³⁴ numero cento quarenta e seis de vinte e dois do referido mês de setembro de mil novecentos e trese, com respeito ás interinadades deste concelho, afim de nomear um d'eles para regencia interina da mesma escola; e, caso não haja, que se proceda como faculta o artigo quinto numero segundo deste mesmo decreto, auctorisando a sua Comissão Executiva a, sem demora, tratar deste assunto.

Acto continuo pelo vereador Antonio Rodrigo de Carvalho, tambem foram pedidas energicas e rapidas providencias ácerca do abuso inqualificavel que ha meses vem sido praticado pela professora oficial da escola do sexo masculino da freguesia de Moita dos Ferreiros, estando ausente (por doença segundo se atesta) desde maio até trinta e um d'outubro ultimos e continuando ainda ausente da freguesia, apesar de ter mandado como da Moita o Mapa modelo G referente ao mês d'outubro findo. _ A Camara deliberou por unanimidade requisitar da respectiva junta de Paroquia o informe oficial da ausencia da aludida professora e caso se dê, que seja a mesma demitida do logar por abandono do mesmo como é determinado pelo artigo dôse do Regulamento disciplinar dos professores primarios aprovado pelo decreto numero cento trinta e dois de dose de setembro de mil novecentos e trese, tendo-se previamente cumprido as determinações do artigo vinte e sete^{34v} do mesmo regulamento.

Em seguida pelo vereador Augusto dos Santos Picão foi proposto que a Camara reconsiderando no assunto da sua deliberação d'hontem, resolvendo por maioria extinguir o lugar de guarda campestre deste concelho e consequentemente a anulação do respectivo concurso, delibere dar de nenhum efeito tal deliberação por ter em vista a necessidade que ha para o serviço municipal e de policia do concelho, aprovando a deliberação da sua Comissão Executiva que abriu o concurso para o provimento do cargo de guarda campestre e auctorisando a mesma comissão a fazer o competente provimento logo que termine o concurso que se acha aberto.

Pedindo nesta altura licença para se ausentar da sala o vereador João Marques, licença que lhe foi concedida, foi pela presidencia posta á discussão a proposta do vereador Picão, proposta que foi, depois de curta discussão, aprovada pelos vereadores presentes, com excepção do vereador Cordeiro que declarou ter só uma palavra e por isso tendo concordado hontem em aprovar a extinção do lugar por desnecessario não vai hoje aprovar o contrario, visto que não se comprehende que tal lugar hontem não prestasse e hoje já seja bom. É pois de opinião que se aguarde a proxima |³⁵ sessão ordinaria para d'aqui até janeiro haver tempo de se estudar bem o assunto e se o lugar fôr imprescindivel que se crie novamente._ Os restantes vereadores presentes não concordando com esta opinião e usando da faculdade que lhe confere o artigo trinta e tres da lei de sete d'agosto de mil novecentos e trese, reconsiderando aprovaram, como já se disse, a proposta do vereador Picão, auctorisando a sua Comissão Executiva a fazer a competente nomeação.

O mesmo vereador Picão também propôz que, ainda no corrente ano, fosse reparada, por conta do cofre municipal, a serventia dentro do lugar do Reguengo Grande, de calçada á portuguesa, para cujos reparos será destinada a quantia de sessenta escudos._ A Camara aprovando por unanimidade esta proposta, na qual entrou o vereador João Marques que pouco antes havia retomado o seu lugar, encarregou este vereador a fiscalizar os mesmos trabalhos.

Imediatamente e depois do presidente ter dito se mais algum vereador pretendia fazer uso da palavra, o vereador Cordeiro pedindo esta, disse que havendo actualmente neste concelho, com residência nesta vila dois facultativos e tendo esta Camara por dever zelar pelos interesses de seus muncipes por isso propunha que fossem os mesmos facultativos |^{35v} obrigados a irem uma vês por semana ás sédes das freguesias deste concelho darem consultas sem mais despesa para os respectivos moradores do que o pagamento d'uma simples visita. Mas como lhe fosse lembrado que esta sua proposta, aliás muito justa, não póde ser aprovada por importar alteração dos respectivos partidos, importando novo concurso, e devendo os mesmos facultativos serem ouvidos, (artigos cento cincoenta e dois do Codigo Administrativo de mil oitocentos setenta e oito e cento vinte e três e cento vinte e seis do Codigo Administrativo de mil oitocentos noventa seis), o vereador proponente lembrou que fossem consultados os ditos facultativos se estão resolvidos, mediante uma gratificação, a prestarem este importante serviço.

A Camara aceitando a lembrança deliberou por proposta do vereador Bordalo e de harmonia com a doutrina do artigo cento e desanove do já referido codigo de mil oitocentos noventa e seis, encarregar a sua Comissão Executiva a designar, de harmonia com os aludidos facultativos, a área em que cada um destes fica obrigado a prestar os seus serviços clínicos, organisando a Comissão o seu relatorio que apresentará a esta Camara na proxima sessão ordinaria de Janeiro.

Como sobre a deliberação que |³⁶ a Comissão Executiva tomou no interregno da sessão ordinaria d'agosto até á presente e cujas actas foram lidas hontem pelo chefe

da secretaria, não fosse feita qualquer objeção por parte de algum vereador alem da referente á abertura do concurso para o provimento do lugar de guarda campestre, assunto este que nesta sessão acaba de ser resolvido, e da referente ao desconto feito ao facultativo Dr. Tiago Sales, foram, portanto, aprovadas todas as aludidas deliberações incluindo o regulamento interno dos guardas campestres que entra já em vigôr com exceção desta; designando, por proposta do presidente, o dia vinte e nove do corrente e com assistencia do presidente da Comissão Executiva que a representará nas respectivas praças, para as seguintes arrematações, ouvindo-se como determina o artigo noventa e seis da lei de sete d'agosto de mil novecentos e trese, as juntas de parquia deste concelho com relação á venda de carnes verdes:

1.º_ Fornecimento de petroleo, fosforos, torcidas e chaminés e com obrigação de assender os respectivos candieiros, da iluminação publica desta vila no proximo ano de mil novecentos e quince.

2.º Eguais fornecimento e obrigação com respeito á iluminação do logar de Reguengo Grande no dito ano.

3.º_ Fornecimento, durante o mesmo ano, de carnes verdes de vaca, carneiro e capado para o açougue desta vila.

4.º_ Rendimento da feira, mercados e |^{36v} e praças desta vila no mencionado ano de mil novecentos e quince.

Por ultimo o mesmo presidente propôs a bem dos interesses deste concelho e a Camara aprovou que se officie a companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, solicitando o restabelecimento do caminho de ferro na linha de Leste – Lisboa á Figueira – que antes da conflagração Europeia, passava a Torres Vedras pelas quinze horas.

Como não houvesse mais assunto algum a tratar nesta sessão ordinaria o presidente encerrou a sessão em nome da lei e deu por terminada a sessão ordinaria do presente trimestre.

De tudo para constar se lavrou esta acta que vai ser, depois de lida, devidamente assinada, declarando-se em tempo que o vereador José do Nascimento Neves quando o vereador João Marques pediu para o professôr Barros fosse submetido a uma junta medica, observára que tal deliberação não podia ter seguimento, pois que o aludido vereador se acha de licença por doença, concedida pela Comissão; mas como fosse informado de que tal licença já havia terminado, concordou em absoluto com a proposta do vereador João Marques. E eu José do Nascimento Neves, secretário, a subscrevi, e ressalvo as entrelinhas – “e da referente ao desconto feito ao facultativo, Dr. |³⁷ Tiago Sales” – e – “com excepção desta.”

Alfredo Manuel Candeira

António Rodrigo de Carvalho

Augusto dos Santos Picão

João Maria da Silva Marques

Joaquim José Bordallo

José da Silva Henriques Cordeiro

José Narciso

Joaquim Correia Caldeira

Pedro Marques de Carvalho

José do Nascimento Neves

Sessão extraordinária de 21 de novembro de 1914

Aos vinte e um dias do mês de novembro de mil novecentos e catorze nesta vila da Lourinhã e nos Paços do Concelho se reuniram em sessão extraordinária o presidente da Camara Municipal deste mesmo concelho Alfredo Manuel Candeira e os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Antonio Vieira Junior, José Antonio Custodio Neves Joaquim Correia Caldeira, José Narciso, José do Nascimento Neves e Pedro Marques de Carvalho, faltando com motivo justificado os vereadores Antonio Maria da Silva, Francisco Maria Pereira Marques, João Maria da Silva Marques, Joaquim Henriques Horta d'Almeida, Joaquim José Bordalo e José da Silva Henriques Cordeiro, o presidente em nome da lei, abriu a sessão e disse que, nos termos do |^{37v} respectivo convite, convocára os seus colegas a reunirem hoje em sessão extraordinária, que lhe havia sido reclamada pela Comissão Executiva, afim de ser tratado um assunto de alta importância para as finanças municipais, o qual era a modificação da percentagem sobre as contribuições gerais do Estado para constituir receita deste municipio no proximo ano de mil novecentos e quinze, que havia já sido votada, nos termos da lei, em sessão de vinte e nove de d'abril findo.

Seguidamente foi lida a acta da sessão anterior, que foi aprovada sem alteração alguma pelos vereadores que a ela assistiram, pelo que foi assinada, sendo lida a seguinte

Correspondencia:

Telegrama dos vereadores João Marques, Silvano Marcelino e António Maria da Silva, do Reguengo Grande, comunicando que devido a meio de transporte se tornou impossível comparecer a esta sessão. _ Inteirada

Officio do vereador Joaquim José Bordalo, dizendo que por motivos de força maior forçaram-no a ausentar deste concelho pelo que não pôde assistir a esta sessão._ Inteirada

Officio numero oito, com data de desasete do corrente, participando que digo corrente, da Junta de Paroquia desta Vila, participando que nada tem que |³⁸ opôr ás deliberações desta Camara tomadas em sessões de dois e três deste mês._ Inteirada.

Acto continuo pelo Chefe da secretaria foi lido o officio numero sessenta, de onse do corrente, do Secretario de Finanças deste concelho, que motivou esta sessão extraordinária, officio que é do teôr seguinte:

«Tendo alguns secretarios de finanças exposto superiormente as suas duvidas sobre se as percentagens para despesas gerais votadas pelos municipios devem incidir sobre as verbas principais com as adicionais englobados ou sem estes adicionais, foi superiormente resolvido que, em vista do decreto de 26 de maio de 1911 desde 1 de junho do mesmo ano, a verba principal é a resultante da aplicação dos factores constantes do Decreto de 30 de junho do referido ano, e assim são consideradas verbas principais as taxas com os adicionais englobados que constituem receita do estado.

E é sobre elas tambem que devem aplicar-se as percentagens com destino á Instrução Primaria.

Acusando a recepção da circular numero 131 de 5 do corrente mês, emanada da Inspeção das Finanças deste districto, dando-me conta desta resolução, perguntei em officio numero 145 de 6 deste mês se podia usar das percentagens idênticas ás do ano anterior na contribuição predial, visto prever, com a nova forma de incidência, um grande |^{38v} agravamento nas contribuições.

A este officio dignou-se aquela repartição responder-me em nota numero 4410 de 7 deste mês, que a percentagem (27,042) a aplicar ás contribuições directas incluindo a

predial com destino á Instrução Primaria deve incidir sobre as verbas com os adicionais englobados, podendo no entanto aplicar-se sobre as mesmas bases a percentagem de 39,62 (equivalente aos 50%) para despesas gerais do municipio, se a Camara nisso concordar.

Em vista do que, cumpre-me perguntar a V.Ex.^a se a Camara da sua digna presidencia concorda ou não em que sobre a contribuição predial do corrente ano sejam lançadas as percentagens equivalentes aos 50% votados pela mesma Camara, para evitar um agravamento que me afigura desnecessario.

No tocante á contribuição predial digo contribuição industrial afigura-se-me para tambem não haver agravamento, que se pode usar processo idêntico.

Na contribuição sumptuaria, porem não vejo inconveniente em que sobre as verbas do Estado se apliquem os 50% na integra, não só porque os adicionais que foram englobados naquelas verbas pouco a agravarem, senão tambem e principalmente por se tratar d'uma contribuição, como o seu nome indica, em que |³⁹ os pobres não são coletados.

Reunindo todas estas considerações devo diser que se me afigura que a Camara votando os 50% para despêsas gerais o fêz na presunção de que as bases no corrente ano seriam idênticas ás do ano anterior; uma vês, porem, que elas foram alteradas nenhum inconveniente vejo que se redusam as percentagens na proporção equivalente, de modo que não agravando os contribuintes não prejudique o municipio.

Essas percentagens segundo os calculos a que procedi podem ser para a predial 39,625 e para a industrial 32,08 em vês de 50% para todas, pois sendo as equivalentes produzirão no total uma soma nunca inferior á que foi liquidada no ano preterito para despesas gerais.

Os seguintes exemplos demonstram os agravamentos que se produsiriam sem as percentagens equivalentes:

Na contribuição industrial cuja taxa era de.....	18\$00	
Com os adicionais englobados passou a ser de	24\$13	
50% para despesas gerais	12\$07	
27,042 para Instrução Primaria	6\$53	
2% de sêlo.....	<u>\$38</u>	<u>18\$98</u>
	<u>Soma</u>	<u>43\$11</u>

Na contribuição predial

Numa contribuição da mesma taxa digo Segundo o processo adotado no ano anterior

Numa contribuição da mesma taxa 24\$13 32,08 para despesas gerais 7\$74

^{39v} (transporte)	7\$74	—	24\$13
27,042 para Instrução Primaria	6\$53		
Sêlo 2%	<u>\$29</u>		<u>14\$56</u>
	<u>Soma.....</u>		<u>38\$69</u>

Na contribuição predial

Numa contribuição cuja verba para o estado seja de.....100\$00

50% para despesas gerais	50\$00	
27,042 para Instrução Primaria	27\$04	
Sêlo 2%	<u>1\$55</u>	<u>78\$59</u>
	<u>Soma.....</u>	<u>178\$59</u>

Segundo o processo adotado no ano anterior

Em uma contribuição de igual import. ^a	100\$00
39,625% para despesas gerais	39\$625
27,042% para Instrução Primaria	27\$042

Sêlo 2%	<u>1\$333</u>	<u>68\$00</u>
	<u>Soma.....</u>	<u>168\$00</u>

Saude e fraternidade = O Secretario de Finanças (a) Lasaro Joaquim Correia.

Terminada a leitura deste officio o chefe da secretaria disse estar encarregado pelo secretario de Finanças de lembrar a esta Camara que, no caso de atender o assunto deste officio, poderá a Camara votar a percentagem de 40% como equivalente á de 50%, reunindo assim o serviço da applicação das percentagens.

Vistas as disposições do artigo vinte e cinco do actual Codigo da Contribuição Predial combinadas com a doutrina do artigo quinto da Lei de quinse de fevereiro de mil novecentos e trese que remodelou os serviços dos lançamentos da Contribuição Predial, che -|⁴⁰ gou-se á conclusão de que ás Camaras municipais não póde ser entregue dos seus impostos directos sobre a contribuição predial, quantia superior á dos mesmos impostos no ano de mil novecentos e onse, por isso os calculos apresentados pelo secretario de finanças não exprimem bem a aproximação da verdade, pelo que esta Camara mantem a percentagem que votou em sua sessão de vinte e nove d'abril deste ano; contido como medida transitoria e no intuito de não aprovar o contribuinte nem prejudicar o cofre municipal, deliberou concordar em parte com as considerações d'aquelle funcionario, auctorizando este mesmo funcionario a aplicar aos actuais rendimentos para o Estado de contribuições predial, industrial e sumptuaria a percentagem de quarenta por cento, que julga ser a equivalente ou muito aproximada á de cincoenta por cento sobre os rendimentos do Estado em mil novecentos e onse, e que julga produzir no proximo ano de mil novecentos e quinse a mesma importancia que esta Camara recebe de seus impostos directos no corrente ano.

Desta resolução será dado conhecimento ao secretario de finanças deste concelho.

Ainda antes de encerrar a sessão tomou conhecimento em vista da publicação feita na III serie nume- |^{40v} ro duzentos e sessenta, de seis do corrente, de que a professora da escola do sexo masculino da Moita dos Ferreiros, fôra nomeada professora da escola do sexo feminino de Botulho, concelho de Tondela.

Não podendo ser tratado qualquer outro assunto nesta sessão foi esta pelo presidente encerrada em nome da lei.

De tudo para constar se lavrou esta acta que vai ser devidamente assinada depois de lida por mim José do Nascimento Neves, secretario a subscrevi.

Alfredo Manuel Candeira

António Rodrigo de Carvalho

António Vieira Junior

Augusto dos Santos Picão

Joaquim Correia Caldeira

José António Custódio Neves

José Narciso

Pedro Marques de Carvalho

José do Nascimento Neves

Sessão extraordinaria de 21 de dezembro de 1914

Aos vinte e um dias do mez de dezembro de mil novecentos e catorze, nesta vila da Lourinhã e nos Paços do concelho se reuniram em sessão extraordinaria o vereador mais velho servindo de Presidente da Camara Municipal deste concelho, Anto|⁴¹ nio Vieira Junior e os vereadores Antonio Maria da Silva, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim José Bordalo, José

Antonio Custodio Neves, José Narciso, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino, faltando, o presidente Alfredo Manuel Candeira, o vice presidente Francisco Maria Pereira Marques, e os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho e Joaquim Henriques Horta d'Almeida, todos previamente convocados, foi pela presidencia, em nome da lei, aberta a sessão e dito que o fim desta, conforme o respectivo convite, é para discutir segundo o orçamento suplementar ao ordinario para o corrente ano que fôra organizado pela Comissão Executiva desta Camara, e para deliberar ácerca da licença, pedida pelo vice-presidente.

Antes da leitura destes documentos pelo Chefe da Secretaria da Camara, com a devida permissão, foi dito que os vereadores Alfredo Manuel Candeira, Antonio Rodrigo de Carvalho e Joaquim Henriques Horta d'Almeida o encarregaram de informar a Camara de que, por motivos de afazeres de suas casas em Lisboa, não podiam comparecer a esta sessão._ Justificadas as faltas.

Acto contínuo foi lido o reque-^{41v} do vereador Francisco Maria Pereira Marques, pedindo, por afazeres em seu estabelecimento comercial, trinta dias de licença. Posta á discussão a materia deste requerimento foi, por maioria, concedida a licença pedida, chamando-se o competente substituto.

O Vereador João Maria da Silva Marques votou contra a concessão desta licença por entender ser muito precisa a presença do requerente na discussão dos diversos serviços municipais.

Seguidamente foi apresentado o segundo orçamento suplementar ao ordinario para o actual ano.

Feita pelo Chefe da Secretaria a leitura deste documento e submetida á discussão verba por verba tanto da receita como da despesa, foi o mesmo orçamento definitiva e unanimemente aprovado, cumprindo-se o que determina o paragrafo unico do artigo cem da lei de sete d'agosto do ano findo, ordenando-se a respectiva exposição durante o praso legal.

Não podendo ser tratado outro qualquer assunto nesta sessão foi esta, em nome da lei, encerrada.

De tudo para constar se lavrou esta acta que vai ser devidamente assinada. E eu José do Nascimento Neves, secretario a subscrevi

Antonio Vieira Junior

⁴² Antonio Maria da Silva

Augusto dos Santos Picão

João Maria da Silva Marques

Joaquim Correia Caldeira

Joaquim José Bordalo

José António Custódio Neves

José Narciso

José da Silva Henriques Cordeiro

Pedro Marques de Carvalho

Silvano Marcelino

José do Nascimento Neves

1915

Sessão ordinaria de 2 de Janeiro

Aos dois dias do mês de janeiro de mil novecentos e quinse nesta vila da Lourinhã e nos Paços do Concelho se reuniram em sessão ordinaria o presidente da Camara

Municipal deste concelho, o cidadão Alfredo Manuel Candeira e os vereadores efectivos Antonio Maria da Silva, Antonio Vieira Junior, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Corrêa Caldeira, Joaquim Henriques Horta d'Almeida, Joaquim José Bordalo, José Narciso, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino e o substituto em exercicio Antonio Henriques Delgado, faltando com motivo que a Camara julgou justifica- |^{42v}ficado os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho e José Antonio Custodio Neves, o presidente em nome da Lei abriu a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada sem alteração alguma, pelo que foi assinada.

Acto continuo foi pelo presidente Candeira convidado o vereador mais velho, António Vieira Junior, a tomar a presidencia, para, nos termos do artigo trese da lei numero oitenta e oito de sete d'agosto de mil novecentos e treze, proceder-se á eleição de presidente, vice-presidente, secretario e vice-secretario. Como, porem, o vereador Vieira propoesse, o que foi aprovado, que o presidente continuasse a presidir a sessão, este convidou os seus colegas a organizarem as respectivas listas, o que se fêz. Lançadas estas em uma urna e tendo previamente sido nomeados escrutinadores o secretario e vice-secretario, procedeu-se ao competente escrutinio, verificando-se terem sido votados:

Para presidente:

Alfredo Manuel Candeira com 89 votos

João Maria da Silva Marques com 5 votos

Para Vice-Presidente,

Francisco Maria Pereira Marques com 11 votos

Antonio Maria Pereira Marques, com 2 votos

José Narciso com 1 voto

Para Secretario

|⁴³ Joaquim José Bordalo, com 11 votos

José do Nascimento Neves, com 2 votos

José António Custodio Neves, com 1 voto

Para Vice-Secretario

José do Nascimento Neves, com 11 votos

José Narciso, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino, com um voto cada um.

Verificando-se, pois pelo respectivo apuramento que foram votados, por maioria, para

Presidente

Alfredo Manuel Candeira

Vice-Presidente

Francisco Maria Pereira Marques

Secretario

Joaquim José Bordalo

Vice-Secretario

José do Nascimento Neves

Tomando cada um dos votados os seus logares, o presidente agradeceu aos seus colegas o terem-no reeleito para cargo de presidente da Camara e contando, para cabalmente se desempenhar do mesmo, com o auxilio, boa vontade e cooperação de todos os seus colegas.

Seguidamente foi presente e lida a seguinte:

Correspondencia

Oficio datado de trinta de Novembro findo, dos Delegados de Paroquiais da freguesia de Moita dos Ferreiros, disendo que em vista da grande população escolar d'aquela freguesia^{43v} nesta devia de preferencia ser creada uma escola do sexo feminino, mas atendendo á falta de recursos do municipio e á casa onde fosse instalada a respectiva escola, não se opõem a conversão em mixta da actual escola, vaga, do sexo masculino da referida freguesia._ A Camara ficando inteirada deliberou por unanimidade manter a sua deliberação de dois de novembro ultimo, pedindo nos termos da lei de vinte e nove de março de mil novecentos e onse e do decreto numero cento trinta e quatro de quinze de setembro de mil novecentos e treze, a conversão em mixta da actual escolado sexo masculino da freguesia da Moita dos Ferreiros, organisando-se o respectivo processo nos termos da alinea b) do artigo segundo deste decreto, com excepção do mapa exigido no numero segundo por não existir no arquivo municipal quaisquer documentos d'onde possa ser extraído, responsabilizando-se pelo fornecimento de caso, mobilia e material escolar para regular fornecimento da escola mixta que se pede.

Carta com data de desasete de Desembro findo do p.^e Alfredo Pereira Loureiro, da Moita dos Ferreiros, oferecendo áquela freguesia por intermedio desta Camara, o mobiliário preciso para o funcio-⁴⁴ namento regular de uma escola na mesma freguesia para o sexo feminino, cuja criação pede, e indicando para a respectiva aula uma das dependências da igreja paroquial._ A Camara resolveu agradecer e aceitar o fornecimento que só será recebido quando a respectiva escola fôr creada.

Oficio numero tresentos trinta e sete datado de dois de dezembro findo, da Comissão Executiva desta Camara, enviando o oficio da autoridade administrativa deste concelho no qual se pede que os medicos municipais prestem o seu concurso na inspecção dos mancebos da I.M.P. n.º 8 e comunicando que por achar prejudicial ao publico a divisão do concelho em áreas para os serviços clínicos, não tratou deste assunto como fôra encarregada por esta Camara em sua sessão de tres de novembro do ano próximo findo.

Sendo presente o oficio já aludido, numero quatrocentos cinquenta e cinco, da administração deste concelho, com data de vinte de novembro, pedindo em nome do Ex.^{mo} Governador Civil do districto e a exemplo do que fêz a Camara Municipal de Setubal em deferimento ao que lhe fôra solicitado pela Inspeção de Infantaria da Primeira Divisão do Exercito, que esta Camara prestando um serviço benemerente á causa da instrução militar preparatoria, auctorise um dos seus medicos municipais a inspecionar os mancebos concorrentes á instrução mili-^{44v} tar preparatória neste concelho._ A Camara, depois de ter sido informada pelo Chefe da Secretaria, que neste concelho e por motivo proprio dos facultativos municipais, já haviam sido inspecionados os mancebos, deliberou faser disto sciente aquela repartição afim de que o faça constar superiormente, pois que se é digno de louvor o procedimento da Camara Municipal de Setubal deferindo a um pedido justo, muito mais digno de louvor é o procedimento dos medicos municipais deste concelho, fazendo tão fatigante quão benemerente serviço sem o pedido ou lembrança de alguém.

Com relação á divisão do concelho em áreas para serviços clinicos a Camara depois de ouvir a sua Comissão Executiva que manteve o que deliberara em sua sessão de trinta de novembro ultimo, constante do respectivo livro das actas a folhas 109 verso, deliberou por maioria não concordar com os argumentos apresentados pela sua Comissão Executiva por descabidos, deliberando aceitar a divisão indicada pelos facultativos municipais e constante da referida acta, com a obrigação dos mesmos

facultativos irem fazer serviço, quando chamados, reciprocamente sem aumento de despesas para a família do doente que necessitar dos seus socorros, isto é, quando não esteja o facultativo |⁴⁵ da respectiva area e o seu colega seja chamado para ir prestar serviços não poder negar-se. E assim por unanimidade e com este ultimo adicional proposto pelo vereador Vieira, designou as areas deste concelho pela forma seguinte:

Para o facultativo Dr. Adriano Augusto Gouveia Franco
Freguesias de Miragaia, Moita dos Ferreiros e Vimeiro.

Para o facultativo Dr. Tiago Cesar Moreira Sales
Freguesias de Moledo, Reguengo Grande e São Bartolomeu.

A freguesia da Lourinhã onde os referidos facultativos teem a sua residencia obrigatoria, fica pertencendo aos dois facultativos.

Oficio circular de vinte de novembro ultimo, da Camara Municipal de Vila Nova de Gaia, convidando esta Municipalidade a tomar parte num movimento de reclamação contra das disposições dos decretos, portarias e circulares derivados do Ministerio do Interior referentes á venda de bens imoveis e aumento ou redução de vencimentos de funcionarios pagos pelos cofres municipais, por serem atentórias da autonomia conferida ás corporações Administrativas na constituição do paiz e na lei numero oitenta e oito._ A Camara concordando em absoluto com o alvitre da sua congenere, deliberou por unanimidade aceita-lo, dando-se desta resolução conhecimento áquela Camara.

|^{45v} Oficio circular numero quatrocentos oitenta e dois, com data de desasete de dezembro findo, da Camara Municipal de Alenquer, comunicando que deliberou representar ao Parlamento pedindo-lhe para reduzir de 8 a 3 os dias das sessões estabelecidas no artigo trinta e nove da lei numero oitenta e oito de sete de agosto de mil novecentos e treze, e rogando para representar no mesmo sentido._ A Camara não concordando com o assunto desta circular visto que, no seu entender, o prazo fixado no artigo trinta e nove só é cumprido quando haja abundancia de serviço e outros assuntos de interesse municipal, resolveu não aceder ao pedido.

Oficio com data de trinta e um de dezembro preterito, da Comissão Executiva desta Camara, que é do teor seguinte: “ A Ex.^{ma} Camara Municipal do Concelho da Lourinhã = A Comissão Executiva da Camara Municipal deste concelho, conscia de que cumpriu legalmente o mandato para que foi eleita e que procurou sempre salvaguardar os interesses deste municipio tanto quanto coube em suas forças e inteligencia, mas cançado pela multiplicidade dos serviços municipais que muitas vezes vêm brigar com os seus interesses materiais e afazeres particulares, sem que este sacrificio lhe seja reconhecido, como aliás devia ser, resolve por unanimidade |⁴⁶ pedir a sua demissão.= Lourinhã trinta e um de dezembro mil novecentos e catorze= A Comissão: (aa) Joaquim H.H. Almeida= José do Nascimento Neves = Augusto dos Santos Picão = Pedro Marques de Carvalho = José da Silva Henriques Cordeiro.,

Terminada a leitura deste oficio o vereador Joaquim de Almeida, pediu para ser lido o oficio do secretario Geral do Governo Civil de Lisboa, enviado á comissão Executiva, e que se fêz e cujo teor é o seguinte:= “ Em vista do disposto no artigo quatro da lei de sete de agosto de mil novecentos e treze, devo ponderar-lhe que a deliberação segunda do resumo da sessão dessa Camara de 31 de dezembro ultimo, não pode produzir efeito, por se referir a assunto cuja resolução competente ao auditor administrativo nos termos do artigo 325 numero seis do Codigo Administrativo de 1896, em vigor nesta parte.,

Em vista do conteúdo deste ofício alguns vereadores disseram que era melhor os vogais da retirarem o seu pedido de demissão, visto que só aos tribunais compete o assunto. Consultando pela presidência o vogal Almeida este declarou positiva e categoricamente que não voltava mais a exercer o cargo de vogal da Comissão, deixando contudo o campo livre aos seus colegas para fazerem o que muito bem lhes aprouver.

Nesta altura foi lembrado á Camara pelo Chefe da secretaria e depois de ter obtido^{46v} a devida permissão, que a doutrina dos artigos citados pelo Secretario Geral não tem analogia ao caso em questão, visto que só diz respeito aos corpos administrativos eleitos pelo povo e nunca á Comissão Executiva de algum destes corpos, que têm, como no caso presente, a faculdade que lhes confere o numero vinte e oito do artigo noventa e quatro da lei numero oitenta e oito, de os eleger e fazer substituir quando o julguem conveniente.

Como os vogais mantivessem o seu pedido de demissão, o vogal João Marques, ao abrigo do numero vinte e oito do artigo noventa e quatro da lei de sete de Agosto de mil novecentos e treze, propôz, o que foi por unanimidade aprovado, que fosse concedida a demissão pedida, procedendo-se a nova eleição.

Feitas as respectivas listas e lançadas em uma urna procedeu-se, depois de terem sido nomeados os competentes escrutinadores, ao respectivo escrutínio, verificando-se terem sido votados:

Para vogais efectivos:

João Maria da Silva Marques, com 11 votos
José Narciso, com 10 votos.
José da Silva Henriques Cordeiro, com 10 votos
Augusto dos Santos Picão, com 10 votos
Joaquim Correia Caldeira, com 9 votos
Joaquim Henriques de Almeida, com 1 voto
Joaquim José Bordalo, com 1 voto
Pedro Marques de Carvalho, com 1 voto.

⁴⁷Para vogais substitutos:

Antonio Rodrigo de Carvalho, com 11 votos
José Antonio Custodio Neves, com 11 votos
Antonio Vieira Junior, com 10 votos
Pedro Marques de Carvalho, com 10 votos
José do Nascimento Neves, com 7 votos
António Maria da Silva, com 1 voto
Joaquim José Bordalo, com 2 votos
Francisco Maria Pereira Marques, com 1 voto
Joaquim Correia Caldeira, com 1 voto
Silvano Marcelino, com 1 voto

Seguidamente passou ao respectivo apuramento, ficando a Comissão Executiva desta Camara assim constituída:

Efectivos:

João Maria da Silva Marques
Augusto dos Santos Picão
José da Silva Henriques Cordeiro
José Narciso
Joaquim Correia Caldeira

Substitutos:

Antonio Rodrigo de Carvalho
José Antonio Custodio Neves
Antonio Vieira Junior
Pedro Marques de Carvalho
José do Nascimento Neves

Não foram contados os votos de três listas por estarem incompletas quer no numero de vogais a eleger quer nos respectivos nomes pelo que foram julgados nulos.

_ Requerimentos _

Dos empregados municipais e administrativos deste concelho pedindo, em virtude da carestia da vida economica lhes ^{47v} sejam aumentados os vencimentos para as quantias fixadas pela Camara dos Deputados no projecto do Codigo Administrativo em discussão._ A Camara achando de toda a justiça o pedido tomou-o na devida consideração, aguardando porem a publicação do Codigo Administrativo, mas se esta não fôr feita até ao fim do corrente ano, será o pedido deferido na próxima sessão de janeiro do futuro ano.

De diversos cidadãos do logar da Marteleira que se achavam presentes, pedindo a concessão de um subsidio para a reparação inadiavel da estrada que da Nacional numero sessenta e um no sitio do Casal do Araujo passa por aquela importante povoação em direcção á Quinta do Perdigão.

Sobre o assunto deste pedido usaram da palavra os vereadores Joaquim de Almeida, Vieira, João Marques, Bordalo, José Narciso, e José do Nascimento Neves, propondo o primeiro a concessão de subsidio de tresentos escudos e o ultimo que fosse primeiro encarregado o conductor Coutinho a fazer o respectivo orçamento para, baseado nele, se resolver o assunto.

Generalisada a discussão, assentou a Camara em conceder o subsidio proposto para a reparação da calçada á portuguesa, sendo os respectivos trabalhos começados da estrada nacional⁴⁸ pela povoação da Marteleira até onde chegar a respectiva importancia, apelando o vereador João Marques para o patriotismo dos moradores de aquela importante e florescente povoação, que se achavam presentes, para que auxiliem com trabalho ou com dinheiro a boa vontade desta Camara visto que o proveito directo é para eles, pedido que foi feito pelos mesmos moradores atendido.

Deliberações

Presente o Balancete semanal do cofre, digo balancete mensal do cofre que acusa o saldo de 595\$62 em poder do tesoureiro auctorizou os seguintes pagamentos a efectuar mensalmente durante o corrente ano: vencimentos dos funcionários incluindo os professores; Salarios ao coveiro; guarda do pinhal e encarregado da iluminação da vila; e assinatura do Diário de Governo.

Acto continuo disse o presidente achar-se no vestíbulo do edificio uma Comissão representando o povo da Areia Branca, que deseja reclamar uns serviços desta Camara, por isso propõe que seja encarregado o vereador Picão a entender-se com a mesma comissão, apresentando á Camara o que a mesma deseja. Aprovada esta proposta, o aludido vereador retirou da sala, entrando pouco depois com os comissionados, dissendo que estes pedem a concessão de um subsidio de trinta escudos para reparação ⁴⁸ da estrada no sitio das Salgadas e respectivo aqueducto e da construção de outro aqueducto junto da fonte de aquele logar._ A Camara concedeu o subsidio pedido.

Determinando o artigo cento cinquenta e oito do Codigo da Constituição Predial, que as Camaras Municipais nomeiem um individuo de reconhecida idoneidade para fazer parte da Comissão permanente de avaliação, nomeou por maioria e por proposta

do vereador Picão, para aquele cargo o cidadão Francisco Pedro de Carvalho, desta vila, tendo o cidadão João Verissimo de Oliveira, actual membro da referida Comissão obtido um voto que foi o do vereador Vieira.

Contas da gerência de 1914

Imediatamente e nos termos do artigo cento vinte e três combinado coma letra do artigo setenta e um da lei de sete de Agosto de mil novecentos e treze, foram apresentadas as contas organisadas pela Comissão Executiva, relativas á gerência do ano civil de mil novecentos e catorse, contas que vêm confeccionadas de perfeita harmonia com as determinações prescritas nos artigos setenta e quatro e setenta e cinco, § primeiro, números uma cinco; § segundo números um a quatro e com todos os documentos digo e § terceiro; e com todos os documentos exigidos pelos números um a seis do § quarto do mencionado artigo setenta e cinco da referida lei; afim |⁴⁹ de ser dado cumprimento ao disposto nos artigos setenta e dois e setenta e tres da já referida lei._ A Camara tendo examinado a maneira clara e bem feita como se acha organizado o respectivo processo cujo serviço honra o funcionário que o organisou, nomeou os seguintes vereadores para em comissão examinarem as aludidas contas e toda a escrituração da contabilidade dando o seu parecer por escrito na próxima sessão ordinaria _ Alfredo Manuel Candeira, João Maria da Silva Marques e Joaquim Correia Caldeira.

Em acto continuo passou a Camara á distribuição da diferença do saldo constante do orçamento ordinario para o corrente ano e o constante da conta que acaba de ser apresentada. Apresentados diversos alvitres entre estes e de ser aumentada a verba para calçadas; construção da cobertura da regueira da madre; reparos das estradas da Zambujeira e Sobral; abastecimento de agua potavel para a vila, sendo esta ultima ideia do vereador João Marques e as de aquelas obras dos vereadores Almeida, Narciso e Caldeira e tendo ainda sido alvitado pelo vogal Marques a realização de uma crêmesse a favor do do abastecimento de aguas, ao que objectou a presidencia não concordar com esta ideia por nada produzir, lembrando antes o contrair-se um emprestimo, |^{49v} retorquindo-lhe o vogal Marques que tudo aceitaria menos emprestimo e que neste só se deve pensar quando esgotados todos os recursos. Como, porem, da prolongada e acalorada discussão entre alguns vereadores principalmente entre os vereadores Bordalo e Narciso, nada fosse resolvido definitivo por não ser possivel chegar-se a acordo, deliberou-se deixar á discussão deste assunto para outra sessão, visto os interesses municipais não sofrerem cousa alguma.

O vereador Vieira pede para que o condutor Coutinho, logo que o tempo o permita, vá á Ribeira dos Palheiros proceder aos estudos de uma canalisação de agua potavel para aquele logar; que seja remetido á repartição competente, a conferir, o padrão de pesos e medidas desta Camara visto, como por já por mais de uma vez tem dito, o mesmo padrão não ser certo; e que no corrente ano seja lançado o imposto de trabalho para reparação de muitas estradas que estão intrasitaveis._ Foram atendidos.

Por ultimo foram lidas todas as deliberações tomadas pela Comissão Executiva no interregno da sessão ordinaria de novembro até á presente, sessões que, a Camara aprovou por maioria digo aprovou, com excepção das respectivas á divisão das áreas para os partidos médicos e da respeitante á colo- |⁵⁰ cação dos estrumes da limpeza da vila no sitio do Poço Novo, propondo o vereador Bordalo, o que foi aprovado por maioria, visto tal deliberação para se tornar executoria precisa da opinião favoravel do sub delegado de saude, a quem se oficiará consultando-o sobre a conveniencia ou inconveniencia da colocação dos estrumes no sitio do Poço Novo.

Ainda Antes de ser encerrada a sessão o vereador Cordeiro lembrou a conveniencia para os povos deste concelho de irem os médicos municipais irem uma vês por semana á séde das freguesias que compõem as respectivas areas das consultas, conforme já proposéra em sessão de tres de novembro ultimo_ A Camara deliberou convidar os facultativos municipais a comparecerem a uma das suas sessões ordinárias para de harmonia com eles, resolver este tão util assunto.

Não havendo nada mais a tratar o presidente lembrou a nova Comissão digo assunto.

Mais foi presente a copia da sentença da auditoria da Administrativa do districto de Lisboa, condenando pessoalmente os actuais vereadores Alfredo Manuel Candeira e José Narciso e bem assim o irmão do vereador João Marques, pelo nefando crime de em uma das sessões da Camara Municipal de que era presidente o cidadão honrado José Agnelo do |^{50v} Rosario Silva terem consignado na acta um voto de sentimento ao seu presidente por devido a um grave desastre, estar preso nas cadeias desta Camara. É tal o odio do julgador e muito principalmente quem promoveu o processo que não ficando satisfeito em os condenar nas custos e selos do processo ainda manda intentar o competente processo no juizo de distrito desta Camara para applicação da multa por violação da lei._ A Camara sentindo profundamente que a quatro anos de vigencia da Republica se cometam arbitrariedades destas e que estas sejam consentidas deliberou por unanimidade lançar nesta acta o protesto por ver que tal deliberação só representava o sentir pessoal dos vereadores amigos do presidente e nada mais e por saber que nos livros das actas das sessões das vereações deste concelho, quer antes quer depois desta, estão desenas de votos de sentimento, de congratulação e de louvor, citando entre outros os de sentimento pelo falecimento do vice-presidente digo pelo falecimento do Dr. Alvaro Lucas, genro do vice-presidente de aquella vereação; pelo precario estado de saude e pelo falecimento do facultativo Municipal Dr. Joaquim de Jesus Lopes; pela saída desta vila do professor José Gonçalves; e ainda ha pouco tempo pela tranferencia do |⁵¹ administrador deste concelho, Artur Ferreira para o concelho do Sobral de Monte Abraço, acompanhando os seus colegas no desgosto que sofreram.

Não havendo nada mais que tratar o presidente lembrando e pedindo a nova Comissão Executiva para não descurar o abastecimento de agua potavel para a vila encerrou, em nome da Lei, a sessão ordinária deste trimestre.

De tudo para constar se lavrou esta acta que vai ser, depois de lida, devidamente assinada. E eu servindo de secretario a subscrevi José do Nascimento Neves.

Alfredo Manuel Candeira

Antonio Maria da Silva

Antonio Vieira Junior

Augusto dos Santos Picão

João Maria da Silva Marques

Joaquim Correia Caldeira

Joaquim H.H. Almeida

Joaquim José Bordalo

José Narciso

José da Silva Henriques Cordeiro

Pedro Marques de Carvalho

Silvano Marcelino

António Henriques Delgado

José do Nascimento Neves

Dia 1

Ao primeiro dia do mês de Abril de mil novecentos e quince nesta vila da Lourinhã, nos Paços do Concelho e na sala de sessões Camararias compareceu pelas treze horas o presidente da Camara Municipal deste Concelho, Alfredo Manuel Candeira, e como não comparecessem os demais vereadores não pôde ter lugar a sessão deste dia, pelo que ordenou o presidente a quem este subscreve, que fizesse sciente os vereadores da Camara que a sessão ordinária deste trimestre terá o seu inicio no próximo dia cinco, e que lavrasse este termo que vai por ele assinado. E eu Fortunato José de Carvalho, chefe da secretaria da Camara que o escrevo.

Alfredo Manuel Candeira

Dia 5

Aos cinco dias do mês de Abril de mil novecentos e quinze nesta via de Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala das sessões Camararias se reuniram em sessão o presidente da Camara Municipal deste concelho, Alfredo Manuel Candeira e os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho, Antonio Vieira Junior, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques horta de Almeida, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, |⁵² Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino, faltando por motivos que justificaram, os vereadores Francisco Maria Pereira Marques, Joaquim José Bordalo, José Narciso, José Antonio Custodio Neves e Antonio Maria da Silva e por estar desempenhando as funções de administrador interino deste concelho o vereador João Maria da Silva Marques, o presidente em nome da Lei abriu a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada sem alteração, sendo assinada e seguidamente lida a seguinte correspondencia:

Oficio datado de vinte e cinco de fevereiro ultimo, da Repartição Geral do Governo Civil de Lisboa, enviando copia do relatorio do conductor de minas de primeira classe do Ministerio do Fomento, Guilherme Gonçalves de Mendonça, do inquerito feito ás diversas aguas mandadas analisar e destinadas ao abastecimento desta vila, constando mesmo relatorio o resultado das analises feitas ás aguas das nascentes de São Bartolomeu, do Mergulhão proximo deste logar, da Corvina, da Bica e das Aguas de Mouros, e qual se vê que nenhuma das aguas descriptas estão no caso de serem empregadas no consumo publico como aguas potáveis por conterem maior quantidade de sais do que os que geralmente são admitidos além do elevado gráu ydrotrimétrico que todas acusaram._ Inteirada.

Oficio circular da Faculdade |^{52v} de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa, reclamando o cumprimento do disposto no decreto numero cento e dezoito sobre remessa áquele estabelecimento de ensino, das deliberações, codigo de posturas, e quaisquer resoluções que possam ter interesse para o ensino._ Mandou-se satisfazer.

Oficio datado de desasete de fevereiro deste ano, da Camara Municipal de Alenquer, comunicando que em sua sessão de vinte oito de janeiro ultimo, deliberára representar ao Governo no sentido de conseguir que fosse revogada por anti-republicana e retrogada a Lei da divisão dos circulos eleitorais._ A Ca digo eleitorais e pedindo para que esta Camara representasse no mesmo sentido._ A Camara não acedeu ao pedido, visto que a lei referida já se acha revogada pelo decreto numero mil trescentos cincoenta e dois.

Oficio da Associação Central da Agricultura Portuguesa, enviando, por oferecimento, para a biblioteca municipal um exemplar do livro denominado “Guia

Pratico das Caixas de Credito Agricola Mutuo” e pedindo para esta Camara aceitar a assinatura do Boletim daquela Associação._ A Camara deliberou agradecer a gentileza da oferta e comunicar que devido ao péssimo estado do seu cofre não pôde inscrever-se como assinante do Boletim referido.

Oficio da Junta Executiva da zona |⁵³ do Sul da Federação das associações de classe dos Caixeiros Portugueses, enviando um exemplar do regulamento do horário de trabalho no comercio, para elucidação desta Camara na elaboração do regulamento das dés horas de trabalho._ Inteirada.

Oficio circular com data de vinte e seis de Fevereiro deste ano da Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa, enviando copia da moção que esta mesma Camara votou em sua sessão plenaria daquele dia, e da qual consta que esta colectividade mantendo o seu nunca desmentido proposito de cumprir a sua missão sempre dentro da lei, resolvêra, na parte que lhe diga respeito, não dar cumprimento a nenhum decreto dictatorial e participar a todas as Camaras Municipais do territorio da Republica esta sua resolução.

Terminada a leitura do oficio e copia da moção acima referidos, o vereador Cordeiro apresentou a seguinte

Moção

Considerando que as Camaras Municipais não têm competência para apreciar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade dos decretos do poder executivo ou do funcionamento dos governos, atribuição essa que pertence aos poderes judicial e legislativo;

Considerando que, por ser assim, já as Camaras Municipais não se pronunciaram sobre o facto, resultado absolutamente inconstitucional do ultimo go-|^{53v} verno democratico continuar no poder depois de, contra ele, ter sido votada uma moção de desconfiança pela maioria da Camara do Senado da Republica, caso unico em todos os paizes que têm regime parlamentar, dando isso origem ao abandono do Senado da maioria dos seus parlamentares e da Camara dos Deputados de todos os que constituem as chamadas direitas;

Considerando que, do mesmo modo, as Camara Municipais não se manifestaram quando o penultimo governo democratico fêz á Constituição o gravissimo agravo de desprezar o seu preceito que determina expressamente que é á mesma Camara do Senado que compete a nomeação dos governadores para o ultramar, tendo feito, como é sabido, a nomeação dum, o da Guiné, não só sem a indispensavel consulta, mas até mantendo-a contra a opinião da aludida Camara;

Considerando que dessa vês e sem o protesto de qualquer Camara Municipal, o governo levou a ofensa á Constituição até ao ponto de, prepositadamente, não comparecer no Senado, apesar das constantes solicitações da respectiva mesa, o que provocou, como é de todos sabido, os tumultos parlamentares de que resultou na sua queda em Janeiro de mil novecentos e catorze;

Considerando que um ex-administrador deste concelho, democratico, |⁵⁴ auxiliado pelo ex-Chefe da secretaria desta Camara, igualmente democratico, e, ainda, com o reforço do Secretario Geral do Governo Civil, da mesma côr politica, conseguiu para a ultima Camara Municipal o vexame de um processo e multa sobre os seus vereadores, embora ilegalmente, o proposito duma simples manifestação de solidariedade absolutamente legitima, para com o seu presidente que a todos merecia e merece a melhor consideração, não havendo, no cumprimento desse dever de cortesia e camaradagem, a menor ideia politica nem podia haver;

Considerando que este extraordinário facto de faciosismo e intolerância cometido contra os nossos colegas digo nossos ex-colegas, com o pretexto de que tinha havido um desvio das atribuições que compete às Camaras Municipais, foi até ao ponto do mais absoluto desprezo pelo código Administrativo em vigor, que não admite qualquer penalidade para as vereações, mesmo quando infringam a lei nas suas resoluções, ficando apenas estas sem efeito;

Considerando que assim, os nossos ex-colegas se viram coagidos a pagar a aludida multa, embora com a afronta da lei, para evitarem as despesas inevitáveis dos recursos que bem poderiam ser superiores á penalidade que despotica e abusivamente, lhes lançaram, o que foi um revoltante agravo ao Código Administrativo, aos nossos di-^{54v}reitos aos interesses dos nossos ex-colegas, alguns dos quais ainda nos honram com a sua colaboração valiosa e, até, aos seus honrados, liais e respeitáveis propositos;

Considerando que, depois disto, é deveras expantoso que sejam os próprios democráticos, representados pela Camara Municipal de Lisboa, que venham solicitar desta corporação um protesto meramente político e absolutamente, alheio às suas atribuições, quando, ha poucos dias, ainda, se concluiu o injustíssimo e inclassificável processo a que nos referimos;

Considerando, finalmente, que a Comissão Executiva, na pessoa do seu vice-presidente, sem o menor protesto de nenhum dos seus membros restantes, já deu cumprimento no devido praso aos únicos decreto do actual governo, contra os quais fomos convidados a protestar, na parte que diz respeito ás Comissões executivas;

A Camara, pelos fundamentos incontestáveis que constam dos considerandos precedentes, resolve:

- 1.º_ Sancionar a atitude da sua Comissão Executiva, perante os decretos eleitorais do actual governo.
- 2.º_ Comunicar este facto ás entidades interessadas, por atenção para com elas.
- 3.º_ Prestar a sua homenagem á maioria da Camara transacta victima da prepotência politica aludida acima, ⁵⁵aplaudindo calorosamente a sua atitude no caso referido.

Lourinhã – sala das sessões da Camara municipal, 5 de Abril de 1915.

O Vereador – (a) José da Silva Henriques Cordeiro.

Terminada a leitura desta moção e submetida á apreciação da Camara, pelo vereador Joaquim Henriques Horta de Almeida foi proposto e a Camara aprovou, que a mesma moção fosse, para a devida discussão, dividida em duas partes: a primeira no que diz respeito á parte relativa á politica geral e a segunda na parte respeitante ao processo promovido pelo secretario geral do Governo Civil do Districto de Lisboa contra a maioria da vereação que a esta antecedeu, declarando concordar em absoluto com a atitude da Camara Municipal de Lisboa e discordar, tambem em absoluto, com a sentença e todo o processo que a precedeu, do Auditor Administrativo de Lisboa condenando os vereadores da já referida vereação transacta.

Entrando-se na apreciação da primeira parte da moção e tendo-se verificado, pelas respectivas actas, que a Comissão Executiva não havia dado ou negado cumprimento algum ao decreto numero mil trezentos cinquenta e dois, mas só o presidente da Comissão digo só o vice-presidente da mesma Comissão, em exercicio de presidente, e como méro expediente, enviara ao secretario recenseador a relação a que se refere o artigo dés, digo quatro do mesmo ^{55v}decreto e tendo ouvido o vereador proponente deliberou não tomar dela conhecimento e unicamente aprovar, como aprovou, a parte da aludida moção na parte respeitante á homenagem prestada aos vereadores que

foram victimas da prepotencia politica contra os mesmos exercida e levada a efeito por questões pessoais dos promotores de tão infame procedimento. Esta parte da moção foi aprovada por todos os vereadores com excepção do presidente que se absteve de a votar, por ter sido um das victimas atingido pela tal prepotência.

Seguidamente pelo presidente foi proposto se a Camara deve ou não seguir a atitude da Camara Municipal de Lisboa na parte respectiva ao cumprimento ou não cumprimento dos decretos do actual Governo da Republica Portuguesa; sendo resolvido por maioria e depois do vereador José do Nascimento Neves ter dito em frases empolgantes, que em principio é contrario ás ditaduras civil ou militar e principalmente militar como a actual, mas como não se ache competente, não como cidadão, mas como vereador, a julgam, atentas as circunstancias actuais, se o governo está dentro ou fóra da constituição, abstem-se por completo de apreciar a moção da Camara Municipal de Lisboa, e do presidente ter feito a declaração de fazer suas as palavras do seu colega José do Nascimento Neves, não seguir a atitude da Camara Municipal de Lisboa, ^[56] visto entender não estar dentro das suas atribuições legais apreciar os actos do Poder Executivo e mesmo porque as Camaras Municipais não são eleitas para apoiar ou não a politica partidária, mas unicamente para fazer boa administração, zelando os interesses do povo que os elegeu e olhando e promovendo os melhoramentos precisos para o desenvolvimento agricola, comercial, industrial e instrutivo dos concelhos que administram.

Os vereadores que reprovaram a atitude da Camara Municipal de Lisboa foram: Antonio Rodrigo de Carvalho, Antonio Vieira Junior, Joaquim Correia Caldeira, José da Silva Henriques Cordeiro e Silvano Marcelino; e os que aprovaram foram: Augusto dos Santos Picão, Joaquim Henriques Horta de Almeida e Pedro Marques de Carvalho. O vereador Neves absteve-se e o presidente reprovou-a fazendo suas as palavras deste vereador.

Acto continuo foram tambem presentes os seguintes memoriais:

De Antonio Francisco, do Casal da Franca, freguesia de Miragaia, deste concelho, instruido com atestados de pobreza e da doença de que sofre, pedindo lhe seja passada a competente guia para dar entrada no Hospital de S. José, onde precisa ser tratado. _ Mandou-se passar.

De Evaristo Pires Ramos, Augusto Filipe e António Joaquim Horta de Almeida, representando os moradores do lugar de Atalaia de Baixo, solicitando a construção da estrada que daquele lugar condús á Cabaceira, visto que actual está intransi- ^[56v] tavel e oferecendo os donativos prometidos pelos mesmos moradores, em dinheiro, na importancia de cento e cinco escudos e vinte centavos e mais diversos dias de serviço pessoal e de veículos._ Depois de terem sido apresentados diversos alvitres resolveu a Camara, por indicação do vereador Picão, encarregar a Comissão signataria de proceder aos respectivos trabalhos com o producto dos donativos oferecidos, cuja cobrança promeverá a mesma Comissão, votando para auxiliar tais trabalhos o subsidio de cem escudos, que será entregue mediante folhas de serviço apresentadas na secretaria da Camara e depois de terem sido exgotadas as importancias dos donativos oferecidos.

Estando também na sala uma comissão de cidadãos do lugar de Vale de Lobos, pelo presidente foi dito em nome da mesma, precisar esta para a grande reparação da estrada do dito lugar, do auxilio da Camara._ Esta deliberou convidar o conductor Chefe dos trabalhos municipais a ir dirigir os respectivos trabalhos, votando por proposta do presidente, a quantia de cinquenta escudos para auxiliar os respectivos trabalhos.

Por proposta do vereador Antonio Rodrigo de Carvalho, mandou proceder a conclusão da estrada que do lugar de Moita conduz ao respectivo cemiterio, cujos trabalhos serão feitos sob a inspecção do já referido Conductor Chefe dos trabalhos e para os quais votou a quantia de cin- |⁵⁷ coenta escudos.

Ainda por proposta de vereador Almeida, reforçada pelos vereadores Picão e Pedro Marques, aumentou com mais cem escudos a verba votada para as reparações da estrada da Zambujeira.

Imediatamente o vereador Caldeira apresentou a seguinte proposta por ele assinada e pelos vereadores Silvano Marcelino, Antonio Maria da Silva, Antonio Vieira Junior, Antonio Rodrigo de Carvalho, e José da Silva Henriques Cordeiro:

Considerando que é indispensavel e urgente continuar a construção da estrada para o Sobral, não devendo prolongar-se por outro ano, ainda, o que sucedeu este inverno, em que o caminho esteve absolutamente intransitavel com incalculavel prejuizo para aquela povoação como, de toda a gente é conhecido;

Considerando que a verba votada para este ano de cem escudos não chega, sequer para o empedramento de cem metros de aterro, porque essa quantia é quase absorvida pelo arranco, transporte, britação e encaixamento de cem metros de pedra, havendo, ainda, a abertura da caixa cuja despesa deve ser grande, pelo pessimo estado em que o aterro está, em resultado do rigoroso inverno que tem feito, e mais o cilindrimento indispensavel;

Considerando que, não chegando, pois, os cem escudos votados para o empedramento completo de cem metros de aterro, ficavam mais de outros cem metros |^{57v} por empedrar, visto que existem actualmente dusentos metros de aterro;

Considerando, por conseguinte, que a não ser votada nova verba estavam no proximo inverno na situação a que já nos referimos, o que se deve evitar, por todos os modos;

Considerando, ainda, que era necessario que não só fossem empedrados os duzentos metros de aterro existentes, mas que a estrada fosse continuada, como, de resto, é intensão da Camara:

Propõem os vereadores abaixo assinados que seja destinada á estrada do Sobral, para este ano, mais a quantia de tresentos escudos. = Sala das Sessões cinco de Abril de mil novecentos e quinze = (aa) Joaquim Correia Caldeira – Silvano Marcelino – Antonio Maria da Silva – Antonio Vieira Junior – Antonio Rodrigo de Carvalho – José da Silva Henriques Cordeiro.

Posta á votação da Camara esta proposta e depois de acalorada discussão, foi por todos os Vereadores (só com a excepção do vereador Caldeira), votada a quantia de cem escudos para, com a verba incluída no orçamento geral do corrente ano, se iniciarem já os respectivos trabalhos, ficando a restante quantia pedida para ser incluída nos futuros orçamentos suplementares, caso as receitas municipais o permitam.

Para os fins do decreto de catorze de outubro de mil novecentos e dez e baseada no informe da Junta de Paroquia |⁵⁸ Civil de Miragaia, atestou a pobreza de Albino Henriques, do Casal do forno, da referida freguesia.

A pedido do chefe da sua secretaria aclarou a interpretação a dar á postura que organisou em sua sessão de cinco de Agosto do ano findo, sobre licença a vendedores ambulantes, e que vem a ser, só estarem compreendidos nas disposições da aludida postura os vendedores ambulantes residentes fóra deste concelho, pois que o espirito da referida postura e principalmente do vereador que a apresentou é beneficiar o comercio deste mesmo concelho.

Em seguida e depois de terem sido lidas, aprovou as deliberações tomadas pela sua Comissão Executiva no periodo decorrido desde a sessão ordinaria de Janeiro até á presente.

Organisou, por lembrança do vereador Pedro Marques de Carvalho, a seguinte

Postura

Capitulo I

Limpeza, facilidade e segurança do transito na via publica

Artigo 43º. A - É proibido atravessar com veículos ou animais, o espaço arborizado da Praça da Republica, desta vila, com excepção da rua que dá ingresso á porta principal da Igreja Matriz, sob pena de multa de cincoenta centavos.

§ unico. _ Durante os dias da feira de setembro e enquanto esta durar, esta disposição fica suspensa.

|^{58v} A presente postura, depois de cumpridas as formalidades do artigo noventa e seis da lei de sete de Agosto de mil novecentos e treze, entra em vigor oito dias depois de publicada.

Nesta altura foi pelo presidente da Comissão Executiva desta Camara e de harmonia com a respectiva deliberação tomada pela mesma em sua sessão de oito de março findo, e depois de narrar aos seus colegas as demarches empregadas por ele no cumprimento do mandato que lhe havia sido confiado pela aludida Comissão, proposto que, nos termos dos numeros segundo e decimo quarto do artigo noventa e quatro da lei numero oitenta e oito de sete de Agosto de mil novecentos e treze e das leis de vinte e tres de junho de mil oitocentos e cincoenta e de vinte e seis de junho de mil novecentos e dose e ainda do respectivo regulamento de quinse de Fevereiro de mil novecentos e treze, se adquira por expropriação por utilidade publica, a casa sita na Praça da Republica nesta vila, contigua ao edificio municipal onde está instalado o tribunal judicial desta comarca, pertencente a D. Ernestina de Paiva Simões, residente em Lisboa, para melhorar as condições de luz do referido tribunal; para residencia dos professores dos segundos lugares das escolas dos sexos masculino e feminino desta vila; para aquartelamento da guarda Nacional |⁵⁹ republicana do posto deste concelho, que hoje é só composto de praças da arma de infantaria mas que este concelho, pela sua área, tem necessidade de pedir que o referido posto seja composto de forças mixtas (infantaria e cavalaria); para a exploração de uma grande nascente de água ali existente e que, com grande vantagem e economia, pode ser utilizada pelo publico; e ainda para a instalação imediata da secretaria das finanças deste concelho e respectiva tesouraria da fazenda publica, visto que os respectivos arrendamentos, com os quais a Camara dispense actualmente a quantia de cento e vinte e dois escudos e que a não adquirir o edificio em questão, vai pagar, também por ano, cento e quarenta escudos, terminam em trinta de Junho proximo. Faz vêr a medida economica para o municipio, quando este adquirir o predio de que trata, e que tem de superficie quinhentos noventa e quatro metros quadrados, por quantia não superior a tres mil escudos, pois que alem da Camara deixar de pagar as fabulosas rendas já indicadas vai tambem deixar de satisfazer os subsidios de residencia aos já referidos professores, da quantia de sessenta escudos digo arrendamentos terminam em trinta de junho proximo e com os quais a Camara tem dispendido anualmente a quantia de cento vinte e dois escudos e irá dispende de futuro a de cento e quarenta escudos, se não adquirir o pre-|^{59v} dio em questão. Fas ver a medida economica que a Camara pratica adquirindo tal predio por quantia não superior a tres mil escudos, pois que alem de deixar de pagar aquelas fabulosas rendas, deixará tambem de dar aos já referidos professores a quantia de sessenta escudos anualmente para subsidio de residencia._

Posta pelo presidente á discussão e votação da Camara a proposta do presidente e mais vogais da Comissão Executiva, foi a mesma por unanimidade e depois de devidamente discutida, aprovada, dando a Camara á sua Comissão Executiva plenos poderes para, até á quantia de dois mil e seiscentos escudos, pouco mais ou menos, adquirir, por expropriação amigavel ou judicial o referido predio urbano, para os fins já indicados.

Como estivesse presente o secretario de Finanças deste concelho, o cidadão Lazaro Joaquim Corrêa, aproveitou este a ocasião para felicitar a Camara pela medida acertadissima que acabava de tomar, resolvendo a compra de uma casa onde póde, desde já, instalar as repartições da secretaria de finanças e da tesouraria da fazenda publica, prestando assim um ótimo serviço não só aos respectivos funcionarios que, pelas grandes afinidades de serviço, têm de estar a conferenciar quasi quotidianamente, mas e muito principal- |⁶⁰ mente ao publico que até hoje tem de percorrer quasi metade da area da vila para qualquer contribuição de registo ou outra que tenha que pagar e que seja receita eventual do Estado. Pedindo licença, fes vêr, com numeros, quão rendosa é para o municipio a aquisição do predio, que dá o juro anual de cinco e meio por cento do capital de dois mil e seiscentos escudos; Terminando por pedir á Camara a maxima urgencia na ultimação do respectivo contacto, afim de ele poder, até ao dia vinte de maio proximo, fazer a devida comunicação á Direção Geral de Contribuições e Impostos para esta rescindir os contractos de arrendamento no prazo legal, evitando assim mais despesa á Camara visto que, por lei, não sendo feita a comunicação até áquele dia considera-se o arrendamento prorrogado, por ser feito com a clausula de “Trato sucessivo”._ A Camara, chamando a atenção para as declarações do secretario de Finanças, da sua Comissão Executiva, recomendou a esta a maxima urgencia na resolução definitiva, deste importante assunto.

Acto continuo foi pelo presidente da Comissão Executiva apresentado o orçamento primeiro suplementar ao geral da receita e despesa deste municipio para o corrente ano, onde a mesma comissão incluiu a quantia de dois mil e quinhentos escudos para a compra da casa acima referida.

|^{60v} feita a leitura do mesmo orçamento e submetida á discussão e votação todas as verbas de receita e despesa, foram estas e aquelas aprovadas por unanimidade, com excepção da verba de despesa numero quarenta e nove – importancia descontada indevidamente no vencimento de agosto do ano findo ao facultativo municipal Dr. Tiago Sales e que tem de ser paga a este facultativo conforme deliberação desta Camara em sessão de dois de Novembro do ano findo – que foi aprovada por maioria, tendo-a rejeitado – por coerencia – os vereadores Joaquim de Almeida e Pedro Marques de Carvalho.

Apedido do cidadão Antonio Henriques de Matos, desta vila, que fôra fundamentado na grande invernias que tem feito, prorrogou até ao fim de Junho proximo, o praso para a conclusão do predio que o referido Matos possua na Praça da Republica.

Por proposta do vogal Pedro Marques, encarregou a sua Comissão Executiva a proceder, no corrente ano, á correcção dos rios, ribeiros e regatos proximos desta vila, obrigando por todos os meios legais, os respectivos proprietarios confinantes a procederem á limpeza dos leitos e cômoros dos mesmos marcando-lhes a profundidade a que têm de ficar.

Determinando a lei que as deliberações sobre aquisição de bens mobiliarios e sobre posturas não se torna- |⁶¹ rão executórias sem as formalidades prescritas no

artigo noventa e seis da lei numero oitenta e oito, deliberou a Camara ouvir sobre a aquisiçao do predio que pretende expropriar e sobre a postura que organisou nesta sessao, as Juntas de Paroquia deste concelho, fazendo-se sentir as mesmas que as observacoes que hajam de fazer, deverao ser apresentadas na secretaria desta Camara ate ao dia quinze do corrente. Mais deliberou que se tornem executorias tais deliberacoes se passado o referido dia quinze a maioria das referidas juntas se pronunciarem a favor ou se as mesmas nada disserem sobre o assunto, devendo-se tambem frisar esta circunstancia nos officios a dirigir as aludidas corporacoes.

Ainda nos termos do paragrafo primeiro do artigo sexto da lei numero oitenta e oito, ordenou o chamamento do vereador substituto Antonio Henriques Delgado, para a vaga de vereador efectivo Joao Maria da Silva Marques, que esta desempenhando as funcoes de administrador deste concelho.

De conformidade com o decreto regulamentar de um de Julho de mil novecentos e onse, designou os meses de Maio e Junho proximos, para os afilamentos de pesos e medidas deste concelho; e de harmonia com o disposto no paragrafo unico do artigo cento e dose da lei de sete de Agosto de mil novecentos e treze, delib^{61v}erou manter para constituir receita deste municipio para o futuro ano de mil novecentos e desaseis os mesmos impostos que votou em sua sessao de vinte e nove de Abril de mil novecentos e treze digo e catorse.

Sendo-lhe presente o parecer da Comissao revisora das contas da gerencia municipal do ano civil de mil novecentos e catorze, que lhe foram apresentadas na sessao de dois de Janeiro findo, aprovou por unanimidade as mesmas contas e parecer, consignando, por proposta do presidente, um voto de louvor ao actual chefe da sua secretaria pela maneira clara e bem feita como que organisou o respectivo processo e toda a escripturacao da contabilidade.

Por ultimo examinando o balancete mensal do cofre e auctorisando o pagamento de desinfecoes, passou a designar os dias em que os medicos dos partidos municipais deste concelho e de harmonia com estes, teem de ir prestar as sedes das freguesias que compoem as respectivas areas, os seus servicos clinicos, sem outra remuneraçao por parte das familias dos doentes que os chamem, do que a do preçao para as visitas nesta vila. E assim resolveu que as bases para este servico sejam as seguintes, deixando as designacoes dos dias, local e h⁶²ora das visitas a sua Comissao Executiva.

Os facultativos dos partidos municipais deste concelho ficam obrigados, mediante a remuneraçao do pagamento do respectivo transporte, que e fixada em um escudo por dia de saida, a irem uma ves por semana as sedes das freguesias que compoem as respectivas areas, prestar o seu servico clinico as pessoas que dele necessitem, sem o pagamento do caminho. Quando, porem, forem chamados, nos dias designados para aquelas visitas, das sedes das freguesias para qualquer povoacao da sua area, o caminho sera contado pela distancia quilometrica que percorrerem da sede das mesmas freguesias a povoacao para onde forem chamados.

Os mesmos facultativos terao nas aludidas sedes e nos dias das visitas a permanencia minima de trinta minutos. Quando algum facultativo se ausente com licenca do concelho, por mais de trinta dias tera de deixar, para o efeito destas visitas um facultativo - que nao podera ser o outro medico do partido _ a substitui-lo.

Nao havendo outro qualquer assunto a tratar foi encerrada, em nome da lei, a sessao ordinaria deste trimestre, lavrando-se, para constar, a presente acta que vai ser devidamente assinada. E eu Jose do Nascimento Neves, servindo de secretario a subscrevi e ressalvo a entre-l^{62v}inha que diz _ “ desta Vila “.

Alfredo Manuel Candeira
Antonio Vieira Junior
Augusto dos Santos Picão
Joaquim H.H. Almeida
Joaquim Correia Caldeira
José da Silva Henriques Cordeiro
Pedro Marques de Carvalho
Silvano Marcelino
António Rodrigo de Carvalho
José do Nascimento Neves

Sessão extraordinária de 26 de Abril

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de mil novecentos e quinze nesta vila da Lourinhã e Paços do Concelho, achando-se presentes, para sessão extraordinária, os vereadores Antonio Vieira Junior, Augusto dos Santos Picão, Joaquim José Bordalo, José do Nascimento Neves, Pedro Marques de Carvalho, e Silvano Marcelino e o vereador substituto em exercicio Antonio Henriques Delgado, mas como não comparecessem os demais vereadores não pôde ter lugar a sessão deste dia para que foram todos previamente convocados.

Para constar se lavrou este termo que vai ser devidamente assinado depois de lido por mim Joaquim José Bordalo secretario a subscrevi Antonio Vieira Junior.

Augusto dos Santos Picão
|⁶³ José do Nascimento Neves
Pedro Marques de Carvalho
Silvano Marcelino
Antonio Henriques Delgado
Joaquim José Bordalo

Sessão extraordinária de 1 de Maio

Ao primeiro dia do mês de Maio de mil novecentos e quinze, nesta vila da Lourinhã e Paços do Concelho, achando-se presentes, para sessão extraordinária, os vereadores Antonio Vieira Junior, Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques Horta de Almeida, José Bordalo e Pedro Marques de Carvalho, mas como não compareceram os demais vereadores não pôde ter lugar a sessão deste dia para que foram todos previamente convocados.

Para constar se lavrou este termo que vai ser devidamente assinado depois de lido por mim Joaquim José Bordalo secretario a subscrevi

Antonio Vieira Junior
Augusto dos Santos Picão
Antonio Rodrigo de Carvalho
Joaquim Correia Caldeira
Joaquim H.H. Almeida
Pedro Marques de Carvalho
Joaquim José Bordalo

|^{63v} Sessão Extraordinária de 5 de Junho

Aos cinco dias do mês de Junho de mil novecentos e quinze, nesta vila da Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala das sessões camararias, se reuniram em sessão extraordinária o presidente da Camara Municipal deste mesmo concelho

Alfredo Manuel Candeira e os vereadores Antonio Maria da Silva, Antonio Vieira Junior, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custodio Neves, José do Nascimento Neves e Silvano Marcelino, faltando digo Marcelino e e Joaquim José Bordalo, faltando os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho, digo Bordalo e Pedro Marques de Carvalho, faltando os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho, Francisco Maria Pereira Marques, Joaquim Henriques Horta de Almeida, José Narciso e José da Silva Henriques Cordeiro, todos previamente convocados, o presidente, que em nome da lei, abriu a sessão e disse que de conformidade com o respectivo convite o fim da mesma sessão era elaborar-se o regulamento a que se refere o artigo terceiro da lei numero duzentos noventa e cinco; tratar-se da nomeação de um assalariado encarregado de trabalhar diariamente na reparação das estradas municipais e dar outros serviços que lhe sejam |⁶⁴ ordenados; expropriação do predio em construção sito á Praça da Republica nesta vila, pertencente a Antonio Henriques de Matos, para alargamento do beco do loureiro e para colocação de um chafariz destinado a bebedouro de animais; e ainda para tomar-se conhecimento do pedido de licença feito pelo vice-presidente desta Camara.

O mesmo presidente disse mais que sendo esta a primeira sessão a que assiste o seu colega Custodio Neves, depois da grave doença que o reteve por longo tempo no leito e de que ia sendo victima, propõe que fique consignado na acta um voto de congratulação pelo restabelecimento do seu referido colega, proposta que foi aprovada e que o referido vereador Neves agradeceu.

Nesta ultima o vereador Bordalo pedindo a palavra, que lhe foi concedida, disse que, embora o assunto de que ia falar não podesse ser tratado nesta sessão, pelo que o reservava para o tratar em outra, contudo não queria deixar de mostrar o seu desagrado protestando contra o abuso praticado pela Junta Revolucionaria deste concelho para com a pessoa da presidencia desta camara e por consequente com toda a Camara, não consentindo que aquela entidade tomasse, em cumprimento da ordem do governador civil, que fôra transmitida por telegrama, consta da adminis |^{64v} tração deste concelho, apoz a resolução de catorze de Maio e por ter sido examinado o respectivo administrador.

O vereador João Marques disse fazer suas as palavras do vereador Bordalo.

Seguidamente, sendo lida, aprovada unanimemente e assinada acta anterior, bem como os dois termos que se lhe segue e depois e depois de igualmente ter sido lida a circular do Ministerio do Interior que acompanhou a da segunda Repartição do Governo Civil de Lisboa, com o numero trinta e um de três do corrente, chamando a atenção desta Camara para a disposição da lei numero duzentos noventa e cinco, passou a Camara a ouvir os comerciantes desta vila, que se achavam presentes, os cidadãos Alberto Marques de Carvalho, Boaventura da Silva Marques Francisco de Paula Furtado e José Henriques Mota de Almeida, sobre o regulamento das horas dos empregados no comercio, a que alude o artigo terceiro da referida lei numero duzentos noventa e cinco de vinte e dois de Janeiro deste ano, sendo os mesmos comerciantes, de opinião, depois de ter feito uso da palavra o comerciante Boaventura da Silva Marques, que disse concordar com o regulamento do concelho de Torres Vedras, só com a modificação das horas de trabalho e da eliminação do artigo que obriga o patrão a esperar pelo empregado até á meia noite, que, ao abrigo da |⁶⁵ faculdade do artigo n.º 3.º, § 2.º da mesma lei, os empregados teriam nos meses de verão mais duas horas de trabalho e que só na vila, os estabelecimentos não poderiam abrir nos meses se Abril a Outubro antes das sete horas e nos restantes meses antes das oito, nem fechar nestes meses depois das vinte e uma e meia horas, com excepção

dos domingos que abririam e fechariam uma hora mais cedo das acima indicadas e por ocasião da feira desta vila que abririam ás seis da manhã e encerravam á meia noite.

Tendo-se levantado duvidas se a Camara poderia regulamentar as horas de trabalho de harmonia com a vontade dos comerciantes presentes, visto que o numero de horas de trabalho em cada ano excede a tolerancia permitida pelo mencionado artigo 3.º § 2.º, mas desejando a Camara dentro do possivel, satisfazer o desejo dos interessados, assentou-se em consultar sobre este assunto o Excelentissimo Governador Civil, ficando a Comissão Executiva desta Camara encarregada a, de harmonia com a resposta á consulta, elaborar o respectivo regulamento, podendo agregar para este fim os interessados que entender e incluindo no mesmo artigo sobre encerramento dos estabelecimentos comerciais da vila.

Declara-se que durante a discussão o presidente desta Camara, que ^{65v} é farmaceutico, disse, nesta qualidade, que não acataria o regulamento se no mesmo fosse imposta aos farmaceuticos a obrigação de encerrarem as suas farmacias, não porque queira desrespeitar a lei ou ter o seu empregado alem das horas que os estabelecimentos encerrarem, pois fechará a sua farmácia á mesma hora, mas porque entende que a lei numero dusentos noventa e cinco não abrange as farmácias visto que estas são reguladas por leis especiais.

Acto continuo pelo presidente da Comissão Executiva foi exposta com tolda a claresa o beneficio que para esta vila e para o publico póde advir com a expropriação da casa em construção em construção, pertencente a Antonio Henriques de Matos, sita á praça da Republica, porque alargando-se um estreito beco denominado de Arcipreste, que fica entre o largo que se pretende expropriar e o novo edificio ha pouco adquirido pela Camara, onde serão construidos os Paços do Concelho, fica numa bela artéria para a parte alta da vila e o referido edificio desafrontado. Alem disto póde ser colocado o espaço que não for preciso para alargamento do beco, um chafariz onde o publico possa servir-se da aguada abundante nascente existente no predio que a Camara comprou, agua que será levada por meio de um motor ou moinho automatico, para um ⁶⁶ grande deposito e deste conduzida ao chafariz. _ A Camara concordando em absoluto com a proposta da sua Comissão Executiva aprovou-a, deliberando, dentro da lei de vinte e seis de junho de mil novecentos e dose e ao abrigo da lei de onze de maio de mil oitocentos setenta e dois e ainda dentro das atribuições que lhe são conferidas pelo numero desoito do artigo noventa e quatro da lei da lei de sete de Agosto de mil novecentos e treze, expropriar por utilidade publica o predio já referido para alargamento do beco já referido digo já mencionado, ficando a Comissão Executiva proponente encarregada de proceder ao respectivo processo de expropriação requerendo esta superiormente.

Tambem encarregou a referida Comissão a contractar com um homem que reconheça ser competente e trabalhador e pelo salario diário que estipular, o encarregar de fiscalisar as estradas municipais e mais serviços a cargo da Camara e respeitantes a obras, limpando baletas, e bermas, regando arvores, etc.

Por ultimo foi lido o officio com data de vinte e sete de Abril findo, do vice-presidente desta Camara, o cidadão Francisco Maria Pereira Marques, pedindo, por afazeres de sua casa, noventa dias de licença. _ Foi-lhe concedida por maioria, visto que os vereadores João Maria da Silva Marques e Joaquim José Bordalo, não lha concederam.

|^{66v} Não podendo ser tratado outro qualquer assunto foi encerrada, em nome da lei, a sessão e para constar lavrada esta acta que vai ser devidamente assinada depois de lida. E eu Joaquim José Bordallo secretario a subscrevo

Joaquim Correia Caldeira
Alfredo Manuel Candeira
Antonio Vieira Junior
Augusto dos Santos Picão
João Maria da Silva Marques
Antonio Maria da Silva
José Antonio Custodio Neves
José do Nascimento Neves
Pedro Marques de Carvalho
Silvano Marcelino
Joaquim José Bordallo

Sessão ordinaria de Agosto de 1915

Dia 2

Aos dois dias do mês de Agosto de mil novecentos e quinze, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do concelho e na sua sala de sessões Camararias, compareceram para sessão ordinaria, o vereador mais velho servindo de presidente da Camara Municipal, deste mesmo concelho, Joaquim Correia Caldeira e os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henri |⁶⁷ ques Horta de Almeida, José Antonio Custodio Neves, José do Nascimento Neves, Pedro Marques de Carvalho, Silvano Marcelino, faltando digo Marcelino e vereador substituto Antonio Henriques Delgado, faltando os vereadores Alfredo Manuel Candeira, presidente, Antonio Vieira Junior, Joaquim José Bordalo, José Narciso, José da Silva Henriques Cordeiro e Antonio Maria da Silva (que compareceram depois de aberta a sessão) foi esta, em nome da lei, aberta pela presidencia, pedindo em acto continuo a palavra para fazerem uso déla antes da sessão, os vereadores João Maria da Silva Marques e José António Custódio Neves.

Concedida a palavra ao vereador João Marques, disse, muito exaltado, que tem sido e espera continuar a sendo um homem honrado, quer em sua vida particular quer na sua pul digo sua vida publica e por isso não póde admitir que em um jornal das Caldas da Rainha, se diga que os dinheiros desta Camara estão a saque com a má administração da Comissão a que preside, e por isso declara que não voltará mais ás sessões Camararias, saindo da sala digo antes da leitura da acta da sessão anterior, os vereadores João Maria da Silva Marques e José António Custodio Neves.

Concedida a palavra ao vereador João Marques, disse, muito exaltado, que tem sido, é e continuará sendo um |^{67v} homem honrado quer na sua vida particular quer na publica e por isso não póde admitir que pessoas mal intencionadas dissessem a um jornal das Caldas da Rainha que os dinheiros deste municipio estão a saque por gente que de tudo se serve para fazer politica.

Não desejando, pois, continuar a ser abocanhado por bocas pestilentas, declára que não voltará mais ás sessões Camararias, saindo da sala.

Sendo concedida a palavra ao vereador José Antonio Custodio Neves, propoz, depois de justicar a sua proposta, que é tendente a defender os interesses do lavrador, a cuja classe declarou não pertencer, mas sim á de comerciante, que fosse imediatamente expedido um telegrama á Camara dos Deputados pedindo-lhe para

que a lei em discussão sobre a questão cercalifera seja feita beneficiando a referida classe dos lavradores e não a dos consumidores. Apresentou a minuta para o telegrama, que foi lida pelo vice-secretario o vereador José do Nascimento Neves, finda a qual este vereador pedindo a palavra que lhe foi concedida, disse que este telegrama, ou por outra o pedido feito neste telegrama só vai defender os interesses do lavrador e não os do consumidor. Este é que luta contra a miseria e por isso é mais digno de protecção do que aquele e assim o muni⁶⁸ cipio deve estar ao lado do povo sofredor. O Governo com as Comissões de todas as classes interessadas já resolveu o problema a contento de todos, aguardando-se apenas a aprovação pelo congresso do projecto do Governo e por isso parece-lhe, pois, inoportuno o telegrama.

Estabelece-se discussão entre este vereador e o vereador proponente e no meio da discussão acalorada, os vereadores Antonio Maria da Silva, principalmente e depois o vereador Silvano Marcelino, pedindo licença saíram da sala.

Como a sessão não pudesse continuar por falta de numero legal de vereadores, visto terem ficado na sala apenas oito, a presidencia suspendeu a sessão por quinze minutos, indo com alguns vereadores procurar os vereadores João Marques Silva e Silvano, para os resolver a voltarem á sala e retomarem o seu lugar.

Terminados os quinze minutos foi pela presidencia declarado que não sendo possivel demorer os aludidos vereadores de voltarem hoje a tomar parte nos trabalhos desta sessão, não pôde esta continuar, pelo que a encerrou, lavrando-se para constar esta acta que vai ser por todos os presentes assinada, depois de lida por mim José do Nascimento Neves, segundo secretario a subscrevi

Joaquim Correia Caldeira

|^{68v} Augusto dos Santos Picão

Joaquim H.H. Almeida

José Antonio Custodio Neves

Pedro Marques de Carvalho

Silvano Marcelino

Antonio Rodrigo de Carvalho

António Henriques Delgado

José do Nascimento Neves

Dia 7 de Agosto

Aos sete dias do mês de Agosto de mil novecentos e quinze, nesta vila da Lourinhã, nos Paços do Concelho e na sala de Sessões Camararias, achando-se presentes, para sessão ordinária, os vereadores efectivos Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Silvano Marcelino e José do Nascimento Neves e o vereador substituto em exercicio Antonio Henriques Delgado, mas como não comparecessem os demais vereadores não pôde efectuar-se a sessão deste dia.

Para constar e efeitos legais se lavrou este termo que, depois de lido, vai ser assinado. E eu José do Nascimento Neves, segundo secretario a subscrevi.

Antonio Rodrigo de Carvalho

Augusto dos Santos Picão

Joaquim H.H. Almeida

Silvano Marcelino

António Henriques Delgado

|⁶⁹ José do Nascimento Neves

Sessão extraordinária de 16 de Agosto de 1915

Aos desaseis dias do mês de Agosto de mil novecentos e quinze, nesta vila da Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala de sessões Camararias, compareceram, para sessão extraordinária, os vereadores Antonio Vieira Junior, Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Joaquim José Bordalo, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho, José do Nascimento Neves, Silvano Marcelino, José Antonio Custodio Neves, Antonio Maria da Silva (efectivos) e Antonio Henriques Delgado, substitutos em exercicio, faltando o presidente Alfredo Manuel Candeira e os vereadores efectivos João Maria da Silva Marques e José Narciso, tanto estes como aqueles previamente convocados pelo presidente, constituiu-se nos termos do paragrafo primeiro do artigo trese da lei de sete de Agosto de mil novecentos e trese, a Camara sob presidencia do vereador mais velho e ainda o mais votado, Antonio Vieira Junior, que, em nome da lei, abriu a sessão, pedindo em acto continuo a palavra para antes da leitura da acta, o vereador José do Nascimento |^{69v} Neves.

Concedida a palavra disse desejar saber quem, nos termos do artigo noventa da já citada lei de sete de agosto de mil novecentos e trese, reclamára a convocação desta sessão extraordinária, mas como o presidente desta Camara não esteja presente, entende que só o secretario lho poderá dizer. Consultado este, disse que a sessão fóra designada e os seus vereadores convocados a assistir a ela por motivo proprio do presidente, em vista da aglomeração de serviço que dia a dia ia aparecendo e cuja solução não podia esperar pela sessão ordinaria de Novembro.

Dadas estas explicações o referido vereador continuando no uso da palavra disse não poder efectuar-se esta sessão extraordinária visto a falta de competência legal do presidente para a convocar, sendo portanto nulas todas as deliberações que hoje forem tomadas no caso da maioria da Camara persistir em realizar a sessão.

Mais disse que, sendo a Camara soberana e não tendo ainda, por diversos motivos, realizado a sua sessão ordinaria deste trimestre, póde e deve celebrar hoje esta sessão como ordinaria, visto haver varios e serios assuntos a tratar, que, a celebrar-se a sessão extraordinária, não poderiam ser tratados.

|⁷⁰ O vereador Bordalo pedindo a palavra disse concordar com a opinião do vereador Neves, só na parte referente á falta de atribuição da presidencia para convocar, de motivo proprio, sessões extraordinárias, não concordando de forma alguma com a segunda parte apresentada pelo mesmo vereador, pois que estando nós aqui só para praticarmos legalidades, como sua excelencia disse e muito bem, não podemos ir praticar uma ilegalidade chamando a esta sessão ordinaria, pois a isso terminante se opõe o paragrafo primeiro do artigo vinte dois da já referida lei de sete de Agosto, visto que a Camara na sua primeira sessão designou os dias das sessões ordinárias e esta designação só pode ser alterada com previo anuncio por editais com a antecipação de oito dias, pelo menos.

Generalizada a discussão durante a qual o referido vereador Neves se mostrara bastante exaltado, chegou-se á conclusão de não fazer a sessão nem extraordinária nem ordinaria, por ilegais, assentando alguns vereadores reclamarem sessão extraordinária para serem tratados todos os assuntos designados para esta sessão e mais os que forem indicados na respectiva reclamação, sendo em seguida, em nome da lei, levantada a sessão.

De tudo para constar se lavrou este |^{70v} termo que vai ser devidamente assinado depois de lido por mim Joaquim José Bordalo, secretario a subscrevo.

Antonio Vieira Junior

José do nascimento Neves
|Augusto dos Santos Picão
José Antonio Custodio Neves
António Henriques Delgado
Silvano Marcelino
José da Silva Henriques Cordeiro
Antonio Rodrigo Carvalho
Pedro Marques de Carvalho
Joaquim H.H. Almeida
Joaquim Correia Caldeira
Antonio Maria da Silva
Joaquim José Bordallo

Sessão Extraordinaria de 25 de Agosto de 1915

Aos vinte e três dias do mês de Agosto de mil novecentos e quinze, nesta vila da Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala de sessões Camararias compareceram os vereadores efectivos Antonio Rodrigo de Carvalho, Antonio Vieira Junior, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Joaquim José Bordalo, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custodio Neves, José do Nascimento Neves José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho e Silvano marcelino e o substituto em exercicio, Antonio Henriques Delgado, Faltando o presidente Alfredo |⁷¹ Manuel Candeira e os vereadores António Maria da Silva, João Maria da Silva Marques e José Narciso, todos previamente convocados, constituiu-se a Camara, nos termos do paragrafo primeiro do artigo trese da lei numero oitenta e oito de sete de Agosto de mil novecentos e trese sob a presidente mais votado o cidadão Antonio Vieira Junior, o qual tomando o seu lugar, abriu em nome da lei a sessão.

Lidas a acta da sessão de cinco de junho findo e os termos de dois, sete e desaseis do corrente mês, que foram aprovados, bem como a acta, por unanimidade pelo que foram assinados, a presidencia disse qual o fim desta sessão extraordinaria e cujos assuntos a tratar constam da respectiva convocação, declarando apresenta-los á discissãoda Camara pela ordem de prioridade porque foram mencionados na mesma convocação, e assim foram presentes:

Regulamento das horas de trabalho dos empregados do comercio deste concelho elaborando, - conforme auctorização que por esta Camara lhe fôra concedida – pela Comissão executiva desta mesma Camara em sua sessão de dôse de Julho ultimo._ Lido este regulamento foi aprovado na generalidade e passando-se á discussão de artigo por artigo foram estes aprovados por unanimidade, determinando-se que o mesmo regulamento seja tornado publico por editais e que |^{71v} entre em vigor no dia trinta e um do corrente, como determina o artigo cento noventa e cinco da lei numero oitenta e oito.

Segundo orçamento suplementar ao geral deste municipio para o corrente ano, que foi lido e discutido artigo por artigo tanto da receita como da despesa, resultando da respectiva discussão ficar aprovado por unanimidade o mesmo orçamento, tendo-se observado o que determina o paragrafo unico do artigo cem da referida lei numero oitenta e oito e ordenando-se a respectiva exposição durante o praso legal.

Reclamação de onse industriais e comerciante desta vila, contra as disposições dos artigos sexto e cento e quarenta e cinco do Codigo de Posturas municipais que a continuarem em execução, muito prejudica os interesses dos reclamantes, por isso pedem a modificação da redação dos mesmos artigos. Nesta altura como fizesse parte

da convocação, foi também pedida a aclaração dos artigos vinte e oito e vinte e quatro do mesmo código. _ Posta á discussão o assunto da reclamação foi, depois de devidamente discutido, aludido na parte que se refere á modificação do artigo cento quarenta e cinco, resolvendo a Camara, quanto á redação dos restantes artigos mante-la como está, encarregando contudo a sua Comissão Executiva a particularmente entender-se com o Comandan⁷² te do posto da guarda nacional republicana neste concelho, para que haja uma certa tolerancia no cumprimento das disposições do artigo vinte e oito do Código de posturas, mas só com relação ás povoações rurais.

Requerimento de Higino de Aquilino Nunes, desta vila, pedindo atestado do se comportamento moral e civil _ Atestou-se que o requerente tem tido bom comportamento moral e civil. Na passagem deste Atestado o vogal substituto Delgado, absteve-se de votar por ser tio do requerente.

Ofícios do presidente desta Camara Alfredo Manuel Candeira, pedindo por afaseres de sua casa, trinta dias de licença e dos vereadores João Maria da Silva Marques e José Narciso, pedindo cada um, noventa dias de licença, igualmente por afazeres de suas casas. _ Postos os assuntos destes ofícios á votação foi deliberado, depois de alguma discussão, o seguinte: Por unanimidade não concedeu a licença, pedido pelo presidente e por maioria foram concedidas as licenças pedidas dos vereadores João Marques e José Narciso, resolvendo-se de harmonia com o paragrafo primeiro do artigo sexto da lei numero oitenta e oito, chamar para a vaga do vereador Marques o vereador substituto José Maria Rodrigues e para a do vereador Narciso, o substituto Antonio ^{72v} Emidio da Cruz e Silva, por serem os mais votados de cada uma das respectivas listas.

Em tempo declara-se que a modificação feita ao artigo, cento quarenta e cinco do Código de Posturas, foi a seguinte:

Artigo 145.º

Nos pavimentos das ruas, praças, passeios, ou em outro qualquer lugar publico desta vila, é proibido dar de comer a animais de qualquer especie, salvo aos que estiverem atrelados a veiculos, os quais estarão parados o tempo preciso para comer, mas de forma a não impedirem transito publico e sempre entregues á guarda de pessoa idónea, sob pena de multa de cinquenta centavos ao dono, condutor ou individuo a quem estejam confiados.

§unico

Os donos das manjadoras portateis onde os referidos animais comam, ficam obrigados, sob a pena cominada neste artigo, a mandarem tirar as manjadoras da via publica imediatamente á saída dos mesmos animais.

Esta modificação entrará em vigor oito dias depois de publicada e de aprovada pelas Juntas de Paroquia deste concelho, a quem se enviará nos termos do artigo noventa e seis da citada lei numero oitenta e oito, fasendo-se sentir a estas corporações que o seu silencio sobre o assunto, importa a respectiva aprovação e rogando-lhes para, ⁷³ darem o seu parecer até ao fim do corrente mês.

Tambem em tempo se declara que os vereadores que votaram contra a concessão da licença ao vereador Marques foram: Joaquim José Bordalo, Augusto dos Santos Picão, José do Nascimento Neves, Joaquim Henriques Horta de Almeida e Pedro Marques de Carvalho; e contra a concessão de licença ao vereador José Narciso foram: Joaquim José Bordalo, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Pedro Marques de Carvalho e Antonio Rodrigo de Carvalho.

Requerimentos de Lourenço Jordão, solteiro, maior, proprietário residente no Vimeiro e de Manuel Alfaiate Sobrinho, solteiro, fazendeiro, de Ribamar, solicitando licença para construir ou reconstruir prédios nas povoações onde residem e autorização para depositarem materiais na via publica._ A Camara concedeu as licenças pedidas por ter sido informada não haver necessidade de alinhamentos e não podendo a via publica ser impedida com depósitos de materiais por forma a dificultar o transito.

Ofício da Associação Central da Agricultura Portuguesa, com data de vinte e nove de Julho ultimo, solicitando a nomeação de acordo com o Sindicato Agrícola desta vila, de uma comissão que neste concelho auxilie a ^{73v} comissão central nos trabalhos de intensa oposição ao projecto apresentado pelo Governo para resolver a questão Duriense._ O vereador Bordalo propôs para comporem a Comissão a que se refere este ofício os vereadores proprietários e vinicultores Antonio Vieira Junior, Antonio Rodrigo de Carvalho e José da Silva Henriques Cordeiro; e o vereador José do Nascimento Neves propôs para a mesma Comissão os vereadores proprietários vinicultores e viticultores Joaquim José Bordalo, Antonio Vieira Junior e José da Silva Henriques Cordeiro. Postas estas propostas á discussão obteve aprovação por maioria a proposta do vereador Neves, pelo que foram nomeados para a já aludida comissão os cidadãos já referidos Antonio Vieira Junior, Joaquim José Bordalo e José da Silva Henriques Cordeiro. Resolvendo mais a Camara comunicar esta deliberação a já mencionada Associação Central Agrícola.

Diversos requerimentos pedindo de aforamento diferentes porções de terreno baldio proximas do logar de Toledo, existindo em algumas delas bastantes pinheiros cuja venda é requerida por Francisco Gomes de Almeida, da Marquiteira. _ A Camara deu plenos poderes á sua Comissão Executiva para resolver o assunto, indo pessoalmente verificar se ha conveniencia para o municipio em vender os pinheiros e que no caso afirmativo que os mesmos sejam vendidos em hasta publica.

⁷⁴ Balancete mensal do cofre que foi examinado sendo autorizados os seguintes pagamentos: fornecimento de pedra para os reparos da estrada desta vila a São Bartolomeu incluindo o respectivo a mais cento e cinquenta metros de pedra que mandou fornecer para os reparos desta mesma estrada; fornecimento de pedra para os reparos da estrada da Atalaia e Vimeiro; dito para reparos nas calçadas da vila e subsidios concedidos para as reparações das estradas da Marteleira, Zambujeira e Vale de Lobos, sendo os respectivos pagamentos efectuados á maneira que os trabalhos vão sendo executados e com previa vistoria do Conductor Chefe dos trabalhos. Mais autorizou e nas mesmas condições, o pagamento das obras a fazer na estrada desta vila á Areia Branca.

Seguidamente a presidencia põe á votação a ideia da Comissão Executiva em ouvir esta Camara se concorda que conjuntamente com o pedido da expropriação deliberada em sessão de cinco de Junho deste ano, do prédio sito á Praça da Republica e pertencente a Antonio Henriques de Matos, desta vila, seja tambem solicitada a devida autorização para se expropriar o prédio contiguo a este e pertencente a Manuel Luis, desta vila.

Ouvido sobre este assunto o vice-presidente servindo de presidente da Comissão Executiva, disse que, como todos sabem, pertence hoje á Camara ^{74v} o predio por esta comprado a D. Ernestina de Paiva Simões, onde no futuro pode ser e deve ser construído o edificio proprio para Paços deste concelho e no qual sejam instaladas todas as repartições publicas quer do concelhias quer judiciais. Ora como este edificio deve ser, pela sua natureza, o primeiro do concelho, necessita ficar colocado em um

largo de forma que por todos os lados dê acesso às repartições. E assim pensou a Comissão Executiva a que presidem ampliar a expropriação com a do prédio pertencente ao cidadão Manuel Luis, beneficio este que a dar-se não só da amplitude para a construção já referida, como altera o traçado das ruas da vila dando lugar a novas construções com as quais se embelesará esta vila.

Nesta altura o vogal Cordeiro, com a devida venia, apresentou a seguinte

Proposta

A Camara tendo em vista as despesas urgentes a que tem de fazer face e a impossibilidade de as satisfazer por completo, agravando-se esta circunstancia de ter já uma verba de pagamento a mais com o serviço das visitas clinicas ás freguesias mais afastadas do concelho, e em breve outra obrigatoria com o aumento de ordenados aos funcionários municipais e administrativos, e

Atendendo que uma bôa administração manda que se faça em primeiro logar as despesas que mais urgentemente correspondam ás necessidades ⁷⁵publicas, resolve não cuidar de nenhuma expropriação de qualquer prédio urbano,= Data das sessões vinte e três _ oito mil novecentos e quinze (a) José da Silva Marques Cordeiro.

Posta pela presidencia á discussão da Camara esta proposta pediu a palavra o vereador Custodio Neves que disse discordar por completo da ideia da expropriação do predio de Manuel Luis e ainda lembra que, como permite o artigo trinta e tres da lei de sete de Agosto de mil novecentos e trese, a Camara deve alterar a sua deliberação de cinco de Junho deste ano sobre va expropriação do predio de Antonio Henriques de Matos, visto que tal expropriação em cousa alguma beneficie o publico e os dinheiros do municipio têm applicação mais directa e útil aos interesses gerais do concelho. E assim propõe que a Camara usando da faculdade que lhe confere o citado artigo trinta e três, dê de nenhum efeito tal deliberação.

Seguiu-se no uso da palavra o vogal Cordeiro que defendeu a sua proposta, aprovando a do vogal Custodio Neves, visto que não fica mal á Camara reconsiderar sobre as deliberações que toma anulando-as.

Seguiu-se ainda no usa da palavra o vice presidente da Comissão Executiva que combateu as propostas dos vereadores Cordeiro e Neves, fasendo ver quais os inconvenientes que advirão para os pro-^{75v}gressos desta vila, se a Camara aprovar estas propostas. Caso as expropriações se façam a vila fica não só mais embelesada como adquirirá um melhoramento importante o qual é ficam com um chafariz com agua de corrente permanente, colocado no largo respectivo, agua que com um motor ou moinho automatico, será tirado do poço existente no predio que a Camara adquirir pra um grande deposito e deste canalizada para o chafariz referido.

Posta á votação, depois de alguma e acalorada discussão, as propostas dos vereadores Cordeiro e Neves e a do vice-presidente da Comissão Executiva, declararam aprovar a do vereador Cordeiro reforçada com a do vereador Neves, os seguintes vereadores:

Antonio Vieira Junior_ Joaquim José Bordalo_ Joaquim Correia Caldeira_ José Antonio Custodio Neves _ Silvano Marcelino e o proponente; e rejeitaram a mesma proposta concordando com a do vice-presidente da Comissão Executiva, alem deste os vereadores: José do Nascimento Neves, Joaquim de Almeida, Pedro Marques de Carvalho, Antonio Delgado e Antonio Rodrigues de Carvalho. Como ficasse empatada a votação, foi desempatada com o voto de qualidade da presidencia sendo portanto aprovadas as propostas, digo aprovadas por maioria as propostas dos vereadores Cordeiro e Neves, dando-se de nenhum efeito a deliberação tomada em sua sessão extraor⁷⁶ dinaria de cinco de Junho findo relativa à expropriação de predio de Antonio

Henriques de Matos e não aprovando a ideia da sua Comissão sobre a expropriação do prédio de Manuel Luiz.

Acto continuo o vereador Joaquim de Almeida mandou para a mesa a seguinte

Proposta

Sendo indiscutível que o mercado feito no Bombarral no mesmo dia em que aqui fazemos o nosso, mas causa prejuizos enormes, como é opinião unanime de todos os comerciantes;

Considerando que o nosso dever digo que a Camara do Bombarral não cedeu ao pedido feito de transferir o dia do seu mercado;

Considerando que o nosso dever de vereador conseio dos interesses dos municipes que nos confiaram tão honroso quão espinhoso encargo é defender os mesmos interesses;

Considerando que o unico meio de tal conseguir é procurarmos atraír por qualquer forma a concorrência, que cada vez mais nos abandona, com tendências a caminhar para o Bombarral;

Considerando que todos nós num esforço alevantado e cincero nos devemos unir para tal conseguirmos

Proponho:

1.º_ Que se façam, á semelhança do que em quase todos os municípios se faz, concursos com prémios pecuniarios e menções honrosas a entregar aos donos dos ^{76v}animais apresentados e premiados.

2.º_ Que se nomeie uma Comissão composta de três vereadores para estudar as basco destes concursos e quais os premios a estabelecer.

3.º_ Que essa mesma Comissão nomeie um júri para distribuição desses premios, composto de dois lavradores, um alquilador, um vereador, um veterinario ou um pratico e um comerciante.

4.º_ Qua a mesma comissão se encarregue da propaganda pela imprensa e pelos meios que julgar necessários.

5.º_ Que a mesma comissão apresente no praso de oito dias o resultado dos seus trabalhos.

6.ª_ Que nos dias do concurso seja abolido o imposto de terrado.

Lourinhã vinte e três de Agosto de mil novecentos e quinze =(a) Joaquim H.H. de Almeida. digo trabalhos.

6.º_ Que os primeiros concursos sejam em catorze de Novembro proximo e nos tres mercados a seguir.

7.º_ Que nos dias do concurso seja abolido o imposto de terrado.

Lourinhã 23 de Agosto de 1915.= O vereador (a) Joaquim H.H. de Almeida

Posta á votação e discussão esta proposta, usou da palavra o vereador Bordalo que disse concordar com ela por a achar de grande utilidade para o comercio desta vila, fazendo-se-lhe apenas a seguinte modificação: Que os prémios a conceder sejam por ⁷⁷uma só vêz em cada ano e por ocasião da feira anual denominada “Da vila.”

Os vereadores discordaram desta opinião visto que a ideia que presidiu á factura da proposta foi chamar concorrência aos mercados mensais que podem ser prejudicados com o creado ultimamente no mesmo dia no vizinho concelho do Bombarral e na séde deste concelho e não á feira que está creada e que não é prejudicada com o referido mercado do Bombarral.Nestes termos foi por unanimidade aprovada a referida proposta com a seguinte e unica alteração proposta pela presidencia, quanto á totalidade dos prémios anualmente e pelo vereador Custodio Neves quanto aos

premios a conceder em cada mercado e bem assim que os concursos se façam só nos mercados de Novembro, Dezembro e Janeiro de cada ano.

O premio anual quarenta e cinco escudos, devido igu digo escudos devidido em partes iguais em cada um dos três mercados indicados.

Em seguida nomeou a Comissão a que alude o numero segundo da proposta, que ficou assim constituída: Vereador Joaquim Henriques Horta de Almeida; vereador Augusto dos Santos Picão; e vereador Pedro Marques de Carvalho.

Imediatamente o vereador José do Nascimento Neves apresentou e leu a seguinte

Proposta

^{77v} Em virtude da nomenclatura das ruas desta vila não estar completa, propôño á sanção desta Camara o seguinte: Que se dê o nome á conhecida rua Nova de Rua Luiz de Camões; á rua do Club, Rua 14 de Maio, á rua dos Cotovelos Rua Tenente Aragão; á rua do Terreirinho, Rua Magalhães Luisa; á travessa da Amendoreira, Rua Elias Garcia; á Avenida Antonio José da Silva, avenida Heroes de Maulila; ao largo do Celeiro, largo Gomes Freire; e substituindo os nomes de Rua Machado dos Santos por Rua João Chagas e Avenida Antonio José de Almeida por Avenida Afonso Costa.

E proponho mais que desde já esta Camara por intermedio da Comissão Executiva, mande fazer as respectivas chapas em ferro esmaltado do modelo perfeitamente igual das que existem nesta vila.

Lourinhã e Sala das sessões em 23 de agosto de 1915. O vereador Municipal (a) José do Nascimento Neves.

Terminada a leitura e as palavras de elogio que o proponente tivera para cada um dos vultos cujos nomes indicara, a presidencia pôs á discussão e votação esta proposta declarando que a aprovara com excepção da substituição dos nomes de Machado Santos e António José de Almeida, poque são nomes que merecem não ser apagados. O vereador Boldalo declara aprovar a primeira Parte da Proposta e reprovar a segunda poque se os nomes indicados ⁷⁸ na proposta são de heroes e homens de valor os de Antonio José de Almeida e Machado Santos não são inferiores; se aqueles acabaram com a dictatura, estes fizeram a Republica na gloriosa data de cinco de Outubro; se aqueles são heroes machado Santos também o é, porque só devido a ele a revolução de cinco de outubro trinunfou.

Posta, como já se disse, á votação a proposta foi a segunda parte rejeitada por nove votos contra três, sendo os vereadores que a regeitaram, alem da presidencia e do vereador Bordalo, os seguintes: Augusto dos Santos Picão (só na parte respeciva á substituição do nome de Antonio José de Almeida) _ José Antonio Custodio Neves _ Joaquim Correia Caldeira_ Antonio Rodrigo de Carvalho _ José da Silva Cordeiro _ Silvano Marcelino e Antonio Henriques Delgado. Aprovaram a proposta na totalidade, alem do proponente os seguintes vereadores: Joaquim Henriques Horta de Almeida e Pedro Marques de Carvalho e Augusto dos Santos Picão (quanto á substituição do nome de Machado Santos.

Como, porem, os nomes dos grandes vultos republicanos Afonso Costa e João Chagas, não podem deixar de faser parte da nova nomenclatura das ruas da vila, resolveram os vereadores, de comum acordo, que a primeira parte da proposta do vereador José do Nascimento Neves, sofresse algumas modificações, no que o proponente^{78v} concordou , ficando a nova nomenclatura das ruas da fórmula seguinte:

Rua Luiz de Camões = antiga Rua Nova

Rua 14 de Maio===== “ Rua de Cima

Rua Capitão Aragão== “ Rua dos Cotovêlos

Rua Magalhães Lima= “ Rua do Terreirinho

Rua Heroes de Maulila=	“	Rua do Antão
Rua João Chagas=====	“	Rua da Misericórdia
Rua Magalhães Lima=	“	Travessa da Amendoeira
Largo Gomes Freire===	“	Largo do Celeiro
Avenida Afonso Costa =	“	Avenida Antonio José da Silva

Em seguida o vereador Picão propôs, para satisfazer aos desejos de seus amigos do Reguengo Grande, que nesta povoação sejam colocados mais cinco candieiros da iluminação pública; e o vereador Rodrigo de Carvalho depois de ler os considerandos que fundamentam a sua proposta sobre a colocação no lugar da Moita dos Ferreiros, (para onde até hoje não tem sido destinado benefício algum, apesar de ser a terceira freguesia no pagamento de contribuições), de dōse candieiros destinados á iluminação das péssimas ruas daquele lugar desejando – visto conhecer as fracas forças do cofre municipal - que os mesmos candieiros só sejam acesos durante os meses de Setembro a Abril inclusivé de cada ano.

Posta a proposta do vereador Picão á discussão aprovaram-na os vereadores Joaquim Correia Caldeira – Antonio Rodrigo de Carvalho – Silvano Marcelino – Antonio Henriques Delgado – Pedro Marques del⁷⁹ Carvalho – José do Nascimento Neves – e o proponente; e reprovaram-na Joaquim José Bordalo – Joaquim d’Almeida – José da Silva Cordeiro – José Antonio Custodio Neves e Antonio Vieira Junior. Confrontado o numero verificou-se que foi aprovada por sete votos contra cinco.

Seguiu-se na discussão a proposta do vereador Carvalho, que foi rejeitada quanto ao numero de candieiros pedido, verificando-se, depois de acalorada discussão o seguinte:

Os vereadores Joaquim de Almeida – Pedro Marques – Augusto Picão e José do Nascimento Neves, eram da opinião que fossem concedidos, em face dos poucos recursos do município, oito candieiros. Os vereadores Antonio Vieira Junior e Joaquim Caldeira, por igual motivo, eram de parecer que fossem concedidos seis candieiros; e os vereadores Bordalo – Cordeiro – Silvano – Delgado e Custodio Neves, também pelo motivo de falta de recursos, eram de opinião que, por agora, fossem concedidos só dois candieiros que seriam colocados - segundo a opinião do vereador Bordalo- em predios confinantes com a estrada macadamizada. Feita a contagem das votações nominais apurou-se que a maioria destinou que fossem concedidos só dois candieiros, concessão que o vereador proponente não aceitou, pedindo licença para se retirar da sala, o que fez.

Acto continuo pelo vereador Picão foi^{79v} apresentada a seguinte proposta que foi lida pelo secretario:

Ex^{mos} Colegas. = Tendo a Camara Municipal a que todos nos honramos de pertencer, comprando na intenção de nela instalar em condições de hygiene e conforto, requeridas em repartições publicas, a secretaria de finanças e tesouraria publica chamei os chefes dessas duas repartições para que (extrema amabilidade da minha parte) por esses senhores fossem escolhidas as casas que melhor lhe conviria.

Escolheu o sr. Secretário das Finanças três casas e o sr. Tesoureiro duas. Ao primeiro, e comigo toda a Camara concordará, dou todo o meu apoio, pois que lhe são indispensaveis essas três casas. Ao segundo, que na instalação anterior apenas uma divisão tinha, considero um acto de fraqueza da nossa parte a cedencia dessas duas casas, por indispensáveis. O sr. Tesoureiro deve, ele próprio, estar intimamente convencido de que uma casa lhe basta.

Por outro lado uma das repartições que nós, como camara Municipal, temos o dever imprescindível de fazer instalar com decencia senão até com certo luxo é o

Registo Civil. Lei basilar da Constituição da Republica é nela que se realizam os actos mais solenes e da maior responsabilidade da nossa vida.

Conheço vários registos civis; e nenhum deles, não é sem vergonha⁸⁰ que o digo, se encontra um estado de tão lastimavel abandono. Em todos eu sinto, ao entrar, como que um respeito a invadir-me, respeito, só vergonha e dó.

A casa pois que ao sr. Tesoureiro cedemos, era nosso dever entregar á repartição do registo civil.

Terminando proponho:

1.º Que, no mais curto praso possivel seja retirada á Tesouraria da Fazenda Publica uma das salas que actualmente ocupa.

2.º Que na mesma sala instalem a repartição do Registo Civil.

3.º Que a essa repartição presida a hygiene e decencia.

Lourinhã e sala das sessões em 23 de Agosto de 1915. = O Senador Municipal = (a) Augusto dos Santos Picão.

O vereador Custodio Neves, pediu licença, o que lhe foi concedida, para antes de ser posta á discussão esta proposta, apresentar a seguinte

Proposta

Considerando que as casas onde actualmente está instalada a Repartição de Registo Civil, tem o espaço suficiente para o movimento da mesma repartição;

Considerando que a sua situação na Praça desta vila e no edificio dos Paços do Concelho, não póde ser mais central, não havendo ao mesmo tempo edificio mais apropriado para aquele serviço;

Considerando que a casa requerida para o registo civil foi cedida, pela comissão exe^{80v} cutiva para arquivo da tesouraria de finanças que lhe está contigua;

Considerando que esta repartição não tem na sala destinada a operações de pagamento e recepção de dinheiro espaço suficiente para o seu arquivo;

A Camara resolve confirmar a resolução da Comissão Executiva não atendendo aos desejos do official do Registo Civil.

Lourinhã, 23 e Agosto de 1915. = O Vereador (a) José António Custódio Neves.

Postas estas duas propostas á discussão da Camara foi a primeira rejeitada por oito votos contra quatro, sendo portanto a do vereador Neves aprovada por maioria. Na discussão destas duas propostas, que foi muito acalorada, foi lida a deliberação da Comissão Executiva sobre o assunto. Os vereadores que aprovaram a proposta do vereador Picão e que rejeitaram a do vereador Custodio Neves foram: Joaquim de Almeida, José do Nascimento Neves e Pedro Marques de Carvalho; e os que aprovaram a deste e rejeitaram a daquele foram: António Vieira Junior - Joaquim Bordalo – Joaquim Caldeira – José da Silva Henriques Cordeiro – Silvano Marcelino e Antonio Delgado.

Nesta altura foram lidas todas as deliberações tomadas pela Comissão Executiva durante o período decorrido de cinco de Abril findo até hoje, deliberações que foram por unanimidade aprovadas⁸¹ pela Camara. E como estivesse presente uma comissão de cidadãos do lugar do Nadrupe para pedir a reparação das fontes daquele lugar e da serventia macadamizada do mesmo lugar para a estrada distrital, a Camara, depois de tomar conhecimento da deliberação tomada sobre este assunto pela sua Comissão Executiva, recomendou a esta que, dentro do possível, atenda o pedido.

Imediatamente o vereador Bordalo disse que sendo vós constante que alguns vogais da Comissão Executiva com o presidente desta, haviam ido a um sitio de Vale de Paio na freguesia de Reguengo Grande, dar posse a um individuo que há tempo fôra multado e condenado no juizo de Paz, por ter-se apossado de uma porção de

terreno publico, deseja ouvir sobre este assunto os vogais que até ali foram, a fim de o informarem da veracidade de tal facto. Pelos vogais Caldeira e Cordeiro foi informado que efectivamente haviam ido, com o presidente da Comissão e a convite deste feito em sessão de dôse de Junho deste ano, ao refeido local verificarem se o terreno em questão é publico ou particular, não autorizando o individuo multado a tomar posse do aludido terreno. Instados pelo referido vereador Bordalo, se desmentem o boato pelos mesmos vogais foi respondido afirmativamente declarando mais que se reservam para resolverem tal questão para quando o presidente da Comissão estiver presente.

|^{81v} O vereador Joaquim querendo pedir responsabilidades sobre o pessimo serviço da inspecção das reses no matadouro municipal destinadas ao consumo publico e doutros serviços e abusos praticados no matadouro e açougue, interpela o sr. vice-presidente da Comissão Executiva (visto o presidente não estar presente) sobre o que tem motivado a falta de inspecção por parte dos medicos municipais, ás reses abatidas e o abandono, por parte dos guardas, na fiscalização no serviço do talho.

O vice-presidente disse não competir as facultativos municipais mas sim ao sub-delegado de saude a inspecção ás reses. Como, porem, o arrematante não cumpra com o contracto na parte referente á hora da matança, o que dá lugar áquele funcionário, pelos seus afazeres profissionais, não poder comparecer á hora que o arrematante lhe apetece matar, não pôde tornar-se efectiva a responsabilidade do mencionado sub-delegado de saúde ou do medico que o substitua nas suas funções. Ouvidos os guardas campestres, por indicação do vereador Bordalo, pelos mesmos foi informado que na maior parte das vezes não são inspecionados por culpa do marchante, mas que tambem algumas vezes não têm sido inspecionados por esquecimento dos médicos, apesar de|⁸² serem prevenidos a tempo sobre os abusos praticados no talho declararam que, quando eles estão no açougue não se praticam.

A Camara resolveu chamar a atenção do sub-delegado de saude para este importante assunto, enviando-se-lhe copia do respectivo conctrato da arrematação, recomendando aos guardas que façam cumprir ao arrematante, integralmente as condições do mesmo contrato, não saindo o guarda que estiver de serviço ao açougue e matadouro destes locais enquanto a sua presença até se torne precisa.

Ainda o mesmo vereador Almeida deseja saber quem auctorizou que no predio onde funciona uma das escolas oficiais primarias no Reguengo Grande, predio que pertence á Camara visto o ter arrendado para a escola, fosse instalada uma farmacia e qual a importancia da renda que o respectivo farmacêutico paga á Camara.

Pelo vice presidente da Comissão Executiva foi dito que em qualquer das sessões desta mesma Comissão a que tivesse assistido, tal assunto não foi tratado, e como pela leitura das respecctivas actas, se verificasse não haver sido tomada qualquer deliberação sobre o mesmo assunto, foi lembrado pelo vereador Bordalo, que fosse ouvido o vereador daquela freguesia, Silvano Marcelino. Por este foi dito que pelo presidente da Comissão João Maria da Silva Marques, fôra aucto|^{82v} rizada a instalação da referida farmacia em uma das dependencias do predio onde habita a professora, com a condição de trazer o assunto á sessão para com os seus colegas estipular-se a respectiva renda, instalação que se fêz em três de Agosto corrente. Como porem, o referido João Marques se ausentara da Camara pelos motivos conhecidos de todos, não pôde legalisar tal assunto. Assevera que a farmácia em cousa alguma prejudica o ensino nem as crianças, pois, como disse, está instalada em uma das dependencias da residência da professora e com o consentimento desta.

A Camara depois de acalorada discussão, resolveu officiar ao farmaceutico para este informar com quem contractou o respectivo arrendamento e qual a importancia desta.

Pelo vereador Cordeiro foi proposta, como já o fiera na sessão da Comissão Executiva e que os seus colegas aprovaram para que seja contraído um emprestimo com a Caixa Geral de Depositos, da importancia precisa para, duma vês, se acudir ás grandes reparações das estradas municipais macadamizadas.

É de todos conhecido o pessimo estado a que elas chegaram, estado que não póde ser melhorado com os fundos proprios da viação municipal, por isso, chama para este importante assunto, - o mais importante para a vida agricola, comercial -. Industrial do concelho, - a atenção |⁸³ dos seu colegas, pedindo-lhes que o estudem devidamente e que aprovelem a sua proposta. Pelo vereador Almeida foi perguntado ao proponente qual a quantia a levantar por emprestimo, para as grandes reparações, ao que o dito proponente respondêra não saber, mas que seja convidado o condutor chefe dos trabalhos municipais a faser os respectivos orçamentos, para então se deliberar definitivamente.

Posta a proposta á discussão pelo vereador Bordalo foi dito não a aprovar por ser contrario a emprestimos, declarando que de hoje para o futuro não mais dá o seu voto para que se desviem do fundo de viação verbas para construções de caminhos vicinaes, e que se suspenda desde já todos os subsidios concedidos para estas reparações, applicando-se as respectivas importancias ás inadiaveis reparações das estradas macadamisadas. _ A Camara não aprovou a proposta do vereador Cordeiro nem a parte final da proposta do vereador Bordalo.

Terminada esta deliberação foi presente e lido o seguinte requerimento dirigido á Camara: Antero Augusto Leal Marques, tesoureiro da Fasenda Publica e da Camara Municipal da Lourinhã precisa, para fins convenientes, que V.Ex^{as} lhe atestem sobre a forma como tem exercido os seus cargos e ainda qual o seu porte como homem e como cidadão republicano.

Após a leitura o vereador Custodio Neves leu a seguinte:

|^{83v} **Proposta:**

Proponho que ao funcionario Ex^{mo} sr. Antero Leal Marques, se passe o atestado que deseja, afirmando-se nele em harmonia com a verdade, que é não só um cidadão de exemplar comportamento moral, como um patriota de firmes ideias republicanas e um funcionario zeloso no cumprimento dos seus deveres e duma honestidade incontestavel.= Sala das sessões 23 de Agosto de 1915.= O vereador (a) José Antonio Custodio Neves.

Posta á discussão esta proposta pelo vereador Bordalo foi dito que não competindo a esta Camara atestar das ideias politicas dos cidadãos, pois que a Camara não é uma corporação de character politico mas assim e somente administrativo, é de opinião que a proposta seja aprovada mas com exclusão da parte refente ás ideias politicas que o requerente professe.

Generalisada a discussão que por veses foi acalorada, deliberou a Camara por unanimidade passar o seguinte atestado:

A Camara Municipal da Lourinhã atesta sob sua palavra de honra, que o requerente Ex^{mo} Sr. Antero Augusto Leal Marques, é não só um cidadão de exemplar comportamento moral e civil, como um funcionario no cumprimento dos seus deveres profissionais e de uma honestidade incontestavel.

|⁸⁴Tendo o vereador Caldeira retirado a proposta que nesta altura apresentou sobre o aumento do subsidio concedido para a estrada do Sobral, o vereador Custodio

Neves propôs que fosse concedido o subsidio de cem escudos para reparação e prolongamento do ramal macadamizado e outros reparos das ruas do lugar do Moledo, oferecendo-se para abonar do ser bolso esta importancia que lhe será paga logo que o cofre municipal o permita. O vereador Bordalo propôs que seja primeiro feito o orçamento dos reparos (e não prolongamento) a fazer no ramal macadamizado e só neste, para depois de o examinar aprovar esta proposta.

Discutidas pela camara as duas propostas foi a do vereador Bordalo rejeitada sendo aprovada por maioria, a do vereador Neves. Os vereadores que a reprovaram foram: Bordalo- Joaquim d'Almeida – Augusto Picão – José do Nascimento Neves e Pedro Marques de Carvalho.

Por ultimo, foi apresentada pelo mesmo Vereador Custodio Neves a seguinte:

Moção

A Camara tendo conhecimento de uma insinuação injuriosa feita no Jornal "Defensor de Caldas" numa correspondencia desta vila, onde havia a frase "o concelho a saque" com que foram atingidos esta corporação e e o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão Executiva, o que provocou da parte deste senhor o justificado protesto feito no começo da sessão de dois do corrente do senado, abandonando esta ^{84v} sala, resolve:

- 1.^o _ Não tomar conhecimento de tal injuria por absolutamente desprezível.
- 2.^o _ Prestar a sua homenagem ao seu elevado character e á honra nunca postos em duvida por ninguem honesto, do Ex.^{mo} Sr. João Maria da Silva Marques, que como autoridade administrativa, quer como Presidente da Comissão Executiva desta Camara, tem-se sabido impôr a consideração e estima de todo o concelho.
- 3.^o _ Dar-lhe toda a confiança e apoio para continuar a colaborar activamente nos trabalhos desta Camara, conforme o exige os interesses deste concelho.
- 4.^o _ Que seja enviada copia desta moção ao aludido senhor, que se encontra actualmente no Baleal, para assim ter conhecimento, que a Camara continua a dar-lhe a sua inteira confiança.

Lourinhã e sala das sessões aos 25 de Agosto de 1915.= O Vereador – (a) José Antonio Custodio Neves.

O vereador Bordalo, pedindo a palavra, disse que sente, por todos os motivos, que o presidente da Comissão Executiva, Sr. João Marques, não esteja presente, para lhe dizer que andára muito mal em abandonar a Camara e a companhia dos deus colegas, porque um jornal se lembrou de o atacar. Se cometeu qualquer falta por mera levandade, não é voltando as costas á Camara que se defende. É assistindo ás discussões e justificando os seus actos que se defende

⁸⁵ É amigo pessoal de s.Ex.^a, mas isto não o inibe de tornar publico o seu sentir. Está plenamente convencido de que S. Ex.^a, se cometeu qualquer falha (o que não crê) foi por qualquer acaso, mas nunca por desconsideração para com os seus colegas. Com respeito á moção apresentada acha-se descabida; e se S.Ex.^a estivesse presente proporia que a Comissão Executiva lhe desse todas as explicações ácerca da forma como encarára a noticia dada no tal jornal.

Os vereadores Joaquim d'Almeida e José do Nascimento Neves propõe que a Camara não tome conhecimento da moção e o vereador Vieira propõe que dela se dê conhecimento ao Sr. João Marques.

Posta esta propostas á votação os vereadores Caldeira - Cordeiro e Silvano abstinera-se de dar a sua opinião, declarando os restantes vereadores que não tomaram conhecimento do assunto. Nesta ultima declaração não entraram os vereadores Vieira e Custodio Neves.

Não podendo ser tratado qualquer outro assunto, além dos já discutidos e que faziam parte da respectiva convocação, o vereador servindo de presidente, declarou, em nome da lei, encerrada a sessão.

De tudo para constar se lavrou esta acta que depois de lida vai ser devidamente assinada, declarando-se a tempo que o vereador Antonio Maria da Silva entrara na sala e tomara o seu lugar, quasi |^{85v} no final da sessão, não entrando na discussão dos assuntos tratados depois da sua chegada, porque se ausentára. E eu Joaquim José Bordallo, secretario que a subscrevi e ressalvo o enter linha que diz –“Rua de Tenente Aragão; á Rua do Ferreirinho” – e as rasuras das palavras “três” – e “construções.”

Antonio Vieira Junior

Antonio Rodrigo de Carvalho

Augusto dos Santos Picão

Joaquim Correia Caldeira

Joaquim H.H. Almeida

José Antonio Custodio Neves

José do Nascimento Neves

José da Silva Henriques Cordeiro

Pedro Marques de Carvalho

Silvano Marcelino

António Henriques Delgado

Joaquim José Bordallo

Sessão Ordinaria de Novembro de 1915

Dia 1

Ao primeiro dia do mês de Novembro de mil novecentos e quinze, nesta vila da Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala de sessões Camararias, compareceram, para sessão ordinaria, os vereadores efectivos da Camara Municipal deste concelho, Antonio Rodrigo de Carvalho, |⁸⁶ Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Joaquim José Bordallo, José Antonio Custodio Neves, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, e Pedro Marques de Carvalho e o substituto em exercicio Antonio Henriques Delgado, faltando o presidente Alfredo Manuel Candeira (que justificou por carta a sua falta) o vereador Antonio Vieira Junior por estar desempenhando as funções de Administrador do Concelho, e os vereadores efectivos Antonio Maria da Silva e Silvano Marcelino e os substitutos Antonio Emidio da Cruz e Silva e José Maria Rodrigues.

Constituida a Camara sob a presidencia do vereador mais votado Antonio Rodrigo de Carvalho, como determina o paragrafo primeiro do artigo trese da lei numero oitenta e oito, tomou o referido vereador o seu lugar, abrindo, em nome da lei a sessão.

Lida a acta da sessão anterior que foi aprovada por unanimidade e assinada, foi presente e lido o seguinte expediente:

Officio numero mil e nove, da segunda repartição do Governo Civil de Lisboa, datado de vinte e nove do corrente, comunicando que por despacho do Ex^{mo} Governador civil daquele dia fora exonerado de Administrador interino deste concelho José Carlos Xavier de Almeida e nomeado para o mesmo lugar, Joaquim Henriques Horta de Almeida._ Inteirada.

|^{86v}Officio numero novecentos trinta e tres com data de sete de outubro, do Inspector Escolar do circulo de Torres Vedras, participando que por despacho Ministerial de oito de setembro próximo passado, fôra determinada a não conversão em mixta da escola

masculina da Moita dos Ferreiros e que fosse convidada esta Camara a criar, logo que as suas receitas o permitam uma escola feminina naquela localidade e freguesia._ Inteirada.

Oficio Circular do Governo Civil de Lisboa, datado de Julho deste ano, recomendando que devem ser enviadas directamente aos Ministerios competentes as representações que, ao abrigo do artigo noventa e tres da lei numero oitenta e oito, as Camara Municipais façam aos respectivos Ministros._ Inteirada.

Oficio numero trinta e cinco do Secretario das Finanças deste concelho, informando que lhe não é permitido aceitar o encargo de do lançamento dos impostos directos deste municipio para o ano de mil novecentos e desaseis, visto que o Estado não auctorisa tais lançamentos pelas repartições de finanças, desde que as percentagens excedam quarenta e sete por cento sobre a contribuição predial. Contudo lembra á Camara que veja novamente a sua exposição que fêz em seu oficio numero sessenta e dois de novembro de aquele digo de mil novecen|⁸⁷ tos e catorze, exposição que motivou a alteração da percentagem para encargos do municipio de cincoenta para quarenta por cento e se subsistirem as rasões ali apontadas, poderá-se assim entender – proceder de igual forma._ A Camara tendo em vista os interesses dos seus munes e em atenção o pessimo ano agricola, deliberou por unanimidade alterar a sua deliberação de cinco de Abril deste mesmo ano, baixando de cincoenta para quarenta por cento a percentagem dos seus impostos directos para encargos gerais do municipio no próximo ano civil, de mil novecentos e desaseis a lançar sobre as contribuições gerais do Estado do presente ano, dando-se desta deliberação, para os fins convenientes – conhecimento ao Secretario das Finanças deste concelho.

Em seguida tendo em vista as disposições do decreto numero oitocentos e quarenta e tres, de vinte de Agosto ultimo, que regula a fixação das taxas de contribuição municipal para instrução primaria e institue diversas providencias respeitantes ao abôno do subsidio do Estado ás Camaras Municipais, e verificando, pela informação que lhe fôra dada pelo chefe da secretaria que a actual percentagem lançada para as despesas da instrução primaria constantes do artigo primeiro do decreto numero cento e noventa e sete de vinte e nove de Outubro de mil novecentos e trese, não|^{87v} chega para satisfazer tais despesas, pelo que tem de ser reclamado do Estado o subsidio que alude o artigo quarto do mesmo decreto numero cento noventa e sete, mas tendo ainda em vista a disposição do artigo quinto do referido decreto numero mil oitocentos quarenta três e a letra do artigo quarto e seus paragrafos deste mesmo decreto, deliberou por unanimidade e em harmonia com as determinações do artigo primeiro do já mencionado decreto de vinte de agosto deste ano, lançar sobre as contribuições quais directas do Estado, com applicação aos encargos constantes do numero segundo do artigo primeiro do mencionado decreto numero cento noventa e sete, no ao civil proximo, a percentagem de trinta por cento, dando-se cumprimento ao que se acha determinado no artigo segundo do supra-citado decreto de vinte de Agosto deste ano.

Depois de tomar conhecimento da distribuição dos premios estipulados na sessão de vinte e tres de Agosto findo, para os donos dos melhores exemplares de animais que concorram aos tres proximos mercados mensais desta vila, procedeu-se á leitura do terceiro orçamento suplementar ao geral deste municipio para o corrente ano que fôra organizado pela respectiva Comissão Executiva. Terminada a leitura passou-se á discussão e votação de artigo por artigo tanto da receita como da despesa deste orçamento, sendo o resul|⁸⁸tado final ser o mesmo orçamento aprovado por

unanimidade e com a observancia do disposto no paragrafo unico do artigo cem da lei numero oitenta e oito.

Acto continuo o vice presidente da Comissão Executiva passou a ouvir a Camara se o pagamento da despesa de transportes aos facultativos deve ser feito de conformidade com o que fora resolvido em sessão de Abril findo, isto é um escudo por cada viagem, ou se de harmonia com a exigencia feita pelos mesmos facultativos á Comissão a que preside e que consta da acta de dôse de Julho deste ano.

Posta a consulta á votação foi deliberado, por maioria, visto a presidencia ter usado do voto de qualidade, que o pagamento do subsidio para os transportes dos médicos por ocasião da visitas que façam, nos termos da respectiva deliberação, ás freguesias rurais, seja o constante da acta da sua sessão de cinco de Abril ultimo. Os vereadores que aprovaram que fosse mantida esta deliberação foram: Joaquim de Almeida, Pedro Marques, José do Nascimento Neves, Augusto Picão e António Rodrigo de Carvalho; e os que concordavam que o pagamento fosse o constante da da acta da Comissão Executiva (um escudo e vinte centavos) foram: Joaquim Bordalo, Joaquim Caldeira, José Custodio Neves, Antonio Delgado e José da Silva Henriques Cordeiro.

|^{88v} Imediatamente foram lidas pelo chefe da sua secretaria todas as deliberações tomadas pela Comissão Executiva desde vinte e três de Agosto até hoje, deliberações que a Camara por unanimidade aprovou, encarregando a sua Comissão Executiva a contractar até á quantia de vinte escudos anualmente a limpeza da secretaria e sala das sessões da Camara; secretaria da administração do concelho, subdelegação de saude, arquivo vestibulo e retrete dos Paços do concelho; e a secretaria de finanças, Tesouraria da fazenda publica, retrete e mais dependencias do respectivo edificio.

Acto continuo tomou conhecimento da lei numero quatrocentos quarenta e seis, de desoito de Setembro deste ano, deliberando, de conformidade com as atribuições que lhe são concedidas pelo artigo segundo desta lei; efectuar a sua segunda sessão ordinaria deste trimestre no dia vinte e nove do corrente.

Seguidamente o vereador Bordalo disse que deseja saber se já está esgotada a verba do subsidio concedido para reparações da estrada da Marteleira e mesma verba foi só empregada na reparação da referida estrada. Como fôra da maxima imparcialidade na ocasião em que se tratou da concessão do subsidio tendo frizado bem nessa ocasião de que a importancia do subsidio deveria ser empregada de preferencia nos reparos da calçada dentro do logar da Marteleira|⁸⁹ empregando-se a quantia que sobrasse na reparação da mesma calçada que segue em direcção ao Perdigão, por isso exige que se lhe diga se a importancia dispendida foi só nas reparações aludidas. Sabe que hoje ha trabalhos feitos por conta do mesmo subsidio, fôra da já referida calçada e se a Camara duvida desta sua afirmação, que nomeie uma Comissão para ir examinar o que deixa disto.

Pelo vice-presidente da Comissão Executiva foi informado que da verba destinada pela Camara em sua sessão de dois de janeiro deste ano foi gasta até hoje a quantia de duzentos e setenta escudos nos reparos da calçada da Marteleira, segundo declaração que lhe fisera o Condutor chefe dos trabalhos que fôra, a seu convite e para o efeito do pagamento examinar os mesmos trabalhos.

O referido vereador Bordalo afirma que tal importancia não foi só gasta nos aludidos reparos e propõe, o que foi aprovado, que a restante quantia de trinta escudos seja imediatamente aplicada á reparação da referida estrada, mas na parte que da Marteleira conduz á Quinta do Perdigão.

Ainda o vereador Bordalo, continuando no uso da palavra, propôz e a Camara por unanimidade aprovou, que se solicite do Governo a passagem para o mesmo, da

estrada Municipal desta vila a São Bartolomeu, estrada que está dentro da lei a sua passagem para o^{89v} Estado, por ligar entre si duas estradas nacionais. Já particularmente tratou deste assunto com o engenheiro a quem o processo respectivo tem ser enviado para informar obtendo deste funcionario não só a promessa de bom informe, como a remessa de todas as indicações precisas para a organização do processo._ A Camara aprovando a louvavel ideia do vereador Bordalo, ideia que a tornasse em rialidade muito beneficia os fundos municipais e, por consequente, o concelho, encarregou o mesmo vereador a continuar tratando deste assunto até á remessa do processo e pedido ao Governo, encargo que o dito vereador do melhor grado aceitou.

Mais declarou este vereador, depois de ter perguntado se já fôra enviada ao sub-delegado de saúde copia do contrato do fornecimento de carnes verdes; se já se efectuára a visita ao pinhal proximo de Toledo e se já viera a resposta do formaceutico proprietário da farmacia instalada em um dos edificios escolares do Reguengo Grande e de ter obtido resposta negativa, pelo que pediu fossem cumpridas imediatamente as respectivas deliberações, que, no caso de ser atendido o pedido que esta Camara vai fazer da passagem da estrada de S. Bartolomeu para o Estado, ficará o cofre municipal aliviado de um encargo anual superior a quinhentos escudos, deve esta Camara ir pensando no melhoramento⁹⁰mais util para o concelho e muito principalmente para a sua séde, que desde ha muito anos tem estado votada ao ostracismo, onde esta importância seja aplicada. E como não conheça melhoramento de maior necessidade para esta vila do que o do abastecimento agua potavel para o consumo publico por isso propõe que seja a Comissão Executiva desta Camara encarregada a mandar proceder ao estudo e orçamento da captação, canalisação e respectivo reservatorio, das aguas de São Bartolomeu para esta mesma vila, visto ser de todas as que foram analisadas, a melhor.

Lido o competente relatorio das analises feitas no ano proximo preterito ás diversas nascentes digo ás aguas de diversas nascentes, e do Vereador Nascimento Neves ter lembrado – por já o ter ouvido; que a Camara deve contar com a relutancia dos povos do lugar de S. Bartolomeu e ainda do Vereador Cordeiro ter lembrado que era melhor antes de se iniciarem os respectivos trabalhos de estudos se mandar analisar aguas de outras nascentes opinião esta que foi reforçada com a do vereador Almeida que lembrou a analise da agua do Lourim, que segundo a informação do vereador Picão é abundante, resolveu a Camara estudar devidamente o assunto, com o qual concorda, deliberando sobre ele definitivamente na proxima sessão.

O vereador Almeida propôs que fosse nomeado o cidadão João Verissimo^{90v} de Oliveira para no proximo ano civil de mil novecentos e desaseis, fazer parte da Comissão a que se refere o artigo cento cincoenta e oito do Codigo da Contribuição Predial._ Posta esta proposta á votação foi aprovada por maioria, em vista do vereador Pedro Marques abster-se de votar e o vereador Cordeiro votar no que actualmente exerce tal logar e que é o cidadão Francisco Pedro de Carvalho.

O mesmo vereador Almeida disse ter conhecimento que o Governo vai crear uma escola movel no lugar de Atalaia de Cima. Como, porem, a unica casa que nesta povoação poderá servir para o funcionamento de tal escola, é a que pertence á capela da Senhora da Guia e hoje pertence á Comissão Central de Execussão da lei da separação, propõe que desta colectividade se solicite a cedencia para tal fim, da aludida casa.

Posta esta proposta á votação foi aprovada por todos os vereadores presentes, com excepção dos vereadores Bordalo e Cordeiro, que se abstiveram de votar por não conhecerem o assunto.

Por falta de verba orçamental indeferiu o pedido da construção de uma ponte nos Casais do Rocio de Pregarça.

Por proposta da presidencia que renovou o seu pedido feito na sessão de vinte e tres de Agosto findo, da concessão de dose candieiros destinados á iluminação publica do logar da Moita dos Ferreiros, votou por maioria a concessão de dés can⁹¹ dieiros destinados á iluminação publica do referido logar da Moita dos Ferreiros. Os vereadores que votaram a concessão foram: Antonio Delgado, Augusto Picão, Joaquim de Almeida, Joaquim caldeira, José do Nascimento Neves e Pedsro marques de Carvalho. O vereador Bordalo, absteve-se de votar es os vereadores Custodio Neves e Cordeiro mantiveram a declaração feita sobre este assunto, na sessão de vinte e três de Agosto ultimo.

O vereador Almeida voltando a fazer uso da palavra, propôs para que a Camara reconsiderando desse de nenhum efeito a sua deliberação de vinte e tres de Agosto deste ano, retirando da posse do tesoureiro da Fazenda Publica, a casa a que este serve de arquivo, para ali instalar a repartição do registo civil, visto que onde actualmente esta funciona digo que a casa onde actualmente esta funciona é uma vergonha, é uma esplunca. Para esta casa passaria a sub-delegação de saude e para a casa onde actualmente esta repartição está instalada voltaria a repartição dos guardas campestres.

Posta á votação da Camara esta proposta que ainda começou a ser discutida, os vereadores Bordalo, Cordeiro e Custodio Neves, saíram da sala, tendo este e o primeiro pedido licença para se retirarem.

Como a sessão não podesse continuar por falta de numero legal de vereadores, visto terem ficado na sala apenas sete, e que foram: Antonio Ro^{91v} drigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques de Almeida, José do Nascimento Neves, Pedro Marques de Carvalho e Antonio Henriques Delgado, a presidencia encerrou, em nome da lei, a sessão, lavrando-se para constar esta acta que vai ser devidamente assinada. Em tempo declara-se que o vereador Bordalo na ocasião de votar no cidadão João Verissimo de Oliveira para vogal da Comissão a que se o artigo cento cinquenta e oito do Codigo da Constituição Pedrial, disse que procedia desta forma por ter por norma ser coerente em todos os seus actos. Fôra contrario a substituição - no ano anterior-deste por outro cidadão, visto não ter havido reclamações ácerca da forma como fisera o serviço, por isso vóta ou aprova a proposta apresentada. E eu Joaquim José Bordalo, secretario que a subscrevi e ressalvo a rasura – declarou

Antonio Rodrigo de Carvalho

Augusto dos Santos Picão

Joaquim Correia Caldeira

Joaquim H. H Almeida

José Antonio Custodio Neves

José do Nascimento Neves

José da Silva Henriques Cordeiro

Pedro Marques de Carvalho

Antonio Henriques Delgado

Joaquim José Bordallo

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de mil nove centos e quinze, nesta vila da Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala das sessões camararias, compareceram, para sessão ordinária, os vereadores da Camara Municipal deste concelho, Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim José Bordalo, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custodio Neves, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino (efectivos) e Antonio Henriques Delgado (substituto), faltando o presidente Alfredo Manuel Candeira e os vereadores Antonio Vieira Junior, Antonio Maria da Silva, Joaquim Henriques Horta de Almeida, José Narciso, José do Nascimento Neves, e José da Silva Henriques Cordeiro. Como faltas se o presidente e o vice-presidente constituiu-se a Camara sob a presidencia do vereador mais votado, Antonio Rodrigo de Carvalho, como determina o paragrafo primeiro, do artigo trese da lei numero oitenta e oito, o qual tomando o seu lugar, abriu, em nome da lei, a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi por unanimidade aprovada, sendo em seguida, justificadas as faltas ao presidente Candeira e ao vereador Vieira, pelos motivos constantes de suas caratas, assunto este que foi tratado depois da assinatura da já referida acta anterior.

|^{92v}Acto continuo foi presente e lido o seguinte expediente:

Officio datado de trinta e um de Outubro ultimo, do presidente desta Camara Municipal - Alfredo Manuel Candeira – entregando nas mãos dos vereadores que compõem esta colectividade o pedido de demissão do cargo de presidente desta mesma colectividade, visto os seus afazeres de ordem profissional e pessoal não permitirem que possa continuar a dedicar a sua atenção aos assuntos municipais. – A Camara ficando inteirada deliberou por unanimidade não aceitar o pedido de demissão por não concordar com os motivos apresentados.

Officio da Camara Municipal do concelho a Azambuja, datado de vinte e sete do corrente, convidando esta Camara da Lourinhã, a representar ao Governo para que ponha em execução imediata a proposta do Deputado Dr. João Gonçalves, sobre rigorosa fiscalização dos vinhos a fim de coibir-se a repetição do facto de que a imprensa se fêz éco, da falsificação de uma partida de vinhos para o estrangeiro. _ A Camara concordando em absoluto com o alvitre apresentado pela sua congénere da Azambuja, deliberou, por unanimidade, representar ao Governo no mesmo sentido.

Officio da professora oficial da escola mixta da Marteleira, convidando esta Câmara para assistir á festa que vai real⁹³isar na sua escola, no dia primeiro de dezembro, consagrada ao culto da Bandeira Nacional. _ A Câmara resolveu fazer-se representar nesta patriótica festa, pelos vereadores, Viera Júnior e Augusto dos Santos Picão.

Officio numero cento oitenta e um, com a data de vinte e dois de Novembro corrente, da Câmara Municipal da Louzada, pedindo a oferta duma obra, por mais modesta que seja, para a biblioteca concelhia que fundou no edifício dos Paços do concelho. _ Inteirada deliberou não aceder ao pedido por não possuir biblioteca.

Officio datado da Comissão organisadôra da liga Economica Nacional convidando esta camara a faser-se representar na sessão inaugural e a faser-se inscrever como socia com a cóta indicada no exemplar dos dos estatutos que envia. _ Inteirada a Camara deliberou não aderir ao convite em vista do mau estado do seu cofre.

Officio numero trinta e dois, de vinte e sete do corrente, da Direção da Sociedade *I.M.P. n.º8*, com séde nesta vila, pedindo a concessão, como nos anos anteriores, de um subsidio para a iluminação dos cursos nocturnos para adultos do sexo masculino mantidos por aquela sociedade. _ A Camara atendendo o pedido, concedeu o subsidio

de dez centavos por noite que funcionarem os respectivos cursos com excepção do que funciona na sede da referida sociedade.

Oficio com data de dõse de Outubro^{93v} ultimo (mas que só deu entrada na secretaria da Camara em quinse do corrente mês de Novembro), do pharmaceutico Candido Epifaneo da Franca, disendo, em resposta ao oficio desta Camara que o arrendamento a que o mesmo oficio se refere, foi tratado com o Ex^{mo}Sr. João Marques, senhorio do predio, pela renda semestral de cinco escudos e com a condição das despesas da adaptação da casa a farmacia sairem da importância da mesma renda. O arrendamento teve começo em um de Agosto ultimo e as despesas da adaptação importaram em seis escudos e trinta e quatro e meio centavos, quantia esta que péde para lhe ser creditada.

Nesta altura o vereador João Marques explicou o contrato que particularmente e na melhor das intenções para o cofre municipal, fiseram com o signatario deste oficio, contracto que tencionava traze-lo á sessão do senado celebrado em dois de Agosto deste ano, como neste dia e antes da sessão dera conhecimento ao vice-presidente da Comissão Executiva e ao Chefe da Secretaria da Camara. Como, porem, se dessem os acontecimentos naquele dia que são de todos conhecidos, eis o motivo porque tão debatido assunto não se acha liquidado. Mais declarou, que deseja que a Camara se manifeste abertamente sobre este assunto, e que não veja na sua maneira de proceder uma ⁹⁴pequena sombra sequer, de menos consideração para com os deus colegas. Garante que só teve em mira os melhoramentos da sua terra Natal sem sacrificio do herario municipal e muito antes pelo contrario em beneficio deste._ Pósta á discussão e votação o assunto do arrendamento foi o mesmo por maioria aprovado bem como a forma de proceder do vereador João Marques. Este assunto foi aprovado, como já se disse por maioria, por o vereador Pedro Marques de Carvalho, ter-se abstinido de votar.

Seguidamente procedeu-se á leitura do Orçamento Ordinario para o ano de 1916 que foi apresentado pelo presidente da Comissão Executiva. Terminada a leitura o vereador Bordalo disse que tratando-se de um documento que é a base de todo o movimento do municipio, não póde nem deve ser aprovado depois da simples leitura que acabara de ser feita. Tem de ser devidamente estudado, e para isto impõe que seja enviada a cada um dos vereadores numa copia do mesmo orçamento para o estudarem devidamente, desejando-se dia para nova sessão onde os vereadores apresentem os seus trabalhos e se discuta e aprove tal documento. Por sua parte apesar de acreditar que este orçamento esteja bem elaborado, não o aprova sem o estudar primeiramente.

Generalizando a discussão da proposta ^{94v}do vereador Bordalo foi esta mesma proposta modificada da seguinte forma: Que nos termos da lei numero quatrocentos quarenta e seis de desoito de Setembro ultimo, seja celebrada outra sessão ordinaria no dia vinte de Dezembro proximo, apresentando o referido vereador Bordalo o seu parecer sobre o mesmo orçamento, para a Camara o discutir, dando-lhe ou negando-lhe a sua aprovação, e tratando definitivamente da aprovação do mesmo orçamento para o ano civil de mil novecentos e desaseis.

Tendo o Chefe da secretaria consultado os vereadores (antes desta ultima resolução) se desejavam que as copias do mencionado orçamento fossem na integra ou só na parte da despesa com obras e outros serviços, sendo, portanto, exclusão da despesa com o vencimento do funcionalismo municipal e administrativo, pelos mesmo vereadores foi dito que a parte a discutir é só a respeitante a obras e outras despesas,

visto que as verbas dos vencimentos estão aprovadas por serem as constantes da lei de vinte e três de Agosto deste ano.

Em tempo declara-se que a modificação á proposta do vereador Bordalo foi feita por proposta do vereador João Marques; e que a verba da despesa numero sessenta e oito consignada no já referido orçamento com destino á conclusão do corêto da Praça da Republica nesta vila, foi explicada, a respectiva inclusão, pelo vice-presidente |⁹⁵ da Comissão Executiva, e que foi o conservar-se o mesmo corêto que, devido á ação do tempo, está a deteriorar-se.

O mesmo vice-presidente da Comissão Executiva informou a Camara que alguns enfiteutas de aforamentos feitos há mais de dés anos no sitio do Campo do Morgado, se haviam apossado de uma facha de terreno entre os mesmos fóros e a estrada municipal macadamizada desta vila a São Bartolomeu, pelo que foram multados e pagaram as respectivas multas. Ora como estas fossem bastante pesadas e o serviço feito pelos referidos enfiteutas muito beneficiou os taludes da aludida estrada, pois que desviou destes a grande quantidade de agua que por ocasião das chuvas corria junto dos mesmos, por isso proponha que a Camara, ouvindo o conductor Chefe dos trabalhos, cedesse gratuitamente a referida facha de terreno aos mencionados foreiros com a condição destes faserem, á sua custa, as obras indicadas pelo referido conductor e necessárias á construção da dita estrada. Chamando o já referido conductor, Ezequiel Pereira Coutinho, por este foi tecnicamente desenvolvida a informação e proposta do vice presidente da Comissão Executiva, pelo que a Camara aprovou a mesma proposta encarregando o aludido conductor de dirigir os trabalhos, e dando por escripto, a forma deles se realisarem indicando as respectivas medidas e mais detalhes do serviço, documento este que ficará ar |^{95v} quivado na Camara.

Nos termos do Decreto de desaseis de Desembro de mil novecentos e des, procedeu a Camara a nomeação da Junta dos Repartidores que há de funcionar durante o próximo ano de mil novecentos e desaseis, a qual ficou assim composta:

Efectivos:

José Henriques Horta de Almeida, Lourinhã
José Narciso,....., idem
Amadeu das Neves Garcia,....., idem

Suplentes:

Arnaldo da Cruz,....., idem
Gabriel das Neves Garcia,....., idem
Manuel Filipe Pinheiro,....., idem

Em seguida designou o dia desanove de Desembro proximo para a arrematação em hasta publica e convindo o preço, dos fornecimentos, durante o próximo futuro ano civil de mil novecentos e desaseis, de carnes verdes de gado bovino e carneiro ou capado para o açougue desta vila, e da iluminação publica desta mesma vila e do logar do Reguengo Grande, ficando o vice-presidente da Comissão Executiva encarregado de a representar nas aludidas praças.

Imediatamente procedeu a Camara a fixar tarifas do serviço pessoal no ano de mil novecentos e desaseis, pela seguinte forma:

Cada dia de serviço pessoal, vinte e quatro centavos.....	\$24
Dito de carro puxado por bois, um escudo.....	1\$00
⁹⁶ Dito de carro puxado por vacas, noventa centavos.....	\$90
Dito de carretas, cincoenta centavos.....	\$50
Dito de carroagem de qualquer especie, um escudo e vinte centavos.....	1\$20
Dito de besta de carga maior, trinta centavos.....	\$30

Dito idem idem menor, dezoito centavos.....	\$18
Dito de besta de serviço pessoal, trinta centavos.....	\$30
Dito idem menor, vinte e quatro centavos.....	\$24

Também procedeu á organização dos preços medios dos cereag digo cereais, legumes, vinho e outros generos no corrente ano pela forma seguinte:

Aguardente 30º, litro.....	0,40
Alhos, réstea.....	0,03
Aveia litro.....	0,03
Azeite, litro.....	0,30
Azeitonas, litro.....	0,04
Batatas, quinse quilogramas.....	0,50
Cabritos, um.....	0,40
Carne de capacado, quilograma.....	0,24
Carne de porco.....idem.....	0,36
Carne de vaca.....idem.....	0,26
Carneiros, um.....	1,80
Cebolas, cabo.....	0,03
Centeio, litro.....	0,3.5
Cêra em velas, quilograma.....	0,80
Cevada, litro.....	0,03
Chicharos, litro.....	0,04
Cortiça, quinse quilogramas.....	0,30
^{96v} Ervilhas, litro.....	0,05
Fava, litro.....	0,06
Feijão branco, litro.....	0,08
Feijão encarnado, idem.....	0,08,5
Feijão frade, idem.....	0,07
Frangãos, um.....	0,20
Frangas, uma.....	0,24
Galinhas, uma.....	0,55
Gão de bico, litro.....	0,08
Leitões, um.....	1,50
Lenha, carrada.....	3,00
Linho, quilograma.....	0,40
Maçã, cento.....	0,50
Mato, carrada.....	2,50
Milho, litro.....	0,04
Palha de milho, molho.....	0,06
Palha de trigo, quinse quilogramas.....	0,10
Pera, cento.....	0,20
Queijos, duzia.....	0,24
Tremôço, litro.....	0,03
Trigo, idem.....	0,06
Vides, carrada.....	1,6
Vinagre, litro.....	0,05
Vinho branco, idem.....	0,05
Vinho branco môsto, idem.....	0,02,5
Vinho tinto môsto, litro.....	0,03
Vinho tinto cosido, litro.....	0,06

Terminado este serviço o vereador Antonio Rodrigo de Carvalho, propôs a bem dos interesses dos povos das povoações rurais deste concelho, que o artigo vinte e oito do Código de Posturas Municipais seja modificado no sentido de permitirem-se nas mesmas povoações os pequenos ¹⁹⁷ depósitos de lenhas juntos das casas de habitação dos respectivos moradores, e na parte confinante com a via pública, sempre que da parte dos vizinhos não haja reclamações e de forma a não impedir o trânsito público._ A Câmara aprovou a proposta, discutindo na próxima sessão a redacção digo a nova redacção do mencionado artigo.

Por último o vice-presidente da Comissão Executiva propôs à Câmara para que esta representasse ao Governo pedindo o estudo e construção do prolongamento da projectada linha férrea do Carregado a Torres Vedras ou como ultimamente a imprensa se tem feito eco, do Carregado ao Bombarral._ Posta à discussão e votação esta proposta, começou a Câmara por discutir qual o trajecto da linha que mais conviria ao concelho da Lourinhã, se partindo digo Bombarral passando por este concelho da Lourinhã a Peniche._ Posta à discussão e votação esta proposta, começou a Câmara por discutir qual seria o trajecto mais vantajoso para este concelho, se de Torres Vedras pela Lourinhã a Peniche, se do Bombarral passando entre a Moita e o Reguengo a Peniche. Depois de prolongada e por vezes acalorada discussão propôs o vereador João Marques para que o pedido a fazer ao Governo seja do prolongamento seja da linha do Bombarral a Peniche visto que o que diz a imprensa e ele sabe por amigos a linha férrea do Carregado é contruída em direcção ^{197v} ao Bombarral onde terá o seu onde terá o seu terminus e não do Carregado a Torres Vedras. O vereador Pedro Marques declarou não concordar com esta proposta e como os restantes vereadores hesitassem na forma de fazer-se o pedido, chegando até o vereador Bordalo a declarar que não aprova nenhuma das propostas por não conhecer a região que qualquer das projectadas linhas férreas atravessa pelo que desconhece a vantagem ou desvantagem da dita construção, assentou-se em estudar-se devidamente o assunto e na próxima sessão, do dia vinte de Dezembro tratar-se definitivamente do mesmo.

Ainda antes de ser encerrada a sessão aprovou as deliberações da sua Comissão Executiva com excepção das referentes ao baldio do Campo do Morgado e à do pedido da linha férrea que ficaram substituídos pelo que sobre tais assuntos foi tratado nesta sessão.

Não havendo mais assunto algum a tratar foi encerrada, em nome da lei, pela presidência, a sessão, sendo, para constar, lavrada esta acta que vai ser devidamente assinada. E eu Joaquim José Bordallo, secretario que a subscrevi e assigno.

Antonio Rodrigo de Carvalho

Augusto dos Santos Picão

João Maria da Silva Marques

Joaquim Correia Caldeira

José Antonio Custodio Neves

¹⁹⁸ Pedro Marques de Carvalho

Silvano Marcelino

Antonio Henriques Delgado

Joaquim José Bordalo

Augusto dos Santos Picão

Sessão Ordinaria aliás extraordinária de 27 de Dezembro de 1915

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de mil novecentos e quinze, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do Concelho e na sala das sessões Camararias, compareceram para sessão extraordinária, os vereadores da Câmara Municipal deste mesmo concelho, António Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim José Bordalo, José Antonio Custodio Neves, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino (efectivos) e António Henriques Delgado (substituto), faltando o presidente Alfredo Manuel Candeira, o vice-presidente Francisco Maria Pereira Marques, e os vereadores António Vieira Júnior, Joaquim Henriques Horta de Almeida digo Junior, António Maria da Silva e José Narciso, todos previamente convocados, constituiu-se a Câmara, nos termos do paragrafo primeiro do artigo treze da lei de sete de Agosto de mil novecentos e treze, sob a presidencia do |^{98v} vereador mais votado, António Rodrigo de Carvalho, o qual tendo honrado o seu lugar, declarou, em nome da lei, aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada por unanimidade sendo assinada.

Seguidamente a presidencia impôz os fins da reunião e que são os constantes dos respectivos convites, lendo-se a carta em que o vereador Vieira comunica que, por motivos de doença, não pôde comparecer, pelo que a Câmara deu por justificada a falta, tomando conhecimento, pelo informe do vice-presidente da sua Comissão Executiva, dos preços porque havia sido adjudicados os fornecimentos de carnes verdes para o açougue nesta vila e da iluminação publica desta mesma vila durante o ano civil de mil novecentos e desaseis, com os quais concordou.

Também resolveu modificar, por ter ficado exagerado o preço médio do litro do trigo que ficou na sessão anterior, passando de 6 centavos para 5 centavos cada litro.

Acto continuo tomou con digo contínuo, foi lido o seguinte expediente: cartão do deputado por este circulo Dr. António Macieira, comunicando que tomou na devida consideração o officio desta Câmara, relativo ao pedido feito à Câmara dos Deputados sobre aclaração do artigo quarto da lei número tresentos. _ Inteirada

|⁹⁹Officio circular número desoito, do Governo Civil de Lisboa chamando a atenção para a determinação do Ex^{mo}. Ministro do Interior, que suscita das Câmaras Municipais a observancia do disposto nos artigos noventa e noventa e três do regulamento de três de Novembro de mil novecentos e catorze, relativamente a arrecadação das receitas de socorros a naufragos. _ Inteirada.

Officio com data de quinze do corrente da Direcção do Centro Escolar Republicano "Dr. António José de Almeida", pedindo um subsidio para auxiliar a fundação de uma cantina escolar. _ Resolveu-se comunicar que, por falta de recursos, não pôde aceder ao pedido.

Officio numero cinquenta e tres, com data de trinta de Novembro ultimo, do Secretario de Finanças deste concelho, comunicando para os fins do paragrafo quarto do artigo oitenta e sete do Codigo da Contribuição Predial, quais os cidadãos maiores e menores contribuintes que propôz para vogais da Junta de Matrisés que ha de funcionar neste concelho, no proximo ano._ Inteirada.

Requerimentos de António Rodrigo, do Nadrupe, João Maria do Moledo, Luis Rodrigues, do Nadrupe, e João Maria Moleiro, da Atalaia de Baixo, pedindo licença para reconstruirem os prédios que possuem nas povoações onde residem e confinantes com a via publica._ Foram concedidas com excepção da pedida por João Maria Moleiro, visto que, se|^{99v}gundo informou o vereador Picão, o requerente

pretende apossar-se de uma facha de terreno publico que prejudica o transito, pelo que os vizinhos reclamaram do mesmo vereador a sua interferencia no assunto.

Requerimento de Mario Martins, de Toledo, requerendo, por conveniencia de alinhamento, como mostra pela planta que junta, uma pequena parcela de terreno da via publica no dito logar de Toledo._ Deferido nomeando para peritos na avaliação do mesmo terreno, o conductor chefe dos trabalhos municipais, Jacinto da Silva e Manuel Egidio Fernandes de Toledo, cumprindo-se as formalidades legais e ficando a Comissão Executiva encarregada de organizar e concluir o respectivo Processo.

Outro de Manuel dos Santos, do casal da Galharda, requerendo, tambem para o efeito do alinhamento, como se vê da planta que junta, uma porção de terreno baldio no dito Casal, afim de concluir a construção de um predio._ Deferido nos termos da petição de Mário Martins nomeando para peritos alem do conductor Chefe dos trabalhos municipais, Carlos Fernando Horta Gama e Francisco Rocha, desta vila.

Outro de João de Oliveira, de Casal Novo re- digo, pedindo de aforamento uma porção de terreno baldio no sitio do Alto da Eira, com as confrontações e superfície constantes do mesmo requere¹⁰⁰ rimento.

Outro de José dos Santos de Casal Novo – José Patricio, do Sobral – Joaquim Bento de São Bartolomeu- Antéro Matias, de São Bartolomeu - Americo Inacio, da Zambujeira - José Maria Severino, da Atalaia de Baixo – Joaquim João, dos casais da Abilheira – Francisco Antunes, de Ribamar – Francisco Gomes de Almeida, da Marquiteira – e Francisco Paulo, de Toledo, pedindo, por serem extremamente pobres, lhes seja passada guias para darem entrada no hospital de São José, para ali serem tratados, digo pedindo igualmente de aforamento diversas porções de terrenos baldios respectivamente nos sítios de Alto das Eiras á Fonte da Aroeira – Monteiro- Outeiro, limite de São Bartolomeu – Junqueira deste mesmo limite – Cabeço de Mó – Queimadas Velhas – Vale Pequeno – Casais de Ribamar – freguesia desta vila – e Vale de Mongueiras, limite de Toledo, freguesia de Vimeiro, com as confrontações e superficies constantes dos mesmos requerimentos e das respectivas plantas._ A Camara tendo em vista a letra do artigo cento oitenta e seis da lei numero oitenta e oito e zelando, como lhe cumpre, os interesses do municipio, deferiu os pedidos e designou os dias desasete a vinte e um e vinte e quatro a vinte e sete de Janeiro proximo para as arrematações em praça dos aludidos aforamentos.

Requerimentos instruidos com os res^{100v} pectivos atestados de pobreza e do medico, de Elvira da Conceição, da Moita dos Ferreiros e Maria das Dores, da Zambujeira, solicitando as competentes guias para poderem dar entrada em um dos hospitais civis de Lisboa, afim de serem tratadas das graves doenças de que sofrem._ Mandou-se passar.

Atestado passado medico de Torres Vedras, Julio Cesar Lucas, pelo qual Luiza da Conceição Sousa, filha de Francisco de Sousa, de Toledo, prova precisar dar entrada em um dos mesmos hospitais, afim de ser operada._ A Camara tendo conhecimento de que esta doente já se acha em tratamento no hospital de Santa Marta, onde fôra recebida sem a respectiva guia de responsabilidade, resolveu não lha passar por já não precisar dela.

Em seguida passou a discutir a redação do artigo vinte e oito do Codigo de Posturas Municipais, assentando por unanimidade na seguinte:

Que o paragrafo segundo do referido artigo passe a ser o paragrafo terceiro adicionando ao mesmo artigo o seguinte:

Igualmente são permitidos nas povoações rurais deste concelho e juntos dos predios dos respectivos donos, pequenos depositos de lenhas, que serão colocados de forma que não impessam o livre transito na via publica. Quando, porem, haja reclamações dos visinhos ou que referidos depósitos impressam o transito, serão os donos avisados para no¹⁰¹ praso de três dias os removerem para outro local, incorrendo na multa cominada neste artigo o respectivo contraventor.

Nos termos do artigo noventa e seis da lei numero oitenta e oito deliberou ouvir sobre este assunto, as Juntas de Paroquia deste concelho, fazendo-se-lhes sentir que o seu silencio sobre este mesmo assunto será considerado como dando ao mesmo a sua aprovação.

Por ultimo e de conformidade com o deliberado na sessão de vinte e nove de Novembro ultimo, foi novamente presente e lido o

Orçamento ordinario para 1916

Terminada a leitura passou-se á discussão de artigo por artigo tanto da receita como da como da despesa até ao artigo da despesa numero trinta e oito que ficou, por proposta do vereador Bordalo, assim redigido: “Replantação de arvorêdo do Rocio e sementeira do pinhal da Areia Branca.

Continuando a discussão chegou-se ao Capitulo numero desasete da despesa e ás verbas numero quarenta e sete = iluminação do lugar do Reguengo Grande e dito do lugar de Moita dos Ferreiros. O vereador Bordalo propõe que a verba destinada á iluminação deste lugar seja eliminada e á daquele seja redusida á quantia constante do orçamento do corrente ano. Nesta altura o vereador João Marques propõe que estas duas verbas sejam mantidas como estão descri^{101v} tas no orçamento em discussão, visto serem precisas para complemento da deliberação tomada por esta Camara aumentado o numero de candieiros da iluminação publica do Reguengo e concedendo para iluminação da povoação da Moita dés candieiros. Estabelece-se discussão entre os vereadores Bordalo e João Marques terminando, depois de postas as duas propostas á votação, por ser rejeitada por oito votos a proposta do vereador Bordalo e aprovada por igual numero de votos a do vereador João Marques.

O vereador que aprovou a proposta do vereador Bordalo foi o Cidadão José da Silva Cordeiro e o vereador Custodio Neves absteve-se, tendo-se o referido vereador Cordeiro abtido de votar a proposta do mesmo vereador Bordalo, na parte referente á iluminação da Moita.

Proceguindo a discussão do mesmo orçamento até ao Capitulo vinte e três da despesa – Estradas municipais, foram aprovadas todas as verbas de despesa.

Nesta altura o vereador Bordalo pedindo a palavra, que lhe foi concedida, disse que no desempenho da missão que fôra encarregado pelos seus colegas na sessão anterior, viéra á secretaria da Camara ver e examinar detidamente o orçamento em discussão, verificando que o mesmo se acha elaborado nos termos legais, pelo que lhe dá a sua aprovação. No capitulo das estradas, porem, é sua opinião que o mesmo¹⁰² seja alterado pela forma seguinte:

Que seja elevada de tresentos e quarenta escudos a novecentos e oitenta e cinco escudos a verba destinada a reparação da estrada desta vila ao Vimeiro.

Que igualmente seja elevada a verba destinada á reparação da estrada desta vila a Atalaia de cento e cincoenta a duzentos escudos.

Que para fazer face a estes aumentos, sejam eliminadas as verbas descriptas sob os artigos setenta e dois – setenta e cinco digo e seis – setenta e sete e setenta e nove, respectivamente destinadas á compra de um cilindro e aos reparos das estradas do sobral, Zambujeira e Nadrupe; reduzidas a duzentos escudos a destinada aos

reparos da estrada desta vila a São Bartolomeu e a sessenta escudos a destinada aos reparos da estrada se São Bartolomeu e a sessenta escudos a destinada aos reparos da estrada de São Bartolomeu ao Paço.

Baseia esta sua opinião com respeito á redução das verbas acima indicadas nos informes que obteve do chefe digo do Condutor Chefe dos Trabalhos municipais que lhe disse serem apenas precisos para a continuação dos reparos da estrada de São Bartolomeu a quantia que indicou e para o empedramento ou por outra, a aplicação de pedra britada que se acha junta da estrada de S. Bartolomeu ao Paço chega, com a quantia de onse escudos existentes em poder do vereador José do Nascimento Neves, do resto do saldo do ano de mil |^{102v} e catorze a importância que igualmente indicou. Com relação ao aumento das verbas destinadas á estrada do Vimeiro e da Atalaia está justificado por sua natureza. É só os seus colegas terem o incomodo de as irem ver. Estão num estado deploravel.

Nestes termos propõe que sejam feitas ao orçamento as emendas que acaba de apresentar.

O vereador João pedindo a palavra, que lhe foi concedida, disse que efectivamente as estradas do Vimeiro e Atalaia precisam de grandes reparações, mas se estas precisam a desta vila a São Bartolomeu, que é a principal artéria do concelho, pois o atravessa pondo-o em comunicação directa de todas as suas freguesias com excepção da de Miragaia e Vimeiro, com a linha férrea, não precisa de menos reparos. Alem destes não pode a Camara deixar de olhar para as reparações das estradas desta vila ao Sobral e desta mesma vila á Zambujeira, pois donde, por conta das verbas deste orçamento, os respectivos encarregados da direcção dos serviços, estão tem abonado dinheiro. Assim propõe:

Que as verbas de despesa destinadas á reparação da estrada desta Vila, a São Bartolomeu seja reduzida a tresentos escudos.

Que a destinada aos reparos da estrada do Sobral seja reduzida a cem escudos; e |¹⁰³ Que a incluída para reparação da estrada da Zambujeira seja reduzida a cem escudos;

Que a destinada aos reparos da estrada do Paço seja reduzida a sessenta escudos;

Que a destinada á aquisição de um cilindro seja eliminada;

Finalmente que saldo resultante desta reduções seja aplicado ao aumento da verba para reparos da estrada do Vimeiro que passa a ser de tresentos e quarenta escudos e seiscentos cincoenta e cinco escudos e trese centavos.

Generalizada a discussão, que foi por algumas veses acalorada entre os vereadores João Marques e Bordalo, foi, depois deste instar com a presidencia para submeter á aprovação da Camara a sua proposta e a do vereador João Marques o que o que a presidencia fêz, aprovada por maioria, a proposta deste ultimo vereador e rejeitada a do vereador Bordalo, pelo que este, pedindo licença para se ausentar da sala.

Os vereadores que aprovaram a proposta do vereador Marques foram: Antonio Rodrigo de Carvalho – Augusto dos Santos Picão – Joaquim Correia Caldeira – José Antonio Custodio Neves – José do Nascimento Neves – Pedro Marques de Carvalho Silvano Marcelino e Antonio Henriques Delgado, tendo apenas obtido o voto a favor a proposta do vereador bordalo, que foi do vereador José da Silva Henriques Cordeiro.

Passando-se á discussão dos restan|^{103v} tes capitulos da despesa, foram aprovados sem alteração. E assim se deu por finda a discussão e votação do orçamento geral da receita e despesa desta Camara para o proximo ano civil de mil novecentos e

desaseis, orçamento que ficou plenamente aprovado com as alterações propostas pelo vereador Marques e que foi exposto á reclamação dos munícipes durante o praso legal, para os fins da lei numero oitenta e oito.

Não podendo ser tratado ou qualquer assunto, o presidente, em nome da lei, encerrou a sessão. Do que para constar se lavrou esta acta que vai ser devidamente assinada. E eu Fortunato José de Carvalho, Chefe da secretaria, que a escrevi:

Antonio Rodrigo de Carvalho
Augusto dos Santos Picão
João Maria de Marques
Joaquim Correia Caldeira
José Antonio Custódio Neves
José do Nascimento Neves
José da Silva Henriques Cordeiro
Pedro Marques de Carvalho
Silvano Marcelino
António Henriques Delgado

Nos termos do paragrafo primeiro do artigo trinta e cinco da lei sete de Agosto de mil novecentos e trese, declaro sobe minha palavra de honra, que o vereador sr. Joaquim José Bordalo, não quis assinar esta acta, recusando-se terminantemente a fase-lo, por ter sido rejeitada a sua proposta sobre o orçamento. – O chefe da secretaria Fortunado José de Carvalho.

|¹⁰⁴ 1916

Sessão ordinária de 3 de Janeiro

Aos três dias do mês de Janeiro de mil novecentos e desasseis, nesta vila da Lourinhã, no Paços do Concelho e na sala de sessões Camararias reuniram-se em sessão ordinaria, os vereadores da Câmara Municipal deste mesmo Concelho, António Maria da Silva, Antonio Rodrigo de Carvalho, António Vieira Júnior, Augusto dos Santos Picão, João Maria da Silva Marques, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custódio Neves, José do Nascimento Neves, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino (efectivos) e António Henriques Delgado (substituto) faltando o presidente Alfredo Manuel Candeira, vice-presidente Francisco Maria Pereira Marques e os vereadores Joaquim José Bordalo, José Narciso, José da Silva Henriques Cordeiro, constituiu-se a Câmara nos termos paragrafo primeiro do artigo treze da lei numero oitenta e oito de sete de Agosto de mil novecentos e trêse, sob a presidencia do vereador mais votado, António Vieira Junior, o qual tomando o seu lugar declarou em nome da lei aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada sem alteração alguma pelo que foi assinada.

Seguidamente a presidencia disse que nos termos do que dispõe o artigo trese |^{104v} da referida lei numero oitenta e oito, tem a Camara nesta sessão de proceder á eleição do presidente, vice-presidente, secretário e vice-secretário, por convida os seus colegas a organizarem as respectivas listas, propondo para escrutinadores, o que foi aprovado, os vereadores Nascimento Neves e Picão.

Laçadas em uma urna as respectivas listas, procedeu-se ao competente escrutinio, verificando-se haverem sido votados:

Para Presidente:

João Maria da Silva Marques, com 10 votos
Joaquim José Bordalo, com 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Joaquim José Bordalo, com 6 votos
José do Nascimento Neves, com 3 votos
Antonio Vieira Junior, com 1 voto
Augusto dos Santos Picão, com 1 voto.

Para Secretario:

José do Nascimento Neves, com 5 votos
Joaquim José Bordalo, Com 4 votos
Augusto dos Santos Picão, com 2 votos

Para Vice- Secretario:

Pedro Marques de Carvalho, com 5 votos
Silvano Marcelino, com 3 votos
Antonio Rodrigo de Carvalho, com 2 votos
José do Nascimento Neves, com 1 voto.

Passando-se ao respectivo apuramento verificou-se terem sido eleitos por maioria para:

Presidente:

João Maria da Silva Marques

Vice-Presidente:

|¹⁰⁵ Joaquim José Bordalo

Secretario:

José do Nascimento Neves

Vice-Secretario:

Pedro Marques se Carvalho

Tomando cada um dos eleitos os seus lugares, o presidente agradeceu aos seus colegas a honra de acabam de dar-lhe elegendo-o para a presidencia da Camara cargo este que é bastante espinhoso e trabalhoso e para o desempenho do qual conta com os seus fracos dotes e com a sincera e leal cooperação dos seus colegas.

Acto continuo como estivesse na sala um grande numero de cidadãos proprietarios da freguesia desta vila, á frente dos quais se encontrava o Dr. José Henriques Palma de Almeida (Visconde de Palma de Almeida) a presidencia convidou este a diser o que pretendiam os mesmos proprietarios, resolvendo a Camara, por proposta do vereador Picão que os mesmos nomeassem uma comissão de três ou de cinco membros para os representar junto dela, o que se fêz, declarando o referido Dr. Palma de Almeida que um grupo de proprietarios o haviam procurado para lhe pedirem que os viesse apresentar nesta sessão e em nome deles reclamar desta Camara urgentes e inérgicas providencia que acabem de vês com os abusos praticados pelos pastores de gado caprino que com este devastam de dia e muito principalmente de noite|^{105v} as suas propriedades. Explica com toda a proficiencia os prós e os contras do pedido e termina por pedir á Camara a elaboração de uma postura que coíba tais abusos e que ao mesmo tempo não acabe de vês com o gado caprino e lanigero neste concelho, visto que o leite é muito preciso para a limentação publica.

O presidente concordando com o alvitre apresentado promete leva-lo a cabo com o auxilio dos seus colegas. Lembrando, contudo, que, como os proprietarios reclamantes são só da freguesia da vila, a postura a elaborar diga só respeito a esta freguesia e se os restantes proprietarios das freguesias do concelho a desejarem para as suas freguesias, venham junto desta Camara faser o competente pedido que serão imediatamente atendidos. Sendo aceite por unanimidade da assembleia este alvitre, deliberou a Camara, atendendo á capacidade intelectual e á vasta ilustração do

referido Visconde de Palma de Almeida, encarregar o S.Ex.^a de elaborar a respectiva postura, encargo que S.Ex.^a do melhor grado aceitou, passando a Camara, enquanto o referido Visconde elaborava o postura, a tomar conhecimento do pedido de uma comissão de habitantes de Ribamar, que reclamava a concessão de um subsidio para os reparos das ruas da mesma po-|¹⁰⁶vuação, pedido que foi atendido e cuja importancia será incluída no primeiro orçamento suplementar a fazer, indo previamente o Conductor Chefe dos trabalhos municipais proceder com um dos comissionados Francisco Filipe Maçarico, ao estudo e orçamento das obras a fazer.

A pedido do encarregado da limpeza das ruas da vila, Protasio dos Santos, aumento a este em quatro centavos por dia o respectivo salario; e, por proposta do vereador Nascimento Neves, que a fundamentou no excesso de trabalho que os guardas campestres têm com o serviço policial da administração do concelho e na carístia dos generos alimenticios, votou por unanimidade, o aumento do respectivo ordenado anual em vinte escudos a cada um dos aludidos guardas.

Tambem tomou conhecimento do seguinte expediente:

Oficio circular numero desoito, da terceira repartição do Governo Civil de Lisboa, com data de vinte e um de Desembro findo, recomendando a exacta observancia das disposições dos artigos quarenta e sete, cincoenta, cincoenta e três, cincoenta e seis e cincoenta e sete da sexta parte do regulamento geral do serviço do exercito, aprovado por decreto de seis de junho de mil novecentos e catorse._ Inteirada

Oficio numero nove, datado de trinta e um de Desembro ultimo, da Junta de Paroquia desta vila, dando a sua apro-|^{106v}vuação ao adiconamento feito ao artigo vinte e oito do Codigo de Posturas._ Inteirada.

Oficio numero trinta e cinco da Direcção da Sociedade I.M.P. n.º, com séde nesta vila, agradecendo a continuação da concessão do subsidio para a iluminação dos Cursos nocturnos a cargo daquela sociedade. Inteirada.

Oficio datado de três do corrente, do vereador desta Camara, José Narciso, pedindo, por afazeres profissionais, a demissão do cargo de vogal da Comissão Executiva, cujo mandato depõe desde hoje e que lhe seja relevada a sua falta a esta sessão, que foi motivada por afazeres de sua casa._ A Camara ficando inteirada, deliberou por unanimidade relevar a falta e conceder a demissão pedida pelo referido vereador, deliberando mais proceder á eleição de dois membros para a Comissão Executiva que substituam este vereador e o vereador João Marques, que foi eleito presidente desta mesma Camara. E assim proceder-se á organização das respectivas listas, tendo previamente nomeado escrutinadores os mesmos que serviram na eleição da mesa desta Camara. Lançadas as listas em uma urna, verificou-se pelo escrutinio, terem sido votados para

Vogais efectivos:

José António Custódio Neves, com 9 votos.

Antonio Vieira Junior, com 6 votos

|¹⁰⁷ Antonio Rodrigo de Carvalho, com tres votos

Pedro Marques de Carvalho, Joaquim José Bordalo, Antonio Maria da Silva e Silvano Marcelino, com um voto cada um.

Em vista desta eleição ficaram eleitos, por maioria, para a vaga dos vogais João Marques e José Narciso os seguintes:

Vogais efectivos:

Antonio Vieira Junior

José Antonio Custodio Neves.

Como porem, estes dois cidadãos fossem actualmente vogais substitutos da Comissão Executiva, procedeu a Camara, com as mesmas formalidades, á eleição de dois vogais substitutos sendo votados para

Vogais substitutos:

Antonio Maria da Silva e
Silvano Marcelino

Requerimento de Francisco Pedro de Carvalho, desta vila, que é do teor do seguinte:

“A Ex^{ma} Camara Municipal do Concelho da Lourinhã = Francisco Pedro de Carvalho, morador na Lourinhã, foi nomeado em sessão de 2 de Janeiro de 1915, para membro da Comissão a que alude o artigo 158º do Codigo da Constituição Predial, afim de prestar serviço |^{107v} no mesmo ano, não tendo sido convidado para prestar qualquer serviço nesse sentido, junto da mesma Comissão, e sendo certo que se fêz serviço de avaliação sem o requerente ser ouvido, vem perante a Ex^{ma} Camara protestar contra tal facto e que disso se dê conhecimento ás entidades competentes._
Lourinhã Três de Janeiro de 1916. (a) Francisco Pedro de Carvalho,,

Terminada a leitura deste requerimento e tendo o vereador Pedro Marques de Carvalho, com previa permissão, saído da sala, o vereador Custodio Neves, apresentou e leu a seguinte:

Proposta:

“ Atendendo que na ultima sessão ordinaria do Senado, foi substituído o perito avaliador da Camara, Sr. Francisco Pedro pelo Sr. João Verissimo.

Considerando que esta substituição alem de aprovar descabidamente o referido cidadão, foi injustificad, porquancoo cidadão Francisco Pedro alem de ser um homem de bem é quem melhor conhece o assunto de avaliações de predios urbanos e rusticos, tendo desde ha muito tempo, sido avaliador ao serviço do Estado e da Justiça, motivo porque o Senado Municipal resolveu nomea-lo seu perito avaliador.

Considerando que é sempre util a reconsideração quando há proposito de reparar a injustiça feita;

A Camara resolve:

1.º Dar de nenhum efeito a substi-|¹⁰⁸tuição votada do seu avaliador Francisco Pedro pelo cidadão João Verissimo.

2.º Colocar de novo o aludido perito no lugar do seu representante nas avaliações a que, por lei, fôr chamado a colaborar.

Sala das sessões em três de Janeiro de 1916

(a) O vereador José Antonio Custodio Neves,,

A Camara, depois da presidencia ter posto á discussão esta proposta, e serem ouvidos directamente os vereadores cada um de per si aprovou por unanimidade a mesma proposta, dando de nenhum efeito a nomeação que fizera em sessão de um Novembro findo e nomeando vogal da Comissão a que se refere o artigo cento cincoenta e oito do Codigo da Contribuição Predial o cidadão Francisco Pedro de Carvalho. Mais deliberou dár desta resolução conhecimento ao Secretario de finanças deste concelho para os fins convenientes.

Entrando na sala o vereador Pedro Marques, foi pelo Visconde de Palma de Almeida, apresentado e lido o seguinte projecto de

Postura

Artigo 1.º _ Não é permitido a criação ou detenção por qualquer titulo e fórmula, de gado lanigero e caprino nos limites da freguesia da Lourinhã, deste concelho, sem prévia licença da Camara.

§ 1.º_ Quem pretender essa concessão apresentará, com o respectivo requerimento, uma descrição das pastagens aradas ou naturais que póde dedicar á pas-^{108v}tagem do gado, não podendo nunca ter uma superfície inferior a um metro quadrado por cabeça a apascentar.

§ 2.º_ Essa descrição póde referir-se a terrenos proprios ou alheios, com tanto que se mostre documentalmente a proveniencia da respectiva posse; bastando para os alheios, alem de arrendamento, a concessão escrita do proprietário com a assinatura reconhecida, se não fôr conhecida na secretaria da Camara.

§ 3.º_ A penalidade correspondente á falta de licença é de 4\$00 e sucessivamente o dobro pelas reincidências sobre a primitiva bási; e a de \$10 por cada cabeça de gado, alem do numero referido na licença, com exéção das crías até um ano, que, após este periodo, entrarão em licença reformada requerida pelo creadôr ou detentôr.

§ 4.º_ A criação estabelecida desta especie de gado, é permitida sem restrições.

§ 5.º_ As reincidencias superiores a três determinam, ipso facto, sem dependencia de nova deliberação camarária a cassação da licença.

§ 6.º _ Considera-se transgressão desta postura para o efeito de ser punida com sansão do artigo 1.º, a apresentação e permanencia do gado fóra dos locais indicados na licença, a não ser em transito para eles.

Fica por esta fórmula restabelecida a doutrina do artigo 146.º do Codigo de Posturas desta Camara, com as modifica-¹⁰⁹ções da presente postura.

O apresentante do projecto á maneira que ia lendo fazia a explicação da sua maneira de vêr sobre o assunto, terminando por pedir á Camara que posesse de parte a consideração que porventura tivesse por ele, não aprovando tal projecto já, mas sim estudando-o devidamente e discutindo-o em outra sessão onde o aprovaria com ou sem alterações.

O presidente da Camara agradeceu ao apresentante a sua valiosa cooperação sobre este melindroso assunto agradecimento que igualmente fazia em nome da Camara e que o apresentante agradeceu, ficando auctorizada a presidencia a designar dia para a nova sessão ordinaria deste trimestre nos termos da lei numero quatrocentos quarenta e seis, onde será discutida esta postura.

Entrando-se novamente na discussão da ultima parte do assunto do requerimento de Francisco Pedro de Carvalho, em que pede se dê conhecimento á estação superior das irregularidades apontadas no mesmo requerimento, estabeleceu-se discussão entre os vereadores Custodio Neves e Nascimento Neves, sendo este de opinião que a reintegração do requerente no lugar de membro da Comissão avaliadora devia considerar-se morta a questão e aquele de opinião contrária, pois via com a exclusão feita do louvado da Camara dos serviços das ava-^{109v}liações, uma desconsideração a esta mesma Camara pelo que esta deve fazer chegar superiormente o conhecimento destes abusos, e ainda do vereador ter dado conhecimento de que o que o motivára alguém ter pedido ao vereador Almeida para propôr a substituição do requerente pelo cidadão João Verissimo, fôra o aludido requerente ter-se recusado, e muito bem, a ir só proceder á avaliação de um prédio, serviço este que o Secretario de Finanças recomendara ao aludido Francisco Pedro e a cuja execução este se negára terminantemente ir só fase-la, foi posta á discussão da Camara pela presidencia, as opiniões dos vereadores Custodio Neves e nascimento Neves, sendo a daquelle aprovada por maioria.

Os vereadores que aprovaram foram: Joaquim Correia Caldeira, Antonio Maria da Silva, Silvano Marcelino, Antonio Henriques Delgado e Augusto dos Santos Picão; e

os que concordaram com a opinião do vereador Nascimento Veves, foram o presidente, e os vereadores Antonio Vieira Junior e Antonio Rodrigo de Carvalho.

Em tempo declara-se que enquanto se tratou deste assunto, o vereador Pedro Marques de Carvalho, estivera ausente da sala.

Por ultimo auctorisou os os pagamentos das dividas passivas aos funcionários municipais e administrativos, provenientes dos seus vencimentos; auctorizando mais os pagamentos mensal-¹¹⁰mente até ao fim do corrente ano, dos vencimentos, salarios e gratificações. Mais auctorisou o pagamento do expediente da Camara, e das comissões de jurados e militar; resto da construção da ponte de Santo André; reparos das bombas; ditos da escola; mesa para o tribunal; medicamentos para expostos; e um deposito em ferro zincado para escola; e tomando conhecimento de uma carta particular enviada ao vereador Picão, deliberou solicitar da Comissão Central da Execução da Lei da Separação, a titulo de arrendamento, a casa que pertenceu á Capela da Senhora da Guia da Atalaia de Cima, para ali funcionar uma escola moveel que consta vai ser creada no Centro Escolar Republicano da Atalaia, ficando este centro responsável a entrar nos cofres da Camara com a importancia da renda que esta pagar áquela Comissão Central.

Não havendo mais assunto algum a tratar foi encerrada a sessão e em nome da lei, pelo presidente, lavrando-se para constar, esta acta que vais ser devidamente assinada. E eu digo Central.

Ainda antes de ser encerrada a sessão, foram apresentadas as

Contas da gerência de 1915, acompanhadas dos orçamentos, livros e respectivos documentos de despesa devidamente classificados, contas veem confeccionadas de perfeita harmonia com as determinações dos artigos setenta e quatro ^{110v} e cinco, paragrafo primeiro numeros um a cinco; numeros um a quatro do paragrafo segundo; _ e paragrafo terceiro e com todos os documentos exigidos pelos numeros um a seis do paragrafo quarto do mesmo artigo setenta e cinco._ A Camara tendo examinado a maneira clara e bem feita das referidas contas deliberou dar cumprimento ao determinado nos artigos setenta e dois e setenta e três da referida lei, nomeando os seguintes vereadores encarregados de, em Comissão, examinarem as referidas contas e toda a escrituração respectiva: José do Nascimento Neves_ Antonio Rodrigo de Carvalho e Pedro Marques de Carvalho, que darão em uma das proximas sessões o seu parecer por escrito sobre as mesmas contas.

Não havendo mais assunto algum a tratar o presidente, em nome da Lei, encerrou a sessão, sendo, para constar lavrada esta acta que vai ser devidamente assinada. E eu José do Nascimento Neves, secretario a subscrevi.

João Maria da Silva Marques

Antonio Maria da Silva

Antonio Rodrigo de Carvalho

Antonio Vieira Junior

Augusto dos Santos Picão

Joaquim Correia Caldeira

José Antonio Custódio Neves

Pedro Marques de Carvalho

Silvano Marcelino

António Henriques Delgado

José do Nascimento Neves

|¹¹¹ Sessão Extraordinaria de 1 de Fevereiro de 1916

Ao Primeiro dia do mês de Fevereiro de mil novecentos e desaseis, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala de sessões camararias compareceram para sessão extraordinaria, o presidente da Camara Municipal deste concelho, José Maria da Silva Marques, os vereadores efectivos Antonio Rodrigo de Carvalho, Antonio Vieira Junior, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custódio Neves, José do Nascimento Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho, e o substituto em exercicio Antonio Henriques Delgado, faltando os vereadores efectivos Antonio Maria da Silva, Augusto dos Santos Picão, Alfredo Manuel Candeira, Francisco Maria Pereira Marques, Joaquim José Bordalo, José Narciso e Silvano Marcelino, todos previamente convocados, o presidente em nome da lei abriu a sessão e expôs os fins desta que são constantes da respectiva convocação.

Lida a acta da sessão anterior que foi aprovada sem alteração alguma, foi presente e lido o seguinte expediente digo alguma passou a Camara a tratar dos seguintes assuntos:

1.º_ Oficio numero mil dusesentos e quatro, com data de desoito de janeiro ultimo, do Inspector Escolar do circulo |^{111v} de Torres Vedras, recrutando o processo do concurso para o provimento da escola do sexo feminino do Reguengo Grande, acompanhado da respectiva proposta graduada._ A Camara tendo em vista as leis que regulam o assunto nomeou, nos termos do artigo quinse da lei numero quatrocentos vinte e quatro de onse de Setembro de mil novecentos e quinse, nomeou a unica concorrente classificada Amelia Afonso de Sousa, professora temporaria para a escola do sexo feminino do Reguengo Grande, fasendo-se a respectiva comunicação ao Inspector Escolar e publicando-se a nomeação no Diario do Governo.

2.º_ Requerimento do Dr. José Henriques Palma de Almeida, (Visconde de Palma de Almeida) casado, proprietario, residente neta vila, pedindo a cedencia no cemitério municipal desta vila, de sete metros e trinta e oito decímetros quadrados de terreno, para a construção de um jazigo, conforme planta que junta._ deferido nos termos legais, ficando o presidente da Comissão Executiva a representar esta Camara na factura da respectiva escritura.

3.º_ Requerimento de José Augusto Anastacio, das Fontelas, pedindo licença para construir um muro para vedação de seu predio no mesmo logar e da parte confinante com a via publica e auctorisação para de-|¹¹²positar na mesma os materiais na mesma rua._ A Camara tendo sido informada que não há necessidade de alterar o primeiro alinhamento, concedeu a licença pedida.

4.º_ Requerimento de João Fontoura Madureira, desta vila, solicitando licença para depositar no largo da Nora e junto ao muro do quintal, de D. Maria dos Anjos Almeida Lopes, uma porção de pedra que destina a uma obra que pretende fazer em seu prédio._ Concedida.

5.º_ Oficio da Redação do Jornal – O Seculo Agricola – rogando a coadjuvação desta Camara para execussão neste concelho da “Festa Nacional da Arvore”._ A Camara deliberou por unanimidade dar todo o seu apoio a esta patriotica festa e convidar o professorado deste concelho a que nas suas escolas realizarem a festa da Arvore, encarregando a sua Comissão Executiva de a representar e auxiliar a mesma festa.

6.º_ Não sendo no regime de liberdade em que actualmente felizmente vivemos toleravel que esta Camara Municipal esteja sujeita, para receber os seus rendimentos e efectuar as suas despesas, á tutela da secretaria de finanças, como desde ha anos vem sucedendo neste concelho, serviço este que, alem de fazer |^{112v} perder a

autonomia dada ao municipio pela Constituição da Republica e pela lei administrativa de sete de Agosto de mil novecentos e treze, prejudica a escrituração da contabilidade municipal que fica subordinada á daquela repartição, e ainda a bem da comodidade dos contribuintes que pagam os seus impostos municipais em uma repartição dentro do edificio dos Paços do concelho, onde funciona a secretaria da Camara, o presidente propoz e a Camara por unanimidade aprovou, deliberando provêr por concurso o lugar de tesoureiro privativo deste municipio, cargo que vem sendo exercido pelo tesoureiro da Fazenda Publica desde ha anos, sendo a remuneração anual de dois por cento sobre a receita que arrecadar, nos termos do artigo terceiro da lei numero quatrocentos vinte e sete e fixando a caução que o nomeado tem de prestar em quinhentos escudos. O respectivo concurso que abriu, será publicado no Diario do Governo e no jornal o Seculo.

7.º_ Seguidamente passou a Camara a discutir a postura que em sessão de três de Janeiro ultimo foi elaborada, a seu convite, pelo Dr. José Henriques Palma de Almeida, sobre a criação e detenção de gado caprino e lanigero na freguesia da Lourinhã, postura que consta da acta |¹¹³ da referida sessão de três de Janeiro.

Terminada a discussão da referida postura na qual entrou o auctor do projecto, o já mencionado Dr. José Henriques Palma de Almeida, ficou a mesma postura, em ultima redacção, assim organizada:

Postura

Artigo 1.º_ Não é permitida a criação ou detenção por qualquer titulo e fórma, de gado lanigero e caprino nos limites da freguesia da Lourinhã, deste concelho, sem prévia licença da Camara Municipal.

§ 1.º_ Quem pretender essa concessão apresentará com o respectivo requerimento, uma descrição das pastagens arádas ou naturaes que póde dedicar á pastagem de gado, não podendo nunca oferecer uma superfície inferior a dés metros quadrados por cabeça a apascentar.

§ 2.º_ Essa descrição póde referir-se a terrenos proprios ou alheios, com tanto que se mostre documentalmente a proveniencia da respectiva posse; bastando para os alheios alem do arrendamento, a concessão escrita do proprietário com a assinatura reconhecida, se não fôr conhecida na Secretaria da Camara.

§ 3.º_ A penalidade correspondente á falta de licença é de 4\$00 e sucessivamente o dobro pelas reincidencias sobre a primitiva base; |^{113v} e a de \$10 por cada cabeça de gado alem do numero referido na licença; com exceção das crias até um ano, que após este periodo, entrarão em licença reformada e requerida pelo creador ou detentor.

§ 4.º_ A criação ou detenção estabeláda desta especie de gado, é permitida sem restrições.

§ 5.º_ As reincidencias superiores a três determinam ipso facto sem dependencia de nova deliberação camararia a cassação da licença.

§ 6.º_ Considera-se transgressão desta postura para o facto de ser punida coma sanção do artigo primeiro, a apascentação e permanência do gado fóra dos locais indicados na licença, a não ser em transito para elas.

§ 7.º_ Será punido com a pena indicada no § 3.º desta postura:

a) O dono do gado que não tiver recolhido nos respectivos curraes ou arribanas de pernoitar apos o sol posto em qualquer estação do ano e que saia com ele antes do nascer do sol.

b) O que em cada grupo de dés cabeças não traga pelo menos uma chocalhada com timbre audível em continuo funcionamento.

Mais deliberou ouvir, como determina o artigo noventa e seis da lei numero oitenta e oito de sete |¹¹⁴ de Agosto de mil novecentos e treze e para os fins deste artigo, as Juntas de Paroquia, e que esta postura entre em vigor oito dias depois de publicada.

8.^o _ Oficio circular da Camara Municipal de Aljezur, com data de desanove de Janeiro ultimo, subentendo á apreciação desta Camara a representação, que por copia envia, dirigida á Camara dos Deputados, alvitando: que no novo Codigo Administrativo sejam suprimidas as administrações dos concelhos, obrigando-se os corpos administrativos a preencher as vagas com os adidos do respectivo districto; que todos os empregados administrativos sejam obrigados ao desconto para a Caixa de aposentações; e que a subsistirem as administrações do concelho os respectivos empregados os empregados sejam pagos pelo cofre do Estado.

A Camara não concordando com esta ordem de ideias deliberou por unanimidade não aderir ao convite.

9.^o _ Oficio circular da Camara Municipal de Obidos, com data de catorze de Janeiro deste ano, enviando copia da representação que dirigiu aos presidentes das Camaras dos Deputados e Senadores, pedindo-lhes a aprovação e promulgação de uma lei que auctorisasse as Camaras Municipais a procederem á |^{114v} cobrança coerciva de todos os seus rendimentos, por lhe parecer esta a forma mais rapida e regular de arrecadar seus rendimentos e pedindo a esta Camara para representar no mesmo sentido._ A Camara concordando em absoluto com o assunto desta representação, deliberou por unanimidade aderir ao movimento iniciado pelo seu congenere de Obidos, representando no mesmo sentido.

10.^o _ Oficio da Junta de Paroquia da Freguesia de Reguengo Grande, com data de vinte e tres de janeiro findo comunicando haver descontentamento entre os moradores daquele lugar, sobre a primitiva colocação de alguns candieiros da iluminação publica do mesmo lugar, por não satisfazerem cabalmente ao fim para que foram colocados e pedindo auctorisação para, de conta com o seu cofre, faserem a mudança para outros locais, conforme o desejo da maioria dos referidos habitantes._ Posta pelo presidente á discussão da Camara o assunto deste oficio declarando previamente desinteressar-se dele por diser respeito á sua terra natal, foi resolvido, depois de acalorada discussão e do vereador José do Nascimento Neves dizer que receia que, a ser atendido o pedido, haja qualquer discordia entre |¹¹⁵ os proprietarios dos predios onde estão colocados os candieiros e aqueles onde os mesmos sejam colocados, atender o pedido, fazendo-se contudo sentir á junta de paroquia que proceda com a maxima imparcialidade na execução deste serviço, a fim de evitar descontentamentos e reclamações futuras.

11.^o _ Requerimento dos povos de Atalaia de baixo, Atalaia de Cima, Montoito e Areia Branca, assinado por vinte e dois cidadãos e apresentado por uma Comissão composta de mais de cinquenta individuos que é do teôr seguinte: “Ex^{mos} Srs. Presidente e Vereadores da Camara Municipal do concelho de Lourinhã = Resolveu essa Excelentissima Camara em sessão de três de Janeiro corrente solicitar da Comissão Central de Execussão da Lei da Separação, titulo de arrendamento a cedencia da casa chamada da “Senhora da Guia” na Atalaia de Cima, para nela ser instalada uma escola movel ou aula nocturna. Contra essa resolução vêm os abaixo assinados, respectivamente, representar perante Vossas Excelencias, em nome da quasi totalidade dos habitantes das Atalaias, visto que ela vem contrarias os desejos e o justo interesse das referidas populações. O que se pretende desde há muito tempo, com toda a |^{115v} a rasão, não é, apenas, uma aula nocturna ou escola móvel que pouco tempo permanece no mesmo lugar, mas uma escola oficial mixta onde possam

aprender a lêr e a escrever a maior parte das creanças de ambos os sexos d'ora avante. = Uma aula nocturna aproveita apenas a alguns adultos e isso só durante os poucos meses d'inverno, pois que depois de Março já ninguém concorrerá a éla, como é facil de supôr. O que as Atalaia têm direito é a uma escola permanente, ofocial e mixta, dirigida por professora devidamente habilitada que possa impôr-se ao respeito dos alunos e consideração de suas familias e que não faça da aula um motivo ou protesto de politica partidária.= A escola mixta, situada na Atalaia de Cima servirá, alem deste lugar, os de Atalaia de Baixo, Montoito, Casais da Cabaceira e, possivelmente Areia Branca.= Estas povoações teem oitenta e oito Creanças, de idade escolar, do sexo feminino e setenta e uma do sexo masculino. Ao todo, pois, cento cinquenta e nove creanças. Dedusindo as vinte a trinta creanças de Areia Branca, supondo que preferem vir á aula da Lourinhã, ficam ainda cento vinte e nove creanças de idade escolar, a grande maioria |¹¹⁶ das quais continuam impossibilitadas de receber a instrução de primeiras letras ao menos, e a educação reconhecidas hoje absolutamente necessarias.= julgam os signatarios não ser preciso crear nova escola, bastando que se peça ao governo a transferencia da que foi creada em Marquiteira – cujo decreto ficou sem efeito por falta de edificio escolar – para a Atalaia e a cedencia da casa da Senhora da Guia para a sua instalação. = Póde essa casa precisar alguns reparos? A grande necessidade que os povos de Atalaia e visinhos teem desse melhor aumento levam os signatarios a prometer, á Excelentissima Camara, algum auxilio, em dinheiro, facilitando assim a adaptação da casa. = Excelentissimos Senhores Presidente e Vereadores, veem vossas excelencias que é justificadissimo o grande desejo que tem o povo, representado pelos signatarios do melhoramento que estamos reclamando. Certos de que essa Excelentissima Camara tem, principalmente em vista, atender aos desejos do povo, quando representem uma verdadeira necessidade publica nos limites do possível, fasendo assim boa e honrada administração, confiamos que a nossa pretensão seja deferida por Vossas Excelencias, em cujas mãos a deixamos, devendo, pois, ser modifica-|¹¹⁶da, a bem da justiça e da vontade das populações que representamos, a resolução tomada por vossas Excelencias sobre o assunto.= Atalaia, vinte e oito de Janeiro de mil novecentos e desaseis = Manuel Correia Caxaria = Manuel Vicente = Manuel Rolim Junior = José Mateus = Manuel da Fonseca Junior = Joaquim Luis Marques = José Francisco Mendonça = Manuel Filipe Mendes = Abel Mateus = Joaquim Maria = Antonio Baltazar = Antonio da Cruz Junior = José da Silva = Manuel Quiterio Junior = Manuel Quiterio Junior = Carlos Carôlo = José Maria Carôlo = Francisco Felix = João Severino = Manuel Mateus = Manuel da Cruz = João José de Carvalho.,,

Terminada a leitura o presidente da Camara impôs a rasão que assiste aos povos destes logares em pedir a criação de uma escola mixta em substituição de uma escola movel, que particularmente consta vai ser criada no lugar da Atalaia, pois que servindo esta escola para a educação de adultos, aquela serve para a educação das creanças que hão de ser os homens de amanhã. A escola movel póde aproveitar a vinte ou trinta adultos, enquanto que a mixta aproveita a perto de dusetas creanças!

Aprovou a deliberação tomada em sessão de três de Janeiro pedindo á Comissão de Execução da Lei da Se-|¹¹⁷paração a cedência, o titulo de arrendamento, para nela funcionar a suposta escola movel, porque ignorava a vontade dos habitantes dos mesmos logares, ácerca do funcionamento de uma escola mixta e assim é de opinião que tal deliberação seja modificada no sentido da cedencia da aludida casa, não para o curso móvel, mas sim para a escola mixta que acaba de ser reclamada. Assim põe á discussão da Camara a representação que acabou de ser lida.

O vereador José do Nascimento Neves pedindo a palavra, que lhe foi concedida, disse concordar com o conteúdo do pedido, excepto da parte que se refere á mudança da escola da Marquiteira para a Atalaia. É louvavel, muito louvavel até, o desejo dos reclamantes e muito justa a sua petição, mas a mudança reclamada vai ferir direitos já adquiridos pelos povos da Marquiteira e logares circunvisinhos. Esta escola, que ainda não funciona por falta de casa propria, póde amanhã começar a funcionar por ser construido o respectivo edificio; e se a sua séde fôr transferida para a Atalaia, perde tal direito.

Além disto a escola da Atalaia de nada serve aos habitantes da Marquiteira e logares circunvisinhos e vice-versa, devido á distancia qui-|^{117v}lometrica ser superior á que obriga á freguesia.

Proceda-se á criação da escola reclamada, por ser de toda a vantagem para a instrução dos analfabetos, mas mantenha-se a escola creada na Marquiteira.

Generalizada a discussão, por vezes acalorada, o presidente propôs que fosse dada de nenhum efeito a deliberação tomada em três de Janeiro findo, sobre o pedido da casa da Senhora da Guia para o curso movel, pedido que será feito para a escola mixta, e que se solicite, nos termos do regulamento aprovado por decreto numero cento trinta e quatro de quinse de Setembro de mil novecentos e treze, do Excelentissimo Ministro da instrução Publica, a criação da aludida escola, de harmonia com o artigo oitavo do mesmo regulamento.- A Camara, aprovando a proposta do seu presidente, deliberou representar ao mesmo Excelentissimo Ministro impetrando a criação de uma escola mixta com sede no logar da Atalaia de Cima, responsabilizando-se pelo fornecimento de casa para escola e habitação da professora e da respectiva mobilia e material escolar.

Mais deliberou dar de nenhum efeito a resolução sobre o pedido de arrendamento da casa denominada da “Senhora da Guia” para a escola movel, substituindo tal resolução |¹¹⁸ pelo pedido a fazer á Comissão Central de Execução da lei da Separação, da aludida casa para a escola, cuja criação foi hoje reclamada, e para habitação da respectiva professora.

Ainda deliberou não atender o pedido da mudança da séde da escola da Marquiteira para a Atalaia.

12.º_ Tambem tomou conhecimento do officio numero dés, datado de vinte e nove digo de sete de Janeiro ultimo da Junta de Paroquia da Moita dos Ferreiros, comunicando não aprovar a deliberação desta Camarade de vinte e sete de Desembro findo, sobre a modificação do artigo vinte e oito do Codigo de Posturas; e do officio numero tresentos de desoito, de dôse do referido mês de Janeiro, do chefe da Terceira repartição da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, comunicando que por despacho do respectivo Director Geral, foi reconhecido que as avaliações de predios neste concelho teem sido feitas com as formalidades e nos termos legais pelo que não rasão de ser a queixa apresentada em sessão desta Camara de três de Janeiro ultimo.

13.º_ Por ultimo procedeu-se á leitura do officio numero nove, com data de 24 de Janeiro deste ano, do secretario de finanças deste concelho, mostrando não haver rasão para a queixa apresentada na já |^{118v} referida sessão de três de Janeiro, pelo cidadão Francisco Pedro de Carvalho, e quão injusta foi a deliberação desta Camara sobre a apreciação da mesma queixa.

Terminada a leitura o presidente ia para submeter á discussão da Camara o assunto deste officio, mas como vereador Pedro Marques de Carvalho se ausentasse da sala não voltando a ela, pelo que ficou a Camara sem numero legal de vereadores,

para poder funcionar, o mesmo presidente encerrou, em nome da lei, a sessão, sendo, para constar, lavrada esta acta que vai ser devidamente assinada. E eu Pedro Marques de Carvalho vice secretario que a subscrevi e ressalvo a rasura da palavra Carvalho _ Vice

João Maria da Silva Marques
António Rodrigo de Carvalho
Antonio Vieira Junior
Joaquim Correia Caldeira
José Antonio Custódio Neves
José da Silva Henriques Cordeiro
Pedro Marques de Carvalho
Antonio Henriques Delgado

|¹¹⁹**Sessão ordinaria de 1 de Abril**

Ao primeiro dia do mês de Abril de mil novecentos e desaseis, nesta vila da Lourinhã, nos Paços do Concelho e na sala de sessões Camararias, reuniram-se para sessão ordinaria, o presidente da Camara Municipal deste mesmo concelho, João Maria da Silva Marques, os vereadores efectivos Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custodio Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho, e Silvano Marcelino e o vereador substituto em exercicio Antonio Henriques Delgado, faltando os vereadores Alfredo Manuel Candeira, Antonio Maria da Silva, Joaquim José Bordalo, Antonio Vieira Junior, José Narciso, José do Nascimento Neves e Francisco Maria Pereira Marques, o presidente, em nome da lei, abriu a sessão.

Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada sem alteração alguma e assinada, sendo presente e lido o seguinte expediente:

Officio numero dés, com data de vinte e nove de Fevereiro ultimo, da Junta de Paroquia da freguesia desta vila, comunicando que dá a sua aprovação ás deliberações desta Camara tomadas em sessão de um do dito mês de Fevereiro sobre a postura relativa á criação e apascentamento do gado Caprino e lanigero e |^{119v} sobre o pedido da criação de uma escola mixta na Atalaia de Cima._ Inteirada.

Officio de trinta de Março ultimo de Francisco Maria Pereira Marques, vereador desta Camara Municipal pedindo, pelos muitos afaseres profissionais não lhe permitirem poder comparecer ás sessões Camararias, licença ilimitada._ Concedida chamando-se para a respectiva vaga o vereador substituto respectivo, assim como tambem será chamado para a vaga do vereador Joaquim Henriques Costa de Almeida, enquanto estiver exercendo o cargo de Administrador do concelho, o vereador substituto competente.

Officio circular do Presidente da Comissão Directora dos Hospitais Civis de Lisboa, dando instruções para as formalidades a cumprir como relação á entrada de doentes pobres deste concelho nos mesmos hospitais._ A Camara ficando inteirada deliberou enviar copia desta circular aos facultativos municipais.

Officio da Camara Municipal de Lisboa comunicando que concedera casa para a instalação do Instituto do Professorado Primario Oficial Português destinado a proteger e educar as órfãs e filhas dos respectivos professores bem como agua, gas e o subsidio mensal de dés cen |¹²⁰ tavos por cada professor oficial das escolas primarias a cargo daquela corporação e pedindo a esta Camara que secundando o seu esforço, concorra com qualquer subsidio para auxiliar a educação das filhas dos humildes pioneiros dos progressos da Civilização._ A Camara ficando inteirada, resolveu

comunicar á sua congénere de Lisboa, que, devido ao precário estado das finanças municipais, não pôde presentemente, auxiliar tão simpática instituição.

Ofício circular com data de desaseis de Fevereiro findo, do Governo Civil de Lisboa, recomendando o cumprimento da lei na remessa aquele Governo Civil, dos resumos das actas das sessões desta Camara._ Esta ficou inteirada não só do conteúdo desta circular como da informação que lhe fôra dada de que tem sido cumprida esta formalidade deste a chegada á secretaria desta mesma Camara, da circular numero cento e onse, do Ministério do Interior, datada de vinte de Julho de mil novecentos e catorze.

Ofício datado de desaseis de Março deste ano, da Direcção Geral das Contribuições e Impostos participando que já haviam sido dadas as competentes ordens para que o secretario de Finanças deste concelho desse posse ao vogal ultimamente nomeado por esta Camara para a Comissão |^{120v} permanente de avaliação predial._ Inteirada.

Ofício numero vinte e quatro, com data de trinta do corrente, do secretario de finanças deste concelho, requisitando três cadeiras de braços para a sua repartição._ Mandou-se fornecer.

Ofício numero vinte e cinco do mesmo funcionário, rogando lhe seja comunicado o que esta Camara resolveu ácerca do assunto de que trata o ofício deste referido funcionario de vinte e quatro de Janeiro preterito._ Para resolver no final da sessão.

Ofício deste dito funcionario, com igual data de trinta de Março, remetendo um dos exemplares do Termo de transição de documentos e valores pertencentes a esta Camara, que estavam em poder do tesoureiro da fazenda publica que acumulava funções de Tesoureiro desta mesma Camara e que passaram por balanço, para o Tesoureiro privativo desta corporação._ Inteirada.

Memorial assinado por vinte moleiros deste concelho, pedindo lhes seja permitido colocarem nos seus moinhos de vento buzios destinados ao aviso dos transeuntes e a prevenção destes moleiros quando se acharem ausentes dos seus moinhos, de que o vento mudára. Nesta altura o vereador José Antonio Custodio Neves, apresentou e leu ao seguinte |¹²¹ proposta de

Postura

Nos moinhos de vento deste concelho é permitido o uso de buzios; porem nos que fiquem á distancia inferior a 100 metros das povoações, ser-lhes-ha proibido tal uso, quando haja nas mesmas povoações doença grave, precedendo prêvio aviso da auctoridade administrativa ao dono ou donos dos moinhos para tirarem os buzios no praso de 24 horas, sob pena de 2\$00 de multa.

§ único._ Não são compreendidos nas disposições deste artigo os moinhos de vento proximos desta vila da Lourinhã nos quais os seus donos só poderão colocar, em cada um, um pequeno buzio chamado vulgarmente Jarrinha, o qual será tirado imediatamente ao aviso da respectiva auctoridade administrativa, quando haja queixas dos habitantes desta mesma vila, sob a multa cominada neste artigo.

Posta á discussão pelo presidente esta proposta, foi por unanimidade aprovada, deliberando-se dar cumprimento ás disposições do artigo noventa e seis da lei de sete de Agosto de mil novecentos e treze.

O mesmo vereador aproveitando estar no uso da palavra, apresentou outra proposta destinada a acabar coma má interpretação dada pela guarda republicana do posto |^{121v} deste concelho á redacção do paragrafo terceiro do artigo vinte oito do codigo de posturas, multando cidadãos que se acham ao abrigo das disposições do paragrafo segundo do mesmo artigo, e que do teor seguinte:

Proponho que seja eliminado o paragrafo terceiro do artigo vinte e oito do Codigo de Posturas, pois que esta disposição tendo sido mal interpretada pela guarda republicana, tem dado margem a vexames e a reclamações dos municipes.

A Camara igualmente aprovou esta proposta, por unanimidade, cumprindo-se o que determina o já referido artigo noventa e seis, e resolvendo mais que a postura sobre a permissão de búzios, revoga o artigo oitenta e oito do seu Codigo de posturas, que fica substituido pela mesma postura que nesta sessão foi aprovada.

Declarações de Antonio Luis Marques, desta vila e de Manuel Alexandre de Ribamar, comunicando este ter setenta e sete mil e quinhentos metros quadrados de terreno onde exclusivamente apascenta as seis cabeças de gado lanigero que possui e aquele tem aproximadamente duzentos e cinquenta mil metros quadrados de terreno, onde também exclusivamente à pascentado o seu rebanho de gado caprino, composto de |¹²² trinta cabeças, pelo que ambos pedem que nos terrenos da postura de um de Fevereiro perterito, lhes seja concedida a respectiva licença. _ Concedida.

Requerimentos, instruidos com varias auctorizações de proprietarios, de Antonio Ferreira Serralheiro Junior, desta vila, _ Filipe Rocha, do Nadrupe _ Dr. João Catanho Meneses, de Lisboa _ José Justino Correia, do Sobral _ José Jorge Sequeira, do Casal da Murta _ José Maria Sales, do Toxofal de Baixo _ José Rosa, do Sobral, José Verissimo Ferreira, do Toxofal de Baixo e Luis Marques do Seixal, pedindo licença para as suas propriedades e nas dos proprietarios cujas auctorizações juntam, apascentarem o seu gado caprino ou lanigero._ A Camara resolveu delegar na sua Comissão Executiva os poderes para nos termos da postura de um de Fevereiro deste ano, atender os pedidos constantes destes requerimentos e dos que subsequentemente lhe forem presentes.

Requerimentos de Antonio José do Vale, pedindo licença para nas suas propriedades situadas no Casal da Charrua, com a area de duzentos e cinquenta mil metros quadrados e no Casal da Lagoa, com a superfície de cem mil metros quadrados, mandar apascentar cinquenta e quatro cabeças de gado lanigero._ Concedida.

Requerimento de Manuel Vicente |^{122v} Fernandes, da Atalaia de Baixo, solicitando Licença para, nas suas propriedades com a superfície de cem mil metros quadrados e no baldios publicos denominados Banda de Alem e Paralta, no limite das Atalaias, apascentar trinta e quatro cabeças de gado lanigero que possui._ Concedida.

Requerimento de Ricardo Esquivel Teixeira Duarte, solteiro, maior, com o curso de Engenharia Civil, residente em Lisboa, com assinatura reconhecida pelo notario de Lisboa e o sinal publico deste reconhecido pelo notario desta Comarca da Lourinhã, João de Fontoura Madureira que   do t or o seguinte “:_ Excelentissimo senhor presidente a Camara Municipal da Lourinhã = Diz Ricardo Esquivel Teixeira Duarte, solteiro, maior, com o curso de Engenharia Civil, que tendo sido concorrente no concurso ao lugar de tesoureiro desta Ex^{ma} Camara, aberto pelo respectivo edital e anuncios correspondentes, a Ex^{ma} Comissão Executiva, reunida no fim do praso do mesmo concurso, s  admitiu dois dos concorrentes, separando para fóra do concurso os restantes, dando como rasão não terem juntado documento de comportamento moral e civil, passado pela Camara Municipal; sendo um dos excluídos o suplicante que com tanto respeito como certesa de |¹²³ encontrar nesta Ex^{ma} Camara a necessaria justiça, três o presente recurso, pedindo a revogação daquela deliberação e nomeação pelos fundamentos seguintes:

1. _ A Comissão Executiva, recorrida é corpo incompetente para tomar qualquer deliberação sobre nomeação de empregados.

O N.º 8 do artigo 94.º da lei de 7 de Agosto de 1913, expressamente declara que é á Ex.^{ma} Camara Municipal que compete nomear os empregados municipais, suspende-los e demitil-os, nem mesmo podia ser outra coisa, porque as Comissões executivas, como o seu proprio nome está indicando, só servem para administrar e executar as deliberações das respectivas Camaras. É verdade que a Comissão Executiva recorrida, se poderá defender com a disposição do artigo 101.º da mesma lei, que determina que as Comissões Executivas, no intervalo das sessões Camararias, podem exercer as atribuições das Camaras nos assuntos cuja resolução não possa adiar-se sem manifesto prejuizo para a administração Municipal, e cuja importancia não justifique a convocação extraordinaria da Ex.^{ma} Camara.

Esta disposição, porem, não pode ter a mais pequena aplica-|^{123v}ção á hipotese. Em primeiro lugar, assunto não compreende nomeação de um empregado. Em segundo lugar ainda mesmo que a nomeação se podesse considerar um assunto, nunca se poderia diser que a falta dela produzissem para a administração um manifesto prejuizo, porque, tratando-se da nomeação de um tesoureiro do Municipio, e em um, que tem passado toda a sua vida sem ele, não era um interva-lo de poucos dias, que tantos são os que vão do dia da deliberação da Comissão Executiva, até esta reunião da Ex.^{ma} Camara Municipal, que prejudicava a sua administração. Esta rasão seria, pois irrisoria, e só poderia servir para encobrir alguma, que se devesse conservar desconhecida.

Mas, ainda mais, o final do mesmo artigo não se pode desprezar, quando se diz = “e cuja importancia não justifique a convocação extraordinária da Camara”... Pois a nomeação de qualquer empregado, e principalmente de um empregado de tanta confiança, como é o Tesoureiro, se houver urgencia, não justificará a convocação extraordinaria? Então pode afirmar-se que não ha assunto, nem nomeação, nem coisa alguma, que justifique uma convocação extraordinaria. Principalmente, neste caso particular, que o concelho tem vivido sem |¹²⁴ele, e sem ser prejudicado, porque se houvesse prejuizo teria já sido remediado ha muito tempo.

Mas, vamos ao concurso.

O suplicante tratou de verbalmente se informar, pelo Ex.^{mo} secretario desta Camara, quais os documentos que se tornavam indispensaveis para o concurso, e arranjos eles, pelos digo fe-los apresentar na respectiva secretaria.

Entre os documentos, alem do competente certificado do Registo Criminal, foi o atestado passado pela respectiva repartição policial.

É documento valido e admitido em toda a parte e passado por auctoridade competente.

Se a Ex.^{ma} Camara exigia mais ou outro, passado pela Camara, deveria te-lo dito no seu anuncio ou faser o que até o proprio Governo faz, para todos os concursos que abre, como todos diariamente vemos nos jornaes, convidar os concorrentes a juntar que lhes faltam, e até mesmo legalisar algum que apresentaram com essa falta.

Parece que a urgencia da nomeação era mais para prejudicar os concorrentes que foram excluidos, que para evitar os prejuizos do minicipio.

O suplicante apresentou todos os documentos provando o seu curso |^{124v}de Engenharia Civil, e na presença suas habilitações literarias, aonde se devem especialisar a Matematica, Contabilidade e escrituração Comercial, ninguem deixará de confessar que era o primeiro de todos os concorrentes.

O recorrente não pode deixar de notar, que sendo excluido do concurso por não apresentar o seu documento de bom comportamento moral e civil, passando pela Camara Municipal, embora o apresentasse passado por austoridade competente e

legal, conforme a legislação posterior ao decreto de 26 de Dezembro de 1892, que só regularia o concurso se tivesse sido indicado no respectivo edital, fosse proferido e nomeado outro concorrente, que, neste ponto, está em piores circunstancias de que o suplicante, porque o seu documento é passado por esta Ex^{ma} Camara quando o domicilio dele nos últimos tres anos não é neste concelho.

Este concorrente tem sido estudante no liceu de Leiria, portanto não era esta Ex.^{ma} Camara competente para lhe passar tal atestado. Ainda mesmo que se queira diser que o domicilio dos filhos é o dos pais, estes não teem o seu domicilio na Lourinhã ha 3 anos, como exige o decreto de 26 de Dezembro de 1892, como é publico e notorio

|¹²⁵ Em vista pois do exposto e especialmente do que fôr doutamente suprido, espera e confia o recorrente que lhe seja feita a costumada justiça, dando provimento ao presente recurso, anulando-se por ilegal a deliberação da Comissão Executiva, procedendo-se a novo concurso._ Pede a V Ex^a deferimento. (a) Ricardo Esquivel Ferreira Duarte.”

Terminada a leitura o presidente propôs, em vista da importancia do assunto desta reclamação (e não recurso como erradamente se diz no documento que acaba de ser lido) que a mesma seja apreciada, discutida e resolvida em outra sessão ordinaria que a Camara, nos termos da lei numero quatrocentos quarenta e seis, póde designar nesta sessão._ A Camara aprovando a proposta do seu presidente e tendo em vista a faculdade que lhe confere o artigo trinta da lei de sete de Agosto de mil novecentos e trese, deliberou tratar do assunto da reclamação de Ricardo Esquivel Teixeira Duarte na proxima sessão ordinaria que por unanimidade resolveu celebrar no dia desasete do corrente pelas trese horas.

Requerimento documentado com atestados de pobreza e do medico de José Casimiro, solteiro, maior, desta vila, pedindo guia para ser admitido em um dos hospitais civis de |^{125v} Lisboa a fim de ser tratado da doença de que sofre._ Mandou-se passar com as fermalidades indicadas na circular que nos foi apresentada nesta sessão.

Memorial da comissão promotôra da construção da estrada da Atalaia de Baixo á Cabaceira, apresentando o resumo da receita e despesa com as obras da mesma estrada e pedindo o subsidio de vinte um escudos e vinte e sete centavos para cobrir o deficit constante do referido resumo._ A Camara deliberou, em vista de falta de verba orçamental e de receita para a crear, não atender já o pedido, reservando-o para oportunamente, sendo possível, incluir em um dos orçamentos suplementares tal importância.

Requerimento de Carlos Fernando Horta Gama, desta vila, pedindo auctorização para colocar uma grade de madeira sobre a sepultura de seu filho Henrique no cemiterio publico desta vila._ Concedida nos termos legais.

Acto continuo foi presente o orçamento primeiro suplementar ao ordinário deste municipio para o corrente ano, que fôra organizado pela Comissão Executiva desta Camara em sua sessão de vinte e sete de março pretérito. Feita a leitura deste orçamento e subme-|¹²⁶tidas á discussão e votação todas as suas verbas de receita e despesa, foi o mesmo orçamento aprovado por unanimidade deliberando-se a sua exposição durante o praso legal.

Seguidamente concedeu a pedido do vereador Augusto dos Santos Picão, a exoneração deste vereador de vogal efectivo da sua Comissão Executiva, chamando-se para esta vaga o vogal substituto Antonio Rodrigo de Carvalho.

A exoneração foi concedida por maioria, visto que os vereadores Antonio Rodrigo de Carvalho e Pedro Marques de Carvalho, votaram contra.

Imediatamente foram lidas as deliberações que a Comissão Executiva desta Camara tomou no periodo decorrido de um de Fevereiro findo até hoje, deliberações que a Camara depois de ter ficado delas inteirada, aprovou por unanimidade.

Também presente e lida uma carta do fiador do arrematante do fornecimento de carnes verdes de gado bovino para o açougue desta vila, participando que, devido ás circunstancias anormais que o nosso paiz atravessa e á carestia de animais da raça bovina, não póde continuar a fornecer carne pelo preço da arrematação, mas sim pelo preço que a referida carne está sendo vendida em Torres Vedras.

|^{126v} Como o signatário desta carta, Francisco Duarte estivesse presente, passou a Camara a ouvi-lo sobre os motivos da recusa em cumprir não com o contrato porque não é o arrematante, mas com a fiança, declarando o signatário da carta que devido á guerra que nos foi declarada pela Alemanha e á que infelizmente estão envolvidas quasi todas as nações da Europa o preço do gado bovino aumentou muito pelo que está perdendo muito dinheiro e tambem e principalmente se recusa a cumprir o seu contrato porque embora, tivesse assistido á arrematação, ainda não assinou o respectivo auto nem o assina. Mais declarou que o arrematante do fornecimento de carnes, que é seu filho, é menor e por isso sem responsabilidade no contrato._ Generalisada a discussão e ouvido o chefe da secretaria sobre o que motivou o auto não estar ainda assinado pelo fiador, ao que o referido funcionario explicou não ter sido logo assinado nem lavrado o auto apóz a arrematação, por ter o presidente da Comissão Executiva dentão, o vereador Augusto dos Santos Picão, recusado faser entrega do lanço sem ouvir a Comissão de sua presidencia, e combinado com os respectivos arrematante e fiador o aito ser lavrado no domingo |¹²⁷ seguinte ao da arrematação, serviço este que não se fêz por igualmente ter sido combinado pelos mesmos presidente, arrematante e fiador, devido a pressa destes em se ausentar, vir em outro dia assina-lo, no que o mesmo funcionario concordou em vista das boas informações dadas pelo referido presidente sobre a probabilidade do fiador e arrematante, a Camara e principalmente o seu presidente censurando o procedimento incorreto do referido fiador em querer eximir-se ao cumprimento da sua palavra, aproveitando-se da bôa fé e confiança que nele depositaram, tentou por diversas veses demover o aludido fiador do seu proposito, mas como ele se mantivesse na negativa, a Camara por unanimidade deliberou encarregar a sua Comissão Executiva a consultar advogado competente para judicialmente, sendo possivel demandar o arrematante e seu fiador a cumprir o respectivo contracto, cumprindo-se caso o arrematante, a quem vai ouvir sobre as declarações do fiador, se negue ao cumprimento do mesmo contracto não fornecendo carne para o consumo publico, com o que determina o artigo cento e cinco do Codigo de Posturas.

Sendo do conhecimento de todos a falta de milho e o preço exorbitantes que pedem e se está vendendo o pouco |^{127v} milho que existe no concelho, cereal este que é o principal alimento da maior parte da população, a Camara deliberou, por proposta do seu presidente, reclamar dos poderes superiores rapidas e urgentes providencias, sobre a vinda de milho para este mesmo concelho telegrafando-se neste sentido ao Ex^{mo} Presidente do Ministerio.

Também sendo do conhecimento de todos os vexames e dispendio que tem ocasionado a applicação aos transgressores do Codigo de Posturas, do artigo quarto da lei numero tresentos, cuja aclaração esta Camara e sua Comissão Executiva vem reclamando dos poderes publicos, - Camara dos Deputados, Ministro da Justiça e Governador Civil do districto – desde novembro ultimo sem resultado algum, a Camara tendo em vista o interesse dos deus municipales e o que já têm feito algumas Camaras

deste districto, deliberou por proposta do presidente da Comissão Executiva e por unanimidade, que os transgressores paguem voluntariamente as multas respectivas, durante o praso de dés dias a contar do da transgressão, mediante guia passada pela secretaria desta Camara, enviando-se ao poder Judicial os autos dos que forem remissos no pagamento durante este praso.

Por ultimo foi lido um requerimento apresentado pelo requerente |¹²⁸ Lasaro Joaquim Correia, secretario de finanças deste concelho, e com data de hoje, pedindo atestado do que constar acerca do modo como vem desempenhando as funções de seu cargo; se da sua interferencia conciliatoria oficial e particular resultou algum beneficio para o povo e municipio, quando, por virtude de ordem superior foram alteradas as bases da incidencia dos impostos municipais, qual o seu comportamento moral e civil quer como funcionário quer como cidadão; se alguma vês por interferencia nos serviços de escrituração e contabilidade deste municipio, se escedeu por qualquer forma, quer oficial quer particularmente, ou se, pelo contrario, a sua conducta tem sido urbana; e finalmente se foi o suplicante quem procedeu á anulação dos impostos municipais desde mil oitocentos sessenta e sete._ A Camara tomando conhecimento do atestado que a sua Comissão Executiva passou a este funcionario e que consta da acta de seis de Março ultimo, deliberou atestar de igual forma, em deferimento á petição que acabara de ser lida, com a modificação constante da acta da mesma sua Comissão Executiva celebrada em trese do mesmo mês de Março.

Ainda antes de ser encerrada a sessão o vereador José da Silva Henriques Cordeiro, propôs que o guarda do |^{128v} pinhal dos Camarnais fosse substituido pelo cidadão Gabriel Marques, de S. Bartolomeu. Posta á votação esta proposta não pôde ser votada porque tendo o vereador Picão sahido da sala,não ficou numero legal para a Camara funcionar em virtude de que o presidente em nome da lei encerrou a sessão.

De tudo para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. E eu José Antonio Custodio Custodio Neves Vereador servindo de secretario que a subscrevi.

João Maria da Silva Marques
Antonio Rodrigo de Carvalho
Augusto dos Santos Picão
Joaquim Correia Caldeira
José Antonio Custódio Neves
José da Silva Henriques Cordeiro
Pedro Marques de Carvalho
Silvano Marcelino
Antonio Henriques Delgado

Sessão ordinária de 17 de Abril

Aos desasete dias do mês de Abril de mil novecentos e desasseis, nesta vila de Lourinhã, nos paços do concelho e na sala de sessões Camararias compareceram para sessão ordinaria, o presidente da Camara Municipal deste mesmo concelho, João Maria da Silva |¹²⁹ Marques, os vereadores efectivos Antonio Maria da Silva, Antonio Vieira Junior, José Antonio Custodio Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho, e Silvano Marcelino e os substitutos em exercicio Antonio Henriques Delgado e Antonio Emidio da Cruz e Silva, faltando os vereadores efectivos Alfredo Manuel Candeira, Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão,

Joaquim Correia Caldeira, Joaquim José Bordalo, José Narciso e José do Nascimento Neves, foi pelo presidente, em nome da lei, aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada sem alteração alguma e assinada, sendo presente o seguinte expediente:

Telegrama do Ex.^{mo} Presidente do Ministerio, comunicando ter recomendado pedido desta Camara sobre a vinda de milho para este concelho ao respectivo ministro._
Inteirada.

Oficio numero cento setenta e um, de dôse do corrente, da Comissão Central de Subsistencias, comunicando que o pedido feito por esta Camara sobre o abastecimento de milho deve ser feito á Comissão Distrital de Lisboa, nos termos do numero segundo do artigo decimo do Decreto numero dois mil dusetos cincoenta e três, de quatro de Março findo. Nesta altura o presidente informou que, logo que fôra recebido este oficio, telegrafára á Comissão Distrital, reclamando a vinda |^{129v} imediata de cento cinquenta moios de milho para este concelho, não tendo até hoje, recebido resposta alguma. E sendo, como é do conhecimento de todos, indispensavel o aprovisionamento de milho para o consumo publico deste concelho, visto não haver este cereal principal alinh digo principal alimento das classes pobres, propõe em aditamento á deliberação que esta Camara tomára sobre este importante assunto em sua sessão de um do corrente, que esta mesma Camara zelando, como lhe cumpre, os interesses de seus municipios, nomeie uma Comissão que vá tratar directamente com as repartições e entidades competentes a resolução e deferimento immediato do pedido desta Camara._ Esta depois de ter aprovado a proposta do seu presidente, resolveu por indicação do vereador digo por unanimidade de encarregar o Dr. Tiago Sales a ir como seu delegado a Lisboa tratar do mesmo assunto, oficiando-se neste sentido ao referido cidadão.

Oficio com data de catorze de Março ultimo, da Camara Municipal do Porto, participando que os representantes de todos os partidos da Republica naquele concelho, reunidos na respectiva Camara Municipal, afirmaram a sua fidelidade e patriotismo, em face do momento historico que Portugal atravessa, fasendo vo- |¹³⁰ tos porque um govêrno nacional presida aos destinos da Nação. De harmonia, pois, com os votos manifestados na referida reunião, péde para que neste concelho, com qualquer manifestação patriótica seja levantado o espirito publico e estimulado o acendrado amôr pátrio de todos os bons portugueses._ Nesta altura o chefe da secretaria da Camara deu conhecimento de que em dôse do corrente, ao ter-se conhecimento nesta vila da vitoria das armas portuguesas reocupando o Kionga que há bastantes anos nos havia sido usurpado pelos Alemães, mandára hastear a bandeira Nacional nos Paços do Concelho, telegrafára ao Ex.^{mo} Presidente da Republica, - em nome desta Camara – felicitando, na pessoa de Magistrado Superior da Nação, o brilhante feito das armas portuguesas, e de harmonia com a autoridade Administrativa e com a coadjuvação gratuita da filamornica local, realisara-se, na noite daquele dia uma marcha au flambeaux, acompanhada de muito povo que, calorosamente aclamava com vivas ao exercito a Marinha e a Republica, tal feito, queimando-se, por esta ocasião e durante o concerto musical que se efectuou no corêto da Praça da Republica, muitos foguetes. Tambem fôra comunicado que este largo e a fachada dos Paços do Concelho foram iluminados na re- |^{130v} ferida noite._ A Camara concordando com o procedimento do chefe da sua secretaria, que elogiou, auctorizou o pagamento das respectivas despesas, deliberando atender o pedido da sua congenere do Porto.

Ofício circular da Camara Municipal de Lisboa, contendo a Mensagem da mesma Camara aos Municipios da Nação, acerca da declaração de guerra da Alemanha a Portugal e da pretensão que aquela nação, orgulhosa perfida, violadôra de tratados e assassina de povos indefesos, tentou laçar desdenhosamente sobre o pôvo português com o estigma de “vassalo da Inglaterra”, por ter sabido conservar-se fiel á fé jurada._ Inteirada.

Ofício datado de desasete do corrente, do tesoureiro privativo deste municipio pedindo trinta dias de licença para tratar da sua saúde, por estar doente como prova com o respectivo atestado medico, que junta, e indicando para o substituir durante o seu impedimento, o cidadão Alberto Marques de Carvalho, casado, comerciante, desta vila. _ Concedida a licença por unanimidade e aceite a substituição, por maioria, visto que o vereador Pedro Marques de Carvalho é irmão do cidadão proposto.

Requerimento de Antonio Clemente Pedro, arrematante do forne-|¹³¹cimento da iluminação publica desta vila, durante o corrente ano, pedindo em vista da caristia do petroleo, que o preço do seu contracto fosse de quatrocentos e trinta e quatro escudos a quinhentos._ A Camara indeferiu o pedido por não poder atende-lo, mas resolveu que o requerente mostre por documentos legais o que afirma no requerimento para, tendo fundamento, indemnisa-lo dos prejuizos.

Pelo presidente foi de novo apresentado o requerimento de Ricardo Esquivel Teixeira Duarte, solteiro, maior, residente em Lisboa, em recorre para esta Camara Municipal, da deliberação tomada pela Comissão Executiva desta mesma Camara em trese de Março deste ano, que o excluiu do concurso ao lugar de Tesoureiro privativo deste Municipio e consequentemente do seu provimento neste cargo, pelos motivos constantes da acta da sessão desta Camara, celebrada em um do corrente mês.

A Camara tendo em vista a faculdade que lhe confere o numero trinta e um do artigo noventa e quatro da lei administrativa de sete de Agosto de mil novecentos e trese, e

Considerando que pela plataforma desta reclamação parecia que o reclamante apenas se propunha provar que o atestado de bom comportamento moral e civil que apresentou, era |^{131v} documento suficiente para a sua admissão ao concurso; mas vendo-se pelo primeiro fundamento que, como questão prejudicial, alega a incompetencia da Comissão Executiva reclamada para faser nomeação de qualquer dos concorrentes ao concurso, é por aqui que esta Camara tem que começar;

Considerando que na respectiva demonstração se diz que o numero oitavo do artigo noventa e quatro da lei de sete de Agosto de mil novecentos e trese, não sofre duas interpretações, porque só a Camara Municipal póde deliberar sobre a nomeação dos seus empregados; e ainda que, excepcionalmente, a Comissão Executiva possa, quando no intervalo do digo intervalo das sessões da Camara, ocorrer a assunto cuja resolução não possa adiar-se sem manifesto prejuizo para a administração Municipal, e que não tenha importancia para justificar a convocação extraordinaria da mesma Camara, deliberar sobre ele, essa competencia não chega até á nomeação dos empregados;

Considerando que, nesta orientação diz o recurso: Primeiro- Que a nomeação dos empregados Camararios não é dos assuntos a que se refére o artigo cento e um da citada |¹³² lei - Segundo- que a falta dessa nomeação pela Comissão Executiva, não representava prejuizo algum para a administração Municipal – Terceiro – Que o assunto de que se trata justificava, mais que qualquer outro, a convocação extraordinaria da Camara;

Considerando que na explanação destas afirmações, não dá a razão da primeira; quanto à segunda, diz que no curto intervalo que distava do dia da deliberação da Comissão Executiva até à sessão desta Câmara, não podia ocorrer o menor prejuízo, e quanto à terceira que a nomeação de um tesoureiro Municipal é, por si só, um dos assuntos que mais poderia justificar a convocação extraordinária da Câmara, por se tratar de um empregado que pela natureza das suas funções, exige a mais absoluta confiança da corporação;

O que tudo ponderado:

Considerando que o artigo cento e um já referido, dá genericamente às Comissões Executivas das Câmaras Municipais competência para exercer, no intervalo das sessões destas, todas as suas atribuições; e nas exceções constantes do seu parágrafo único não se abrangem as disposições do número oitavo do citado artigo noventa e quatro;

Considerando que as circunstâncias especiais em que as Comissões Executivas das Câmaras Municipais podem exercer as atribuições destas, se resumem a três requisitos cumulativos = ter de se tomar deliberação no intervalo das sessões Camarárias = haver prejuízo em adiantar a deliberação até à nova sessão da Câmara = e ver o assunto da deliberação de importância relativa, que, por isso, não justifique uma convocação extraordinária da Câmara;

Considerando que o parágrafo primeiro do artigo terceiro do Decreto de vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos noventa e dois, fixa o prazo de quinze dias depois de findo o do concurso para o provimento do emprego vago; que o prazo deste concurso terminou em oito de Março preterito; (Diários do Governo- terceira série – números vinte e nove e trinta e um de cinco e oito de Fevereiro deste ano e Jornal “O Seculo” de cinco e seis deste referido mês de Fevereiro) – que a nomeação foi do dia treze e a sessão ordinária desta Câmara, correspondente ao segundo trimestre, teria de ser, como foi em um de Abril corrente, provado fica o primeiro requisito;

Considerando que se a nomeação não tivesse sido feita dentro do prazo de quinze dias, como foi, caducava o concurso, por não poder ser feita fora deste prazo, (artigo terceiro, parágrafo primeiro, do Decreto ^{132v} de vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos noventa e dois) o que causava grave prejuízo para a administração municipal, não só pela abertura de novo concurso, mas também porque no respectivo intervalo deixavam de se auferir as vantagens que determinaram a desanexação da tesouraria privativa da do Estado, e teriam de se inutilizar serviços de contabilidade que a nova orientação determinára, igualmente fica provado o segundo requisito;

Considerando que o concurso é campo aberto e láto para apresentar preferências; e nestas, e só nestas, se devem escudar as nomeações, porquanto se a confiança que deve merecer um tesoureiro à corporação de quem guarda os valores, é requisito essencial para coexistência das duas entidades, é principalmente dos documentos com que a lei lhe manda instruir a pretensão que deve constar a sua seriedade, base dessa confiança, que a Comissão reclamada e esta Câmara presta a todos os concorrentes sem distinção; e assim

Considerando que se a preferência é especialmente documental e só em identidade de prova, se deve exercer a escolha da corporação, não se pôde resultar capital a intervenção da Câmara Municipal ^{133v} no assunto, visto a sua escolha estar adstricta à prova do concurso e ainda

Considerando que se a Comissão Executiva é uma delegação da Câmara, tem, na sua eleição, a prova mais completada confiança desse corpo eleitoral, a sua participação em todos os assuntos como parte integrante dela, e a qualidade de sua

única representante garantem implicitamente a aprovação desta e a forma correcta e legal como resolve os assuntos a seu cargo, provado fica também que o assunto que não tinha tal importância que determinasse uma convocação extraordinária desta Câmara, cae pela base a alegada excepção de incompetência.

Quanto ao concurso queixa-se o reclamante que foi ilegalmente separado dele com o descabido do fundamento de que o documento do seu comportamento moral e civil, não fôra passado pela Câmara Municipal; porém

Considerando que o reclamante apresentou o atestado de que se trata, passado pelo regedor da paróquia civil de Arroios, que não é autoridade policial a que a lei se refere, e que, no caso, devia ser o administrador do segundo Bairro de Lisboa;

|¹³⁴ Considerando que o reclamante não juntou idêntico atestado passado pela Câmara Municipal, como é de lei;

Considerando que sendo a lei administrativa de interpretações restricta, só o que ela exige tem de ser cumprido e, por isso, o reclamante não juntando, como não juntou, ao requerimento pedindo a sua admissão ao concurso para o provimento do cargo de tesoureiro privativo deste município, os atestados a que se refere o número quarto do artigo segundo do já referido decreto de vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos noventa e dois (único regulador do assunto) fôra bem e legalmente excluído do respectivo concurso;

Considerando que, não admitindo a lei ignorância dela, descabido é o que o reclamante diz - de que se esta Câmara exigia mais ou outro passado pela Câmara, deveria tê-lo dito no seu anúncio, ou fazer o que até o próprio Governo faz para todos os concursos que ache, convidando os concorrentes a juntar os documentos que lhes faltam e até mesmo legalizar algum que apresentaram com essa falta - visto que no respectivo anúncio se diz: "Os concorrentes deverão apresentar, dentro do referido prazo, na secretaria da Câmara, os requerimentos ins|^{134v}truidos nos termos legais," - e o parágrafo primeiro do artigo terceiro do aludido decreto, proíbe terminantemente que, depois de findo o prazo do concurso, sejam recebidos quaisquer documentos;

Considerando que, embora da parte da Comissão Executiva reclamada, houvesse vontade de indicar ao apresentante dos documentos de reclamante, qualquer falta que os mesmos tivessem, não o podia ter feito, visto que o requerimento com os documentos que o instruíam, foi entregue na secretaria desta mesma Câmara, ao respectivo chefe, pelo irmão do reclamante, Sr. Rosindo Ezequiel Teixeira Duarte, no último dia do prazo do concurso, quasi ao fechar da secretaria, quinze horas e três quartos)

E incidentalmente considerando por último, ser menos verdadeira a afirmação que o reclamante faz de que o concorrente nomeado só apresentou atestado do seu comportamento passado por esta Câmara quando o domicílio dele nos últimos três anos não é deste concelho, porque, como se vê do respectivo processo do concurso e consta da acta da sessão da Comissão reclamada, celebrada em seis de Março último, o aludido concorrente juntou ao seu requerimen-|¹³⁵to atestados de exemplar comportamento passados pelas Comissões Executivas das Câmaras Municipais e pelos Administradores dos Concelhos de Santarém, Leiria e Lourinhã, onde residiu nos últimos três anos (mil novecentos e treze, mil novecentos e catorze e mil novecentos e quinze) pretendendo assim, com tal afirmação, invalidar a nomeação feita pela Comissão reclamada em treze de Março findo;

Acórdão os da Câmara Municipal do concelho da Lourinhã, por unanimidade de votos, em:

Mantêr e confirmar as deliberações da sua Comissão Executiva, tomadas em trese de Março pretérito, sobre a exclusão do reclamante, do concurso para o provimento do lugar do seu tesoureiro privativo e sobre a nomeação do concorrente Fortunato Deodoro de Carvalho para este cargo, indeferindo, por descabida e sem fundamento legal, a reclamação de Ricardo Ezequiel Teixeira Duarte.

Seguidamente e de conformidade com o decreto regulamentar de um de Julho de mil novecentos e onse, designou os meses de Maio e Junho proximos, para os afilamentos de pesos e medidas deste concelho no actual ano; e, de harmonia com o disposto no paragrafo unico do artigo cento e dôse |^{135v} da lei de sete de Agosto de mil novecentos e trese, deliberou manter, para constituir receita deste municipio no proximo ano de mil novecentos e desasete, a percentagem que em sessão de cinco de Abril de mil novecentos quinse votou, com a alteração feita em sessão de um de Novembro do mesmo ano, sendo, portanto, as percentagens votadas sobre as contribuições gerais do Estado, as seguintes: Para encargos gerais- Quarenta por cento = Para encargos da instrução primária – Trinta por cento.

Acto continuo pelo vereador José Antonio Custodio Neves, foi lida e apresentada a a seguinte:

Proposta

Em virtude de todos os funcionarios e demais empregados pagos pelo cofre municipal, terem sido melhorados nos seus vencimentos, devido principalmente á situação economica, que é bastante critica, proponho que ao carcereiro das cadeias des Comarca seja elevado o seu ordenado mensal a seis escudos, a contar do primeiro do corrente.

Lourinhã e sala das sessões aos desasete de Abril de mil novecentos e desaseis.=
O Vereador- (a) José Antonio Custodio Neves.

Posta pelo presidente á votação esta proposta foi aprovada por unanimidade.

|¹³⁶ Sendo novamente apresentado officio numero vinte e cinco, de trinta de Março findo, do Secretario de finanças deste concelho, pedindo lhe seja comunicado o que esta Camara resolvêra ácerca do assunto do officio deste mesmo funcionario, numero nove, de vinte e quatro de Janeiro pretérito, a Camara deliberou comunicar ao mesmo funcionario que o assunto do referido officio numero nove já fôra tratado com o deferimento do requerimento que apresentou em sessão de um do corrente.

Estando presente o cidadão Francisco Matos Duarte, arrematante do fornecimento de carnes verdes de gado bovino para o açougue desta vila no corrente ano, por este foi dito que vinha perante esta Camara dar pessoalmente a resposta ao officio que por esta corporação lhe fôra enviado em dois do corrente mês declarando: Que efectivamente seu pai que é seu fiadôr no contracto de arrematação que fês em vinte e seis de Dezembro do ano findo do fornecimento de carnes verdes de gado bovino para o açougue desta vila, no actual ano, lhe dissera que, em vista do periodo anormal que o nosso paiz atravessa, e que dia a dia vai tornando carissimo o preço de gado bovino, lhe retirara a fiança ao mesmo contracto se não conseguisse que esta Camara consentisse no aumento do preço do quilo- |^{136v} grama de carne, vindo no dia um do corrente e depois de ter escrito á carta que foi apresentada á Camara, diser a esta o que consta da acta deste mesmo dia um, e que originou abrir-se um conflicto estre esta referida corporação que dará um pleito judicial que ele arrematante por todas as maneiras ao seu alcance, deseja evitar. Nestes termos vem pedir desta corporação que, como esta muito bem sabe, em vista do conflicto europeu que infelizmente já atingiu o nosso paiz, a caristia da alimentação publica neste é enorme, o que faz com que ele perca muito dinheiro, lhe permita elevar quatro centavos no preço do

quilograma de carne verde que fornecer, obrigando-se a cumprir integralmente o respectivo contrato, a fazer assinar este pelo seu fiador e a indemnizar a Camara de todas as despesas que tenha feito com o fornecimento de carnes._ A Camara reconhecendo procedencia nas alegações dos motivos de força maior invocados pelo arrematante, e não desejando, por forma alguma, prejudicar os interesses de seus munícipes e nem os do referido arrematante, resolveu, por unanimidade, conceder transitoriamente e enquanto durar as circunstancias anormais indicadas, a modificação do preço das carnes pe- |¹³⁷ dido pelo arrematante, baseada nas disposições regulamentares do preço das subsistencias na actual conjuntura, e com a obrigação de satisfazer o arrematante todas as despesas feitas pelo cofre municipal com o incidente levantado e do auto ser assinado pelo fiador, mantendo-se, unicamente com a alteração concedida, todas as condições do respectivo contracto. Esta concessão só entra em vigor no dia que forem cumpridas pelo arrematante e seu fiador as obrigações acima indicadas.

Mais resolveu não rescindir, por este motivo, o contracto da arrematação referida, por entender que a concessão feita não é caso de nova praça, mas mas justificada razão para a concessão, por causar, decerto, menor dano do que a rescisão podia advir para o Municipio.

Por ultimo auctorizou o pagamento de cinquenta marcos de pedra que pela Camara da presidencia do cidadão José Aguião do Rosario e Silva, foram mandados fazer para a demarcação do pinhal dos Camarnais, pagamento que será efectuado depois do conductor chefe dos trabalhos os ter examinados.

Não havendo mais assunto algum a tratar foi encerrada, em nome da lei, pelo presidente a sessão e para constar lavrada esta |^{137v} acta que vai ser devidamente assinada. E eu Pedro Marques de Carvalho vice secretario que a subscrevi e ressalvo as sublinhadas palavras = tal efeito = das camaras.

João Maria da Silva Marques

Antonio Maria da Silva

Antonio Vieira Junior

José Antonio Custódio Neves

José da Silva Henriques Cordeiro

Silvano Marcelino

Antonio Henriques Delgado

Antonio Emidio da Cruz e Silva

Pedro Marques de Carvalho

Sessão ordinária de 29 de Novembro de 1916

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de mil novecentos e dezasseis, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala das sessões Camararias, se reuniram em sessão ordinaria o presidente da Camara Municipal deste mesmo concelho, João Maria da Silva Marques, os vereadores efectivos Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custodio Neves, José da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino e o substituto em funções Antonio Henriques Delgado, fal-|¹³⁸ faltando com motivo justificado, os vereadores Alfredo Manuel Candeira, Antonio Maria da Silva, Antonio Vieira Junior, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Joaquim José Bordalo, José Narciso e José do Nascimento Neves, foi pelo presidente, em nome da lei, aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada sem alteração alguma e assinada, propondo o presidente, o que foi aprovado, para fazer parte da mēsa deste senado em substituição do primeiro secretario, o vereador Augusto dos Santos Picão.

Foi presente o seguinte expediente:

Ofícios do Presidente do Jury do concurso Nacional de Tiro; da Associação Humanitaria Bombeiros Voluntarios Lisbonenses; e da Aliança Internacional da Estrela Vermelha, solicitando subsídios para o desenvolvimento material das mesmas Associações._ A Camara deliberou por unanimidade faser sentir ás referidas Associações que em vista do precário estado do seu cofre, não póde deferir os pedidos.

Oficio circular datado de vinte do corrente, da Decima Repartição da Direção Geral da Contabilidade Publica do Ministerio da Instrução, enviando um questionario, que péde seja preenchido com todo o rigor e exatidão, pois que visa a solucionar uma das questões que mais vivamente interessa á |^{138v} situação economica do professorado primario, sobre as diversas receitas e despesas com a instrução primaria neste concêlho, afim de verificar-se qual a importancia do encargo resultante do abono dos vencimentos aos respectivos professores, nos termos do artigo trêze da da lei numero quatrocentos vinte e quatro de onse de Setembro de mil novecentos e quinse, que deverá ser subsidiado pelo Tesouro. _ Foi encarregada a Comissão Executiva encarregada digo Executiva a responder cabalmente a este questionário.

Oficio numero onse com data de desaseis do corrente, do professor oficial da escola do sexo masculino da Moita dos Ferreiros, reclamando o respectivo subsidio de residencia, visto á casa onde habita faltar todos os elementares princípios de higiene: luz e ar._ Ouvido o informe favoravel do vereador daquela freguesia, a Camara por unanimidade, concedeu o subsidio pedido, a começar do primeiro de Junho deste ano.

Foi tambem presente um requerimento do Dr. José Henriques Palma de Almeida (Visconde de Palma de Almeida) desta vila, pedindo por compra, a alienação de 1097 metros quadrados de terreno no sitio da Paralta, Limite da Atalaia de Cima, desta freguesia da Lourinhã, com as confrontações constantes da planta que junta._ A Camara tendo em vista o que dispõem s leis |¹³⁹ administrativas números oitenta e oito de sete de Agosto de mil novecentos e trese e seiscentos vinte e um de vinte e três de Junho de mil novecentos e desaseis e ainda a parte aplicável das leis de desamortisação, deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, mandando proceder á á respectiva avaliação por peritos competentes, designando o dia vinte de desembro proximo pelas onse horas, para a venda em hasta publica do mencionado terreno com a base de licitação que constar da avaliação, encarregando o presidente da Comissão Executiva a representa-la e a assinar o respectivo auto de arrematação e demais documentos concernentes a esta alienação.

Seguidamente designou o dia vinte e quatro de Desembro de proximo pelas dose horas, para arrematação, convindo o preço, dos fornecimentos, durante o ano de mil novecentos e desasete, da iluminação da vila e dos logares da Moita dos Ferreiros e Reguengo Grande e de carnes verdes para o consumo publico nos açougues desta vila, de gado bovino e de carneiro ou capado.

Nomeou por unanimidade para faser parte da Comissão a que se refere o artigo cento cincoeta e oito do Codigo da Contribuição Predial no ano de mil novecentos e desasete, o cidadão Francisco Pedro de Carvalho, desta vila.

|^{139v} Tambem nomeou, nos termos legais, para a Junta dos Repartidores no proximo futuro ano de mil novecentos e desasete, os seguintes cidadãos:

Efectivos:

Alfredo Manuel Candeira – Lourinhã
Francisco de Paula Furtado – idem
Pedro Marques de Carvalho – idem

Substitutos:

Augusto dos Santos Picão – idem
José Batista Ferreira Junior – idem
João Maria Salvador – idem

Acto continuo fixou as tarifas do serviço pessoal no aludido ano de mil novecentos e desasete, pela forma seguinte:

Cada dia de serviço pessoal, vinte e quatro centavos.....	0,24
Cada dia de carro puxado por bois, um escudo	1,00
Cada dia de carro puxado por vacas, noventa centavos	0,90
Cada dia de serviço carrêtas, cincoenta centavos.....	0,50
Cada fia de carruagem de qualquer especie, um escudo e vinte centavos	1,20
Cada dia de serviço de besta de carga maior, trinta centavos.....	0,30
Cada dia de serviço de besta de carga menor trinta centavos.....	0,18
Cada dia de serviço de besta de se serviço pessoal, trinta centavos.....	0,30
Cada dia de serviço de besta de serviço pessoal, vinte e quatro centavos.....	0,24

¹⁴⁰ Em seguida estipulou-se por proposta do vereador Picão e depois de alguma discussão sobre o quantitativo da gratificação que o proponente desejava fosse de cincoenta escudos, e o vereador Neves de quarenta e o vereador Rodrigo de quinze escudos, a quantia de trinta escudos ao encarregado de iluminação desta vila, a titulo de indemnização dos prejuizos que teve pelas circunstancias anormais do nosso paiz devidas ao estado da Guerra.

Imediatamente foram presentes os seguintes orçamentos:

Orçamento segundo suplementar ao ordinario para o corrente ano, na importancia de mil cento e oitenta e oito escudos e cincoenta e oito centavos, que é lido artigo por artigo tanto da receita como da despesa e submetidas á votação e discussão verba por verba, resultando ficar aprovado por unanimidade e assinado deliberando a respectiva exposição para os efeitos legais.

Orçamento ordinario para 1917.

balanceado na receita em catorze mil quatrocentos e três escudos e um centavo e na despesa em igual quantia.

Lidos e submetidos á discussão da Camara, artigo por artigo deste documento, entre os quais figuram os impostos directos cujas percentagens votou em sessão de desasete de Abril deste ano e os indirectos de oitenta por cento sobre o rial dagora do Estudo que mantem, e ainda o im -^{140V} posto de um dia de trabalho de conformidade com a lei numero oitenta e oito, que igualmente mantem e vota para constituir receita no ano civil de mil novecentos e desasete, foram logo que terminou a leitura e respectiva discussão aprovados por unanimidade todos os artigos de receita deste orçamento, seguindo-se igual processo para a respectiva despesa, que foi, depois de devidamente discutida, por unanimidade aprovada, determinando-se, para os efeitos legais, a exposição deste mencionado orçamento.

Nesta sessão tinha esta Camara nos termos do artigo decimo, paragrafo quinto do decreto numero dois mil seiscentos noventa e um de vinte e cinco de Outubro findo, de estabelecer, de acordo com a auctoridade administrativa o preço para venda de pão de trigo, mas como não concorda por ser muito prejudicial á economia do paiz com a

disposição do artigo segundo do mesmo Decreto que tributa a farinha de trigo nacional, resolveu por unanimidade reclamar dos Ex.^{mos} Presidente do Ministerio e Ministro do trabalho a revogação daquele artigo por ser contrario ás classes menos abastadas, reclamação que será feita por telegrama. Nesta altura o vereador Neves, disse que a auctoridade administrativa deste concelho lhe pedira para que esta Camara não tratasse |¹⁴¹ nesta sessão do preço para a venda do pão, porque, segundo constava aquella auctoridade, o decreto em questão ia ser alterado. Nestes termos a Camara aguarda ocasião oportuna para tratar deste tão melindroso assunto, passando-se á leitura das actas das sessões celebradas pela Comissão Executiva no intervalo da ultima sessão do senado até hoje.

Terminada a leitura e expostos pelo presidente da Comissão Executiva todos assuntos constantes das mesmas actas, entre os quais figuram a recusa do pagamento de transportes da auctoridade administrativa em serviços não de character policial e a prestação das contas dada por José Francisco Filipe Junior, das Matas, com a aplicação do subsidio que a Camara lhe havia concedido para uma fonte proxima do dito lugar das Matas. _ A Camara aprovando por unanimidade todas as resoluções da sua Comissão constantes das mesmas actas, resolveu de comum acordo com ela mandar satisfazer as despesas feitas com a auctoridade administrativa, deliberando, por proposta do seu presidente, faser sentir á Administração deste Concelho que deve ser mais escrupulosa na aplicação da verba destinada a serviços policiais, visto que as receitas municipais têm muita aplicação útil a dar-se. Em quanto ás contas presta-|^{141v}das por José Francisco Filipe Junior, delegou na sua Comissão Executiva a liquidação do assunto, sem prejuizo para o cofre municipal nem para o publico.

Pelo presidente da Comissão Executiva foram feitas, depois de ter apresentado o traslado da escritura de caução, com hipoteca, prestada pelo tesoureiro privativo desta Camara, as seguintes propostas, que fundamentou:

Que sendo de grande vantagem para o desenvolvimento comercial desta vila séde de concelho, a construção de casas no Alto da Vigia, próximo da praia da Areia Branca a dois quilometros ao norte desta mesma vila, destinadas a recolher famílias que precisem faser uso de banhos de mar, se proceda a expropriação, por utilidade publica, do terreno preciso e que é pertença de Antonio José do Vale, do Casal da Charrua.

Que sendo pessima a iluminação desta vila, se trate de estudar devidamente se tal assunto de fórmula a que seja montada no menor no menor praso de tempo possivel a iluminação publica e particular desta mesma vila, a lús eléctrica.

Que estando fóra da lei a maior parte das disposições do Codigo de Posturas deste Municipio, se proceda á elaboração de um novo Codigo de Posturas.

Posta pelo presidente á discussão e votação da Camara estas propostas, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, ficando, quanto ás |¹⁴² duas primeiras, a Comissão Executiva encarregada da organização dos respectivos processos; e quanto á ultima nomeou os seguintes cidadãos para a Comissão encarregada de elaborar o Codigo de Posturas:

Dr. José Henriques Palma de Almeida, Lourinhã	
Dr. Francisco Marques	idem
Dr. Tiago Cesar Moreira Sales	idem
Antonio Luis Marques	idem
José Henriques Horta de Almeida	idem
Fortunato José de Carvalho	idem

Os presidentes das juntas das freguesias deste concelho.

Não havendo mais assunto algum a tratar foi encerrada, em nome da lei, a sessão e para constar lavrada esta acta que vai, nos temos do artigo vinte e oito da lei numero seiscentos vinte e um, assinada pelos membros da mesa desta Camara. E eu Pedro Marques de Carvalho, vice secretario que a subscrevi

João Maria da Silva Marques

Augusto dos Santos Picão

Pedro Marques de Carvalho

|^{142v} 1917

Sessão extraordinaria de 22 de Janeiro de 1917

Aos vinte e dois do mês de novembro de mil digo de Janeiro de mil novecentos e desasete, nesta vila de Lourinhã nos Paços do concelho e na sala das sessões Camararias compareceram para sessão extraordinaria, o presidente da Câmara Municipal deste mesmo concelho João Maria da Silva Marques, os vereadores efectivos Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custodio Neves, Jose da Silva Henriques Cordeiro, Pedro Marques de Carvalho, e Silvano Marcelino e o substituto em exercicio Antonio Henriques Delgado, faltando os vereadores Alfredo Manuel Candeira, Antonio Maria da Silva, Antonio Vieira Junior, Joaquim Henriques Horta de Almeida, Joaquim José Bordalo, José Narciso e José do Nascimento Neves, todos previamente convocados, foi presidente, em nome da lei, aberta a sessão, dizendo que, de conformidade com a circular numero duzentos e seis, da Repartição Central do Governo Civil do districto de Lisboa, convocára esta sessão extraordinaria para ser eleita a Mêsda desta Câmara e a Comissão Executiva desta mesma Camara para o corrente ano, visto que as funções e |¹⁴³ atribuições destas caducaram, conforme é opinião Excelentissimo Ministro do Interior e do Procurador Geral da Republica. Nestes termos convida os seu colegas a organisarem as suas listas para proceder-se ás respectivas eleições, de conformidade com o artigo trese da lei numero oitenta e oito de sete de Agosto mil novecentos e trese.

Lançadas em uma urna as respectivas listas para a Mêsda da Câmara e corrido o respectivo escrutinio, verificou-se terem sido votados os seguintes cidadãos:

Para Presidente:

João Maria da Silva Marques, com oito votos

José Antonio Custodio Neves, com 1 voto

Para Vice-Presidente:

Pedro Marques de Carvalho, com cinco votos

Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, José Antonio Custodio Neves e Silvano Marcelino, com um voto cada.

Para Secretario

Augusto dos Santos Picão, com cinco votos

Silvano Marcelino, com dois votos e Joaquim Correia Caldeira e José Antonio Custodio Neves, um voto cada um.

Para Vice-Secretario:

Antonio Rodrigo de Carvalho, com tres votos digo com quatro votos e Alfredo Manuel Candeira, Antonio Henriques Delgado, Joaquim Correia Caldeira, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino, com um voto cada um.

|^{143v} Procedendo-se ao respectivo apuramento verificou-se terem sido eleitos por maioria para:

Presidente

João Maria da Silva Marques, com oito votos

Vice-Presidente

Pedro Marques de Carvalho, com cinco votos

Secretario

Augusto dos Santos Picão, com cinco votos

Vice-Secretario

Antonio Rodrigo de Carvalho, com quatro votos.

Tomando cada um dos eleitos o seu lugar passou-se á eleição da Comissão Executiva, verificando-se pelo escrutinio, terem sido votados:

Para vogais efectivos:

José da Silva Henriques Cordeiro, com oito votos

Joaquim Correia Caldeira, com oito votos

Antonio Rodrigo de Carvalho, com sete votos

José Antonio Custodio Neves, com seis votos

Antonio Vieira Junior, com cinco votos

Augusto dos Santos Picão com três votos

Antonio Maria da Silva, Antonio Henriques Delgado e Silvano Marcelino, com dois votos cada um; e Alfredo Manuel Candeira e Pedro Marques de Carvalho, com um voto cada um.

Para vogais substitutos:

Antonio Maria da Silva, com sete votos

Joaquim José Bordalo, com sete votos

Alfredo Manuel Candeira, com seis votos

José Narciso, com cinco votos.

Silvano Marcelino, com quatro votos

Augusto dos Santos Picão, com quatro votos

António Henriques Delgado, com quatro votos

|¹⁴⁴ Joaquim Henriques Mota de Almeida, com três votos

Antonio Vieira Junior, com três votos

Pedro Marques de Carvalho, com dois votos.

Procedeu-se em seguida ao apuramento, sendo o resultado deste o seguinte:

Comissão Executiva

Efectivos:

José da Silva Henriques Cordeiro

José Antonio Custodio Neves

Antonio Rodrigo de Carvalho

Joaquim Correia Caldeira

Antonio Vieira Junior

Substitutos:

Antonio Maria da Silva

Joaquim José Bordalo

Alfredo Manuel Candeira

José Narciso

Augusto dos Santos Picão.

Este ultimo vogal foi escolhido dentre os três vogais votados com quatro votos pelos motivos seguintes: o vereador Delgado por substituto em exercicio foi preterido pelos vereadores Marcelino e Picão que são efectivos, preferindo este ultimo ao segundo por ser mais velho em idade.

Seguidamente o presidente disse que, nos termos da convocação tem de ser tratado nesta sessão assunto do fornecimento de carnes verdes para o consumo deste concelho, assunto cuja resolução fôra reclamada pela Comissão Executiva. Ouvido o presidente desta, por este foi dito que, de conformidade com o deliberado por esta |^{144v} Camara em sua sessão plenaria de vinte e nove de Novembro proximo passado, fôram feitos os competentes anuncios e publicados no Seculo, designando o dia vinte e quatro de Dezembro findo para a arrematação, em hasta publica, do mencionado fornecimento. Aberta a praça neste dia por espaço de uma hora, verificou-se ter sido deserta, pelo que a fêz anunciar para o dia trinta e um do mesmo mês, sendo o resultado precisamente o mesmo! Em vista pois deste abandono, que, segundo o informaram não foi só aqui como em todos os concêlhos limitrofes, resolveu a Comissão ouvir particularmente o actual fornecedor sobre este assunto, que lhe disse terem-se combinado todos os marchantes não concorrerem ás praças, em vista do estado anormal do nosso Paiz, pelo que a Comissão não quis arrostar com a responsabilidade de tão melindroso assunto pelo que o trouxe a apreciação do Senado.

Como estivesse presente o cidadão Francisco Duarte, fiador do fornecedor de carnes verdes de gado bovino no açougue desta vila no preterito ano, passou a Camara a ouvil-o sobre este assunto, dissendo este que se responsabilisa sob sua palavra a fornecer durante este ano, no açou- |¹⁴⁵ que desta vila, carnes verdes de gado bovino ao preço de menos dois centavos em quilograma de que fôr vendido igual peso de carne nos talhos de Torres Vedras, salvo se houver qualquer divergencia entre os marchantes desta vila de Torres pelo qual êle declarante perca, regulando nesta caso o preço porque correr nas Caldas da Rainha, com a diferença de dois centavos em quilograma. Para cumprir, porem, com estas declarações, só exige desta Camara o compromisso de não pôr em arrematação neste ano, tal fornecimento.

Discutido pela Camara resolveu esta aceitar tais declarações em cumprimento das quais se compromete a não pôr em praça o aludido fornecimento, pelo que foi lavrado e assinado o termo de responsabilidade.

Por ultimo foi resolvido chamar para a vaga do vereador efectivo José do Nascimento Neves, que se ausentou para o Porto, o vereador substituto Antonio Emidio da Cruz e Silva.

Não podendo ser tratado outro qualquer assunto, foi pelo presidente em nome da lei encerrada a sessão e para constar lavrada esta acta que vai ser assinada nos termos do artigo vinte e oito da lei numero seiscentos vinte e um. E eu Augusto dos Santos Picão secretario que a subscrevi

|^{145v} João Maria da Silva Marques

António Rodrigo de Carvalho

Augusto dos Santos Picão

Sessão extraordinaria de 28 de Maio de 1917

Aos vinte e oito dias do mês de Maio de mil novecentos e desasete, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do concêlho e na sala das sessões Camararias, compareceram para sessão extraordinaria o presidente da Camara Municipal deste mesmo concêlho, João Maria da Silva Marques, os vereadores efectivos Antonio Maria da Silva, Augusto dos Santos Picão, Antonio Rodrigo de Carvalho, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Henriques Horta de Almeida, José Antonio Custodio Neves, José da Silva Henriques da Cordeiro, José Narciso, Pedro Marques de Carvalho e Silvano Marcelino, e os substitutos em exercicio Antonio Emidio da Cruz e Silva, Antonio Henriques Delgado e

Manuel Correia Caxaria, faltando os vereadores efectivos Alfredo Manuel Candeira e Antonio Vieira Junior, todos previamente convocados, o presidente, em nome da Lei, abriu a sessão.

Lida a acta da sessão anteior, foi por unanimidade aprovada sendo assinada pela mēsa.

|¹⁴⁶Acto continuo o presidente expõe os fins desta sessão, disendo que a ordem dos trabalhos é a indicada na respectiva convocação e por isso começa por consultar os vereadores quais as percentagens a votar para constituir receita deste municipio no proximo futuro ano civil de mil novecentos e desoito. Nesta altura o vereador José Narciso, lendo um papel, disse que as percentagens referidas já não podiam ser votadas visto ter passado o respectivo praso, que é o da sessão plenaria de Abril; aproveitando estar no uso da palavra para pedir ao presidente que o primeiro assunto a tratar nesta sessão, fosse a reclamação apresentada pelo ex-guarda José da Silva Dias. Como, porem, o presidente lhe dissesse que a reclamação seria apresentada na sua devida altura e o seu assunto seria devidamente tratado, o aludido vereador Narciso, muito exaltado, começou por verberar asperamente o procedimento do presidente e dos vereadores que teem faltado ás sessões estabelecendo-se acalorada discussão entre os vereadores, o que obrigou a presidencia a usar do direito que lhe confere o artigo trinta e um da lei de sete de Agosto de mil novecentos e treze, e assim propôr que seja mantida para constituir receita do municipio no proximo digo seja lançada a competente percentagem sobre as contribuições directas do estado |^{146v} para constituir receita deste municipio no proximo ano. Nesta altura o vereador Narciso diz não poder ser votada tal percentagem por ter terminado o respectivo praso. O presidente insistindo na sua proposta declára que os vereadores que a aprovem fiquem sentados e os que a regeitem levantem-se. Tendo-se levantado apenas os vereadores Pição, Joaquim de Almeida, Narciso e Pedro Marques, foi a proposta aprovada por maioria de dés vereadores, votando-se em seguida pelos vereadores que aprovaram a proposta, as mesmas percentagens que foram lançadas para o actual ano sobre as contribuições directas do Estado e qíue são: para encargos gerais do municipio = quarenta por cento sobre as contribuições predial, industrial e sumptuária. Para encargos da Instrução Primária = trinta por cento sobre as mesmas contribuições do Estado.

Seguidamente, mas sempre com abstencionismo por parte do vereador Narciso, foi presente o primeiro orçamento suplementar ao ordinario deste municipio para o corrente, elaborado pela respectiva Comissão Executiva. Feita a leitura do mesmo orçamento e submetido á discussão artigo por artigo quer da receita quer da despesa, foi o mesmo aprovado por unanimidade e devidamente assinado.

Imediatamente foram presentes |¹⁴⁷ dois requerimentos pedindo melhoria de vencimentos em vista da carestia dos generos e artigos de primeira necessidade, sendo um do amanuense da secretaria desta Camara, Fernando Henriques Horta de Almeida e outro do continuo da mesma secretaria, Higino de Aquino Nunes. Ouvido pelo presidente da Camara o chefe da secretaria ácerca do pedido feito nestes requerimentos, por este foi informado ser de toda a justiça o deferimento dos pedidos, pois que os peticionarios são dois funcionarios cumpridores rigorosos dos seus deveres profissionais estado sempre prontos, mesmo fóra das horas regulamentares, a auxilia-lo nos muitos serviços a seu cargo.

Posto á discussão o pedido feito pelo continuo da Camara, ao qual se opôs terminantemente o vereador Narciso acompanhado pelos vereadores Pição, Almeida e Pedro Marques, foi o mesmo, por levantados e sentados, admitido á votação

resolvendo-se por grande maioria que, enquanto durar o estado anormal do nosso paiz devido á guerra Europeia, o peticionario receba a gratificação anual de cinco escudos, com o encargo, porem, da limpeza da secretaria e do vestibulo dos Paços do concêlho.

Entrando em discussão o pedido feito pelo amanuense da secretaria, foi-lhe arbitrada por unanimidade de todos os vereadores, com recepção do vereador Almeida que se absteve por ser irmão |^{147v} do requerente, a gratificação anual de cincoenta escudos, enquanto durar o estado anormal do paiz, ocasionado pela guerra europeia.

Mais foram presentes os seguintes requerimentos, pedindo o distracte dos dominio directos dos fôros que pagam a esta Camara:

De Fernando Mateus, de Toledo, sobre o dominio directo de vinte centavos anualmente, sem laudemio imposto em uma propriedade no lugar de Toledo.

De Salvador dos Santos, das Papagovas, dominio directo de um escudo anualmente, sem laudemio imposto em uma propriedade no sitio do Vale do Grou.

De Pedro e José Nunes, do Merendeiro ácerca do dominio directo de setenta e nove centavos, anualmente, sem laudemio, imposto em uma propriedade no Merendeiro.

De Jose Vanlentim Pereira, de Casal Novo, do dominio directo de quatro escudos e cinquenta e cinco centavos, sem laudemio, imposto em uma propriedade no sitio de Pia do Mestre.

De Manuel Joaquim da Costa, do Casal da Cartucheira, sobre o dominio directo do fôro de cinco centavos, imposto em uma propriedade no sitio do Vale do Tanque. Sobre o dominio diecto de desasete centavos, importo em uma propriedade no sitio da Caneira. |¹⁴⁸ Sobre o dominio directo do fôro de trinta centavos imposto em uma propriedade no Vale do Fojão; e sobre o dominio diecto de sessenta centavos, imposto em uma propriedade no sitio das Roboleiras.

De Januario Feliciano, de Ribamar, ácerca do dominio directo do fôro de trinta e dois centavos, anualmente, sem laudemio, imposto em uma propriedade no sitio das Eiras.

De Francisco Luiz de Ribamar, sobre os seguintes dominios directos:

De vinte e dois centavos anualmente, imposto em uma propriedade nos Casais de Ribamar.

De três escudos anualmente, imposto em uma propriedade no sitio dos Sobreirinhos

De cinco escudos e noventa e nove centavos anualmente, imposto em três glebas, sendo uma no sitio de João Franco; outra no mesmo sitio e outra nos Arneiros de São Miguel.

De Custódio Manuel do Seixal, sobre os seguintes dominios diectos:

De um escudo e noventa e oito centavos imposto em uma propriedade no Vale de Eguas. De um escudo e noventa e cinco centavos, imposto em uma propriedade no mesmo sito; e oitenta centavos anualmente, imposto em uma propriedade no referido sitio do Vale das Eguas.

De António Elias, do Casal da Vista Alegre, ácerca dos seguintes dominios directos:

|^{148v} De setenta e cinco centavos anualmente, imposto em uma propriedade no sitio do Casal da Vista Alegre; de cinquenta e dois centavos anualmente, imposto em uma propriedade no sitio do Vale do Sal ou Vale Loureiro; de quarenta e um centavos anualmente, imposto em uma propriedade no sitio da Tareja; e de quarenta e um

centavos anualmente, imposto em uma propriedade no mesmo sitio (hoje Casal da Vista Alegre).

A Camara tendo em vista as disposições legais aplicáveis, deferiu o pedido, auctorisando o presidente da sua Comissão Executiva ou quem suas veses fiser, a representa-la nos respectivos contractos; designando, em cumprimento do artigo seiscentos vinte e três da lei numero seiscentos vinte e um de vinte e três de Junho do ano findo, os seguintes dias para respectivamente ter lugar as vendas em hasta publica, pelas onse horas á porta das sala das suas sessões: desanove – vinte – vinte e um – vinte e dois – vinte e três – vinte e cinco – vinte e seis – vinte e sete – e vinte e oito de Junho proximo.

Também foram presentes os seguintes requerimentos:

De Antonio Gomes; aliás João Ferreira Tavavres de Miragaia, pedindo a compra de uma porção de terreno baldio no limite de Miragaia, com as superficie de quarenta e dois metros quadrados.

|¹⁴⁹ De José Oliveira, de Casal Novo, fasendo igual pedido para umas porções de terreno baldio do sitio do Salgueiro, com a superficie total mil duzentos vinte e sete metros quadrados.

De Antonio Gomes e Francisco Gomes de Vale de Viga, pedindo a compra de umas pequenas porções de terreno baldio no mesmo lugar, com a superficie respctivamente de setenta e três e cento e quarenta e um metros quadrados.

A Camara usando das atribuições que a lei lhe confere, deferiu os pedidos, designando para a venda em hasta publica, respectivamente os seguintes dias, pelas onse horas, á porta da sala das suas sessões: vinte – vinte e nove – e trinta de Junho proximo, ficando a presidencia da Comissão Executiva auctorisada a assinar os respectivos contractos.

Em tempo declara-se que após a deliberação da concessão de gratificações ao amanuense e continuo desta Camara foram presentes os seguintes requerimentos:

De Fortunato José de Carvalho, chefe da secretaria desta Camara, impetrando que, por funcionario competente, esta Camara ordene uma sindicancia aos seus actos de funcionario municipal e bem assim á fôrma como vem desempenhando o seu cargo desde Agosto de mil novecentos e catorze. Como o requerente estivesse presente, pediu licença para explicar a rasão do pedido, que lhe foi concedido, disendo que tendo sido espacha- |^{149v} do, por pessoas mal intencionadas, o boato de que êle declarante se locupletava, de combinação com o Tesoureiro privativo deste municipio – que é seu filho -, com os dinheiros desta Camara, precisa provar por documentos perante as pessoas boas deste concelho – que felismente a grande maioria do mesmo – que tão infame boato não tem fundamento. Insta pelo deferimento do seu pedido retirando-se da sala.

O presidente disse que conhece bem o carater e a housadês do requerente que lhe merece toda a consideração pelo que julga e entende não ser preciso syndicar os seus actos, mas como o requerente insistisse no deferimento do seu pedido, põe á votação da Camara a resolução do mesmo. Todos os vereadores fiseram justiça ao character honrado do requerente declarando o vereador Narciso que não tem interesse que os actos deste funcionario sejam ou não sindicados. Como, porem, o mesmo funcionario tenha interesse em que tal sindicancia seja levada a efeito a Camara assim o resolveu, nomeando por proposta da presidencia, para syndicante o secretario da administração deste concelho, António Maria Roque Delgado. Entrando nesta altura na sala o chefe da secretaria, pelo mesmo foi pedido aos vereadores que dessem de nenhum efeito a nomeação do secretario da administração para o syndicar, |¹⁵⁰ não porque este

funcionario não seja o mais competente para tal serviço, mas porque êle é amigo intimo e como tal póde pelas pessôas mal intencionadas desta vi,la ser abocanhada a sua honra e o seu character impoluto. Por isso como não deseje que por seu interesse seja manchada a reputação de um cavalheiro com cuja a amizade se honra, pede para que a Camara nomeie outro funcionario pedindo licença para lembrar o nome do Sr. Lasaro Correia, secretario de finanças deste concelho, funcionario competente para desempenhar tal cargo.

O vereador Narciso indicou para sindicante os nomes de José Nunes da Costa Pinto ou Manuel d' Almeida Lopes, aspirantes de finanças deste concelho, porem a Camara, por maioria, deliberou dar de nenhum efeito a nomeação do secretario da administração para sindicante, nomeando para este cargo o secretario de finanças deste concelho, Lasaro Joaquim Correia. Os vereadores que não concordaram digo Correia.

Tambem foi presente o requerimento do tesoureiro privativo deste municipio, Fortunato Deodoro de Carvalho, pedindo sindicancia aos seus actos como funcionario, desde vinte e sete de Março de mil novecentos e desaseis até ao presente. – deferido por unanimidade, sendo sindicante o mesmo funcionario nomeado para syndicar os actos do Chefe da Secretaria da Camara.

^{150v} Nos termos do artigo trinta e cinco da lei numero seiscentos vinte e um de vinte e três de Junho do ultimo ano, foram apresentadas as Contas da gerência do ano de 1916, acompanhadas dos orçamentos, livros, e respectivos documentos de despesa devidamente classificados, contas que vêm confeccionadas de conformidade com as determinações dos artigos setenta e quatro e setenta e cinco, paragrafo primeiro, numeros um a cinco; numeros um a quatro do paragrafo segundo; e paragrafo terceiro e com todos os documentos do paragrafo quatro do referido artigo setenta e cinco da lei numero oitenta e oito de sete de Agosto de mil novecentos e trese. Feita a leitura de artigo por artigo tanto de receita como da despesa, verificou-se que ao respectivo tesoureiro foram entregues documentos para cobrança de diversos rendimentos na importância, incluindo a do saldo do ano anterior, de quinze mil cento e trinta e quatro escudos e setenta centavos. _ Que desta importancia em documentos cobrou durante o ano civil de mil novecentos e desaseis, a de três mil quinhentos cinquenta e um escudos e vinte centavos. _ Que ficaram por cobrar no fim deste ano, documentos na importância de mil quinhentos oitenta e três escudos e cincoenta centavos._ Que o mesmo tesoureiro durante o mencionado ano, efectuou pagamentos na importancia total de dõse mil quatrocentos e sessenta escudos ¹⁵¹ e sessenta e quatro centavos, resultando, portanto, da comparação da receita cobrada com a despesa efectuada, ser o saldo em dinheiro no dia trinta e um de Dezembro de mil novecentos e desaseis, de escudos mil e noventa e cinquenta e seis centavos.

A Camara dando cumprimento ao determinado no artigo setenta e três da já referida lei numero oitenta e oito de sete de Agosto de mil novecentos e trese, nomeou por maioria e por proposta do seu presidente, os vereadores Augusto dos Santos Picão, José Narciso e Pedro Marques de Carvalho, para, em comissão examinarem as mesmas contas, dando, em uma das proximas sessões, o seu parecer ácerca das referidas contas, por escrito e devidamente fundamentado.

Mais deliberou que as aludidas contas fiquem patentes ao público durante oito dias, como dispõem o artigo trinta e cinco da lei numero seiscentos vinte e um.

Não tendo até hoje a Comissão revisôra da Conta da gerencia municipal do ano de mil novecentos e quinse, dado o seu parecer sobre a mesma conta a Camara resolveu

encarregar deste serviço a Comissão que acaba de nomear, para a revisão da conta do ano civil de mil novecentos e desaseis.

Ofício da Comissão Executiva da Junta Geral do Districto de Lisboa, datado de vinte e quatro de Abril findo, consultando para os efeitos do paragrafo unico do |^{151v} artigo quarenta e cinco da lei de sete de Agosto de mil novecentos e sete digo e trese, se esta Camara concorda com a deliberação que a Junta Geral em sua sessão de vinte e dois de Março deste ano tomou, sobre a criação de uma Escola Profissional de Agricultura do Districto de Lisboa, para os filhos de cidadãos pobres mortos na guerra. _ A Camara por unanimidade deliberou dar a sua aprovação a tão simpatica quão benemerita iniciativa, concordando em absoluto com as bases indicadas no referido officio para a respectiva criação, deliberando que, no caso de ser preciso auxiliar pecuniariamente tal resolução, seja concedido para tal fim o subsidio até cem escudos.

Em seguida foi apresentada, pelo presidente, a proposta da Comissão Executiva, para ser contraído um emprestimo de déz mil e quinhentos escudos destinados a inadiaveis e grandes reparações das estradas municipais deste concelho declarando o presidente que não vóta em que presentemente sejam contraídos emprestimos.

Pedindo a palavra o presidente da Comissão Executiva, o vereador José da Silva Henriques Cordeiro, disse que, como todos os colegas conhecem as estradas municipais deste concelho estão intransitaveis e por isso a Comissão de sua presidencia entendeu e muito bem, propôr que por |¹⁵² meio de um emprestimo sejam as mesmas estradas imediatamente reparadas, visto que, com os recursos do municipio tal reparação nunca pôde ser levada a efeito estragando-se todos os anos importancias avultadas em reparações sem resultado benefico. Com as importancias que todos os anos inultimente se dispende com tais reparações paga-se a anuidade para juros e amortização do emprestimo que fosse contraído. Alongou-se em outras considerações propondo por fim que seja contraído um emprestimo até des mil e quinhentos escudos para as grandes reparações das estradas municipais desta vila a São Bartolomeu; desta vila á Atalaia de Cima e do Vale Vite ao Vimeiro.

O presidente pondo esta proposta á votação declarou que os vereadores que a aprovassem se levantassem e que os que a rejeitassem conservassem-se sentados. Como apenas se levantassem o proponente e os vereadores Neves e Caldeira, foi a mesma rejeitada.

Estabelecido sobre esta assunto acalorada discussão entre todos os vereadores especialmente entre os presidentes do Senado e da Comissão Executiva, o vereador Neves a certa altura da discussão pede a palavra e propõe que fosse desdobrada a proposta do presidente da Comissão Executiva contraindo-se apenas um emprestimo de quatro mil e quinhentos escudos, para a grande reparação que precisa a estrada do Vale Vite ao Vimeiro. Se não se acudir |^{152v} imediatamente a esta estrada, paralisa por completo a viação da mesma.

Posta esta proposta á votação da Camara pela mesma forma como a do presidente da Comissão, foi a mesma regeitada por maioria, pois só se levantaram o proponente e os vereadores Cordeiro, Caldeira e Caxaria.

Seguidamente são concedidas a pedido dos respectivos interessados, as seguintes licenças, ordenando-se o chamamento dos substitutos nos termos da lei.

Ao vereador Alfredo Manuel Candeira, licença ilimitada.

Aos vereadores Antonio Maria da Silva e José da Silva Henriques Cordeiro noventa dias.

Nesta altura o vereador Cordeiro saiu da sala não voltando mais a esta.

Acto continuo aprovou por unanimidade, o contracto feito pela sua Comissão executiva, da compra por quatrocentas e cincoenta escudos, da casa onde funciona a escola mixta de São Bartolomeu, casa que é destinada para este fim, autorizando o presidente ou vice-presidente da mesma Comissão Executiva, a representa-la á factura do respectivo documento da compra outorgando nêle e assinando-o.

Por ultimo foi apresentada uma reclamação do ex-guarda campestre José da Silva Dias, que é do teor seguinte: |¹⁵³ „Aos Excelentissimos Senhores Presidente e mais Vogais do Senado Municipal da Lourinhã. = O guarda campestre José da Silva Dias, foi, em proposta do digno vogal da Comissão Executiva, José Custódio Neves, acusado de vários factos puníveis no exercicio da sua função, e por fim, em decorrer de termos que não lhe parecem de todo o ponto conformes com a lei, foi votada a deliberação que o demitiu de seu cargo. = Sem agravo para a digna Comissão e apenas no uso do legitimo de seu direito de defesa, o diz. = Assim é que – dignos vogais da Camara Municipal – o recorrente não viu que observada fosse exstrictamente a lei na aplicação da pena, porque observada não foi a progressão penal posta no regulamento interno desta Camara e em regulamentos similares. = E assim é que em sessão secreta se julgou votando a ultima pena da escala, sem que abrisse á defesa, campo suficiente a caber nele toda a prova e alegação que á digna Comissão desse elementos seguros e absolutamente justos para que a referida graduação da pena se fixasse na rigorosa conformidade da lei: = E não é, não pode ser este o espirito da lei senhores vereadores: = toda a lei penal deve coexistir com um sistema de larga defesa para o acusado; e o artigo desanove da lei de mil novecentos e desaseis dispondo que as votações sobre merito ou demerito de qual-|^{153v}quer pessoa, aplicação de penalidades e identicas serão tomadas por escrutinio secreto, só determina que seja secreta a votação precedida esta, em todo o caso, de ampla publicidade nas alegações e provas da acusação e da defesa. = Por isso, senhores vereadores ao recorrente parece errada digo parece que errada interpretação foi dada aquele artigo desanove, cerrando ao maior desenvolvimento da defesa e á apreciação publica todos os aspectos juridicos e de factos constantes do processo por onde demitiram o reclamante. = Senhores vereadores. = o recorrente não tem a presunção de se diser estricto cumpridor de todos os deveres que lhe são prescritos em leis rigidas e por vezes inadaptaveis. = O reclamante não presume tanto de si. = Mas o recorrente tem o direito de se doêr quando lhe no ponto em que a sua sensibilidade moral é, ao mesmo como no comum das gentes, vulnerável. = Nesse momento poderá o seu procedimento ter sido considerado como menos correcto, mas tal intenção jamais houve da sua parte, garante sob sua solêne palavra de honra. = O reclamante ainda hoje repele com toda a sua energia aqueles pontos da sua acusação que são, desgraçadamente, éco da intriga que pretende compromete-lo. = E para esses pontos da acusação – que são os mais graves – é que ele pediu e ainda hoje pede defesa larga e justiça serena.= |¹⁵⁴ Perante o outro ponto – falta de respeito ao digno Presidente da Comissão Executiva – declara bem alto que há infelizmente um lamentavel equivoco, pois que sempre têve e tem por Sua Excelencia a maxima consideração, quer como homem quer como seu superior = Explicar a sua conducta não é jogar á piedade; é proceder de maneira a habilitar a digna Camara a proferir o seu veredictum com dignidade. = O recorrente, senhores Vereadores põe nas mãos de Vossas Excelencias a sua reclamação respeitosa com a segurança de que justiça lhe será feita. = Lourinhã, desasete de Maio de mil novecentos e desasete = Diz a rasura desasete de Maio = (a) José da Silva Dias.,

Terminada a leitura desta reclamação o Vereador Narciso pediu a palavra e começou por verberar asperamente, – como no principio desta sessão – o procedimento havido por parte da Comissão Executiva e do Chefe da Secretaria da Camara, para com o reclamante José da Silva Dias e muito principalmente por parte do vice-presidente da mesma Comissão, José António Custódio. Trocadas explicação entre este e aquele vereador, continuou o mesmo vereador Narciso, algumas veses, com termos menos correctos, verberando muito exaltado o procedimento de todos os vereadores que não defendessem o referido reclamante, exigindo que nesta sessão o caso da demissão do reclamante |^{154v} havia de ser resolvido fosse de que maneira fosse. O presidente chamando á ordem este vereador, disse que estivesse serêno e socegado, pois o caso em questão seria resolvido a contento de todos; como, porem o aludido vereador Narciso continuasse com obstancionismo a não deixar falar pessoa alguma, o presidente fez-lhe sentir o que dispõe o artigo vinte e sete da lei de sete de Agosto de mil novecentos e trêse, que diz: os membros dos corpos administrativos não pódem assistir ás sessões ou a parte daquelas em que se trate de negócios que lhes digam respeito ou a seus parentes consanguineos e afins até ao terceiro grau ou áqueles que legalmente representam.

Ora como o referido vereador é padraсто do reclamante não podia sequer estar na sala enquanto se tratasse do assunto em questão, mas, por deferencia para com o aludido vereador não fêz cumprir a lei neste ponto, o que não quer diser que o não faça, se o aludido vereador continuar a proceder como até aqui: Como êle continuasse a faser obstancionismo, o presidente, retirando-lhe a palavra, mandou-o calar, dizendo-lhe que o mandava autuar se continuasse. Isto deu lugar a umas trocas de palavras entre os vereadores. Terminado este incidente o presidente disse que, não pertencendo a esta Camara resolver o assunto da reclamação |¹⁵⁵ visto que dispondo o artigo vinte e quatro da Lei numero seiscentos vinte e um de vinte e três de Junho de mil novecentos e desaseis que pertencem exclusivamente ás comissões executivas as atribuições referidas nos numeros oitavo e nono do artigo noventa e quatro da lei numero oitenta e oito de sete de Agosto de mil novecentos e trese..... é para a Comissão Executiva que o recorrente deve reclamar ou para o Contencioso Administrativo e não para esta Camara. Nestes termos propõe que a Camara não tome conhecimento da reclamação por não lhe competir, aconselhando o reclamante que se dirija em termos correctos e dignos á Comissão Executiva, para éla o atender, querendo ou então que recorra das respectiva deliberação para o Tribunal competente. Disse mais que os vereadores que aprovassem a sua proposta se conservassem sentados e os que rejeitassem se levantassem. Como parte dos vereadores não ouvissem esta proposta porque o vereador Narciso voltára a faser obstencionismo, o presidente voltou novamente a fazer a mesma proposta que foi aprovada por déz vereadores e rejeitada pelos vereadores Picão Almeida e Pedro Marques, visto que o vereador Narciso, atendendo ao grau de parentesco que tem com o reclamante, não pode honrar parte na respectiva deliberação.

Como não pudesse ser tratado mais |^{155v} assunto algum nesta sessão, o presidente em nome da lei encerrou-a. Para constar se lavrou esta acta que vais ser devidamente assinada nos termos do artigo vinte e oito da já mencionada lei numero seiscentos e vinte e um. E eu Augusto dos Santos Picão secretario que a sobescrevi

João Maria da Silva Marques
Antonio Rodrigo de Carvalho
Augusto dos Santos Picão

Sessão extraordinária de 20 de Junho de 1917

Aos vinte dias do mês de Junho de mil novecentos e desasete, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala das sessões Camararias compareceram, para sessão extraordinária, o presidente da Camara Municipal deste mesmo concelho, João Maria da Silva Marques, os vereadores efectivos Antonio Rodrigo de Carvalho, Augusto dos Santos Picão, Joaquim Correia Caldeira, José Antonio Custodio Neves, José Narciso, Pedro Marques de Carvalho, e Silvano Marcelino, e os substitutos em exercicio, Antonio Henriques Delgado, Joaquim Jacinto Henriques, Julio Anastácio e Manuel Correia Cacharia, faltando os vereadores efectivos Antonio Vieira Junior e Joaquim Henriques Horta de Almeida e os substitutos em exercicio Antonio Emidio da Cruz e Silva e José de Oliveira |¹⁵⁶ Guimarães, o presidente em nome da lei, abriu a sessão.

Lida a acta da sessão anterior, foi por unanimidade aprovada, sendo assinada.

Em seguida o presidente disse qual o fim desta sessão, sendo lido o officio assinado por quatro vereadores no qual reclamaram os signatários, a convocação do Senado para se examinar a fôrma porque foi feito o lançamento do imposto de trabalho de mil novecentos e quinse, e resolver-se se a sua cobrança, pela fôrma coercivas pode manter-se em face do que dispõe o paragrafo sexto do artigo setenta e dois do codigo de mil oitocentos noventa e seis, conjugado com as leis numeros oitenta e oito e seiscentos vinte e um.

Terminada a leitura deste officio o vereador Narciso, com a devida permissão, leu a seguinte:

Proposta

Considerando, em face do que dispõe o numero seis do artigo setenta e dois do codigo de mil oitocentos noventa e seis que o imposto de trabalho é exigido no próprio ano em que foi lançado, não podendo em caso algum ser exigido fóra dos prazos para que foi auctorizado.

Considerando que esta Camara resuscitando (sic) o imposto do trabalho em mil novecentos e quinze, que ha bastantes anos não era lançado, o fêz ilegalmente por não abranger todos os individuos da respectiva circunseri-|^{156v}ção municipal, atropelando-se o disposto no paragrafo primeiro do artigo cento e treze da lei numero oitenta e oito de sete de agosto de mil novecentos e treze e a própria constituição (artigo três numero dois);

Considerando que o lançamento mostra ainda inexactidão, pois que nêle figuram individuos já falecidos = Joaquim da Silva Guerra, da Moita e outros cujos nomes não me ocorrem = faltando outros como por exemplo = Manuel Pereira, Joaquim de Miranda, Alberto Cadoso, João da Fontoura Madureira, Julio Augusto da Silva Viegas, José Luís dos Santos, e muitos outros, não isentos por expressa determinação da Lei, tendo-se até d'ali excluido freguesias inteiras, o que manifestamente digo que manifesta violação não só da lei especial, mas da qual, ofensa tanto mais grave quanto é certo tratar-se da cobrança de imposto (sic) que precisam e devem sêr lançados com a mais escrupolosa (sic) atenção para não levantarem justos clamores;

Considerando que o imposto de trabalho não póde ter applicação diversa da que a lei estatue e que para ser cobrado necessario (sic) se formava que a Camara em mil novecentos e quinse tivesse aberto os respectivos trabalhos até á distancia de seis quilómetros dos colectados; (paragrafo terceiro do artigo cento e treze da lei numero |¹⁵⁷oitenta e oito)

Considerado que se não prova a abertura desses trabalhos e que os contribuintes fossem avisados em mil novecentos e quinse, para reunirem as suas prestações a

dinheiro, pois os primeiros avisos só foram feitos em junho de mil novecentos e desaseis e os segundos e os segundos e ultimos em vinte e quatro de Fevereiro de mil novecentos e desasete;

Considerando, em face da lei, que é justo clamor dos municipes por lhes constar que se pretende obriga-los pelos meios coercivos a pagar um imposto hoje prescrito;

Considerando que um tal processo implicará o divorcio entre o pòvo e a Camara sem nenhuma vantagem para esta pois basta que ele alegue um juizo a prescrição (numero cinco do artigo oitenta e seis do Codigo das execussões fiscais) para ser anulada a divida;

Considerando que a levar-se por diante uma tal exigencia obrigaria os municipes a dispêndios e prejuizos de tempo o que podiam ocasionar actos de desforço, que a todos cumpre e convem (sic) evitar;

Considerando que os prazos nessa lei estabelecidos para a cobrança e processo de relaxe não podem sêr alterados do saldo (sic) de quem quer que seja;

Considerando que as faltas cometidas pelo Chefe da Secretaria e respectivo tesoureiro são previstas e punidas pelo capitulo IV |^{157v} da referida lei numero seiscentos vinte e um e artigo cento e cincoenta do Codigo das execussões fiscais; mas:

Considerando que á Camara cabem atribuições no sentido de resolvêr com equidade, dentro da lei, as reclamações dos seus municipes;

Imponho, pelos fundamentos expostos; Que seja anulado o imposto de trabalho de mil novecentos e quinse em divida, em face do que dispõe o paragrafo sexto do artigo setenta e dois do Codigo Administrativo e que pelos mesmos motivos cesse todo e qualquer procedimento contra o chefe da secretaria da Camara e respectivo tesoureiro.

Sala das sessões da Camara Municipal da Lourinhã em vinte de Junho de mil novecentos e desasete. (a) O Vereador, - José Narciso.”

Terminada a leitura desta proposta procedeu-se ao confronto das disposições da lei applicavel ao caso e ao exame dos lançamentos do imposto de trabalho em questão, verificando-se que estes estão organisados de conformidade com a lei, contendo apenas algumas omissões de nomes de cidadãos, que foram devidas á falta de informação. Relativamente á base da proposta que acaba de ser apresentada e que é a disposição contida no paragrafo sexto do artigo setenta e dois do Codigo Administrativo de mil oitocentos e noventa |¹⁵⁸ e seis, verificou-se que tal disposição está revogada pela do artigo cento e treze, seus paragrafos e numeros da lei administrativa de sete de Agosto de mil novecentos e treze, pois que o legislador desta lei copiando textualmente as disposições do artigo setenta e dois seus numeros e paragrafos, deixou de fóra digo paragrafos do referido codigo de mil oitocentos noventa e seis, deixou de fóra as do paragrafo sexto, substituindo-as pelas do paragrafo quarto do mencionado artigo cento e treze que diz: O imposto que não fôr pago em trabalho será reunido ou pago a dinheiro pelo preço da tarifa camararia.

Nesta altura o vice-presidente da Comissão Executiva, vereador José António Custodio Neves pedindo a palavra, que lhe foi concedida, fêz o relato da forma como se procedeu na cobrança do referido imposto; da propaganda contrária á cobrança do mesmo imposto feito por sessões desta vila quer nas lojas e mais estabelecimentos desta mesma vila, quer nas diferentes povoações deste concelho, entrando em tal propaganda até empregados municipais e do Estado e alguns vereadores desta Camara que aprovaram o lançamento do referido imposto na ocasião em que ele foi proposto, o que deu lugar á Comissão Executiva ter de prolongar o praso da

respectiva cobrança voluntária, afim de evitar- |^{158v} – se o relaxar-se pessoas iludidas cantico da cereia; e finalmente do deliberado pela mesma Comissão relativamente ao relance do referido imposto, visto que não era justo, que tendo sido, entre entregues ao tesoureiro mil e oitocentos conhecimentos deste imposto e relativos a igual numero de contribuintes, mil tresentos cumprissem o seu dever pagando as sua colectas e quinhentos deixassem de as pagarem. Nestes termos, pois propõe que seja mantido o relaxe que está feito e entregue um juizo, deixando-se aos contribuintes remissos resolverem o assunto perante o tribunal competente. – Tendo-se levantado a duvida se a Camara poderá deliberar a anulação do imposto relaxado, visto que o respectivo relaxe está entregue ao poder judicial, o presidente propôs, por alvitre do Chefe da Secretaria, que fosse uma comissão de vereadores delegados desta Camara, avistar-se com o Ex.^{mo} Dr. Juiz de Districto desta Camara, a quem exporia o assunto que tem sido tratado, consultando-o se êle se oporia á anulação do referido imposto relaxado.

Discutida esta proposta por todos os vereadores, foi aprovada sendo nomeados para tal comissão os vereadores Augusto dos Santos Picão, José Narciso e Pedro Marques de Carvalho, que aceitaram o respectivo cargo, saindo da sala interrompendo-se a sessão.

Reaberta a sessão com o regresso |¹⁵⁹ da Comissão, por esta foi dito que o Ex.^{mo} Dr. Juiz lhe dissera que, logo que lhe seja enviada, com um officio, a copia da acta da sessão d'onde conste a deliberação anulando o relance do imposto de trabalho existente naquele juizo, ele Magistrado ordenará imediatamente que sejam arquivados os respectivos processos, não implicando esta resolução qualquer despesa para esta Camara.

No intervalo ou por outra, durante a ausencia dos vereadores comissionados, o Chefe da Secretaria, invocado o test Camara.

Postas pela presidencia á votação e aprovação da Camara as propostas dos vereadores Narciso e Neves, foi a daquele vereador aprovada por unanimidade, declarando o vereador Neves que a aprovou por espirito de camaradagem.

O Chefe da Secretaria, pedindo autorização, que lhe foi concedida, explicou que, como se póde vêr do livro das Actas das sessões da Comissão Executiva, com cujas deliberações se defenderá se preciso fôr, cumprira á risca os prazos das operações de relaxes indicados na Lei numero seiscentos vinte e um e no código da Execuções Fiscais, por isso nada receia da ameaça feita no último considerando da proposta do vereador Narciso, nem aceita a be- |^{159v} nevolência constantes do final da mesma proposta. Se a Camara entender que o seu procedimento merece correctivo que lho aplique, que êle se defenderá.

Ainda o mesmo chefe, invocando o testemunho do vereador Pedro Marques de Carvalho, disse que na ocasião do vereador P.^o Neves diser que o imposto de trabalho devia ser novamente lançado para reparação das estradas e caminhos do concelho, objectáva ao referido vereador os inconvenientes de tal ideia, pois que sendo tal imposto o que serviu de rastilho para a lamentavel revolta havida neste concelho em mil oitocentos noventa e dois, caindo em desuso desde esta data, o pòvo não receberia bem. Faz esta explicação para desfazer o boato espalhado por pessoas mal intencionadas de que fôra êle o auctor da Camara ter lançado o já referido imposto no ano de mil novecentos e quince.

Acto continuo foi presente o officio datado de oito do corrente, que é do teôr seguinte:

“ Ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Camara Municipal do Concelho da Lourinhã. Lourinhã, 8 de Junho de 1917.= Em resposta á nota n.^o 11 ou 28 de Maio ultimo, recebida em 5

do corrente, tenho a honra de informar-lhe que, em obser- |¹⁶⁰ vancia aos preceitos regulamentares não posso aceitar comissão de serviço de qualquer natureza sem a competente auctorização de sua Ex.^{cia} o Ministro das Finanças.= Agora permita-me lhe que lhe diga que a minha modesta personalidade não foi, a meu ver, indicada, para fazer a sindicancia aos actos officiais do chefe da secretaria da Camara e do Tesoureiro, em rasão de ter cortadas as relações com o primeiro daqueles empregados. E tanto assim é que já dessa circunstância ele se aproveitou para, em plena sessão, fazer umas insinuações que o meu character justificadamente repele, porque, fossem quais fossem - as rasões – que muitas foram para dele me alhear – eu seria incapaz, em qualquer emergencia, dum procedimento que me envergonhasse perante a consciencia dos homens de bem desta terra.= Saude e fraternidade = Lazaro Joaquim Correia,,

Antes da Camara entrar na apreciação do assunto deste officio, o chefe da secretaria da Camara pediu licença para perguntar aos vereadores que assistiram à sessão, do dia vinte e oito de maio findo e que eram todos presentes a esta sessão com excepção dos substitutos Joaquim Jacinto Henriques e Julio Anastacio, se êle na ocasião de indicar o nome do signatário do officio, para seu syndicante, fisera quaisquer insinuações des-|^{160v}favoraveis ou favoraveis ao character do mesmo signatario. Tendo recebido por parte de todos os vereadores que tal asserção feita no mencionado officio era menos verdadeira, pois que o mesmo Chefe não fêz quaisquer referencias ao signatario do officio, o referido Chefe declarou que o facto de estar de relações cortadas com o mencionado signatário nada influe no seu espirito para o julgar menos correcto no desempenho da Comissão para que a Camara o nomeára e se for acaso, saisse fora das normas de tal correção, ele reserva-se com o direito de lhe pedir as devidas contas. Declara mais que não desiste de insistir com esta Camara para ordenar a sindicancia que requereu e que solicite do Ex.^{mo} Ministro das Finanças a devida auctorização para que o secretário de finanças seja o syndicante.

O vereador Neves protesta contra a intriga que merecidamente pessoas de sentimentos baixos andam movendo contra o Chefe da Secretaria, sendo a ultima a que consta da ultima parte do officio que acabou de ser lido.

Posta pelo presidente á discussão e votação da Camara o assunto deste officio, os vereadores quasi na totalidade declararam ser melhor não se fazer a sindicancia |¹⁶¹ visto que no seu espirito não lhes restava a menor duvida probidade e honradez do seu chefe de secretaria e do seu tesoureiro, declarando o vereador Pedro Marques que se absteve de tratar deste assunto. Como porem o chefe de secretaria instasse para que lhe fosse feita a sindicancia requerida, deliberou a Câmara, por maioria, pedir auctorização ao Ex.^{mo} Ministro das Finanças para que o Secretario de finanças deste Concelho, seja o syndicante dos atos officiais dos referidos Chefe e Tesoureiro, tendo o presidente declarado que na sua opinião devia ser o syndicante o Sr António Maria Roque Delgado.

Por ultimo deliberou por unanimidade deferir o pedido feito em requerimento, por Antonio Francisco Lopes, do Vale de Francas, sobre o aforamento de uma porção de terreno baldio no sitio do Vale Moutinho, limite das Papagovas, freguesia de Miragaia, Terreno onde o requerente semeou e possui um pinhal e que tem de superficie quatro mil setecentos e oitenta e cinco metros quadrados, designando o dia vinte de julho proximo, pelas onse horas, para o aforamento em hasta publica.

Não podendo ser tratado outro qualquer assunto foi encerrada a sessão e para constar lavrada esta acta que vai ser assinada de conformidade com as disposições do |^{161v} artigo vinte e oito da lei numero seiscentos vinte e um. E eu

João Maria da Silva Marques
Antonio Rodrigo de Carvalho

Sessão Ordinária de 28 de Novembro de 1917.

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro de mil novecentos e desasete, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do Concelho e na sala das sessões Camararias, se reuniram em sessão ordinaria, o presidente da Camara Municipal deste mesmo Concêlho, João Maria da Silva Marques, os vereadores efectivos Joaquim Correia Caldeira, José António Custodio Neves, e Silvano Marcelino e os substitutos em exercicio Antonio Henriques Delgado, Julio Anastácio e Manuel Correia Cacharia, faltado os vereadores efectivos Antonio Maria da Silva, Antonio Rodrigo de Carvalho, Antonio Vieira Junior, Augusto dos Santos Picão, José Narciso, José da Silva Henriques Cordeiro, Joaquim Henriques de Almeida e Pedro Marques de Carvalho, e o substituto em exercicio, Antonio Emidio da Cruz e Silva, o presidente tendo verificado que o numero de vereadores presentes era o suficiente para a Camara poder funcio¹⁶²nar, como determina a lei numero setecentos oitenta e cinco de vinte e quatro de Agosto deste anno, abriu em nome da lei a sessão e propôs, visto faltarem o secretario e vice-secretario, para compõem a respectiva mēsa nesta sessão, para secretario o vogal Silvano Marcelino e para vice-secretario digo mēsa nesta sessão, para secretario o vereador Silvano Marcelino e para vice-secretario o vereador Joaquim Correia Caldeira, proposta que foi aprovada, tomando os propostos os seus lugares.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada pelos vereadores que a éla assistiram sendo assinada pelo presidente.

Em seguida foi presente o seguinte expediente:

Oficio circular datado de vinte e nove de Outubro ultimo, da Comissão Executiva da Camara Municipal de Fronteira, comunicando que o respectivo Senado Municipal resolveu convidar todas as Camaras Municipais do País á realização dum congresso Municipalista onde sejam tratados todos os assuntos de interesse Municipal e especialmente os das leis atentorias da auctonomia Municipal. – A Camara concordando absolutamente com o assunto resolveu representar-se no mesmo congresso pela pessoa que oportunamente nomeará.

Oficio circular da Cruzada das Mulheres Portuguesas, pedindo um subsidio para auxiliar as familias dos mobilizados chefes de familia e que sejam o ^{162v} seu único sustentaculo. _ Foi concedido o subsidio de vinte escudos.

Oficio da Liga Economica Nacional convidando esta Camara para faser-se representar por dés dos seus membros no Congresso Economico Nacional e a indicar a cóta com que concorre para as respectivas despesas, a qual não deverá ser inferior a dois escudos. _ A Camara resolveu deixar a resolução deste assunto á nova vereação ultimamente eleita.

Oficio do Ministerio das Finanças, quarta repartição da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que é do teôr seguinte: “Serviço da Republica = Ao Excelentissimo Senhor Presidente da Comissão Executiva do concelho da Lourinhã = Comunico a V. Ex.^a, em referencia ao seu oficio n.º 73, de 21 deste mez e que, por despacho ministerial de ontem, não foi concedida a autorização pedida no mesmo oficio, para que o secretario de finanças desse concelho – Lazaro Joaquim Correia – proceda a uma sindicancia junto dessa Camara Municipal, em virtude de na presente conjuntura, os serviços que ha a concluir em praso na repartição a cargo do referido secretario não permitem, sem prejuizo deles, que o respectivo chefe seja desviado para outros.= Saude e Fraternidade = 4ª Repartição da Direcção Geral das

Contribuições e Impostos, em 30 de junho de 1917.= O Chefe da Re- |¹⁶³ partição.” (não tras assinatura).

Terminada a leitura deste ofício o presidente propôs, em vista do chefe da secretaria ter declarado não desistir de reclamar a sindicância que requereu e que seja seu sindicante o secretario de finanças Lazaro Joaquim Correia, que visto ser esta a ultima sessão ordinaria deste Senado pois que a sua Gerencia termina no fim do actual âno civil, que fique este assunto para ser resolvido pela nova vereação visto parecer-lhe que o sindicante indigitado deseja furtar-se a tal serviço._ A Camara aprovou a proposta da presidencia.

Ofício com data de trinta e um de Outubro ultimo, assinado pelos dois facultativos municipais deste concelho, Dr.^s Adriano Augusto Gouveia Franco e Tiago Sales, cujo testo é de teôr seguinte: “Os facultativos municipais deste concelho veem ponderar á Camara da sua digna presidencia que é absolutamente impossivel, manter-se, por mais tempo, a tabela de seus emolumentos, aprovada em sessão Camararia de desanove de Desembro de 1882.= Teem tido abaixo assinados a abnegação quasi inexplicavel, em face das circunstancias da época que vamos atravessando, de conservar a referida tabela, trasendo-lhe isso um deficit á sua vida economica facilmente compreensivel. Não se percebe como, tendo triplicado as despesas indispensaveis aos |^{163v} serviços da clinica, alem das inherentes á sua vida social, se podia manter a tabela de seus honorarios que deveria estar bem em 1882 quando foi feita, mas que é inaceitavel em fins de 1917. Simplesmente tiveram de considerar os signatarios até que ponto deviam subir os referidos honorarios. = Para isso cuidaram de saber o que se passa nos concelhos vizinhos sobre o assunto, não se julgando em condições diversas dos seus colegas da região, nem se podendo considerar os povos deste concelho em condições economicas inferiores ás dos concelhos proximos.= Assim, em Peniche, segundo informação do seu clinico municipal a consulta feita á hora estabelecida é de \$50 e de \$80 fóra dessa hora. Em Torres Vedras segundo noticiam os jornais os preços das consultas subiram agora 50%, o que quer diser que passaram a ser de \$60 em casa do medico tendo recebido já um aumento anteriormente aos preços antigos. A mesma proporção é mantida nos serviços fóra das respectivas povoações o que significa que os preços são superiores a 100% aos que existiam.= Acham, todavia, os signatarios que esse aumento neste concelho em todos os serviços, feito bruscamente podia ser extranhavel ás povoações distantes desta vila. Concordaram então em propôr a seguinte tabela que fica álguem da que é seguida nos concelhos visi |¹⁶⁴ nhos, sendo certo que igualmente é adótada desde ha tempo, pelos signatarios quando são chamados para algumas de suas povoações, salvo excepções indicadas pelas circunstancias.

Nova Tabela

Consultas dadas á hora designada -	\$40
Consultas em sua casa alem das respectivas horas com excepção dos casos de urgencia, ou dos em que houverem impossibilidade de comparencia dos médicos signatarios a essas horas -	\$60
Cada visita dentro da vila -	\$60
Cada visita fóra da vila a menos de um quilometro -	\$70
Cada visita fóra da vila alem de \$15 por cada quilometro a percorrer, conta do da residencia do facultativo á casa onde se achar o doente -	\$60
Cada visita feita nas povoações onde o facultativo se encontrar -	\$60
Visitas ou consultas nocturnas o dobro dos honorarios e do preço quilometrico acima mencionados.	

A hora das consultas continuará a ser a já estabelecida no uso, das 12 ás 14 horas.
= Saude e Fraternidade”

Acto continuo foi lido o requerimento que é do têor seguinte:

“Ex.^{mo} Sr.^s Presidente e vereadores da Camara Municipal de Lourinhã. = Perante V.Ex.^{as} veem os empregadis municipais deste concelho, impetrar a concessão da subvenção que lhes corresponde e é facultada segundo o o que se acha esta-
|^{164v}belecido no Decreto n.º 3420, de 5 de Outubro do corrente ano.= É obvio diser-se que a indole de aquele Decreto foi melhorar um pouco a situação precária dos funcionarios públicos, muitos dos quais, já a braços com a miséria, se não podiam sustentar e suas familias, em consequencia da carestia da vida, que cada ves mais se agrava com a subida constante de todos os productos que constituem a alimentação pública.= mais felizes, Ex.^{mos} Sr.^s, é neste momento crítico que atravessâmos, a situação do proletariado, pois que vai êste elevando o seu salário na medida das suas instantes necessidades. E todavia, o Jornaleiro ou o artista, não enriquecem nem mesmo vivem mais desafogados ganhando entre \$80 e 1\$50 diários, do que viviam quando esses salários não iam ao maximo de \$40 a \$80’. = Ao contrario dos assalariados, os empregados públicos muitos dos quais com vencimentos actualmente muito inferiores aos daqueles, não podem aumentar as suas retribuições, tendo todavia de aposentar-se por forma a não serem desprestigiados coma irrisão pública, aproveitando por isso uma decência e um bem estar que brigam com a sua bem difícil situação.= Poderá argumentar-se com o beneficio da lei n.º 357 de 23 de Outubro de 1915 que um pouco elevou os vencimentos dos signatarios. Esse beneficio, porem, sumiu-se de então para cá, na voragem do constante encarecimento da vida’.= Dêle já nada resta Senhores! = É assim que |¹⁶⁵ os signatarios, conscios do direito que lhes assiste e da justiça que por certo V.Ex.^{as} lhes reconheceram, esperam e = P. a V.Ex.^{as} deferimento.= Lourinhã, 28 de Novembro de 1917. = (a a) Fortunato José de Carvalho = Fernando Henriques Horta de Almeida = Fortunato Deodoro de Carvalho = Higino de Aquino Neves = Joaquim Ferreira = Gaspar Ribeiro.,,

Terminada a leitura deste requerimento, o presidente subentendeu em primeiro lugar á apreciação e discussão da Camara o assunto do officio dos facultativos Municipais. E assim resolveu a Camara, depois de demorada discussão, não atender o pedido embora junto dos facultativos Municipais, por a isso se opor terminantemente o artigo cento vinte e três do Codigo Administrativo de quatro de Maio de mil oitocentos noventa e seis (unica lei reguladora do assunto em questão) que diz: O aumento dos vencimentos, ou o melhoramento das vantagens dos partidos em beneficio dos providos, só pôde fazer-se, observadas as mais disposições deste codigo, sujeitando-se eles a novo concurso, e também por achar excessivas as taxas indicadas na tabela proposta pelos mesmos facultativos. Mais resolveu faser lembrar a estes funcionários municipais que a exemplo do que fiseram os restantes funcionarios desta Camara e como compensação do deficit no seu citado officio, recorram aos |^{165v} beneficios da lei das subvenções, reclamando desta Camara a respectiva concessão. Estas deliberações foram aprovadas por unanimidade.

Entrando em discussão o assunto da reclamação do chefe, amanuense e continuo da secretaria da Camara; do tesoureiro privativo; do guarda campestre e do carcereiro, sobre a concessão, nos termos do decreto numero três mil quatro centos e vinte de cinco de Outrubro deste âno, das subvenções a que o mesmo decreto se refere, a Camara, por unanimidade e por achar justissima a reclamação em face da carestia da vida, resolveu deferi-la concedendo as subvenções de conformidade com o artigo primeiro e seus §§ 2.º e 3.º, como lhe permite o artigo numero oito do já referido

decreto de cinco de Outubro e a contar da data indicada no artigo primeiro deste decreto, com excessão do amanuense da Camara, que só começará a vencer a subvenção em um de Janeiro proximo, visto que em sessão desta Camara de vinte e oito de Maio ultimo e por motivo da carestia da vida, lhe fôra concedida uma gratificação de cincoenta escudos.

Requerimento de Joaquim Camilo Correia, natural de Miragaia, mas residente em Peniche, pedindo por compra uma pequena porção de terreno no lugar de Miragaia, com a superficie de vinte e seis metros quadrados e trinta decímetros; - A Camara tendo em vista as disposições legais applicaveis deferiu o pedido designando o dia dezoito de Dezembro proximo, para a venda – em hasta publica – do mencionado terreno, depois digo terreno, nomeando peritos para a avaliação o condutor chefe dos trabalhos Exequiel Pereira Coutinho e Fernando de Almeida e encarregando a presidencia da Comissão Executiva a representa-la neste contracto.

Requerimento da firma comercial Augusto Carvalho & Companhia, do Porto, pedindo a remissão do fôro de desaseis escudos e des centavos que a este Municipio paga e que é imposto em uma porção de terreno do sitio de Casal do Araujo.

Outro de Daniel da Luz Martins, de Toledo, fazendo igual pedido da remissão digo de José Jorge, do Casal da Pedreira, requerendo o distracte do dominio arrendatario de vinte e sete centavos que anualmente paga a este municipio, imposto em uma porção de terreno no mesmo Casal.

Outro de José Leal, de São Bartolomeu, pedindo a remissão do dominio directo do fôro de oitenta e quatro centavos, que anualmente paga a este municipio, imposto em uma porção de terreno no sitio dos Marcos das Pias. A Camara deliberou por unanimidade e nos termos da lei, deferir os pedidos designando respectivamente os dias vinte e quatro, vinte e sete e seis de Dezembro futuro, para a venda em hasta publica das remissões requeridas, encarregando a presidencia da sua Comissão Executiva a representa-la nos competentes contratos.

Requerimento de Daniel da Luz Martins, de Toledo, pedindo por compra, uma pequena porção de terreno no sitio da Eira Velha, no Vimeiro, com a superficie de cento e cincoenta metros quadrados. Deferido nos termos legais, designando-se o dia desanove de dezembro para a venda em hasta publica, sendo nomeados peritos para a avaliação Ezequiel Pereira Coutinho e Fernando de Almeida, e ficando encarregado de a representar a presidencia da sua Comissão Executiva.

Em cumprimento da lei nomeou para a junta dos Repartidores deste concelho no futuro âno de mil novecentos e dezoito, os seguintes cidadãos:

Efectivos:

Francisco Maria Pereira Marques -	Lourinhã
Manuel Filipe Pinheiro –	idem
Francisco Ferreira Delgado –	idem

Substitutos:

Joaquim Henriques Horta de Almeida –	idem
Leopoldo Augusto Madeira –	idem
Francisco Maria –	idem

Para fazer parte da Comissão a que se refere o artigo cento cincoenta e oito do Código da Contribuição Predial no âno de mil novecentos e dezoito, nomeou o cidadão Francisco Pedro de Carvalho.

¹⁶⁷ Por proposta do presidente aprovada por unanimidade, deliberou representar ao Ex.^{mo} Ministro do Trabalho por intermedio da Direcção Geral das Obras digo do Fomento, por intermedio da Direcção Geral do respectivo Ministerio, expondo-lhe que

na estrada distrital numero cento trinta e oito entre as povoações do Reguengo Grande deste concelho e Columbeira do concelho do Bombarral, existe um troço da mesma estrada que se acha sem fiscalisação de conservação, devido a não estar demarcada a extrema do districto de Lisboa com o de Leiria, dando isto ocasião a que o referido troço da estrada esteja intransitavel pelo abandono a que pelos respectivos chefes de conservação o votaram, e reclamando que com toda a urgencia seja feita a respectiva demarcação e consequentemente os devidos reparos.

Nesta altura o chefe da secretaria disse que o cidadão José dos Reis Campos, o encarregáda de faser seiente desta Camara do pessimo estado em que se encontra a ponte sobre o rio entre as povoações da Areia Branca e Seixal e pedir a rapida reparação. Este pedido foi reforçado por uma comissão de cidadãos destas povoações. – A Camara reconhecendo a falta que faz ao transito a aludida ponte, mandou-se para-la encarregando o conductor chefe dos trabalhos de faser o respectivo orçamento e de harmonia com a Comissão Executiva proceder aos competentes |^{167v} reparos.

Ainda pelo chefe da secretaria encarregado pelo conductor dos trabalhos municipais, foi dado conhecimento á Camara que em vinte e dois do corrente, das desasete, para as desoito horas, os filhos de Rufino dos Santos, do Seixal, destruíram á enxada, parte das guardas desta ponte, presenciando tal malvadez dois filhos de Manuel Arsenio da Areia Branca._ Como estivesse presente um irmão dos arguidos o presidente disse-lhe que recomendasse ao pai para mandar os competentes reparos, mas tendo-se negado o referido irmão do arguido a cumprir tal recomendação, alegando que o pai não tem meios, a Camara encarregou o presidente da sua Comissão Executiva a apurar o assunto e a apresentar a respectiva queixa em juizo.

Por ultimo e por proposta do vereador Neves, vice-presidente servindo de presidente da Comissão Executiva, consignou um voto de sentimento pelo passamento da esposa do vereador Francisco Maria Pereira Marques e ficou intimado de ter representado esta Camara o respectivo Chefe da secretaria no funeral da mencionada esposa do aludido vereador Marques.

Não havendo mais assunto algum a tratar foi encerrada a sessão que foi digo sessão e para constar lavrada, lida e aprovada esta acta |¹⁶⁸ que vai ser assinada de conformidade com as determinações do artigo vinte e oito da lei numero seiscentos vinte e um.

E eu Silvano Marcelino vereador servindo de secretario que a subscrevi.

João Maria da Silva Marques

Joaquim Correia Caldeira

Silvano Marcelino

1918

1919

Sessão de 26 de Junho

Aos vinte e seis dias do mês de Junho de mil novecentos e desanove, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala das sessões camararias compareceram os

cidadãos Antonio Emidio da Cruz e Silva, Antonio Lopes Sines, Casimiro da Silva Marques, Francisco Pedro da Costa, João Inácio Franco, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Custodio Neves, Joaquim Quintino Vieira, José Luiz dos Santos, José Maria Rodrigues, e José dos Reis Campos, faltando o cidadão Antonio Rodrigo de Carvalho, que foram eleitos vereadores da Camara Municipal deste concelho no dia vinte e três de Maio deste ano, para de direito proprio e nos termos da lei, tomarem posse da administração municipal deste mesmo concelho e, nesta conformidade, foi apresentada a seguinte

|^{168v} Moção:

A Camara Municipal deste Concelho eleita por sufragio deste mesmo concelho:

Considerando que tem sido diversamente interpretadas as disposições do Codigo Administrativo e lei eleitoral reguladoras da eleição das Camaras Municipais e posse das ultimamente eleitas;

Considerando que muitas destas Camaras, apoiando-se nas disposições do artigo 322.º do Codigo Administrativo de 1878 e portaria de 3 de dezembro de 1913, e interpretando extensivamente o § 1.º do artigo 20.º da lei administrativa de 1913, tomaram já posse dos seus cargos;

Considerando que a confusão gerada na vária legislação administrativa, ainda mais se agravou com o decreto n.º 5.871 de 14 do corrente mês que, carecendo indiscutivelmente de base legal, não teve ambiente favoravel para a sua aceitação;

Considerando que levada á Camara os Deputados os protestos e duvidas suscitadas por essa contraditória interpretação, aquela Camara, a despeito dos diferentes pareceres apresentados, afinal se inclinou para a imediata posse dos Corpos Administrativos agora eleitos;

Considerando, porem, que tão refutado dinamismo dos corpos administrativos, não pôde ser de tão absoluta aplicação que outros preceitos devam ser preteridos;

Considerando que o § 1.º do citado artigo 20.º, preceituando “que os cidadãos eleitos fóra da época ordinaria reúnem quinze dias depois do apuramento” deve ser entendido em |¹⁶⁹ termos habeis e conforme com outras disposições legais e com a boa razão;

Considerando que o apuramento feito pela assembleia primaria e unica, põe termo á eleição e proclama os vereadores apurados como eleitos, mas não julga, absolutamente e em unica instancia a sua legalidade, entregue como está este julgamento ao Contencioso Administrativo (codigo eleitoral antigos 113.º e seguintes);

Considerando que foi parecer desta Camara que só devia tomar posse dos seus lugares e função, depois de decorridas, sobre o praso marcado no artigo 115.º do Codigo Eleitoral, o prazo de quinze dias do § 1.º do artigo 20.º da lei administrativa de 7 de agosto de 1913, sem haver comunicação da ilegalidade afectando a eleição ou incompatibilidade dos seus vogais; coerente com estes principios e ao tomar posse dos seus cargos

Resolve:

Saúdar o Senhor Presidente da República;

Saudar, cordealmente, o povo deste concelho que lhe deu no seu largo sufragio uma inequivoca demonstração de carinhosa confiança;

Saudar todos os funcionarios camararios, de todas as categorias, que, sem excepção, todas merecem a esta Camara as mais justas refencias e integral confiança, como tem sucedido com as anteriores.

Afirmar, por fim, a sua irredutível vontade de fazer profícua, tanto quanto esta caiba nas suas boas intenções, de que não é lícito duvidar, e na sua capacidade que, infelizmente é limitada.

Aprovada por unanimidade esta moção, que havia sido apresentada pelo vereador |^{169v} José dos Reis Campos, assim a presidência, nos termos do artigo catorze da lei administrativa de sete de Agosto de mil novecentos e treze, o vereador mais idoso dos três que obtiveram igual votação, José Luis dos Santos, e procedeu à verificação dos respectivos poderes, como determina o artigo vinte.

Verificada a aprovação dos diplomas apresentados se passou à eleição da mesa desta Câmara, propondo o presidente à assembleia os seguintes cidadãos: para secretários Francisco Pedro da Costa e Joaquim Custodio Neves e para escrutinadores Antonio Emidio da Cruz Silva e Casimiro da Silva Marques, que a assembleia aprovou.

Corrido o escrutínio, se verificou ser de onze o numero das listas antradas na urna e o resultado do apuramento o seguinte:

Para Presidente:

Joaquim Quintino Vieira com três votos e José dos Reis Campos com um voto

Para Vice-Presidente:

Antonio Emidio da Cruz e Silva, com nove votos e José Luis dos Santos e Francisco Pedro da Costa, com um voto cada um.

Para secretário:

Joaquim Custodio Neves, com três votos, e José Luis dos Santos, com um voto.

Para Vice-Secretário

Joaquim Correia Caldeira, com três votos e Antonio Lopes Sines, com um voto.

Em consequência desta votação passou a presidência a proclamar como eleitos:

Para Presidente: consequência desta votação passou a presidência a proclamar como eleitos:

Para presidente – Joaquim Quintino Vieira

Para Vice Presidente – Antonio Emidio da Cruz e Silva.

|¹⁷⁰ Para Secretário; Joaquim Custodio Neves

Para Vice-Secretário – Joaquim Correia Caldeira, os quais assumiram os seus lugares na mesa, declarando o presidente, depois de todos os eleitos terem agradecido aos seus colegas a deferência, constituída a Câmara Municipal para todos os eleitos e aberta a presente sessão em nome da Lei.

De conformidade com as disposições do artigo desasete da Lei numero seiscentos vinte e um de vinte e três de junho de mil novecentos e desaseis, por unanimidade deliberou a Câmara que as suas sessões ordinárias se realizem nos meses de Abril e Novembro de cada ano, pelas treze horas.

Em seguida pelo vereador Antonio Lopes Sines foi apresentada a seguinte proposta

Proposta:

Atendendo a que é com justo desvanecimento que esta Câmara vê entre os seus vogais, agora eleitos pelo sufrágio popular, todos os vogais da Comissão Administrativa cessante em dês de Março deste ano;

Considerado: que esta comissão, constituída por homens de caráter sólido e inequebrantável honestidade, foi desapossada dos seus cargos sem que lhe fosse dada uma justa satisfação em reconhecimento destas qualidades _ Como esta câmara não quer nem pôde negar á que vem substituir;

Considerando que, para mais, houve insolita pretensão de fazer recair sobre aqueles vogais sugestões de concessão de menos cuidado havido na administração camararia;

Atendendo a que alarga votação popular de agora, recaindo sobre estes mesmos vogais, manifesta a repulsa forte daquelas sugestões |^{170v} e acusa do mesmo passo, a sua completa solidariedade moral com eles;

O vereador signatário propõe:

As homenagens desta Camara á justiça sempre viva na alma popular;

Que os aludidos vogais sejam votados por aclamação para constituir a Comissão Executiva desta Camara.

Lourinhã e sala das sessões da Camara Municipal aos vinte e seis de junho de mil novecentos e desanove. (a) Antonio Lopes Sines.

Terminada a leitura desta proposta e antes que esta seja submetida á votação foi pelos vogais da Comissão digo pelos cidadãos que fiseram parte da Comissão Administrativa a que a proposta se refere, agradecido ao proponente as palavras de justiça que lhes dirige, sendo em seguida submetida á aprovação da Camara esta proposta foi a mesma, por levantados e sentados, aprovada por maioria, mas como o artigo quarenta e seis e seus paragrafos da lei sete de agosto já referida, determina que as comissões executivas sejam eleitas por escrutinio secreto e o numero terceiro do artigo nove da mesma lei não permite que os ajudantes do registo civil sejam eleitos para as referidas Comissões, pelo que não pode faser parte da desta Comissão o vereador Antonio Emidio da Cruz e Silva, a Camara, por unanimidade, resolveu proceder á respectiva eleição de harmonia com as disposições do numero vinte e oito do artigo noventa |¹⁷¹ e quatro da já referida lei, o que fêz, sendo o resultado da eleição o seguinte:

Para vogais efectivos:

José dos Reis Campos e José Luís dos Santos, e João Inácio Franco, com dés votos cada um; João Inácio Franco com nove votos; Casimiro da Silva Marques e Francisco Pedro da Costa com oito votos cada um; Antonio Emidio da Cruz e Silva com tres votos; José Maria Rodrigues com dois votos; e Antonio Lopes Sines um voto.

Para vogais substitutos:

José Maria Rodrigues, Antonio Lopes Sines, Joaquim Custodio Neves, Joaquim Correia Caldeira e Antonio Rodrigo de Carvalho, com onse votos cada um.

Foram portanto proclamados, por serem os mais votados, os seguintes vereadores para faserem parte da Comissão Executiva desta Camara no presente ano:

Vogais efectivos:

José dos Reis Campos, José Luis dos Santos, João Inácio Franco, Casimiro da Silva Marques e Francisco Pedro da Costa.

Vogais substitutos:

Antonio Lopes Sines, Antonio Rodrigo de Carvalho, Joaquim Correia Caldeira, Joaquim Custodio Neves e José Maria Rodrigues.

Por ultimo o chefe da secretaria da Camara pedindo venia e com a devida permissão apresentou os seus cumprimentos sinceros á vereação a quem garantiu a sua fraca mas leal cooperação e expondo todas as peripecias havidas durante a gerencia da Comissão Administrativa que esta vereação, pela vontade quasi unanime dos |^{171v} eleitores do concelho deste concelho, vem substituir na administração municipal, com a já decantada sindicancia aos actos oficiais digo aos seus actos oficiais e aos do tesoureiro privativo do municipio, pediu, em seu nome e no do referido tesoureiro, que é seu filho, que sejam continuadas e concluídas tais

sindicancias, pedido este que espera será deferido._ A Camara conhecedora como está da honestidade e honradez destes funcionarios, que são bem conhecidas dos habitantes serios do concelho, deliberou não atender o pedido, felicitando ao mesmo tempo os mesmos funcionarios pelas suas conductas em todos os seus actos quer officiais quer pessoais.

Como não houvesse outro qualquer assunto a tratar o presidente, em nome da lei, encerrou a sessão.

Para constar se lavrou esta acta que vai ser assinada pela mesa, como dispõe o artigo vinte e oito da lei numero seiscentos vinte e um de vinte e três de Junho de mil novecentos e desaseis. E eu Joaquim Custodio Neves secretario que a subscrevi

Joaquim Quintino Vieira

Antonio Emidio da Cruz e Silva

Joaquim Correia Caldeira

Joaquim Custodio Neves

¹⁷² Sessão ordinaria de 20 de Novembro de 1919

Aos vinte dias do mês de novembro de mil novecentos e desanove, nesta vila de Lourinhã, nos Paços do concelho e na sala das sessões compareceram para a sessão ordinaria, o vice-presidente servindo de presidente da Camara Municipal deste mesmo Concelho, Antonio Emidio da Cruz e Silva e os vereadores Antonio Lopes Sines, Antonio Rodrigo de Carvalho, Francisco Pedro da Costa, João Inácio Franco, Joaquim Correia Caldeira, José Luis dos Santos e José dos Reis Campos, faltando com motivos justificados, o Presidente Joaquim Quintino Vieira e os vereadores Casimiro da Silva Marques, Joaquim Custodio Neves e José Maria Rodrigues, o presidente em nome da lei, abriu a sessão pelas catorse horas.

Lida a acta da sessão anterior foi aprovada sem alteração alguma e assinada.

Officio numero seiscentos trinta e nove, com data de onse do corrente, da segunda repartição do Governo Civil de Lisboa, enviando a relação de vogais definitivamente eleitos para servirem na Camara Municipal deste concelho, no trienio de mil novecentos e vinte a mil novecentos vinte e dois e cujos nomes são:

Efectivos:

José Luis dos Santos

Casimiro da Silva Marques

^{172v} Antonio Emidio da Cruz e Silva

João Inacio Franco

José dos Reis Campos

Francisco Pedro da Costa

José Maria Rodrigues

Antonio Lopes Sines

Joaquim Custodio Neves

Joaquim Correia Caldeira

Joaquim Quintino Vieira

Antonio Rodrigo de Carvalho

Substitutos:

José Martinho Dias Sarreira

José Silvano marcelino

Manuel Correia Caxaria

Manuel Lourenço da Luz

Arnaldo da Cruz

Jacinto da Silva
Francisco Inacio Junior
Joaquim Pinto
Antonio da Silva Mergulhão
Antonio Venancio
Francisco Antonio
Rodrigo de Carvalho

Oficio numero oito mil seicentos sessenta e sete, datado de trinta e um e Outubro findo, da Companhia Geral do Crédito Predial Portugues, enviando o titulo de distracte do emprestimo n.º10, de 4 $\frac{1}{2}$ % que a Camara Municipal deste concelho contraiu em cinco de Maio de mil oitocentos e noventa com aquela Companhia. _ Inteirada.

Requerimento com data de três do corrente, da Companhia Nacional de Viação e electricidade, sociedade anonima de res¹⁷³ponsabilidade limitada, com sede em Lisboa, na Praça dos Restauradores, 53 -1º, pedindo eu lhe seja concedida autorização para instalar neste concelho uma linha aerea de alta tensão ate 125:000 volts, para o transporte de energia electrica de linhas aereas de baixa tensão para distribuição da mesma energia para todos os usos. Finda a leitura deste requerimento o presidente da Comissão Executiva desta Camara apresentou como nota explicativa do conteúdo deste requerimento, o oficio que os Directores desta Companhia lhe enviaram conjuntamente com este requerimento e cujo teôr é o seguinte:

“Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal da Lourinhã.= Junto enviamos a V.Ex^a um requerimento pedindo auctorisação para instalarmos linhas aereas para transporte de energia electrica nesse concelho e para o qual tomamos a liberdade de chamar a esclarecida atenção de V.Ex^a e da Camara Municipal desse concelho.= Junto enviamos tambem uma pequena monografia pela qual V.Ex^a poderá ficar informado que esta Companhia representa para o desenvolvimento do nosso paiz.: nenhuns encargos representa para V.Ex^{as} o que esta Companhia requer.= Devemos informar tambem V. Ex^a que no fim do proximo ano de 1920 começaremos a fornecer corrente electrica das nossas quedas de água pois as obras di primeiro grupo das quedas do Rio Zezere em que trabalhamos desde Maio de 1918, ficarão concluidas no proximo ano.= No caso dessa Ex.^{ma} Camara desejar abrir concurso publico para adjudicar o fornecimento de energia electrica nesse conce-^{173v}lho, informamos V.Ex^a que esta Companhia apresentará uma proposta sua nesse concurso para o fornecimento de energia electrica para iluminação, tracção electrica, força motriz, industrias electro-quimicas e electro-metalurgicas,= Com a melhor boa vontade coadjuvaremos V.Ex^{as} no caso de desejarem estudar a utilização de energia electrica nesse concelho, não só fornecendo-lhes todas as indicações e esclarecimentos que desejem, mas enviando aí um engenheiro especialista que, conjuntamente com V. Ex^{as} estudará o assunto sem encargos de qualquer especie para essa Ex.^{ma} Camara” (segue o feixo deste oficio).

O referido presidente disse que não vê inconveniente algum para este concelho em que seja deferido o pedido constante do requerimento já referido, antes pelo contrario está certo das maiores vantagens e altos beneficios que advirão a este mesmo concelho, o qual _ caso seja um dia realidade o que se requer - verá satisfeita a sua maior ambição. a viação acelerada atravessando a uma area, e que conduzirá ás estações de caminho de ferro limitrofes as grandes riquezas exportadas do seu sólo e transportará com rapidez o que ele precisa de importar, ficando assim definitivamente resolvido o problema económico deste dito concelho.

Como porem lhe reste uma dúvida no seu espirito lembra a conveniencia de ser consultada a Companhia requerente se a potencia que virá a ser distribuída a este concelho poderá ser suficiente para para a sua utilização á tracção electrica entre |¹⁷⁴ esta vila e as cinco estações de caminho de ferro que a sentem á distancia entre quinse a vinte quilometros.

Generalisada a discussão entre a vereação foi esta, por proposta do presidente da Comissão Executiva, de parecer unanime, por levantados e sentados, como determina o artigo desanove da lei numero seiscentos vinte e um, em auctorizar a concessão solicitada pela Companhia Nacional de Viação e Electricidade, pedindo-se a esta o esclarecimento lembrado pelo presidente da sua Comissão Executiva.

Seguidamente o vereador João Inácio Francisco, pediu a palavra sendo-lhe concedida, disse ser do conhecimento de todos os seus colegas o pessimo estado de conservação em que se encontram todas as estradas deste municipio, especialmente a desta vila ao Vimeiro, assim como é do conhecimento dos mesmos seus colegas os poucos recursos de que dispõe este municipio para acudir de pronto a estes grandes e inadiaveis reparos; por isso o unico meio que vê para acudir de pronto ao pessimo estado em que se encontram as estradas macadamisadas deste concelho, é contrair-se um grande emprestimo amortisavel em trinta anos, com as importancias que todos os anos são destinadas nos orçamentos para a reparação destas estradas, as quais se vem dispendendo sem resultados beneficos. Assim propõe que se delibere o delibere o contrair-se tal emprestimo, ficando a Comissão Executiva auctorisada a mandar proceder aos competentes orçamentos das obras a fazer e a tratar de todos os esclarecimentos e do-|^{174v}cumentos precisos para a efectivação de tais serviços apresentando ao Senado até proxima sessão ordinaria de Abril, o mais tardar, todos os esclarecimentos precisos para o Senado contrair o emprestimo da quantia precisa para tais obras.

Posta pela presidencia á discussão a votação esta proposta foi a mesma, depois de devidamente discutida e com as formalidades prescritas pelo artigo desanove da lei numero seiscentos vinte e um, aprovada por unanimidade, com o adicional apresentado pelo presidente da Comissão Executiva de que a importancia do emprestimo a contrair fosse aumentada da quantia precisa para o abastecimento de agua potavel para o logar de Moita dos Ferreiros.

Mais deliberou ouvir sobre estes importantes assuntos as Juntas de Freguesias detes concelho, como determina o artigo vinte da lei referida.

Acto continuo, por proposta do vereador Francisco Pedro da Costa já apresentada á Comissão Executiva de que faz parte, em sua sessão de vinte e cinco de agosto ultimo, ácerca da criação de uma nova feira igual á de Setembro, nesta vila, deliberou com as formalidades do artigo desanove da lei já citada, aprovar tal proposta, creando nesta vila, nos dias vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis de março de cada ano, nesta vila, uma feira de gado, ourivesaria, quinquilharias e mais artigos, sendo no primeiro ano isentos do pagamento da taxa pela ocupação de terrenos, todos os individuos|¹⁷⁵ que exponham quaisquer artigos á venda na referida feira, deliberando mais com iguais formalidades e por proposta do presidente da Comissão Executiva conceder o premio de trinta escudos ao proprietário da melhor junta de bois de preço não inferior a mil escudos, que fôr exposta para a venda na aludida feira, no proximo ano de mil novecentos e vinte.

Imediatamente passou a Camara a tomar conhecimento de todos os actos praticados pela sua Comissão Executiva desde vinte e seis de junho finda até hoje e que lhe foram expostos pelo respectivo presidente coma previa leitura das respectivas

actas, actos que por unanimidade aprovou solidarizando-se com eles por os achar bem formados e dentro da lei.

Apoz isto foram presentes os seguintes orçamentos:

Quinto, sexto e setimo orçamentos suplementares ao ordinario do corrente ano, que foram examinados e por unanimidade aprovados.

Orçamento ordinário para o ano de 1920 balanceando tanto na receita como na despesa em dês mil e setenta e oito escudos e no qual figuram os impostos directos de quarenta por cento sobre as contribuições gerais do Estado, e as taxas por afilamentos de pesos e medidas, sobre enterramentos, cães, licenças para caçar, ocupação de terrenos municipais e de licenças a vendedores ambulantes e os indirectos de oitenta por cento sobre a pauta do rial d'água para o Estado, |^{175v} Impostos que a Camara mantem para constituir receita no referido ano de mil novecentos e vinte.

Lidos e submetidos á discussão da Camara, todos os artigos da receita e despesa do mencionado orçamento, foi este orçamento, que vem organizado de perfeita conformidade com os artigos sessenta e um a sessenta e quatro da lei de sete de agosto de mil novecentos e treze, aprovado definitivamente, observando-se as determinações do paragrafo unico do artigo cem desta lei e alterando-se a sua exposição ao publico por oito dias.

Nomeou para faser parte da Junta dos Repartidores no proximo ano de mil novecentos e vinte, os seguintes cidadãos:

Efectivos:

Dr. João Higino Macario –	Lourinhã
José Pinheiro de Andrade –	idem
Francisco Pedro da Costa –	idem

Substitutos

José Narciso –	idem
Rodrigo de Carvalho –	idem
Orlando Garcia da Cruz –	idem

Tambem nomeou para faser parte da Comissão a que se refere o artigo cento cincoenta e oito do Codigo da Contribuição Predial, no memo ano de mil novecentos e vinte, o cidadão Francisco Pedro de Carvalho, desta vila.

Igualmente nomeou o Chefe da sua secretaria para faser parte da Comissão do lançamento da taxa militar, no referido ano de mil novecentos e vinte.

|¹⁷⁶ Procedeu á organização da tarifa camararia para o já mencionado ano de mil novecentos e vinte, pela seguinte forma:

Cada dia de serviço Pessoal, um escudo.....	1.00
Idem de carro puxado por bois, quatro escúdos.....	4.00
Idem de carro puxado por vacas, três escudos.....	3.00
Idem por carro puxado por um boi ou uma vaca, dois escudos.....	2.00
Idem de carreta ou carro de carga puxado por cavalgadores.....	2.00
Idem de Carroagem de qualquer espécie, cinco escúdos.....	5.00
Idem de Galera, cinco escudos.....	5.00
Idem de besta de carga maior, um escúdo e cincoenta centavos...	1.50
Idem de Besta de carga menor, um escúdo.....	1.00
Idem de besta de sela, maior, três escudos.....	3.00
Idem de besta de sela, menor, um escúdo e cincoenta centavos....	1.50

Não atendeu a reclamação dos comerciantes e empregados do comercio do lugar do Reguengo Grande, visto não poder alterar, só para aquela freguesia, o dia determinado pelo respectivo regulamento para o encerramento dos estabelecimentos comerciais deste concelho.

Como não tenha havido reclamação por parte do publico, sobre preço do pão de trigo destinado ao consumo publico, não resolveu hoje o assunto a que se refere a |^{176v} deliberação tomada pela Comissão Executiva em sua sessão extraordinaria de vinte e oito de agosto deste ano, ficando tal resolução para ocasião oportuna.

Depois de tomar conhecimento do orçamento das obras a faser, deliberou auctorisar a sua Comissão Executiva a procdcr ás que forem restrictamente indispensaveis, visto o estado financeiro do municipio não permitir, pela carestia dos materiais e salarios dos operarios faser-se as constantes do mencionado orçamento.

Por ultimo, por proposta do presidente da Comissão Executiva aprovada nos termos do artigo desanove da lei numero seiscentos vinte e um, estipulou a gratificação de quarenta escudos, ao conductor Chefe dos trabalhos, pelo excesso de serviço á que, da sua melhor boa vontade, tem feito independentemente das suas obrigações.

Ainda Mandou passar guia para a admissão em um dos hospitais civis de Lisboa, do doente pobre Martinho dos Santos, da Zambujeira.

Em tempo declara-se que o vereador Antonio Rodrigo de Carvalho, que faltara por afaseres de sua casa, á sessão da posse, apresentou o seu diploma e prestou a declaração de honra.

Não havendo mais a assunto algum a tratar na sessão ordinaria deste mês. foram encerrados os trabalhos, declarando o presidente, em nome da lei encerrada a sessão, sendo , para |¹⁷⁷ constar lavrada esta acta que vai ser assinada de conformidade com as disposições do artigo vinte e oito da lei numero seiscentos vinte um. E eu Joaquim Correia Caldeira Secretario que a subscrevi

Antonio Emidio da Cruz e Silva

Joaquim Correia Caldeira